



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Felipe dos Santos

**ORIGEM E FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA
QUERELA HISTÓRICA**

**CAMPINAS,
2019**

FELIPE DOS SANTOS

**ORIGEM E FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA QUERELA HISTÓRICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Emílio Gozze Pagotto

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pelo aluno Felipe dos Santos sob orientação do Prof. Dr. Emílio Gozze Pagotto.

**CAMPINAS,
2019**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 1722904

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4574-0630>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

Santos, Felipe dos, 1988-
Sa59o Origem e formação do português brasileiro : uma querela histórica / Felipe dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Emílio Gozze Pagotto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Linguística histórica. 2. Língua portuguesa - Brasil. 3. Linguagem e línguas - Origem. 4. Dialeto crioulo. I. Pagotto, Emilio Gozze, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Origin and development of Brazilian portuguese : a historical quarrel

Palavras-chave em inglês:

Historical linguistics

Portuguese language - Brazil

Language and languages - Origin

Creole dialect

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora:

Emílio Gozze Pagotto [Orientador]

Juanito Ornelas de Avelar

Thomas Daniel Finbow

Data de defesa: 19-03-2019

Programa de Pós-Graduação: Linguística



BANCA EXAMINADORA:

Emilio Gozze Pagotto

Juanito Ornelas de Avelar

Thomás Daniel Finbow

**IEL/UNICAMP
2019**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;

Aos meus pais, agradeço o amor, o cuidado e a dedicação a mim direcionados em todos esses anos;

Aos meus amigos e irmãos (de convivência e de fé, de luta e de labuta), agradeço o companheirismo e todos os momentos comigo compartilhados;

Ao Prof. Dr. Emílio Gozze Pagotto, agradeço a paciência e os direcionamentos para que essa etapa da minha vida se concluísse de forma digna;

À Profa. Dra. Cláudia Pfeiffer e ao Prof. Dr. Juanito Avelar, presentes na banca do meu Exame de Qualificação, agradeço as sugestões e críticas apresentadas ao meu trabalho, da mesma forma que agradeço as contribuições do Prof. Dr. Thomas Daniel Finbow e do Prof. Dr. Juanito Avelar feitas no momento da defesa deste trabalho;

Ao Corinthians, por ter me treinado para qualquer emoção ao longo da minha vida;

Aos Orixás e aos meus ancestrais, fica a eterna gratidão pela minha vida e pelos caminhos abertos.

RESUMO

Mais de um século após Adolpho Coelho afirmar que o Português Brasileiro (PB) compartilhava certas características com dialetos crioulos, o debate sobre a sua origem e formação continua vivo, configurando-se como uma das mais longas e profícuas discussões na Linguística brasileira. Varejão (2009) buscou sintetizar a trajetória dos estudos em torno da diferenciação do PB em relação ao Português Europeu (PE) a partir dos seguintes recortes discursivos: i) discurso impressionista: cujas formulações se estabeleceram sob a polarização entre os puristas e os nacionalistas linguísticos (i.e., a polêmica entre Pinheiro Chagas e José de Alencar); e ii) discurso científico: que estaria isento de paixões normativistas, levando adiante pesquisas metodologicamente rigorosas, visando refutar ou confirmar hipóteses sobre a estrutura do PB. Assim, se inicialmente a discussão tinha como motivação uma questão identitária – trazendo a independência brasileira em relação a Portugal para o âmbito da língua –, com o desenvolvimento da linguística brasileira, o assunto vai tomando ares cada vez mais técnicos, embora ainda cercado de polêmicas. As análises comparativas entre o PB e o PE desempenharam um importante papel nesse debate; tendo o foco, a princípio, voltado aos “brasileirismos” no nível lexical – incluindo empréstimos lexicais junto às línguas ameríndias e africanas. Posteriormente, o contato linguístico durante a colonização do Novo Mundo foi retomado e apontado como o principal fator da diferenciação entre as línguas faladas aqui e em Portugal. É precisamente sobre o contato linguístico que vai se apoiar a hipótese crioulista, segundo a qual o PB não só compartilha características com línguas crioulas (como afirmou Coelho), mas também faria parte desse conjunto linguístico. Mais recentemente, esta hipótese enfrentou um relativo enfraquecimento em função tanto das evidências empíricas dos dados linguísticos e históricos quanto da confusão dentro da Crioulística relacionada ao conceito de *língua crioula*, sobre o qual não há ainda uma definição consensual. O estado atual desse debate secular opõe principalmente os estudos de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) – que abandonam o rótulo de “língua crioula” para o PB sem, contudo, renunciar ao processo de crioulização, essencial no conceito/modelo de *transmissão linguística irregular* – com os de Naro e Scherre (2007), para quem os fenômenos atestados como evidências de uma crioulização do PB estariam presentes já em dialetos portugueses do período arcaico. Dito isto, este projeto de pesquisa objetiva demonstrar: (i) que o debate sobre o estatuto da língua portuguesa falada no Brasil sofre não só com as polêmicas ideológicas, mas também com a indefinição na Crioulística relacionada aos seus conceitos-chave e à interpretação das línguas *pidgin* e *crioulas* como entidades linguísticas cujos traços estruturais são distintivos, com a suposição de que os fenômenos de mudança presente em tais línguas são exclusivos; (ii) que outras fontes de pesquisas históricas no Brasil permitem interpretações diversas sobre o processo de formação e desenvolvimento do país, permitindo também outras interpretações sobre a evolução do PB; e (iii) que estas pesquisas históricas são fundamentais para compreender o processo de dialetação do PB, fazendo com as referidas hipóteses teleológicas sejam insatisfatórias.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Histórica; Crioulística; Origem e formação do PB.

ABSTRACT

More than a century after Adolpho Coelho affirmed that Brazilian Portuguese (BP) shared certain characteristics with creole dialects, the debate about its origin and formation is still alive, becoming one of the longest and most profitable discussions in Brazilian Linguistics. Varejão (2009) sought to synthesize the trajectory of the studies about the differentiation of BP in relation to European Portuguese (EP) from the following discursive cuts: i) Impressionist discourse: whose formulations were established under the polarization between purists and linguistic nationalists (i.e., the controversy between Pinheiro Chagas and José de Alencar); and ii) scientific discourse: which would be exempt from normativist passions, carrying out methodologically rigorous researches, aiming at refuting or confirming hypotheses about the BP structure. Thus, if initially the discussion had as a motivation an identity issue - bringing the Brazilian independence in relation to Portugal to the scope of the language -, with the development of Brazilian linguistics, the subject is taking more and more technical air, although still surrounded by controversies. The comparative analyzes between BP and EP played an important role in this debate; focusing at first on "brasilianismos" at the lexical level - including lexical borrowing alongside Amerindian and African languages. Later, the linguistic contact during the colonization of the New World was resumed and pointed out as the main factor of the differentiation between the languages spoken here and in Portugal. It is precisely on the linguistic contact that the Creole hypothesis is based, according to which the BP not only shares characteristics with creole languages (as Coelho asserted), but also would be part of this linguistic set. More recently, this hypothesis has faced a relative weakening as a function of both the empirical evidence of linguistic and historical data and the confusion within crioulistics related to the Creole language concept, about which there is still no consensual definition. The current state of this secular debate opposes mainly the studies of Lucchesi, Baxter and Ribeiro (2009) - who abandon the label of "creole language" for BP without, however, renouncing the process of creolization, essential in the concept/model of *transmissão linguística irregular* - with those of Naro and Scherre (2007), for whom the phenomena attested as evidences of a creolization of BP were already present in Portuguese dialects of the archaic period. That said, this research project aims to demonstrate: (i) that the debate about the status of the Portuguese language spoken in Brazil suffers not only with ideological polemics, but also with the lack of definition in crioulistics related to its key concepts and the interpretation of *pidgin* and *creole* languages as linguistic entities whose structural features are distinctive, with the assumption that the phenomena of change present in such languages are exclusive; (ii) that other sources of historical research in Brazil allow different interpretations of the process of formation and development of the country, also allowing other interpretations on the evolution of BP; and (iii) that these historical researches are fundamental to understand the PB dialectal process, making teleological hypotheses, as in Lucchesi, Baxter and Ribeiro (2009), unsatisfactory.

KEYWORDS: Historical Linguistics; Crioulistics; Origin e development of BP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: O Português brasileiro: uma querela histórica.....	13
1. O primeiro atestado, as primeiras polêmicas.....	13
2. A substituição de uma polêmica por outra.....	27
CAPÍTULO II: Crioulística: uma confusão de conceituações.....	33
1. A herança epistemológica dos estudos da mudança na Linguística.....	33
2. A disputada gênese das línguas <i>pidgins</i> e <i>crioulas</i> e as polêmicas relacionadas às suas consequências.....	42
3. Um meio termo chamado <i>semicrioulo</i>	55
CAPÍTULO III: O contato linguístico entra em cena: o século XX.....	61
1. As contribuições das línguas africanas para a formação do PB segundo Renato Mendonça e Jacques Raimundo.....	70
2. A vitória da língua portuguesa no Brasil segundo Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo.....	76
3. Um tempero a mais nessa salada epistemológica: as compreensões de Guy, Tarallo, Mussa e Pagotto sobre a polêmica em torno da origem do PB.....	94
CAPÍTULO IV: O estado atual da arte: o debate sobre o estatuto do PB no século XXI.....	110
1. O conceito de <i>transmissão linguística irregular</i>	110
2. O conceito de <i>deriva linguística</i> aplicado ao PB.....	133
3. À sombra da História: transmissão linguística irregular e deriva linguística são de fato hipóteses excludentes?.....	146
CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164

INTRODUÇÃO

Passados mais de cento e trinta anos desde que Francisco Adolpho Coelho (1880) afirmou que o português brasileiro (doravante PB) compartilhava diversas características com o que chamava de dialetos crioulos, o debate sobre a hipótese crioulista para a origem e formação da língua falada no Brasil continua bastante vivo nas publicações linguísticas, configurando-se como uma das mais longas e profícuas discussões na literatura especializada.

No começo dos anos 1990, Tarallo ([1993] 1996) reabilitou Coelho como o primeiro a se atentar para a existência das línguas crioulas, comparando o PB a elas. Contudo, foi apenas nos séculos XX e XXI que o debate sobre o contato linguístico como fator principal de explicação da diferenciação entre as línguas portuguesas do Brasil e de Portugal se instaurou efetivamente em nossas pesquisas.

Entretanto, ainda não há consenso quanto a se o PB é (ou foi) uma língua crioula, ou se os fenômenos que o diferenciariam do português europeu (doravante PE) já vieram embutidos nas variedades da língua portuguesa desembarcadas aqui durante o processo colonizador dessa parte do Novo Mundo (cf. NARO & SCHERRE, 2007). Ao contrário, todo esse tempo só se encarregou de tornar tal debate mais complexo, embora também mais interessante.

Se inicialmente Adolpho Coelho apontava como evidências para a criouliização do PB a (falta de) concordância de número no sintagma nominal (SN), além da presença de formas diminutivas nos pronomes – i.e., “*ellasinha* = *ella*”, “*umasinha* = *uma*” (COELHO, 1881, p. 30), autores mais recentes, igualmente defensores da hipótese crioulista, apontaram um sem número de outros fenômenos linguísticos característicos do PB como evidências da sua criouliização (cf. LUCCHESI & BAXTER, 2009), não obstante o fato de que o fenômeno da variação ainda goze de um certo privilégio nessa discussão – em vista de se manter a sua comparação (ou proximidade) com os crioulos típicos, visto que muitos autores defendem que a perda das marcas de concordância é a característica primordial das línguas crioulas.

A pesquisa que ora se apresenta tem como objetivo observar a evolução teórica desse debate, bem como resgatar, em parte, as polêmicas em torno da questão linguística do Brasil e as consequências da confusão conceitual-epistemológica na Crioulística, com vista a mostrar os problemas teóricos das hipóteses formuladas para essa questão.

Nossa hipótese de trabalho é que tais hipóteses tendem a não capturar a complexidade do contato linguístico ocorrido no Brasil entre a língua portuguesa e as línguas ameríndias e africanas, assim como a complexidade do processo sócio-histórico colonial brasileiro. Isso porque essas formulações teóricas, fundamentadas em dados sócio-históricos e demográficos

da literatura histórica e sociológica canônica brasileira, configuram-se como movimentos teleológicos, globalizantes, por tentarem atribuir à origem e formação do PB uma única causa, ou então com uma única história a ser contada. Por conta disso, a história da língua no país acaba por ser homogeneizada, perdendo-se, assim, a compreensão (o mais integral possível) do seu processo de dialeção no território brasileiro e em que sentido foi possível a sua diferenciação linguística de Portugal.

A partir dessa perspectiva, nosso intuito é demonstrar que a história do PB (assim como a sua formação e estruturação) teria seguido a história de colonização e de desenvolvimento tanto do Brasil como de suas diversas regiões. Dessa forma, as hipóteses da *deriva linguística* (segundo a qual os fenômenos ditos característicos do PB já estariam presentes em diversos dialetos dos colonizadores que invadiram a então terra ameríndia) e da *transmissão linguística irregular* (que alça o contato linguístico aqui ocorrido no período colonial à condição de fator motor da diferenciação estrutural entre as línguas de Brasil e Portugal, inspirado, no nosso entendimento, em um modelo de ruptura entre as línguas em contato), que se configuram como o atual estado da arte frente a tal discussão – e que, de certa forma, encerram em si os principais aspectos desse debate –, não deveriam ser tratadas como essencialmente excludentes, mas sim como dependentes de uma compreensão histórica mais abrangente, que pudesse dar conta da sócio-história da formação das diversas regiões brasileiras. Nesse sentido, levando em conta a configuração estrutural dessa entidade linguística a qual denominamos *português brasileiro*, os processos linguísticos e históricos previstos por cada uma das hipóteses poderiam ter se dado mesmo concomitantemente ao longo do território nacional, embora de acordo com a história de cada uma das regiões e da formação de seus respectivos *dialetos*.

Como matéria de discussão, tomaremos o *dialeto caipira* (cf. AMARAL, 1920), falado no interior do Estado de São Paulo, posto que autores como Melo (1946) e Silva Neto (1950) atribuíram a ele a hipótese de sua formação a partir de um processo de criouliização, ao mesmo tempo em que também discutem a tendência que os dialetos interioranos do Brasil apresentariam a serem conservadores. Há aqui, ainda, a interessante questão de que o contato linguístico ocorrido no interior do Estado de São Paulo ter se dado mais substancialmente, em um período inicial, com a língua geral de base tupi, elemento constantemente relegado à margem de toda essa discussão, do que com as línguas africanas aqui desembarcadas junto com os seus falantes durante o processo escravagista no Brasil e posteriormente com os desenvolvimentos sócio-históricos coloniais.

O presente texto está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo,

procuramos resgatar o início do debate, procurando recuperar as polêmicas a respeito da norma linguística, originadas no século XIX, em meio à inspiração do processo de independência do país. Nelas, buscaremos demonstrar sua constituição puramente ideológica, ainda que haja, em alguns pensamentos, o reconhecimento da especificação da língua aqui falada, em contraposição à língua de Portugal.

Já no segundo capítulo, procuramos abordar as polêmicas referentes aos quadros conceituais da Crioulística e suas consequências para o estudo da questão do contato linguístico. Buscamos ali evidenciar uma herança epistemológica oriunda do desenvolvimento teórico da Linguística e seus estudos sobre o fenômeno de mudança nas línguas naturais. O que destacamos, afinal, é a impossibilidade de distinção entre os processos de mudança linguística oriundos de uma situação de contato linguístico daqueles que se dão seguindo o curso da evolução natural das línguas. Apoiados em alguns estudiosos (MUSSA, 1991; MUFWENE, 2001; ABOH, 2015), questionamos tal distinção, assim como a sua influência sobre o debate associado ao estatuto do PB.

No terceiro capítulo, por sua vez, buscamos capturar como a questão do contato linguístico se instala nas discussões sobre a identificação dos fatores explicativos das diferenças entre o PB e o PE, tentando identificar as evoluções ocorridas na passagem de um discurso explicitamente ideológico e polêmico para um discurso cada vez mais técnico (nem por isso menos ideológico). Para isso, analisamos os estudos de Rodrigues (1932), Mendonça (1933), Raimundo (1933), Chaves de Melo (1946), Serafim da Silva Neto (1950), Gregory Guy (1981), Mussa (1991), Tarallo (1993) e Pagotto (2007). Tentamos, através da análise desses estudos, observar a evolução da questão relacionada ao problema linguístico da presença e diferenciação da língua portuguesa no território brasileiro no decorrer do tempo. Em alguns casos, como os referentes aos estudos de Chaves de Melo e de Serafim da Silva Neto, detectamos ecos ainda muito fortes de questões ideológicas presentes também no período colonial, mas também neles nos deparamos com a gênese de hipóteses para a formação do PB que se polarizarão o debate no século XXI, a saber: a formação da língua hoje denominada português brasileiro a partir de uma quebra na transmissão linguística entre os grupos envolvidos na situação do contato linguístico colonial e/ou sua origem com base em tendência apresentadas pelas línguas românicas, sobretudo o PE, no que diz respeito aos fenômenos supostamente garantidores de uma crioulização da língua portuguesa nessa parte do Novo Mundo.

As hipóteses citadas acima ganharão grande destaque na literatura linguística no século XXI, sob os rótulos da hipótese da *transmissão linguística irregular* (para a defesa de uma

crioulização) e da hipótese da *deriva linguística* (em defesa de uma tendência a apresentar processos de mudança linguística já embutidos nas línguas românicas e portuguesa). Tais hipóteses são analisadas em nosso quarto capítulo, no qual procuramos ainda demonstrar as suas bases no pensamento tradicional dentro da Crioulística sobre a suposta natureza distinta dos fenômenos de mudança linguística envolvidos em cada caso. Como questionamos tal compreensão da questão referente às mudanças nas línguas, buscamos refletir o caso do dialeto caipira, postulado como crioulo por Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto, mas cujos elementos étnicos e os dados sócio-históricos trazem algumas problematizações possíveis para uma e outra hipótese. Com isso, pretendemos ressaltar a importância da compreensão da história e formação do Brasil para um entendimento mais adequado do estatuto da sua língua (com as correspondentes variantes), em virtude da impossibilidade do estabelecimento de uma distinção entre traços estruturais próprios das línguas crioulas e aqueles característicos de uma evolução natural das línguas humanas.

CAPÍTULO I: O Português brasileiro: uma querela histórica

1. O primeiro atestado, as primeiras polêmicas

Conforme Silvio Elia apontou, em sua obra *O Problema da Língua no Brasil*, as diferenças entre as línguas faladas no Brasil e em Portugal “têm feito escorrer muita tinta” (ELIA, 1961, p. 83). As afirmadas particularidades do PB em relação ao PE têm sido objeto de interesses seculares, e perpassadas pelas mais diversas polêmicas. E embora tais polêmicas tenham mudado de configuração e de protagonistas ao longo do tempo – com a evolução dos estudos da questão e o desenvolvimento da Linguística¹ –, o problema da língua portuguesa do Brasil engloba tanto discursos patrióticos e conservadores (alguns dos quais preconceituosos) quanto científicos (ao menos pretensamente). Nesse sentido, depois que entrou em pauta, a questão da origem e formação do PB (ou da reclamação da existência de uma língua própria deste país) nunca mais saiu da agenda de discussões linguísticas.

Como ponto inicial de toda essa querela, é geralmente atribuído a Domingos Borges de Barros (1780-1855)², o Visconde de Pedra Branca, o fato da inauguração dos estudos relativos à língua falada no Brasil³:

É pelo fim do primeiro quartel do século XIX que começa a abordagem do assunto relativo à língua do Brasil. Ainda não, porém, configurado como problema linguístico de especial interesse. O mais antigo texto conhecido (afora rápidas referências fortuitas) que estuda a diferenciação da língua do Brasil, remonta a 1824-25, mas só foi divulgado um século mais tarde. Deve-se a *Pedra Branca* e faz parte da *Introdução ao Atlas Etnográfico do Globo*, de *Adrien Balbi*. Dissertando genericamente sobre o caráter das línguas como reflexo das sociedades, conforme o pensamento determinista e evolucionista da época, o autor opõe o francês ao português e, a este, o “ramo transplantado” para a América, que também designa como “idioma brasileiro” - denominação que não implica compromisso ideológico ou conotação nacionalista. E, numa tentativa sumária de caracterização desse idioma, *Pedra Branca* recorre aos campos fonológico e léxico, apontando, naquele, como traço específico do Brasil, o falar mais doce, mais ameno: e, no léxico, algumas especificações semânticas, alguns empréstimos indígenas e de outras procedências imprecisamente definidas. Demarca, assim, a linha de reflexões que por muito tempo será a da quase totalidade dos estudiosos do assunto. E à guisa de comprovação de suas afirmações, para que se tenha ideia da *língua falada* no Brasil, aconselha a

1 Com o termo *evolução* não pretendemos sobrepor os diferentes contextos históricos nos quais a questão foi abordada com a ideia de uma ciência que caminha progressivamente para (cada vez mais) perto da “verdade”, mas sim capturar as diversas alterações ocorridas no debate, observando as preocupações iniciais, os fatos, fenômenos e argumentações mobilizados e as respectivas respostas fornecidas ao longo dos diversos períodos de estudo da língua portuguesa falada no Brasil e do problema linguístico estabelecido por ela.

2 Segundo Mendonça (1936), teria sido João Ribeiro ([1921] 1933) o primeiro a reconhecer o caráter original do trabalho de Pedra Branca.

3 Em 1879, Paranhos da Silva publica o livro *O Idioma do Hodierno Portugal Comparado com o do Brasil, por Um Brasileiro*. Segundo Melo ([1946] 1975), esta teria sido a primeira vez em que se tratou, estritamente, do assunto em torno das diferenças entre o PE e o PB (cf. MELO, [1946] 1975; PINTO, 1978).

leitura de *Basílio da Gama e Gonzaga...* (PINTO, 1978, - p. XV - Introdução).

Mendonça (1936) nos oferece uma tradução do texto de Pedra Branca na qual fica mais clara a forma pela qual o autor põe a questão das diferenças entre as línguas do Brasil e de Portugal:

Sem cair em idiotismo, pode-se também ousadamente formar superlativos ou diminutivos com qualquer adjetivo; pode-se até fazer com substantivos. A aspereza na pronúncia acompanhou a arrogância das expressões e conserva ainda hoje como herança; *mas esta língua, transportada ao Brasil, modifica-se com a doçura do clima e com o caráter de seus habitantes; enriqueceu-se relativamente ao uso e às expressões dos sentimentos ternos, e, embora conservando sua energia, tem mais amenidade*. Pode convencer-se disto quem ler as poesias de Gonzaga, J. B. da Gama e diversos outros escritores brasileiros.

[...] A esta primeira diferença, que atinge a generalidade do *idioma brasileiro*, convém juntar a das palavras *que mudaram completamente a acepção*, bem como a de muitas outras expressões que não existem absolutamente na *língua portuguesa*, e que foram empréstimos dos indígenas, ou que foram ter ao Brasil levadas pelos habitantes das diferentes colônias portuguesas de além-mar! (MENDONÇA, 1936, p. 80-81 - grifos do tradutor).

Apresentando diferenças morfológicas, fonéticas e lexicais, Pedra Branca parte da ideia de que a língua portuguesa, transplantada para o Brasil, se transformou em uma outra língua (ALKMIN, 2012, p. 22-23)⁴. Para ele, haveria uma identidade linguística brasileira, qual seja: o português aqui falado é uma língua suave e doce – o que seria explicado pelo clima e pelo caráter dos falantes (ALKMIN, 2012, p. 26).

A atenção ao “acento brasileiro” e, sobretudo, ao léxico (que fará com que surjam inúmeros dicionários) marcou o período inicial em torno da questão relacionada à presença da língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, os primeiros momentos de descrição do PB (cf. NOLL, 2008). São esses dois níveis linguísticos que receberão atenção em vista da possível influência de outras línguas na língua portuguesa no Brasil. Pedra Branca atribui a especificidade do léxico brasileiro a empréstimos indígenas e africanos, embora seja mais explícito quanto à contribuição indígena (ALKMIN, 2012, p. 23)⁵.

Segundo Pinto (1978, p. XVI – Introdução), na mesma época da publicação de Pedra Branca, José Bonifácio (1763-1838), em 1825, abordando questões referentes à linguagem poética, “denuncia o relacionamento – que posteriormente se tornará agudo – entre língua e

4 Alkmin (2012, p. 26) salienta que o visconde se refere ao *idioma brasileiro* e não a um dialeto. Em verdade, cabe salientar, desde já, a problemática questão referente aos rótulos fornecidos ao PB ao longo dos estudos referentes a ele. Como ficará claro ao longo de nosso texto, alguns autores se utilizam do termo *língua*, outros de *dialeto*, *idioma* ou, ainda, *variedade*. Essa variação no uso desses termos, muitas vezes, correspondem à compreensão dos autores sobre a natureza da língua falada no país. Assim, sempre que possível, na interpretação da argumentação dos autores, procuraremos trazer a perspectiva subjacente ao rótulo utilizado.

5 Segundo Alkmin (2012, p. 23-24), Pedra Branca traz uma lista de 58 palavras: 8 que no Brasil mudaram de sentido e 50 usadas apenas aqui. A autora aponta alguns equívocos quanto às palavras que teriam mudado de sentido no país, afirmando que alguns deles estão registrados também em dicionários portugueses à época.

política”, e reivindica para os brasileiros, em consequência da então recente Independência, “o direito de criar *neologismos* cultos, ‘apesar do franzir de beijos dos puristas’ que não prescindem da chancela lusitana” (grifos da autora).

Pinto chama atenção para o fato de que foram justamente os neologismos que vieram a constituir o foco do conflito entre os que reclamavam a existência de uma língua própria do Brasil, distinta da de Portugal, e os que a negavam. Contudo, a autora afirma que o ponto central da preocupação de Bonifácio era a linguagem poética e, por conseguinte, “o aproveitamento do riquíssimo veio das línguas clássicas, para suprir lacunas do português” (PINTO, 1978, p. XVI – Introdução).

De toda forma, estavam assim lançados ao solo, então independente, os germes da reivindicação da também independência (e diferenciação) linguística do Brasil em relação a Portugal⁶:

[...] A reivindicação da liberdade de expressão, relativamente a Portugal, começava apenas a delinear-se como implicação nacionalista, pois o direito de criar *neologismos* cultos ainda se fundamentava apenas no imperativo da civilização, “que também é obra de Deus”. Ideias semelhantes, apesar das suas preocupações intencionalmente renovadas, manifestará, dez anos mais tarde, *Gonçalves de Magalhães*: “... as línguas vivas se enriquecem com o progresso da civilização e uma ideia nova pede um novo termo” (PINTO, 1978, p. XVI – Introdução - grifos da autora).

Para Melo ([1946] 1975, p. 2), a primeira vez na qual se pensou a questão sobre a língua do Brasil, em que se originou uma preocupação com a língua própria, foi “num momento de intensificação do sentimento nacional, naquele ambiente de exaltação patriótica que preparou, viu e sobreviveu à proclamação da Independência”. Elia (1961, p. 83) afirma que a questão teria surgido com os ventos do Romantismo, que então começavam a soprar Brasil adentro: “Não quer dizer que antes mesmo não se tivesse tratado dela. Mas ela só ganha energia, só se transforma em “ideia-força”, graças ao clima de brasilidade, criado pelo movimento desabrochado na Alemanha”. É precisamente nesse período que os ânimos de portugueses e brasileiros (estes até mesmo entre eles próprios), em sua guerra linguística, ficarão mais acirrados, como veremos ao longo desta seção.

Haveria, segundo Pinto (1978, p. XXXI – Introdução), dois tipos de pensamentos à época: (i) o *pensamento legitimista*: para o qual o português era um veículo mais eficaz e de maior prestígio de comunicação entre os civilizados, considerando, ainda, o Brasil como reduto da vernaculidade (apontando diferenças entre PB e PE); e (ii) o *pensamento*

⁶ De acordo com Pinto (1978, p. XVI – Introdução), somente em meados do século XIX, a partir da obra de Varnhagen, é que o PB “assume contornos de problema de interesse nacional e, concomitantemente, passa a constituir objeto de cogitação, para registro de uma realidade já consistente e documentável”.

separatista: que buscava defender a independência do Brasil também na frente linguística.

Tais pensamentos convergiam em algumas perspectivas e divergiam em outras. Tanto os legitimistas quanto os separatistas rejeitavam “o rótulo de incorreção lançado pelos portugueses aos escritores brasileiros”. De um lado, “os puristas se apoiando na própria gramática portuguesa”; de outro, os separatistas e dialetistas “recorrendo à realidade linguística brasileira”. Vê-se, assim, o estabelecimento de uma régua que marcará a medição das diferenças entre as duas línguas ao longo de diversos períodos do estudo linguístico da questão: a atenção aos parâmetros da língua escrita, pelo qual na maior parte das vezes se buscará a fidelidade à herança portuguesa, e aos desvios detectados empiricamente em realidade linguística própria do nosso país, muitas vezes exemplificada pela fala. Pelos dois lados, entretanto, a língua portuguesa do Brasil, inicialmente, era tida como superiora, o que os autorizava, legitimistas e separatistas, tanto a repelir as acusações de mau uso da língua (por conta de uma proximidade maior do PB, em sua modalidade escrita, a períodos históricos anteriores à transplantação da língua portuguesa para o Novo Mundo⁷) quanto a fundamentar a autonomia de uma literatura brasileira.

É, no entanto, a definição da língua literária do Brasil que fará com que os dois polos se estranhem em suas divergências: os separatistas reclamando a categoria de língua para a variante brasileira da língua portuguesa; os legitimistas incentivando o uso literário da fala brasileira, mas rejeitando um potencial bilinguismo (PINTO, 1978, p. XXXII-XXXIII – Introdução).

Segundo Pinto (1978, p. XXXIV – Introdução), os estudos dos dialetistas (no qual estavam os separatistas) teriam tido o seu auge na segunda metade do século XIX⁸. Tendo chegado ao fim o seu apogeu, foi a vez dos puristas, cujo reinado durou até “o limiar do movimento modernista”. Era a hora dos críticos, que tentavam colocar a ideia da existência de uma língua brasileira de volta a sua caixinha:

E assim municiados de elementos teóricos, também os críticos e os escritores em geral se apegam aos clássicos e às normas da língua, dando corpo ao movimento legitimista. Penas prestigiadas como as de *Rui Barbosa*, *Taunay*, *Euclides da Cunha*, *Bilac*, escudadas na teoria gramatical e filológica de *João Ribeiro*, *Laet*, *Carneiro Ribeiro*, *Mário Barreto* e outros, realizam literalmente os ideais puristas e se empenham na contestação do dialeto brasileiro – manto acobertador de todas as mazelas da língua, segundo *Rui Barbosa* (PINTO, 1978, p. XXXIV-XXXV – Introdução - grifos da autora).

⁷ Sustentamos que tal perspectiva pode ser colocada em paralelo com a ideia que, dentro da literatura linguística, ficará conhecida como *hipótese conservadora*, para a qual as variedades populares do PB teriam como origem o português arcaico em seu período final.

⁸ Como veremos adiante, no terceiro capítulo, a questão dialetal brasileira voltará com força na primeira metade do século XX.

O pensamento purista em relação aos *neologismos*, questão central da controvérsia em torno da língua, era praticamente oposto ao que os românticos haviam defendido. Desde antes de *Alencar*, mas sobretudo a partir da sua intervenção, a mediação dos escritores era tida como a única via de penetração dos *neologismos* na língua escrita. Tal mediação, que presumia valorização da contribuição popular, era-lhes agora contestada. Considerados guardiães da vernaculidade, aos escritores cabia o dever de expurgar as características da fala popular, *peculiaridades* de sabor folclórico e sinônimo de ignorância da língua, como pretendiam *João Ribeiro* e *Rui Barbosa* (PINTO, 1978, p. XXXVII – Introdução - grifos da autora).

As questões relativas à norma da língua portuguesa marcam profundamente as discussões nesse período do debate e, conforme procuraremos demonstrar mais adiante, ecoam por outros períodos do estudo do *problema da língua portuguesa presente no Brasil*.

Para Pagotto (1998, p. 49-50), haveria uma relação de confronto na historicidade da presença da língua portuguesa no Brasil, com a língua dos colonizadores produzindo efeitos na instituição de uma norma culta e, conseqüentemente, gerando uma grande discrepância entre as línguas escrita e falada no país. À codificação de uma norma culta para o Brasil no século XIX se seguiria a constituição da nacionalidade brasileira. Contudo, tal configuração também representava um elemento em disputa, perpassando a língua falada (e escrita) no país.

O período do Romantismo, dentro do qual há a tentativa de alçar as formas linguísticas populares a uma condição de texto escrito, é marcado pela popularização da literatura e também pela emergência de uma burguesia no país (PAGOTTO, 1998, p. 53-54). É nesse período que se passa a vislumbrar a possibilidade de existência de uma *língua brasileira* (muito embora alguns dos estudos linguísticos da época evitassem por sempre o uso desse termo⁹).

Segundo Pinto (1978, p. XXV – Introdução), José de Alencar, grande expoente do movimento romancista no Brasil, estava apontando para duas etapas do processo constitutivo dessa nova gramática da língua portuguesa¹⁰: a gramática nasceria do povo; e depois seria

⁹ Para Coelho (2008, p. 149), os modos de nomeação da língua portuguesa falada no Brasil “também nos ajudam a reconstruir posicionamentos acerca do seu estatuto”: algumas das expressões utilizadas permitiam a leitura de uma visão mais favorável à existência de unidade linguística luso-brasileira; outras, entretanto, afirmariam um certo grau de diversificação; e haveria outras ainda que buscavam reivindicar uma autonomia plena do PB em relação ao PE.

¹⁰ De acordo com Pinto (1978, p. XXIII-XXIV), Alencar teria se tornado símbolo do pensamento romântico sobre a língua do país, e considerava a forma como parte integrante da essência da arte. Sua defesa da língua utilizada era feita à medida em que era atacado, chegando inclusive a elaborar um roteiro (não levado adiante, porém) para a revisão linguística e da literatura do universo da língua portuguesa desde sua origem até à época do escritor. Contudo, para a autor, não haveria a formulação de princípios ou de pontos de vista no pensamento de Alencar: “Aludindo fundamentalmente a um *português alterado, transformado* no Brasil, não se preocupa com o seu grau de diversificação e a sua categorização em termos de entidade linguística. Esclarece que tal transformação, operada pelo povo, é irreversível e fatal, e será longa e profunda, como a que ocorreu na história da formação do latim, e, a partir deste, na das línguas românicas. A ser verdadeiro este paralelo de inspiração evolucionista, ao cabo do processo deveria surgir a língua brasileira – a que *Alencar* realmente se refere no *Plano* da obra que pretendia elaborar. Todavia, ao mesmo tempo fala em “nosso dialeto” ao qual posteriormente volta a aludir em ‘novo idioma’ e em ‘português americano’” (PINTO, 1978, p. XXIII-XXIV – Introdução - grifos da

polida através dos escritores (PINTO, 1978, p. XXV – Introdução)¹¹:

Chegamos aqui a um dos pilares do pensamento de *Alencar*, que o elevam entre os seus contemporâneos, independentemente de suas qualidades de romancista: a profunda consciência da missão específica do artista ante o instrumento artesanal que é a língua. Deste ângulo, nem na sua, nem na geração seguinte, *Alencar* teve continuadores: antes, a abordagem estética da língua cede lugar à que poderíamos chamar cultural

É verdade que, referindo-se ao que hoje denominamos *dialeto social*, *Alencar* raciocina em termos dos mais tradicionais ao estigmatizar, a partir da oposição culto-certo/popular-errado, as formações populares, que só quando sancionadas pelo escritor se livram da pecha de incorreção.

Do ângulo de abordagem sócio-cultural, *Alencar*, chegou, no entanto, a uma visão de boa intuição linguística, ao frisar que uma coisa é a linguagem literária e outra a fala comum: “a primeira é uma arte, a segunda um mister” (“Póscrito” de *Diva*, p. 195). Não infere, porém, daí nada que aplique à língua do Brasil, ou que a explique. E posteriormente, ao formular outro conceito do mesmo caráter, declara que o padrão deve ser a *língua culta das capitais*, exemplificando com o português de Lisboa, o francês de Paris, e, bem inadequadamente, com o “cockney” de Londres. Tais ideias, que não lhe são exclusivas, começavam a ser difundidas na época; encontram-se, por exemplo, em *Paulino de Sousa*, que chega a explicar a razão do fato e o exemplifica fonologicamente em relação a Portugal e ao Brasil (PINTO, 1978, p. XXVII – Introdução - grifos da autora).

O que nos parece relevante absorver dessa questão, para esta dissertação, é que havia, então, uma língua em disputa, na qual a oposição entre *língua escrita* e *língua falada* não se encontra assentada; antes, ambas concorrem para a posição em destaque do que vem a ser a língua do Brasil. Essa disputa parece estar baseada, ainda, numa realidade social da história do país: a estratificação da sociedade brasileira, com a dominação (inclusive cultural) de uma classe pela outra. Para Pagotto, o estabelecimento de uma norma culta (sempre relacionada à língua escrita, destacamos) se configurava como “um processo que se integra historicamente ao modelo de sociedade que uma certa elite implanta, calcado na manutenção da estrutura de dominação. É esse processo que aparece materializado nos discursos de quem se debruça sobre a questão linguística” (PAGOTTO, 1998, p. 51).

Dessa forma, a sustentação, por parte da elite da ainda colônia, à Independência visava a um projeto político para o novo país. Haveria, assim, um duplo enfoque nesse processo de emancipação, no qual a nacionalidade seria estruturada tanto pela ruptura com o passado colonial quanto pela procura de uma unidade cultural com a colônia, em vista da manutenção de uma ideia de civilização europeia (GIL, 1994 apud PAGOTTO, 1998, p. 55)¹². Ou seja, autora).

11 A referida autora, porém, ressalta: “De forma geral, a época de *Alencar* corresponde a uma cisão mais aparente que real entre o *pensamento teórico*, de ordem gramatical, configurado no ataque de *Pinheiro Chagas* aos brasileiros e no movimento que suscitou – e o *pensamento estético-nacionalista*, sedimentado em argumentos de caráter predominantemente subjetivo, postos a serviço daquela contestação”(PINTO, 1978, p. XXVIII – Introdução).

12 Para Schwarcz ([1993] 2017, p. 15-16), ao final do século XIX, o Brasil era visto “um caso único e singular de extremada miscigenação racial”. Havia, contudo, uma preocupação em “branquear” o país, salvando-o através

embora o Brasil (ou os agentes da elite no processo de Independência) buscasse, relativamente, romper os laços políticos com Portugal, não pretendia, porém, a desvinculação do mundo europeu como um todo, tido sempre como superior ao ameríndio. Essa aproximação com a cultura europeia seria uma das formas pelas quais a elite se manteria em oposição aos demais segmentos da sociedade brasileira¹³. É justamente nesse sentido que a língua portuguesa, tal como ela se faz presente no Brasil, passa a ocupar o centro do debate, constituindo-se com um dos elementos de um projeto político e social, que perpassa o século XIX e se estende ao século XX, ecoando mesmo nos estudos de Melo (1946) e de Silva Neto (1950) – conforme veremos no capítulo seguinte.

Segundo Pagotto, a literatura, para a qual se buscava uma identificação com a norma culta (em oposição ao projeto romancista de Alencar), desempenha um papel essencial nesse debate, uma vez que pode materializar a identidade cultural que é almejada pelas elites. Pagotto (1998) analisa a constituição de uma norma culta brasileira como um longo trabalho discursivo, executado por gramáticos, jornalistas e escritores, entre outras eminentes personalidades brasileiras à época. São essas as personagens que vão operando a construção do significado que se atribui hoje às formas da escrita, distanciando-a das formas populares.

Se, num primeiro olhar para a língua portuguesa desdobrada no Brasil, era o léxico e a pronúncia que se constituíam como o foco da atenção, teria sido nesse período de normatização que as grandes mudanças sintáticas se consolidaram no PB (cf. TARALLO, 1993), “agravando” as características distintas entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal¹⁴.

O olhar voltado ao passado representava então a ideia de uma civilização superior, não corrompida pelos trópicos da colonização, trazendo consigo a recuperação de formas linguísticas igualmente superiores, em relação à “deturpação” linguística que ocorria na colônia¹⁵, muito embora não fosse, ainda, a questão do contato linguístico aqui ocorrido o foco

da passagem do “preto” ao “branco”. Tal concepção é conhecida como *tese do branqueamento*, e se constitui como a base de uma política de imigração seletiva, que estimularia, ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a chegada de europeus ao Brasil, com o mesmo objetivo de torná-lo branco.

¹³ Para Elia (1961, p. 170-171), que defendia a unidade linguística entre Brasil e Portugal, e para quem a língua é um produto da cultura, a constituição de uma *língua brasileira*, em termos de língua de cultura e civilização (“que é só a que pode nos interessar”), só teria tido lugar através de uma ruptura com a cultura do Ocidente, o que não teria ocorrido: “Em resumo: As línguas são produtos da cultura. Sofrem as vicissitudes desta. Por outro lado, o mundo moderno não postula irremediavelmente uma cisão na cultural ocidental, fazendo da América um continente com evolução à parte. Logo a língua portuguesa, ou brasileira, ou luso-brasileira, como quiserem, não está a caminho da desintegração, o que é um fenômeno patológico na evolução das línguas, mas continua cada vez mais integrada na civilização que no-la herdou”.

¹⁴ Como exemplo, Pagotto (1998, p. 63) afirma que as regras de colocação dos clíticos no PE são frutos de um processo de mudança que se implementou definitivamente no século XIX. É justamente a colocação pronominal que acirrará o debate entre José de Alencar e seus críticos.

¹⁵ Segundo Pinto (1978, p. XXVIII – Introdução) havia, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do

da questão.

A hipótese central é que o processo de europeização da língua seria o correlato linguístico de outros processos de europeização da vida nacional, que atenderia ao intento das elites de cunhar uma certa imagem de nação, em que fosse possível a manutenção das relações de poder, anulando a maioria da população, excluída assim do processo de identidade pela língua. Ou melhor, o brasileiro passa a ser definido como o que fala uma não língua, a qual, pelo resto de sua vida, buscará alcançar, como um paraíso perdido interditado a ele. Aqui se cria o principal efeito: há um conjunto de formas que passam a ser impregnadas de sentido social, diante das quais se identifica ou pela inclusão, ou pela exclusão, uma vez que são elas que passam a ser o estandarte da língua do país (PAGOTTO, 2001, p. 41-42).

Nesse sentido, não era somente a questão da mudança linguística que estava em jogo, mas a questão “de como o sujeito se relaciona com o significado delas (das formas) na escrita” (PAGOTTO, 2001, p. 41). Contudo, os desdobramentos relativos ao acirramento desses debates têm também como consequência a operação de mudanças no que se entendia por norma culta¹⁶:

[...] a norma culta mudou radicalmente no decorrer do século XIX, com a substituição de formas da escrita em desuso por formas estranhas ao PB; cisão e trilha de caminho oposto entre língua falada e língua escrita no Brasil – com uma aproximação sendo retomada somente no século XX, na década de 1920; a promoção das variantes em mudança no português clássico à condição de norma culta se deu em Portugal, e não no Brasil, cuja língua falada seguia outro curso (PAGOTTO, 1998, p. 52-53).

A configuração da língua culta sob a face do PE moderno seria um dos mecanismos pelos quais as elites brasileiras poderiam se afirmar em oposição às demais classes do país, entre as quais estavam africanos, indígenas e seus descendentes que não lograram ascender socialmente. Nesse sentido, ao tornarem a modalidade escrita do PB íntima do seu nicho, as elites do Brasil tornavam a própria língua estranha a todos os outros estratos da população:

Afirmar o português do Brasil como gramática possível na língua escrita equivalia a nivelar por baixo, mesmo que uma série de traços da gramática já fizessem parte da fala daqueles que os queriam negar. Como o acesso a esta norma culta se daria somente a partir de rigorosa educação, estava garantido o processo de exclusão (PAGOTTO, 1998, p. 56-57).

século XX, a noção de que a língua portuguesa do Brasil seria mais pura do que a de Portugal “por se concentrar aqui o maior número dos cultores da tradição vernácula, conforme reconhecem os próprios portugueses, cuja variante, por ser aberta aos estrangeirismos, se vai descaracterizando”.

¹⁶ Pagotto (1998, p. 52) chama a atenção para o fato de que a Constituição do Império (1824) e a Constituição republicana (1892) serem escritas em gramáticas diferentes: a primeira, redigida na gramática do português clássico; a segunda, por sua vez, tendo sido escrita no que se considera como a atual norma culta da língua portuguesa (que, em muitos aspectos, faz-se semelhante a variedades modernas do PE). Segundo o autor, as características gramaticais presentes na Constituição do Império também são encontradas em textos do português clássico, o que atestaria a sua configuração como norma culta de então. Contudo, ressalta o autor, muitas dessas características foram consideradas, no Brasil, como formas populares, “fora daquilo que é prescrito pela norma culta moderna”.

Assim, a apartação entre as modalidades escrita e falada da língua portuguesa no Brasil se dava, então, pelo próprio privilégio concedido à norma culta, intimamente costurada à língua escrita, e à qual somente um dos estratos sociais brasileiro tinha acesso; sendo posteriormente propagada (e, por conseguinte, institucionalizada) por meio de gramáticas escolares, colunas de jornais e programas de televisão.

Para Leite (1997, p. 178-184), tal fenômeno relacionado à língua escrita se constitui como um *purismo linguístico*, através do qual não há sanção na fala espontânea cotidiana, mas sim na língua escrita culta formal, vinculada ao estrato superior das camadas da sociedade. A autora assume o ponto de vista segundo o qual a língua é essencialmente ideológica, e afirma que o purismo se dá no plano do uso da língua, sendo “uma atitude de preservação da norma e não apenas de correção” (LEITE, 1997, p. 188). Nesse aspecto, compreendemos que preservar a norma corresponde justamente à manutenção de uma diferenciação entre os estratos sociais do Brasil. Aqui, nesse momento histórico, há muito mais questões ideológicas envolvidas do que propriamente linguísticas. Embora não se possa afirmar que tal aspecto (a convivência, muitas vezes estreita, entre ideologia e teorias e/ou hipóteses linguísticas) não tenham aparecido em outro períodos do debate objeto de nossa análise, aqui, no período retratado acima, as discussões acerca da língua do Brasil estão relacionadas a um âmbito político, obedecendo ideologias distintas entre si, que trazem interpretações diferentes para o problema linguístico em questão. Parece-nos ser nesse sentido que Leite (1997, p. 189-190) conclui que os objetivos do purismo extrapolam o âmbito da língua, embora estejam a ela correlacionados.

Se a teorização sobre a língua no Brasil posteriormente ocupou o lugar da defesa nacionalista da unidade ou diferenciação da língua portuguesa do Brasil em relação à de Portugal, teria sido, no entanto, o próprio discurso científico que forneceu o suporte derradeiro para a manutenção da codificação da norma culta (ocorrida na segunda metade do século XIX) ao tentar superar os impasses gerados por tais polêmicas (PAGOTTO, 1998, p. 50-51), a partir do gesto de reconhecimento tanto das especificidades da fala brasileira quanto da existência de uma norma culta escrita: “escreve-se em um português e fala-se em outro. Vivemos assim, e tudo bem” (PAGOTTO, 1998, p. 65)¹⁷.

O abrandamento da polêmica tornou possível sair de um debate entre tudo ou nada

¹⁷ Pagotto (2013) realiza um estudo comparativo entre os dois primeiros textos constitucionais do Brasil: a constituição do Império (1824) e a constituição da República (1891). Para o autor, teria havido uma grande alteração nos padrões normativos (o que se considera bom ou mau uso da língua) referentes aos dois textos. Segundo ele, tais alterações materializam a passagem dos ditos português clássico ao português moderno, embora este se refira não ao quadro do PB atual, mas sim ao português normatizado, recomendado de bom grado (e um tanto de purismo ainda) pelos manuais de gramática.

(língua brasileira/escrever como se fala **versus** não aos ignorantes/Portugal e Brasil unidos pela mesma língua), para uma acomodação dos fatos: há o Brasil e sua especificidade mas **há** uma norma culta escrita. Esta já está dada, não se constrói, já é “clássica”, já é o “nosso passado”. Assim, o acirramento da polêmica na segunda metade do século XIX e começos do XX foi o gesto necessário para a codificação da norma culta, ou seja, para a fundação de uma certa relação com um certo conjunto de formas linguísticas, em detrimento de outras. A manutenção dessas formas se deu, posteriormente, por outros meios, não sendo mais necessário recorrer ao discurso polêmico; ao contrário, o discurso científico foi o que emprestou o seu verniz para a manutenção das formas estabelecidas (PAGOTTO, 1998, p. 57 - grifos do autor).

O autor cita como exemplo Gladstone Chaves de Melo (1972), que invoca Saussure e sua concepção de língua como sistema para criticar José de Alencar, em vista de provar a unidade linguística Brasil-Portugal; as diferenças estariam somente no plano estilístico, para o qual é concedida a existência de um estilo brasileiro, dentro do qual estariam colocados tanto o vocabulário cultural como algumas alternativas morfológicas ou sintáticas¹⁸: “Nesse sentido, mais que salvar a gramática empregada por Alencar, ele tenta salvar das garras da tentação do inferno a própria pessoa de Alencar, ou seja, mostrar que Alencar sequer pensava em escrever em uma língua brasileira” (PAGOTTO, 1998, p. 59-61)¹⁹. E conclui: “Obviamente, após todo o trabalho de construção da norma culta no Brasil, é fácil provar a unidade linguística Brasil-Portugal. É que, tendo sido constituída, passa de efeito de discurso a fato” (PAGOTTO, 1998, p. 65).

Cabe uma explicação aqui para afastar uma aparente contradição no pensamento do Chaves de Melo. Se ele afirma, ao mesmo tempo, que a língua portuguesa teria sofrido alterações no Brasil, e que essa língua aqui falada gozaria, ainda assim, de unidade linguística com Portugal, isso teria uma razão de ser. Em sua compreensão, uma mesma língua pode conter diferentes *estilos* nacionais. Isso se aplicaria à questão da língua do Brasil da seguinte maneira: a *língua* seria portuguesa e o *estilo*, brasileiro (estilo para o autor é o correspondente a *parole* de Saussure): “o português usa a *língua* portuguesa à feição do temperamento luso,

¹⁸ Pagotto (2001, p. 46) faz a seguinte leitura do pensamento de Melo em relação à tentativa de Alencar de postular um lugar ao sol linguístico para o PB: “Parece que a relevância do discurso de Alencar está mais ou menos assentada no seguinte raciocínio: “Alencar é um dos grandes escritores brasileiros. Uma língua só existe se os grandes escritores a praticam. Alencar acredita que existe uma língua brasileira. Logo, deve existir uma língua brasileira, do contrário Alencar não acreditaria nisso”. Ao separar o que Alencar disse sobre a língua da língua que ele praticou, Melo acaba nos mostrando que a constituição de uma norma culta não se dá somente por meio da imitação dos grandes modelos, mas também é fruto de processo discursivo metalinguístico: aquilo que se diz sobre a língua é tão relevante quanto a prática linguística codificada nos textos. Iria mais longe, aquilo que se diz sobre a língua é mais relevante do que a prática linguística dos grandes modelos. Negar que Alencar tivesse dito que existiria uma língua brasileira é negar o discurso fundador e, portanto, cortar o mal pela raiz”.

¹⁹ No mesmo sentido, Varejão (2009, p. 127) salienta que a preocupação de Melo recaía sobre a tentativa de enfatizar que Alencar nunca teria atentado contra a unidade da língua entre Brasil e Portugal, argumentando que “quando o romancista afirmou que colocava os clíticos onde mandassem os seus ouvidos”, Alencar se encontrava amparado pela razão científica, “pois, de fato, ainda no dizer de Melo, o que diferiria o PE e o PB em termos de colocação pronominal seria a questão da eufonia e não das mudanças que já registravam especificidades dos dois sistemas”.

com *estilo* português, e o brasileiro usa a *língua* portuguesa conforme ao temperamento nosso, com *estilo* brasileiro”. Seria a existência desse *estilo brasileiro* o motivo da confusão, de escritores aos linguistas, que se leva a postular a existência de uma *língua brasileira* (CHAVES DE MELO, 1975, p. 134). Para Chaves de Melo, os elementos palpáveis de um estilo são: 1) o vocabulário; 2) as expressões e as frases-feitas; 3) as imagens, as comparações e os símbolos; e 4) as preferências e as escolhas na sintaxe (CHAVES DE MELO, 1975, p. 137). Segundo o autor, a maior diferença entre as línguas de Brasil e de Portugal residiria no vocabulário, sendo esta uma questão de estilo e não de língua, uma vez que, para ele, o que determina a fisionomia da língua não seria o vocabulário, mas sim a estrutura (na qual aparecem as palavras gramaticais, e não as lexicográficas). As palavras gramaticais, assim como a estrutura em si, no entendimento do autor, seriam a mesma entre Brasil e Portugal (CHAVES DE MELO, 1975, p. 145-148).

De acordo com Pagotto, o autor representa o momento de transição entre um discurso polêmico e um discurso científico, a partir de uma distorção da concepção saussuriana de língua²⁰ – na qual, segundo nossa visão, está permeada pela herança das polêmicas discussões sobre norma linguística (língua escrita x língua falada). Para Pagotto, o discurso científico de Chaves de Melo, é operado através de uma Sociolinguística que anularia as posições de poder, tomando “no mesmo nível descritivo correlações entre língua e relações sociais que têm origens diversas”²¹. Haveria, assim, uma “condescendência com as situações informais e a

20 Segundo Varejão (2009, p. 123-124), a partir do pensamento saussuriano, sobretudo pela fundamentação através da noção de dicotomia entre *langue* e *parole*, tentava-se justificar a separação entre a fala diversificada na prosódia e no léxico e a unidade da escrita, em especial da escrita literária projetada no Brasil. A justificação das diferenças do PB frente ao PE se dava, então, “a partir de noções estilísticas e a partir de registros de peculiaridades que externariam linguisticamente as nossas características, isto é, as idiossincrasias do “espírito americano””. A distorção mencionada diz respeito à sustentação de uma argumentação que estabelecia relação entre a *parole* com a informalidade: “Isso permitiu dizer que, relativamente à norma lusitana, à fala dos brasileiros cabiam os “erros” próprios da comunicação informal, mas à escrita cabia manter os laços de unidade que nos identificavam com a norma lusitanizante (cf. PAGOTTO, 1998; 2001), justificando o projeto classicista de bem escrever como matriz que orientou e ainda orienta diretrizes e documentos para o ensino de língua portuguesa”. Para Varejão, no discurso científico estão reunidos “trabalhos alinhados, em alguma medida, ao ideal normativo lusitano e, por vezes, resultantes de interpretações problemáticas em relação às propostas da Ciência da Linguagem, embora muitos desses estudos procedam de ideias filosóficas e científicas vindas da Europa”.

21 Pagotto (2015) observa tal continuidade através da análise da pesquisa sociolinguística no país (na qual estão incluídas a dialetologia, a geografia linguística e principalmente a sociolinguística variacionista). Para ele, tais pesquisas se encontram motivadas por um movimento de descoberta do Brasil, com escolhas feitas política e ideologicamente, acarretando em um silenciamento de alguns aspectos das teorias. Tal silenciamento, para o autor, fica claro com a ausência da noção do sujeito em sua epistemologia e, no caso da sociolinguística variacionista em especial, na ausência, em boa parte de suas pesquisas, do significado social das formas variáveis. Segundo Pagotto, essas lacunas em seus modelos de análise levam essas áreas da Linguística a ratificarem um projeto de nação ao qual, inicialmente, pretendiam combater. Isso se dá pela forma pela qual as variações são interpretadas socialmente pelas teorias: reafirmando a clivagem existente entre um Brasil civilizado (letrado) e um Brasil incivilizado (semiletrado ou analfabeto, de fala fluída) – para as pesquisas sociolinguísticas brasileiras é este último Brasil que deve receber atenção, reafirmando a distância entre aqueles que estão incluídos e aqueles que carecem de inclusão social para o gozo de uma civilidade. Para Pagotto (2015, p. 18), isso

criação artística e mão de ferro nas situações de poder” (PAGOTTO, 1998, p. 66-67). Nesse sentido, as possíveis especificidades do PB nunca chegam a ameaçar a norma culta, mesmo reconhecida a existência de ambas – e talvez mesmo por conta disso. Escolhe-se um dialeto de prestígio, relacionando-o à norma culta escrita e propagando a sua codificação gramatical através dos mecanismos de ensino (PAGOTTO, 2001, p. 40), ou mesmo da interpretação da realidade linguística brasileira – é nesse último sentido que nos parece ter operado Chaves de Melho (1946) e Silva Neto (1950), abordados mais adiante em nosso texto. Para isso, serve-se como base da oposição entre a escrita e a fala:

No fundo, a Linguística inventou a oposição entre oralidade e escrita, o que tornou impossível qualquer alteração na concepção de língua que subjaz aos discursos de policiamento linguístico. Ao contrário, tal discurso se alimentou dos resultados oriundos da Linguística moderna – em especial da Linguística Estrutural, Gerativista e da Sociolinguística – para reafirmar as relações de poder por meio da língua, conferindo à escrita uma unidade supranacional, definida, agora, nos termos mais “objetivos” e mais “neutros” (PAGOTTO, 2001, p. 52-53).

Guimarães (1996, p. 127-128) tenta estabelecer uma periodização para os estudos do PB que não escanteia as polêmicas anteriormente mencionadas, elaborando a sua divisão nos seguintes termos: 1) *de 1500 até a primeira metade do século XIX*; 2) *da segunda metade do século XIX até o final dos anos 1930*; 3) *do final dos anos 1930 até meados da década de 1960*; e 4) *de meados da década de 1960 até os dias atuais*.

Para o autor (1996, p. 128-129), o primeiro período é caracterizado pela ausência de estudos sobre língua portuguesa realizados no Brasil e também pelo início dos debates entre brasileiros e portugueses acerca de construções gramaticais consideradas inadequadas pelos escritores e gramáticos de Portugal, assim como por alguns críticos brasileiros. Segundo ele, concordando com Melo (1946) e Elia (1961), os anos finais do primeiro período coincidiriam com a Independência do Brasil e a entrada das ideias românticas no país: “O movimento de ideias no Brasil começa a se dar por influência de outros países e não só através de Portugal” (GUIMARÃES, 1996, p. 128). Apoiado nos estudos de Cruz Costa (1967), aponta a consideração da remodelação material do Brasil a partir de 1850 (fim do tráfico de escravos), com a inteligência brasileira também seguindo caminhos novos. A transição para o período posterior teria se dado a partir dessas transformações no país.

Por sua vez, o segundo período aparece marcado pelo acirramento dos debates entre brasileiros e portugueses e o surgimento das primeiras gramáticas no Brasil, bem como dos

fica mais claro nas pesquisas da sociolinguística variacionista: “Uma vez que a sociolinguística variacionista não trabalha claramente como o sujeito se constitui, os resultados que encontra, no caso do Brasil, terminam por se inscrever na mesma teia de discursos que constituem o brasileiro: o ser Brasil e o ser civilizado”.

primeiros estudos dialetológicos no país.

A famigerada polêmica entre o escritor brasileiro José de Alencar e o crítico português Pinheiro Chagas se dá em 1870, quando este fez duras críticas à linguagem de Alencar em *Iracema*, em relação aos neologismos e certas construções gramaticais (i.e., uso do artigo, omissão do pronome reflexivo “se” em certos verbos e a colocação pronominal levada adiante pelo escritor brasileiro). Alencar respondeu em um pós-escrito na segunda edição da obra. Entre 1879 e 1880, dá-se uma nova polêmica, agora entre os escritores Carlos de Laet, brasileiro, e Camilo Castelo Branco, português (GUIMARÃES, 1996, p. 129-131).

Em relação às primeiras gramáticas elaboradas por estudos brasileiros, Guimarães cita a *Gramática Portuguesa* (1881), de Júlio Ribeiro, que iniciou os estudos gramaticais da língua portuguesa falada no Brasil. Em seu prefácio à segunda edição, em 1884, Ribeiro sinaliza um distanciamento em relação às gramáticas publicadas em Portugal, afirmando que as “antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua” (RIBEIRO, 1913, p. 28 in GUIMARAES, 1996, p. 129).

Opõe-se assim às gramáticas portuguesas e busca uma outra influência teórica: Becker na Alemanha e Mason e Whitney na Inglaterra. Registraria aqui que esta atitude de Júlio Ribeiro corresponde a um distanciamento da influência direta de Portugal. Distanciamento, correspondente, como vimos acima, ao que foi se dando em diversas atividades no Brasil a partir do século XIX. Este fato, deve ter sido o que levou A. Nascentes a considerar o trabalho de Júlio Ribeiro como iniciador do que ele chamou o período gramatical, conforme sua periodização (GUIMARÃES, 1996, p. 129).

Para Guimarães, as várias gramáticas que sucederam à de Ribeiro se caracterizavam, de modo geral, por procurarem atender “ao novo programa de Português para os exames preparatórios elaborado por Fausto Barreto, em 1887, por determinação de Emidio Vitorio, diretor geral da Instrução pública” (GUIMARAES, 1996, p. 129).

O autor aponta aqui, nesse mesmo período, a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897²². Nesta mesma época, também teve início a polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro acerca da redação do Código Civil. O “Parecer” de Rui Barbosa sobre a questão data de 1902, mesmo ano da resposta de Carneiro Ribeiro, (*Ligeiras Observações sobre as emendas do Dr. Rui Barbosa ao projeto do Código Civil*). Em 1904, Rui trouxe a sua “Réplica”, que foi sucedida de uma nova resposta de Carneiro Ribeiro em 1905, intitulada *Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Rui Barbosa* (GUIMARAES, 1996, p. 130).

22 Segundo Guimarães (1996, p. 130), a Academia esteve envolvida nos acordos da unificação ortográfica de 1932, 1943, assim como também em um parecer sobre a denominação da língua que se fala no Brasil, em 1946.

De acordo com a periodização proposta por Guimarães (1996, p. 131), o terceiro período é iniciado “pela fundação das Faculdades de Letras, que passam a constituir-se em espaços de pesquisa sobre questões de linguagem, o que estava ligado fundamentalmente a questões relacionadas a um padrão literário e ao ensino” (GUIMARÃES, 1996, p. 131). Haveria, neste período, uma predominância de estudos com aportes teórico-metodológicos e, em consequência disso, houve a queda da disputa pelo purismo e classicismo da língua portuguesa, embora a questão da unidade entre as duas línguas não tenha desaparecido, e sim refeita, ganhando novo fôlego, já também orientado sob a perspectiva técnica, como veremos na obra de Serafim da Silva Neto (1950) (GUIMARÃES, 1996, p. 137).

Já o quarto período, segundo o autor, foi inaugurado a partir da institucionalização da Linguística nas universidades brasileiras: a partir de 1965, a Linguística passou a integrar o currículo mínimo dos cursos de Letras por conta de uma decisão do Conselho Federal de Educação; no ano seguinte, foi criado o curso de pós-graduação em Linguística da USP e, em 1971, o da Unicamp, sendo seguidos por vários outros programas de pós-graduação “sob diversas modalidades”²³.

Para Guimarães (1996, p. 134), o segundo período é aquele no qual são trazidas, pela primeira vez, algumas produções relevantes sobre a língua portuguesa falada no Brasil, tendo fundado os estudos brasileiros sobre o PB e podendo ser visto “como iniciado por uma atitude de considerar certas características gramaticais e léxicas do Português brasileiro como diferenças relativamente ao Português de Portugal”, mesmo que o debate ainda se encontrasse marcado por questões ideológicas.

Na perspectiva de Guimarães (1996, p. 134), é ao longo dos períodos segundo, terceiro e quarto que “podemos notar que está frequentemente presente uma valorização dos estudos da especificidade do Português brasileiro”. O autor, então, faz dois recortes de significação (tomando a historicidade como produção de sentido, e não o tempo) para retomar o modo de organização histórica dos estudos sobre a língua portuguesa no Brasil: (i) os estudos que visam à demonstração das especificidades do PB em relação ao PE, sendo estes contrastados diretamente ou não; e (ii) os estudos que objetivavam defender uma unidade linguística entre Portugal e Brasil, posição essa que estaria frequentemente alinhada a uma atitude purista e classicista.

2. A substituição de uma polêmica por outra

²³ Segundo o autor, o dicionário Aurélio também data deste período (GUIMARÃES, 1996, p. 133).

Ainda em termos de periodização, tentando capturar a evolução dos estudos (postulados como dialetológicos) referentes à questão da língua portuguesa falada no Brasil, e levando em conta somente as preocupações e as contribuições centrais dos estudos e das pesquisas levados adiante, Mendonça (1936, p. 108-110) distingue três fases: 1) *pré-histórica* (1826-1879): a qual é marcada pela contribuição de notas avulsas sobre o “acento brasileiro” e as primeiras colheitas de brasileirismos²⁴; 2) *histórico-etnográfica* (1879-1920): configurada pelos estudos que, segundo o autor, já continham em si as sementes de uma futura dialetologia brasileira, oferecendo uma contribuição histórica para a língua falada no Brasil²⁵; e 3) *dialetológica* (a partir de 1920): a partir do trabalho de Amadeu Amaral e seu estudo sobre o “dialeto caipira” no Estado de São Paulo²⁶, quando teve início o movimento de monografias dialetais, considerando “dialetos” da língua portuguesa falada no Brasil²⁷.

Levando em conta a discussão em nossa seção anterior, vê-se que as duas primeiras fases teriam sido atravessadas pelas polêmicas a respeito da independência linguística do Brasil em relação a Portugal e do estabelecimento de uma norma culta para a língua escrita, que se encontraria desdobrada no discurso científico posteriormente. Nesse sentido, a polêmica em torno da questão linguística no Brasil teria ganhado contornos dos quais nunca conseguiu se desfazer, mas também ali respondia a pensamentos anteriores.

Para Pinto (1978), as linhas definidoras desse debate, nesses termos, já estavam presentes no pensamento de Adolfo de Varnhagen (1816-1878):

24 Nota-se justamente que 1826 foi o ano de publicação do texto do Visconde de Pedra Branca.

25 Tanto Mendonça (1936) quanto Melo ([1946] 1975) citam como exemplo de estudos dessa segunda fase o capítulo VIII do segundo volume de *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (1879-1880), de Sílvia Romero.

26 Melo (1975) lista outros exemplos de estudos da fase dialetológica: *Linguaajar Carioca* (1922), de Antenor Nascentes; *A Língua Portuguesa no Brasil* (1922), de Solidônio Leite; *Português da Europa e Português da América* (1931), de Clóvis Monteiro; *A Língua Nacional* (1933), de João Ribeiro; *A Gramática e a Evolução da Língua Portuguesa no Brasil* (1933), de Herbert Parente Fortes; *Cultura da Língua Nacional* (1933), de Xavier Marques; *A Língua do Nordeste* (1934), de Mário Marroquim; *A Língua Brasileira* (1935), de Domingos Castro Lopes; *O Português do Brasil* (1936), de Renato Mendonça; *A Língua do Brasil* (1936), de Luís Viana Filho; *Língua Nacional* (1937), de Cândido Jucá Filho; *Geografia Linguística e Cultura Brasileira* (1937), de Eugênio de Castro; *Língua Vernácula. Gramática História e Antologia* (quarta série, 1938), de Sá Nunes; *A Quimera da Língua Brasileira* (1939), de João Leda; *Língua Brasileira* (primeiro tomo, 1940), de Edgard Sanches; *Estudos da Língua Nacional* (1940), de Artur Neiva; *O Problema da Língua Brasileira* (1940), de Sílvia Elia; *A Língua Portuguesa no Brasil* (1941), de Jacques Raimundo; *O Idioma Nacional* (quarto volume, 1942), de Antenor Nascentes; *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1950), de Serafim da Silva Neto.

27 Embora considere o esquema de Mendonça satisfatório, Melo ([1946] 1975, p. 3) aponta nele alguns possíveis reparos: i) questiona a denominação da primeira fase (*pré-história*); ii) afirma haver já antes de 1920 (data de publicação do estudo de Amadeu Amaral) estudos conscientes sobre a questão dialetológica no Brasil, citando como exemplos: a) o estudo sobre o *Dialeto Rio-Grandense* (Livraria Americana, 1909), de Joaquim Gomes de Campos Júnior, no qual o dialeto rio-grandense é considerado um dialeto alentejano, uma vez que “foi de Monsaraz que vieram os primeiros povoadores de Rio Grande”; b) a livro *A Língua Portuguesa no Brasil* (Bahia, 1916), de Virgílio de Lemos, que aponta a existência de subdialetos no Brasil, e no qual o autor propõe a organização de pesquisas sistemáticas por todo o território brasileiro para obter informações precisas sobre a linguagem das diversas províncias – lançando, assim, para Melo, “a ideia de constituição da nossa dialetologia”.

Já estão, pois, claramente esboçadas em *Varnhagen* as linhas-mestras que delimitarão os debates em torno da língua até o final do século XIX: aceita-se a maioria de seus conceitos, sobretudo o que diz respeito à *diferenciação da fala* – e isto inclusive por parte dos que apregoam não apenas a *unidade da língua escrita*, mas ainda o culto aos clássicos: reivindica-se maior legitimidade na herança do passado português quinhentista; mantém-se, nas investigações, sempre predominantemente fonológicas e léxicas, a mesma atitude apriorística, de documentar pela evidência, por fatos notórios, a realidade linguística brasileira; mantém-se também, pelo menos até a penúltima década do século, o sentimento nacionalista na abordagem dos fatos – aliás responsável, em *Varnhagen*, pela teoria da filiação castelhana da língua do Brasil, tese retomada posteriormente, com mais radicalismo, por *Paranhos da Silva* (PINTO, 1978, p. XVII – Introdução – grifos da autora).

Porém, para a autora, é na segunda década do século XX, que ocorreu um interesse maior em torno da língua portuguesa do Brasil, que acaba por ganhar contornos de “ocaso do apogeu purista”, a partir do qual João Ribeiro revê os seus princípios²⁸ (PINTO, 1978, p. XXXIX – Introdução).

Se, por um lado, havia a defesa da noção de uma certa unidade linguística entre as duas línguas e, por outro, a compreensão de que a diferenciação entre elas já fazia sentir os ares de existência de gramáticas distintas, sobre ambas perspectivas recaía o fato de terem de explicar as razões da diferenciação entre o PB e o PE.

Para os defensores da unidade linguística entre Brasil e Portugal, a separação entre língua escrita e língua falada foi a saída, juntamente com a defesa purista de uma norma culta garantidora de uma identidade civilizatória superior. Já para aqueles para os quais os pulmões só tinham espaço para os novos ares gramaticais, era preciso descrever em que medida as duas línguas poderiam ser vistas como apartadas (ou apartando-se), daí a importância da fase de estudos dialetológicos.

Com o avanço do debate, e a consequente evolução do discurso científico, outros níveis gramaticais passam a entrar em cena, a fim de protagonizarem a diferenciação do PB frente ao PE. Segundo Varejão (2009, p. 119-120), desde as primeiras monografias sobre o PB produzidas por dialetólogos até os estudos elaborados posteriormente por linguistas poderiam ser constatados, nos mais diversos níveis da gramática dos brasileiros (distintos em escolaridades), “fenômenos considerados não-padrão que idealmente seriam realizados da forma considerada padrão entre os europeus”. Nesse sentido, algumas características do PB seriam tidas como idiossincráticas, tais como: fenômenos fonético/fonológicos – como a *iotização* (*véio* por *velho*) e a *monotongação* (*quexa* por *queixa*) – e fenômenos morfossintáticos – como a *marcação de plural apenas no primeiro elemento do sintagma*

28 Elia (1961, p. 118-125) aponta que João Ribeiro teve duas atitudes distintas frente ao problema em questão: 1. a favor de Rui Barbosa, no que tocava condenar o estabelecimento (ou a existência) de uma língua brasileira; 2. reconhecendo as diferenças entre as línguas faladas aqui e em Portugal.

nominal (*as criança*); a simplificação do quadro flexional dos verbos (*eles/nós chegou*); o uso de estruturas de relativização como em ‘*a garota que eu saí com ela é só minha amiga*’, etc.

Para a autora, num ponto de vista subjacente a tais monografias, estaria a noção de que haveria, nos diversos níveis gramaticais, “fatos tipificadores dos falares brasileiros” que seriam justificáveis sob os seguintes aspectos: i) pela distância em relação à matriz; ii) pelas diferentes formas pelas quais o nosso território foi ocupado; e iii) pela história interna e externa da língua portuguesa no Brasil (VAREJÃO, 2009, p. 125).

Segundo Varejão (2009, p. 128), dataria de 1953 a publicação “do primeiro trabalho de descrição do PB cientificamente fundamentado”, a saber: *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara, nome bastante importante para a divulgação das ideias do estruturalismo europeu em território brasileiro. Dessa forma, novos quadros teóricos vão sendo incorporados à Linguística, “e cada vez mais as diferenças estruturais entre o PE e o PB são objeto de investigação científica”, tentando capturar a variação em todos os níveis da gramática da língua portuguesa do Brasil.

De acordo com a autora, em meio a esse debate sobre a nossa formação e nossas particularidades linguísticas, deveriam estar no centro do palco “as diferenças particularmente advindas das especificidades de o Brasil ser um país”: i) que tem um território imenso, no qual o povoamento foi heterogêneo e, inicialmente, rural; ii) que tem uma enorme diversidade cultural; e iii) que conta com uma importante estratificação social, “com significativas consequências na escolarização dos indivíduos”: “Logo, uma das possibilidades de resposta à questão da variação aponta para os estudos das histórias interna e externa da constituição do PB, subsumindo quatro correntes representativas principais” (VAREJÃO, 2009, p. 135).

Para Mattos e Silva (2004:11-12), a bibliografia que trata da língua portuguesa no Brasil tem geralmente focalizado “o português, sua transplantação, difusão e implementação” no Novo Mundo, “tomando apenas como contraponto as línguas que aqui se usaram (muitas delas ainda se usam) e outras línguas para cá também transplantadas ao longo dos séculos XVI a XX, denominados os seus de *aloglotas*, isto é, falantes não-nativos do português”. Apesar de não se poder negar toda essa contribuição, para a autora, a complexidade sócio-histórica e de interação linguística do Brasil (que resultou no PB e suas variantes regionais e sociais, assim como suas normas socialmente assentidas) se encontraria diluída “na tentativa de compreender e explicitar a diferenciação do *português no Brasil* em relação *português da Europa*”. Em meio a essa busca, haveria uma homogeneização do PB, mesmo reconhecendo a variação regional e social, como o faz Serafim da Silva Neto ([1950] 1976).

Muitas histórias têm de ser reconstruídas para que se venha a ter uma história do diversificado português brasileiro, inexoravelmente nascido do encontro da “linguagem adulterada de negros e índios” e da *koiné* portuguesa, além de outras línguas aqui chegadas que, necessariamente, por razões sócio-históricas e linguísticas, entrecruzaram-se e se entrecruzam com o ideal redutor e generalizado formulado por Serafim da Silva Neto (MATTOS E SILVA, 2004, p. 12).

Para ela, na base dessa ideia, estaria “uma ideologia que busca “enobrecer” e “desmisticizar” o *português brasileiro*”. Tal fato traria consequências para a questão linguística no Brasil:

Em decorrência disso, pode-se falar hoje de uma realidade linguística clivada em que os estudantes dos estratos populares que chegam hoje à escola têm de tentar aprender a “língua da escola” como se fosse uma língua segunda, o que configura um tipo de “diglossia” que separa as ditas variantes cultas, de minorias, das variantes populares da grande maioria, aspecto esse da heterogeneidade do português brasileiro que vem sendo estudado (KATO, 1993: 20 e CORRÊA, 1993), analisando-se a fala e a escrita de estudantes brasileiros (MATTOS E SILVA, 2004, p. 41).

É com isso em vista que compreendemos que o estudo da língua portuguesa tal como ela está constituída no território brasileiro, sob suas diversas configurações, será um movimento com resultados distintos conforme se leve em consideração a sua modalidade escrita ou as suas modalidades faladas. Na primeira, houve um verdadeiro cabo de guerra no qual cada lado puxava ou em direção a Portugal ou em direção a uma emancipação linguística brasileira. Já na segunda, as diferenças só se fariam crescentes, mas necessitadas de uma maior descrição e investigação científica.

Nesse sentido, apesar de toda a contribuição do desenvolvimento da Linguística para compreender a complexidade do problema da língua portuguesa no Brasil, Mattos e Silva (2004, p. 12) defende que faltaria ainda “uma reconstituição que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente”. Através da soma de tal conjunto de dados, poder-se-ia “explicitar e espelhar os processos sócio-históricos e linguísticos que interagiram na constituição do português que falamos”.

Embora essa necessidade se faça presente ainda hoje, tal projeto de pesquisa foi posto em prática a partir das primeiras décadas do século XX, conforme a periodização de Mendonça (1936) tenta capturar. O autor analisava então a contribuição do campo da geografia linguística, na qual via, a princípio, a busca por “influências de fatores do meio, do clima, do território contínuo ou descontínuo na diversidade das línguas” para se chegar à “explicação de diferenças dialetais (feitas através de cartas linguísticas/geográficas de cada região), que o território, aliado a causas históricas e sociais, produz na unidade de um idioma” (MENDONÇA, 1936, p. 19-24). Buscavam-se, assim, explicações para o problema da

mudança linguística, sempre desafiador das teorias linguísticas. Entretanto, para Mendonça, a diferenciação geográfica não era suficiente para dar conta das diferenças existentes. Havia elementos históricos que contribuíram para a diferenciação linguística entre as línguas do Brasil e de Portugal, no que concerne à língua falada. Era o contato linguístico, sobretudo com as línguas africanas, que precisava ser posto em pauta.

Em resumo, é de se imaginar se seria possível a elaboração de um quadro referente aos estudos do PB e sua formação no seguinte esquema: i) de primeiro momento, o que se tem é a reivindicação de uma língua própria do Brasil, com a verificação das suas diferenças em relação ao PE - debate esse perpassado por inúmeras polêmicas; ii) num segundo momento, há as pesquisas dialetológicas, que vão se destacar pelo estudo da sustentação das diferenças relativas entre PB e PE, assim como das diferenças dentro do mesmo território; e iii) num terceiro momento (talvez, seja este ainda o atual), vai-se buscar as causas de tais diferenças, além da descrição da estrutura do PB e a construção de hipóteses que tomam o contato linguístico ocorrido no Novo Mundo como objeto de estudo tanto para alçá-lo à condição de fator motor para a apartação entre as duas línguas quanto para defender a manutenção, no Brasil, de formas linguísticas oriundas de Portugal, anteriormente às mudanças linguísticas ocorridas no PE neste país²⁹.

As pesquisas dialetológicas, no entanto, não são estanques – somente se desenvolvendo fortemente na segunda metade do século XX – e não se encontram isentas de polêmicas, além de aparecerem nelas interessantes e desafiadores problemas conceituais, também muito relevantes ao tema de nossa pesquisa, uma vez que se referem à compreensão das teorias de nossa disciplina acerca da questão da mudança linguística.

A abordagem de tais problemas se faz essencial, pois o estado atual do debate sobre o estatuto do PB (no que diz respeito a duas das principais hipóteses para essa questão, a saber: *a transmissão linguística irregular* e *a deriva linguística* – abordadas no quarto capítulo desta dissertação) herda tanto os bônus quanto os ônus da evolução do estudo do fenômeno da mudança linguística. Este será, pois, o tema do nosso próximo capítulo.

²⁹ Segundo Basso & Gonçalves (2014, p. 154-166), a partir do século XVII, o PE teria sofrido mudanças profundas em sua estrutura. Tais mudanças teriam tido como centro irradiador a região centro-sul de Portugal. Algumas delas seria compartilhadas com o PB, mas muitas teriam ocorrido apenas em solo lusitano, e poderiam ser responsáveis pela grande diferença entre as duas línguas, uma vez que a língua portuguesa desembarcada no Brasil, afora o caldeirão do contato linguístico que aqui fervilhou durante a colonização, teria outra configuração estrutural – iremos nos debruçar mais sobre o assunto em nosso terceiro capítulo, ao abordar a hipótese conservadora para a origem e formação do PB, que tem em Gladstone Chaves de Melo (1946) e Serafim da Silva Neto (1950) grandes defensores. A renomada linguista Charlotte Galves tem trabalhado com tais mudanças no desenvolvimento histórico do português desde 2007, e seus estudos, assim como aqueles coordenados por ela, fazem parte do projeto *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*, que poder ser acessado através do endereço eletrônico <http://www.tycho.iel.unicamp.br/hotsite/index.html>.

CAPÍTULO II: Crioulística: uma confusão de conceituações

1. A herança epistemológica dos estudos da mudança na Linguística

O fato de que as línguas, com o passar do tempo, mudam talvez seja o único fenômeno comumente aceito pela comunidade científica linguística, tendo recebido considerável atenção por parte de algumas de suas principais teorias. Entre os séculos XVIII e XIX, o principal interesse na questão se encontrava sustentado na visão de língua como uma realidade em transformação, “entendendo a Linguística como uma ciência necessariamente histórica” (FARACO, 2005, p. 95). Segundo Lyons (1979, p. 22-23), o surgimento dessa conceituação de língua correspondia a uma reação contra uma perspectiva teórica anterior. Mais especificamente, havia uma insatisfação com explicações apriorísticas e lógicas de séculos anteriores, preferindo-se, então, o raciocínio histórico: “A mudança de perspectiva que levou à adoção do ponto de vista histórico foi geral e não se limitou ao estudo da língua” – em outras palavras, tratava-se de um *paradigma* científico maior³⁰.

Em boa parte dos referidos séculos, o interesse pela questão da mudança linguística estava intrinsecamente relacionado ao projeto de estabelecimento do relacionamento genético entre as línguas naturais do mundo, na quase incessante busca pelo ancestral linguístico comum a todas as línguas existentes. Era essa a missão da Linguística Comparativa e Histórica a princípio. Com o passar do tempo, entretanto, o problema da mudança linguística em si é que vai recebendo cada vez mais atenção, como que na perseguição a uma resposta a uma imperiosa pergunta do tipo: *Por que as línguas mudam, afinal?*

No expoente dessa perspectiva teórica está o movimento neogramático. Para Auer e Murray (2015, p. 4-5), esse movimento teria sido a primeira tentativa de se desenvolver uma fundamentação teórica para a Linguística, que por volta da década de 1870 já tinha se estabelecido como uma ciência essencialmente empírica, através da bem-sucedida reconstrução das línguas indo-europeias e suas línguas ancestrais pela Linguística Comparativa e Histórica. Os neogramáticos teriam sentido que já era hora de superar a simples descrição empírica (baseada em uma metodologia comparativa), e buscaram colocar a Linguística sobre uma base teórica firme, o que só poderia ser atingido na investigação do funcionamento de línguas vivas – em oposição à atividade de reconstrução de estágios mais antigos de uma língua através de registros escritos. Tratava-se, então, de uma ruptura

³⁰ O termo paradigma se encontra popularizado dentro das disciplinas científicas, sobretudo em estudos epistemológicos, desde da clássica obra de Kuhn ([1962] 2013), *A estrutura das revoluções científicas*, correspondendo inicialmente a empreendimentos da ciência aceitos e reconhecidos universalmente e que fornecem modelos explicativos a uma determinada comunidade científica. Contudo, Masterman (1979) identifica várias definições (distintas entre si) do conceito de paradigma nessa mesma obra. Em obras posteriores, Kuhn (2000, 2011) tentou lapidar o conceito em questão. Assumiremos aqui o mesmo sentido adotado por Chalmers (1993), segundo o qual paradigma seria o consenso sobre a existência de uma matriz disciplinar a ser seguida, um composto de suposições teóricas gerais e de leis e técnicas para a sua aplicação adotadas por uma determinada comunidade científica

importante com a tradição anterior, embora no programa neogramático ainda estivesse a tentativa de reconstruir estágios anteriores das línguas (ou as línguas ancestrais), embora obedecendo, dessa vez, a uma forte orientação para os dados da fala.

Para Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 210), a escola neogramática era de forte cunho uniformitarista: as leis subjacentes à mudança linguística seriam as mesmas para todas as línguas e épocas³¹:

No fim do século, os neogramáticos falarão de leis “sem exceção” e de uma precisão “astronômica”. Eles serão ao mesmo tempo os teóricos que mais insistem sobre o caráter histórico e social das mudanças linguísticas. Essa dupla caracterização não é óbvia. Ela abre um debate que concerne antes de tudo à linguística, mas que implica o conjunto das ciências humanas, renovando de maneira espetacular a reflexão sobre a natureza da cultura tal como ela se colocou no Século das Luzes (COLOMBAT, FOURNIER & PUECH, p. 216).

Contudo, salientam os autores, as leis fonéticas neogramáticas passaram por uma crise por volta dos anos 1880, dando lugar, no câmbio do século XIX para o XX, a “proposições teóricas alternativas que privilegiam o espaço (geografia linguística, atlas linguísticos) e a variação (dialetologia) contra a consideração exclusiva do tempo”. Para os autores, essas novas perspectivas teóricas renovaram os debates sobre a norma e sobre a “compacidade” e “a evidência do conceito de língua” (COLOMBAT, FOURNIER E PUECH, 2017, p. 207).

Vê-se, assim, que ao se abrir a porta para as considerações linguísticas da fala e do âmbito do espaço, convidou-se a questão da variação linguística para entrar e se sentar à mesa, cujo o jantar oferecia não só a degustação da variação encontrada em línguas de uma mesma família, em territórios distintos, mas também a variação a ser detectada em uma mesma língua, e mesmo entre os seus falantes, tomados individualmente. É interessante, contudo, notar que a data estipulada como início do crepúsculo do poder explicativo das leis fonéticas perante ao problema da mudança linguística é justamente o período de publicação da mais clássica obra neogramática, a saber, *Princípios fundamentais da história da língua* (1880)³², cuja autoria é daquele que pode ser considerado, talvez, o mais notório dos neogramáticos, Hermann Paul.

Segundo Pickering (2010, p. 195), Paul diferia dos neogramáticos originais em alguns pontos, sobretudo em sua ênfase colocada por ele na psicologia e por seu foco na linguística histórica em vez da comparativa. Para Paul ([1880] 1966), a verdadeira tarefa do linguista permanece na investigação da mudança linguística, o que significa a observação da fala dos

³¹ Essa é uma concepção de funcionamento da mudança linguística também encontrada na sociolinguística variacionista de Labov ([1972] 2008, p. 192), segundo o qual “os mesmos mecanismos que operaram para produzir as mudanças em larga escala do passado podem ser observados em ação nas mudanças que presentemente ocorrem à nossa volta”

³² É importante ressaltar aqui que a referida obra passou por diversas edições, nas quais o autor revisou e ampliou suas ideias e o texto. A quinta e última edição data de 1920 (cf. KOERNER, 2008).

indivíduos, uma vez que todas as mudanças emanam da interação entre os falantes.

O verdadeiro objecto para o investigador da língua é antes constituído por todas as manifestações da actividade da fala em todos os indivíduos na sua acção recíproca. Todos os grupos de sons que um indivíduo qualquer alguma vez tenha dito, ouvido ou imaginado, com as ideias que lhe estão associadas e de que eles foram símbolo, os múltiplos complexos em que se formaram, na alma de cada um, os elementos da língua, são do domínio da história da língua e deviam, no fundo, conhecer-se todos, para tornar possível uma compreensão total da evolução (PAUL, 1966, p. 34).

Segundo Koerner (2008, p. 117), a ênfase de Paul na observação direta e sua aparente aversão às abstrações o levaram a se preocupar principalmente com a atividade do falante individual e sua interação com outros falantes, ao invés do estudo da linguagem de uma dada comunidade de fala. Contudo, em Paul, isso parece se dar mais por conta de uma questão epistemológica ainda mais profunda: para ele, fora do falante nem mesmo há língua. Nesse mesmo sentido, Arens (1996, p. 109) afirma que a perspectiva de Paul privilegiava a língua como uso, e não como uma abstração que seria exaurida lógica e psicologicamente. Ressalta-se, aqui, que a fala, para Paul, é compreendida como aquilo a que se tem acesso, através da qual a história se faz presente. Isso porque na fala estariam fundidos fatos contemporâneos e passados – assim, a grande parte das reflexões de Paul sobre a questão da mudança linguística se refere ao nível fonético das línguas.

De certo modo, sua recusa a abstrações teóricas sobre a língua levaria Paul a afirmar que existiram, na realidade, tantos dialetos (no sentido do que denominaríamos hoje *idioletos*) quanto falantes (PAUL, 1966, p. 36-67). Nesse sentido, Paul propõe “expor o mais universalmente possível as condições de vida da língua, traçando assim duma maneira geral as linhas fundamentais duma teoria da evolução da mesma” (PAUL, 1966, p. 17) – perspectiva similar ao exposto neste parágrafo é assumida por Mufwene (2001) no estudo de questões referentes à mudança e ao contato linguístico, conforme pretendemos demonstrar ao longo deste capítulo.

Paul parece preocupado em compreender a cisão ocorrida entre as línguas, que as leva a tornarem-se distintas tipologicamente, e a variação em uma mesma língua, que acaba por assumir papel central em tal explicação do problema da mudança linguística. Entretanto, a fonte de toda mudança linguística, para Paul, é o falante, e sua propagação se dá pela ação recíproca dos indivíduos, em sua interação. Ao lado da dinâmica intra e inter-individual, porém, concorreria um outro fator, no mesmo plano do indivíduo, para a explicação da mudança linguística, a aquisição da linguagem:

As modificações da língua realizam-se no indivíduo, em parte através da sua actividade espontânea, do falar e do pensar nas formas da língua, e em parte através da influência que recebe de outros indivíduos. Uma modificação do uso só poderá efectuar-se quando ambas as coisas coincidirem. O indivíduo está sempre sujeito à influência de outros, mesmo quando já absorveu completamente o que é usual na língua. Mas o período em que a influência desempenha o seu papel principal é o das primeiras recepções, o da aprendizagem da língua” (PAUL, 1966, p. 41-42).

Para Paul, os processos de aquisição da linguagem são essenciais para a compreensão do problema da mudança linguística, uma vez que eles correspondem a um período de recriação completa de uma língua:

Quando dizemos, comparando duas épocas separadas por largo espaço de tempo, que a língua se modificou, não somos com isso fiéis à autenticidade dos factos. As coisas passam-se antes do seguinte modo: a língua recriou-se por completo, e esta recriação não está inteiramente de acordo com a versão mais antiga, agora desaparecida” (PAUL, 1966, p. 42).

Embora estabeleça dois fatores (reunidos sob um mesmo processo, porém: a influência de um indivíduo sobre o outro), Paul parece indicar que o fenômeno da mudança linguística se dá da mesma forma por todos os lados possíveis, incluindo aqui a gênese da linguagem e das línguas no ser humano. É justamente por isso que seria possível buscar os princípios subjacentes à linguagem e ao fenômeno em consideração: “Se a nossa observação for feita como deve ser, os resultados gerais devem ser aplicáveis a todas as línguas e a todos os graus de evolução das mesmas, e até mesmo aos *começos da língua*. Só se pode resolver a questão da origem da língua à base da teoria de princípios” (PAUL, 1966, p. 43). Há aqui, ainda, os ecos da doutrina uniformitarista característica dos neogramáticos. Contudo, o fato digno de nota para esta dissertação é a possível interpretação de que, para Paul, tal doutrina parece pressupor que os resultados dos processos de mudança linguística obedecem aos mesmos princípios por toda a parte. Isso é importante de se reter, para a nossa discussão, uma vez que, com o aparecimento da questão do contato linguístico como um fator motor da mudança linguística, reforça-se uma ideia de há distinção entre os processos pelos quais uma língua pode mudar, e também entre os resultados possíveis de uma mudança de tal e tal tipo. Mais especificamente, começa-se a distinguir entre mudanças linguísticas oriundas pelo contato entre línguas e aquelas próprias do curso natural das diversas línguas humanas – sendo que estas, no limite, para Paul, ainda se espalhariam pelo contato, na ação de um indivíduo sobre o outro.

Esta última perspectiva (o processo de mudança via um curso natural da língua) pode ser exemplificada a partir do conceito de *deriva linguística*, postulado por Sapir (1921).

Segundo Pickering (2010, p. 192), Sapir estava justamente reagindo contrariamente às ideias do autor neogramático, “construindo um argumento contra a teoria de Paul sobre mudança linguística e a favor do seu próprio conceito de deriva e da sua visão estrutural”³³.

Assim como o exposto do pensamento de Paul, o conceito de deriva em Sapir ([1921] 2013, p. 119-136) aparece como o reconhecimento e na tentativa da captura teórica do processo da variação linguística³⁴:

Toda gente sabe que a língua é variável. Dois indivíduos da mesma geração e localidade, que falam precisamente o mesmo dialeto e frequentam os mesmos círculos sociais, nunca estão propriamente a par nos seus hábitos linguísticos. Investigação minuciosa da fala de cada um revelaria inúmeras diferenças de detalhe – na escolha dos vocábulos, na estrutura das sentenças, na relativa frequência com que são usadas certas formas ou combinações de palavras, na pronúncia de certas vogais e consoantes ou combinações de certas vogais ou consoantes, em todos esses aspectos como a rapidez da elocução, a intensidade, a entoação que dão vida à língua falada. Pode-se dizer, até certo ponto, que eles falam dialetos levemente divergentes da mesma língua mais do que rigor a mesma e idêntica língua (SAPIR, 2013, p. 119).

Embora, no trecho citado, Sapir esteja se referindo às variações individuais (ao *idioleto*), sua preocupação maior é com a variação no conjunto de uma mesma língua. Para ele, as variações linguísticas individuais tendem a minguar diante de certas concordâncias maiores com o grupo linguístico do qual se faz parte, o que seria revelador de uma “entidade linguística ideal”, que domina a fala habitual de cada indivíduo do grupo e que restringe a suposta liberdade do usuário da língua – pelo o que ele chama de “tácita norma diretriz”³⁵. Nesse sentido, as variações individuais seriam corrigidas ou canceladas “pelo consenso do uso geral” (SAPIR, 2013, p. 119-120). Mesmo quando divergem em seus idioletos, a fala de dois indivíduos pertence a uma norma cada, normas estas que se encontrariam em um contínuo de variação:

Se todos aqueles que falam um dialeto dado fossem escalados de acordo com o seu

³³ Sapir fazia parte da corrente estadunidense do *estruturalismo*, distinto do estruturalismo europeu (que encontra em Saussure seu principal teórico) principalmente no que se refere à atenção destinada ao fenômeno da mudança linguística, cuja importância foi diminuída na perspectiva linguística saussuriana.

³⁴ Outro ponto interessante no pensamento sapiriano é aquele correspondente ao seu debate com Franz Boas em relação à transmissão de certas estruturas linguísticas – isto é, algumas seriam mais transmissíveis do que outras. Para Sapir, padrões morfológicos mais extensos não seriam emprestáveis, sendo assim possível a distinção entre formas emprestadas e o material que é herdado, acreditado ainda na possibilidade de se estabelecer agrupamentos genéticos mais remotos. Boas, por sua vez, enfatizava a dificuldade na distinção entre os efeitos do empréstimo e os efeitos da herança, o que o levou a postular que o estabelecimento de famílias linguísticas somente seria possível para aquelas relações menos distantes. (cf. CAMPBELL, 2000, pp. 62-77).

³⁵ O termo *norma* aqui encontra sentido distinto daquele exposto em nosso primeiro capítulo, no qual há uma relação intrínseca com a língua escrita e com uma ideologia dominante. Aqui, norma parece dizer respeito às regras comumente aceitas pelos indivíduos (ou que os guiam), organizando-os em comunidades e influenciando os seus hábitos, entre os quais se encontram os linguísticos (cf. COSERIU, 1979).

grau de conformidade ao uso geral, não há dúvida que constituiriam uma série de tonalidade ricamente degradante em torno de uma norma ou centro bem definido. As diferenças entre dois vizinhos da série não seriam perceptíveis senão a uma pesquisa linguística microscópica. Já as diferenças entre os membros extremos da série seriam por certo consideráveis, provavelmente tão consideráveis que orçariam o montante de uma verdadeira variação dialetal. O que nos impede de dizer que eles falam distintos, é que as suas peculiaridades, em conjunto não se referem a uma norma própria, senão à própria norma da série (SAPIR, 2013, p. 120).

Essa possibilidade da fala de cada indivíduo poder ser encaixada em séries dialetais distintas poderia levar ao fim dos limites entre os dialetos e às línguas, derrubando as barreiras entre essas duas entidades línguas (e mesmo entre elas mesmas) fazendo das distinções um movimento de arbitrariedade³⁶. Contudo, Sapir parece compreender que essa não é estritamente a natureza das coisas. Embora reconheça que é possível um mesmo indivíduo cuja fala flutue compromissadamente entre dois dialetos distintos, o que pode até culminar no estabelecimento de “uma nova norma dialetal própria” – algo que admite ser comum na história das línguas –, Sapir classifica tais fatos como secundários:

Estão intimamente relacionados com certos desenvolvimentos sociais, tais como o advento de uma nação, a formação de literaturas que não se contentam com uma mera repercussão local, o movimento das populações rurais para as cidades, e todas as outras tendências destruidoras do intenso localismo que o homem simples sempre considerou natural (SAPIR, 2013, p. 120).

O que Sapir parece fazer aqui é desconsiderar fenômenos intimamente relacionados ao contato linguístico³⁷, apartando-os daqueles fenômenos que ele pretende analisar, a saber: as diferenças dialetais primordiais. Para Sapir, não é suficiente (embora não seja incorreta, salienta) a explicação segundo a qual uma língua (ou um dialeto) se distinguirá quando falada em locais distintos ou por estratos diferentes da sociedade. Há outra coisa em jogo:

[...] se todas as variações individuais, dentro de um dialeto, são constantemente reduzidas à norma dialetal, se não há tendência apreciável de servirem as peculiaridades individuais de ponto de partida para um cisma dialetal, por que havemos de ter diferença dialetal? Não é de esperar que a norma, ameaçada em certo momento e em certo local, se imponha em última instância? Não é de esperar que as variações individuais de cada localidade, ainda que na falta de intercâmbio entre si, se cancelem e simplifiquem numa fala média aceita por todos? (SAPIR, 2013, p. 121).

³⁶ Os conceitos *dialeto* e *língua* são comumente aplicados na Linguística, mesmo que ainda careçam de um critério mais satisfatório na sua definição e na distinção um do outro, além de uma certa arbitrariedade ou então motivações políticas ou ideológicas. Como exemplo da necessidade de uma melhor definição, cabe aqui a anedótica frase geralmente atribuída ao linguista russo Max Weinreich: “A língua é um dialeto com um exército e uma marinha”.

³⁷ É interessante notar que os fenômenos trazidos na argumentação de Sapir podem ser pensados como retrato fidedigno de parte da história do Brasil, fatores até mesmo importantes para o nosso debate, tal como os expusemos ao longo de nosso texto.

Em outras palavras, mais gerais, a pergunta parece ser: apesar dos pesares, por que as línguas (ou dialetos) mudam, afinal? Como tira de cena uma possível resposta segundo a qual isso se dá justamente pelo contato linguístico, Sapir fica carente de uma outra resposta. Para Sapir, as variações individuais não são as únicas existentes, fosse assim o fenômeno já estaria explicado. Mais do que isso, para Sapir, as variações individuais, em geral, estão fadadas a desaparecer sem deixar vestígios (SAPIR, 2013, p. 123-124) – aqui é tirado da conta o poder da influência de um indivíduo sobre o outro, numa dinâmica social de interações entre os falantes, como exposto pelo pensamento de Paul.

Na perspectiva sapiriana, existe uma outra variação linguística, de outra ordem, uma variação de ordem insignificante, mas que tem outro ciclo de vida que não o das variações individuais, eternizando-se, por assim dizer, na história da língua: “A língua move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio” (SAPIR, 2013, p. 121). Ou seja, em suas próprias palavras, a língua “tem uma deriva”.

Na compreensão de Sapir, a mudança linguística se daria mesmo que as línguas não se fragmentassem em dialetos³⁸. Mesmo nesse caso, elas estariam “em constante afastamento de toda norma consignável, desenvolvendo incessantemente aspectos novos, transformando-se tanto em referência ao seu ponto de partida que teria de dar na realidade uma nova língua” (SAPIR, 2013, p. 121).

A variação linguística aqui não teria lugar:

Os dialetos surgem, portanto, não porque haja o simples fato da variação individual, mas porque dois ou mais grupos de indivíduos se tornaram a tal ponto desconexos que passa a ter cada qual uma deriva própria, independente, em vez de fluírem juntos. Enquanto se conservam estritamente unidos, nenhum montante de variação individual é capaz de determinar a formação de dialetos. Na prática, é claro, nenhuma língua pode espalhar-se por um vasto território, ou, mesmo, por uma área considerável sem manifestações de variação dialetal, pois é impossível impedir que uma grande população se segregue em grupos locais, cuja língua tende a formar uma deriva independente (SAPIR, 2013, p. 121).

Existe aí, em seu entendimento, um claro jogo dialético entre a fragmentação social e o processo de dialeção. A fragmentação social se dá pela distinção de diversos grupos sociais, cada qual passível de possuir normas linguísticas distintas, e que, apartados geograficamente, podem dar origem a novos dialetos ou línguas, que estarão se separando das entidades

³⁸ Aqui, Sapir parece tomar o conceito de *língua* como uma entidade de âmbito maior, superior, da qual os dialetos podem fazer parte, muito embora em outro trecho faça o seguinte alerta: “Os termos dialeto, língua, e ramo e bloco linguístico são, aliás, é claro, termos puramente relativos. São conversíveis uns aos outros, conforme as línguas provêm de uma fonte comum” (SAPIR, 2013, p. 123).

linguísticas das quais são aparentadas: “Com o correr do tempo, cada dialeto fragmentar-se-á por sua vez em subdialeto, que gradualmente ascenderão à dignidade de dialetos, enquanto os dialetos primordiais se desenvolverão em línguas ininteligíveis entre si” (SAPIR, 2013, p. 122).

Embora ateste o óbito da maioria das variações do âmbito individual, Sapir não nega que as mudanças significativas têm de primeiro acontecer nesse nível. O seu ponto é que o estudo dessas variações não nos auxiliaria a compreender o fenômeno da deriva linguística. Para ele, as variações individuais são “fenômenos desconexos, como as ondas do mar que avançam e recuam num fluxo sem consequências” (SAPIR, 2013, p. 124). Já a deriva se constitui como um processo outro:

A deriva da língua ao contrário tem um rumo. Em outros termos, só a encarnam ou transportam aquelas variações individuais que se movem em certa direção, precisamente como são apenas certos movimentos das ondas na baía que marcam o avanço da maré. A deriva de uma língua consta da seleção inconsciente, feita pelos que a falam, das variações individuais que se acumulam numa dada direção especial (SAPIR, 2013, p. 124).

Ou seja, o fenômeno da mudança linguística é visto por Sapir, usando a sua metáfora, como o movimento das ondas, no qual umas ficam pelo caminho, enquanto outras logram chegar até a areia da praia. Não haveria, assim, uma relação determinística, uma rota prévia já pressuposta – tal como o conceito de deriva é entendido algumas vezes dentro da literatura linguística, assim como o tomam Naro e Scherre (2007) na tentativa de fornecer uma explicação para a origem e formação do PB (conforme veremos em nosso quarto capítulo); ao contrário, a direção seguida pela língua vai sendo construída, paulatina e inconscientemente. Ou seja, embora a *deriva* possa ser entendida como uma tendência existente na língua, tal tendência vai sendo construída em um determinado ponto da história – isso sem tirar da conta a possibilidade de duas línguas de uma mesma família poderem apresentarem derivas próprias, devido aos seus respectivos processos sócio-históricos.

A direção especial à qual faz referência poderia ser inferida, segundo ele, pelo histórico da língua: “Nesse longo percurso cada traço característico da deriva torna-se parte integrante da fala comum; mas durante muito tempo pode suceder que exista como mera tendência na fala de alguns poucos, muitas vezes tidos em desprezo” (SAPIR, 2013, p. 124). Nesse sentido, mudanças linguísticas que poderão tomar a língua como um todo podem estar já pré-configuradas “em algumas tendências obscuras do presente”, “e que tais mudanças, uma vez realizadas, provarão ser apenas continuacões de outras mudanças que já se tinham verificado”

(SAPIR, 2013, p. 124). Além do fato da contradição no jogo indivíduo x grupo x sociedade x língua, no qual não fica muito claro o lugar do indivíduo nessas relações, a argumentação de Sapir parece ainda nos dizer que somente a história poderá nos mostrar o que será uma variação linguística que morrerá como uma onda que não chega à praia e o que faz parte de uma deriva histórica da língua.

Como dito, na teoria sapiriana da mudança linguística, o contato entre línguas (mesmo que entre os idioletos) não desempenha nenhum papel fundamental. Pelo contrário, há o entendimento de que a mudança poderia ser explicada internamente, com causas próprias da estrutura das línguas. Não é nosso objetivo abordar historiograficamente a repercussão e recepção e a influência de tais ideias dentro da Linguística, mas sim observar modelos explicativos para a questão da mudança linguística, especialmente aqueles que dão sustentação ao pressuposto de que os processos de mudança por contato linguístico ou por razões internas à estrutura da línguas são distintos, diferenciando-se também em seus resultados e nos fenômenos linguísticos neles configurados. Em nossa compreensão, tal perspectiva não estava presente no pensamento de Hermann Paul, e também será contestada por Mufwene (2001) e Aboh (2015), conforme pretendemos demonstrar. Mas é uma noção presente tanto em Sapir (com o seu conceito de *deriva*), quanto em alguns estudos do contato linguístico, seja assumindo (embora com significáveis alterações) o conceito saipiriano – como veremos em nosso quarto capítulo, no que toca à questão do PB –, seja pelo lado daqueles que investigam os resultados possíveis de um contato linguístico, com a postulação de conceitos como línguas *pidgin* e *crioula*, que acabam por estabelecer diferenças qualitativas entre essas e as outras línguas naturais.

Os estudos acerca do contato linguístico e seus resultados foram se tornando cada vez mais frequentes dentro da Linguística. Diversas são as áreas de nossa disciplina preocupadas com tal questão, tais como a Linguística Histórica, a Linguística de Contato, a Crioulística ou mesmo a Sociolinguística, por exemplo. É difícil estabelecer uma clara distinção epistemológica entre essas áreas, assim como qual o limite entre elas, e como isso afetaria o estudo do contato linguístico – nem isso é o objetivo central dessa pesquisa. Aqui, nos referiremos à área da Crioulística especificamente para discutir alguns estudos concernentes ao contato linguístico e às línguas *pidgins* e *crioulas*, isso porque é essa a área que se especializará na investigação de tais línguas, e na qual a distinção entre os processos de possíveis mudanças linguística são discutidos.

Entretanto, embora haja tal especialização, é essencial destacar aqui que a Crioulística vem sofrendo com a falta de consenso sobre a definição de seus conceitos-chave (sobretudo no

que se refere ao conceito de *língua crioula* – cuja compreensão é essencial para o debate do estatuto do PB, tema desta dissertação), o que acarreta diversas polêmicas relacionadas à metodologia empregada e a sua epistemologia, conforme alerta Rougé (2013):

Quando se aborda a questão dos crioulos, uma das maiores dificuldades é que não existe acordo entre os linguistas sobre a definição dessas línguas. Segundo os critérios considerados, encontramos definições extremamente diferentes, a tal ponto que algumas autorizam a classificação das línguas românicas como crioulas e outras restringem essa categoria a duas ou três línguas (ROUGÉ, 2013, p. 63).

Essa é uma discussão essencial para a nossa pesquisa, pois se refere à régua pela qual alguns pesquisadores pretendem medir o PB, seja como fruto do contato linguístico (independente de ser enquadrado como uma *língua crioula* ou não), seja como oriundo de um processo de mudança histórica já posto nas línguas românicas, em especial no PE (como postulado pela hipótese da deriva, no sentido que empregam ao termo Naro e Scherre, 2007).

Se não há uma definição clara dos conceitos-chave da área de estudos do contato linguístico, é possível que toda a discussão relacionada à origem e à formação do PB se torne um tanto quanto improdutiva, posto que os alguns critérios não estão tão bem delimitados, ocorrendo o mesmo com o conjunto de evidências adotado pelas diferentes hipóteses – sendo este prejudicado ou modificado em função do tipo de conceituação admitida. Assim, ora a língua portuguesa falada no Brasil poderia ser encarada como *língua crioula*, ora não, a depender da definição de tal conceito (e dos fenômenos linguísticos levados em consideração e da sua interpretação) da qual parte um determinado estudo. As polêmicas relacionadas à conceituação teórica dentro da Crioulística será tema da nossa próxima seção.

2. A disputada gênese das línguas *pidgins* e *crioulas* e as polêmicas relacionadas às suas consequências

Roberts (2007, p. 406) afirma que o estudo das línguas *pidgins* e *crioulas* se constitui como uma importante parte da Linguística desde o trabalho pioneiro de Schuchardt – cujas ideias, é importante destacar, reagiam fortemente aos postulados do movimento neogramático³⁹. Desde então, estariam os dois conceitos intimamente relacionados sob

³⁹ A discordância central de Schuchardt está relacionada à questão da regularidade dos processos de mudança fonética defendida pelos neogramáticos. Em oposição ao princípio da regularidade desta escola, o autor propunha o *princípio da irregularidade da mudança*, contrário à atuação de leis regulares e cujo postulado central é que o único aspecto regular nessa questão é o de haver irregularidades. Para Schuchardt, a mudança se iniciaria por um evento esporádico, espalhando-se e tornando-se em regra através de associações e generalizações. Na visão do autor, no problema referente à expansão de uma mudança linguística estariam inclusas as questões do contato linguístico (cf. PAIXÃO DE SOUZA, 2010).

diversas teorias que buscam compreender os possíveis resultados de uma situação de contato linguístico.

Segundo Holm (1988), um *pidgin* é uma língua que sofreu uma redução (gramatical e léxica) como resultado de uma situação de contato prolongado entre grupos de pessoas que não dispõem de uma língua em comum. A gênese dos *pidgins* se daria, então, pela necessidade de estabelecer um meio de comunicação verbal, quando nenhum dos grupos sociais envolvidos em tal situação de contato chega a adquirir a língua nativa do outro. Nesse sentido, os *pidgins* seriam uma língua criada a partir de situações de contato entre grupos com línguas mutualmente ininteligíveis – tais como as que ocorreram no circuito das grandes navegações europeias nos séculos XV e XVI (incluindo aqui as desdobradas no Novo Mundo) –, não sendo, assim, língua materna de ninguém.

A relação íntima entre *pidgins* e *crioulos*, sustentada por diversos linguistas, se dá justamente através da nativização do *pidgin*, quando este passa a ser adquirido pela geração descendente de seus falantes. A partir dessa nativização, quando o *pidgin* se transforma em língua materna de uma geração de crianças, é que nasceriam as línguas crioulas, ou seja, os *crioulos* teriam como origem, necessariamente, um *pidgin* nativizado (cf. THOMASON & KAUFMAN, 1988; MUFWENE, 2001; ROBERTS, 2007; PARKVALL, 2012).

Parkvall (2012, p. 20) assume que é justamente a *pidginização* (entendido por ele como o processo de *transmissão interrompida*) que deve ser entendido como a característica essencial que faz de uma língua um *crioulo*, já que tal definição não poderia ser feita simplesmente pela detecção de uma mistura gramatical, uma vez que “há várias línguas não crioulas que são mais “misturadas” (no sentido de apresentarem características originárias de mais de uma língua)” – ou seja, esse seria um critério de caráter insuficiente.

Embora tal visão de origem das *línguas crioulas* a partir de um modelo de quebra na transmissão linguística não seja também um consenso entre os linguistas/crioulistas (conforme veremos mais adiante a partir das visões de Mufwene e Aboh), é, contudo, nas consequências de tal gênese linguística que residem as maiores polêmicas acerca de tais conceitos, uma vez que a ela estaria vinculada a ideia de que as *línguas crioulas* poderiam se diferenciar das línguas não-crioulas de maneira significativa, já que aquelas, ao contrário destas últimas, não se desenvolveriam através da situação comum da transmissão linguística de uma geração para a outra em uma comunidade linguística. Sua origem a partir de *pidgins*, tidos como sistemas de comunicação simplificados (limitados à situação de contato na qual eles surgiram), poderia levar as línguas a disporem de características gramaticais próprias (ROBERTS, 2007).

Assim, tem sido bastante comum, na Crioulística, assumir a relação de um processo de

transmissão linguística interrompida (com uma evolução abrupta) com os conceitos de *pidgins* e *crioulos*. Isso pode ser exemplificado com o modelo de *crioulização* de Bickerton (1984) a partir de seus estudos contrastivos entre as estruturas do *pidgin* e da *língua crioula* do Havaí. Neles, o autor propõe a sua *Hipótese do Bioprograma da Linguagem*, segundo a qual o crioulo daquele país teria sido derivado do referido *pidgin*, que se configura como uma base empobrecida para o desenvolvimento e para o (re)inchaço da gramática na gênese crioula. Seria nesse sentido que a faculdade da linguagem, através da capacidade inata do ser humano para a aquisição de linguagem, entraria em cena, fornecendo as estruturas carentes naquelas línguas a partir da gramática interna de seus falantes, gerando um novo sistema linguístico, as *línguas crioulas*. Para Bickerton (1981 apud ROBERTS, 2007, p. 408), as *línguas crioulas* se constituiriam como uma janela direta para a compreensão da faculdade da linguagem, já que ela é requerida ao máximo durante a formação de tais línguas, uma vez que os *dados linguísticos primários* (DLP) são oriundos dos *pidgins*, reduzidos estruturalmente⁴⁰.

Para Roberts (2007, p. 408-409), o fato interessante da hipótese do bioprograma de Bickerton está na ideia de que os *crioulos* representam sistemas que acabam por se adequar à Gramática Universal (GU)⁴¹, ocupando, nos termos do modelo de princípios e parâmetros⁴², uma pequena gama de variação paramétrica disponibilizada pela GU. Nesse sentido, de fato, haveria algo realmente especial sobre as *línguas crioulas*, mas que se referiria às circunstâncias especiais que cercam sua origem.

No que diz respeito ao acesso à faculdade da linguagem, Roberts diferencia a aquisição de segunda língua (como nos casos de contato linguístico) da aquisição de língua materna, principalmente se se assume que o processo de aquisição de segunda língua, diferentemente da de língua materna, pode não ter acesso à GU, no caso de adultos, uma vez fechado o período crítico de aquisição de linguagem⁴³. Segue-se disso que tal processo poderia permitir a apresentação de estruturas que não seriam permitidas pela GU, como no caso dos *pidgins* –

40 Segundo Mufwene (2015, p. 357), as hipóteses universalistas tiveram precursores no século XIX, citando como exemplo os estudos de Adolfo Coelho (1880-1886), que teria parcialmente previsto a hipótese do bioprograma de Bickerton (1984) ao postular que os *crioulos* deviam a sua origem a leis psicológicas ou fisiológicas universais. Para Mufwene, Bickerton levou adiante as ideias de Coelho, e foi ainda mais longe ao afirmar que são as crianças, e não os adultos, que constroem os *crioulos* a partir da fixação dos parâmetros dessas novas variedades de línguas em suas configurações padrão, conforme especificado pela Gramática Universal.

41 O conceito de *Gramática Universal*, dentro da teoria gerativa, corresponderia ao conhecimento linguístico inato dos seres humanos, referente a todo o domínio linguístico na faculdade da linguagem, contendo as propriedades linguísticas (cf. GUIMARÃES, 2017).

42 A teoria gerativa passou por diversas reformulações ao longo do seu desenvolvimento. Um de seus estágios é o modelo de *Princípios e Parâmetros*, que surgiu motivado pela necessidade da investigação dos limites do que pode ou não variar em uma língua natural (cf. GUIMARÃES, 2017).

43 A noção de *período crítico*, dentro do gerativismo, corresponde ao período mais sensível da vida humana (na fase da infância) para a aquisição de uma língua materna. Após esse período, a aquisição de uma língua, como, por exemplo, por um adulto seria mais “trabalhosa” (cf. GROLLA & FIGUEIREDO, 2014).

embora, como mencionamos, estes não seriam língua materna de ninguém. Por sua vez, as *línguas crioulas* dispõem de falantes nativos, são adquiridas pelas crianças, tendo ainda uma gama completa de funções comunicativas e se configuram como estruturalmente mais complexas, com padrões consistentes como qualquer outra língua natural, não apresentando características que violem a GU (ROBERTS, 2007, p. 407). Dessa forma, da mesma maneira que as características estruturais apresentadas pelas *línguas crioulas* se explicariam pela sua origem nos sistemas reduzidos dos pidgins, sua posterior complexificação estrutural, com a nativização do pidgin por uma geração descendente dos primeiros falantes, seria explicada pela ação da faculdade da linguagem, que, segundo nosso entendimento sobre a perspectiva de Roberts, parece agir no sentido de evitar que o fruto caia distante da árvore das línguas naturais.

Porém, nesse cenário, além da diferenciação gramatical por um tipo de transmissão linguística de outra ordem que não a mesma que se dá entre as línguas não crioulas do mundo, tem sido defendido também, dentro da Crioulística, que haveria ainda uma ruptura tipológica relacionada à gênese das *línguas crioulas*. A consequência dessa ruptura é que essas línguas não poderiam mais ser vinculadas tipologicamente às línguas lexificadoras ou de superestrato – tidas como as línguas que fornecem o maior material linguístico (léxico e gramática) que configurará a estrutura da *língua crioula*⁴⁴.

Thomason e Kaufman (1988), por exemplo, assumem as *línguas crioulas* como impossíveis de serem classificadas geneticamente, embora defendam que elas sejam línguas mistas, configuradas gramaticalmente a partir da contribuição das línguas de superestrato e de substrato. Isso justamente porque a mistura gramatical da qual resultam as *línguas crioulas* impossibilitaria a classificação genética, visto que esse relacionamento somente poderia ser feito numa situação de transmissão linguística “normal”, a partir da qual há a correspondência sistemática entre as línguas em todos os níveis linguísticos, o que, nas *línguas crioulas*, se daria de outra forma, com diferentes contribuições das línguas envolvidas na situação de contato, em diferentes níveis – tendo, assim, línguas ancestrais distintas. Nesse sentido, o contato linguístico representaria uma ameaça ao clássico modelo de relacionamento genético, uma vez aberta a possibilidade de estruturas de línguas distintas configurarem o sistema de uma nova língua.

Segundo Mufwene (2001), a tradição metodológica e epistemológica da qual esses autores fazem parte é bastante discutível, já que não haveria um critério nítido sobre qual o

⁴⁴ As línguas de superestrato geralmente são assumidas como as línguas europeias, em situação de dominação social, do período das grandes navegações e das consequentes colonizações – em oposição às línguas de substrato, assumidamente as línguas dos povos dominados (cf. ROUGÉ, 2013).

grau necessário de influência das línguas envolvidas em uma determinada situação de contato linguístico para que a filiação genética seja impossibilitada. Em verdade, as críticas de Mufwene acabam por caracterizá-lo como o mais polêmico linguista/crioulista nesse debate conceitual, posto que ele questiona boa parte das assunções comumente aceitas nos estudos relacionados ao contato linguístico e às línguas *pidgins* e *crioulas*. Como é dele boa parte das discussões que pretendemos levar adiante nessa pesquisa – estendendo-as à polêmica sobre a origem e formação do PB –, nos deteremos mais, nessa seção, nas posições assumidas pelo autor, com as quais concordamos em boa parte.

Por exemplo, Mufwene (2015, p. 349-352) contesta a posição, tradicional na Crioulística, que advoga a origem das *línguas crioulas* a partir da nativização de um *pidgin*. Para ele, este postulado parece ter sido induzido pela suposição de que estruturas complexas evoluem de estruturas mais simples. Como contra-argumentação, o autor observa que o exame diacrônico da estrutura morfossintática das línguas indo-europeias (como o inglês ou o francês) revela uma tendência oposta, da morfossintaxe mais complexa a mais simples. Além disso, a história colonial também atestaria contra essa posição, uma vez que, segundo ele, *crioulos* teriam surgido em cenários em que os contatos com europeus e falantes nativos das línguas lexificadoras não poderiam ter sido tão esporádicos quanto nas situações de trocas comerciais que produziram *pidgins*, ao menos não durante a fase de apropriação da língua, quando a parcela não europeia da população no contexto colonial de assentamento era a minoria e as populações eram racialmente integradas, embora não necessariamente iguais socialmente. Mufwene alerta ainda para o fato de que o termo *pidgin* ter sido usado pela primeira vez apenas em 1807, muito mais tarde que o termo *crioulo*, inventado na América Latina para a referência a pessoas nascidas no local, mas de origem não indígena (não nativa daquela região), no final do século XVI. Para o autor, até mesmo a questão dos *pidgins* *expandidos* há que ser analisada com cuidado, uma vez que eles se configuram como subprodutos da substituição da colonização comercial pela colonização da exploração (havendo, assim, outras necessidades comunicativas em questão), enquanto os *crioulos* teriam emergido em territórios que permaneceram colônias de assentamento até a independência. De acordo com Mufwene, os *pidgins* *expandidos* seriam tão complexos estruturalmente quanto as *línguas crioulas*, sendo difícil estabelecer uma distinção entre essas duas variedades. Ademais, defende ainda que os *pidgins* não evoluem abruptamente, mas sim de forma gradual (o mesmo valeria para as *línguas crioulas*), e chama a atenção para o fato de que o correspondente linguístico ao termo *jargão* (invocado como estágio de pré-*pidgin* no surgimento de *crioulos* e *pidgins*) não ter sido documentado historicamente. Segundo ele, tal termo foi usado

aleatoriamente pelos colonizadores para qualquer variedade de língua que eles não entendessem, o que não necessariamente as faz pidgins.

Entretanto, para nós, o principal ponto da crítica de Mufwene (2001) reside no postulado de que os fenômenos linguísticos tidos como característicos das *línguas crioulas* não seriam possíveis de diferenciá-las das outras línguas naturais, uma vez que os fenômenos de mudança linguística encontrados de um lado também poderiam ser verificados do outro. Ou seja, em termos de configuração estrutural, não haveria nada em especial relacionado às *línguas crioulas*. Para o autor, não só o contato linguístico seria algo comum na história da humanidade e pertencente à origem de todas as línguas naturais no mundo, mas também os processos resultantes desse contato são o mesmo tanto nas *línguas crioulas* quanto nas línguas não crioulas (cf. MUFWENE, 2001).

Essa é uma posição bem diferente daquela de McWhorter (2005), segundo o qual as *línguas crioulas* são passíveis de serem caracterizadas sincronicamente – em contraponto a postulados como o de Roberts (1997, p. 11 apud LUCCHESI, 2009, p. 118), que assume que não há nada de especial nas *línguas crioulas* para além da sua história; mas em conformidade com o pensamento de Parkvall (2012, p. 24), para quem os *crioulos* precisariam ser examinados, a princípio, sem referência aos dados demográficos e históricos, que somente “poderiam vir a ser considerados mais tarde, sendo então usadas para excluir línguas-substrato implausíveis”.

Para McWhorter, tal definição sincrônica seria possível a partir de evidências negativas, ou seja, não por aquilo que as *línguas crioulas* apresentam em seus sistemas, mas por aquilo que deixam de apresentar. Segundo ele, as *línguas crioulas* não possuem três traços gramaticais cuja origem só se daria com o tempo, a saber:

- i) afixação inflexional – com um morfema livre se tornando parte da morfologia flexional;
- ii) tom – com contrastes tonais que vão além do nível fonológico;
- iii) derivação não composicional – na qual, a partir de uma deriva semântica, há algumas combinações de partículas derivacionais ou afixos com uma raiz, tornando-se idiossincraticamente não composicionais (cf. McWhorter, 2005).

Segundo o autor, por serem jovens, os *crioulos* são aquelas línguas com as gramáticas mais simples do mundo – em oposição às demais línguas naturais que seriam mais velhas e teriam gramáticas mais complexas, podendo apresentar a ausência de um ou outro traço elencado por ele, mas nunca dos três ao mesmo tempo.

Contudo, McWhorter apresenta algumas exceções que confundem a sua própria

definição, uma vez que ele admite a impossibilidade de se afirmar que todos os *crioulos* do mundo se enquadram perfeitamente no seu protótipo. Em razão disso, o autor abre a possibilidade de seu protótipo ser adaptado a uma certa gradualidade; em outras palavras, o autor assume que as *línguas crioulas* são produtos de fenômenos variáveis de contato linguístico, de tal forma que essas línguas somente se conformariam ao seu protótipo em graus: algumas *línguas crioulas* estariam mais próximas dele, outras distantes em extensões variadas (MCWHORTER, 2005, p. 19). O *protótipo crioulo* de McWhorter diz respeito àquelas *línguas crioulas* derivadas de pidgins (assumidos aqui com sistemas reduzidos de comunicação emergencial); já no que diz respeito aos *crioulos* que derivam de línguas francas que disponham desses traços, o autor aponta que eles não se enquadrarão no protótipo apresentado (MCWHORTER, 2005, p. 20).

A ideia da existência de uma *crioulização variável* também está posta nos estudos de Bickerton, uma vez que é assumido que vários fatores históricos e demográficos interagem em uma restrição, em graus diversos, do acesso dos falantes de pidgin à língua dominante e, conseqüentemente, restringindo também a natureza do *input* para a geração descendente. Assim, o grau de diferença entre as *línguas crioulas* estaria correlacionado estritamente à quantidade de *input* da língua dominante, que por sua vez é controlada por fatores extralinguísticos, de forma que os *crioulos* resultantes poderiam estar mais ou menos aproximados da língua de superestrato (cf. BICKERTON, 1984) – ideia similar será apresentada em Lucchesi e Baxter (2009) para defender que o PB seria resultado de uma *transmissão linguística irregular do tipo leve*, o que será abordado em nosso quarto capítulo.

É interessante ressaltar que, com esse último movimento argumentativo, McWhorter, parece-nos, abre a porta justamente para aqueles fatores que não só não foram convidados por ele, mas com os quais o autor estava tentando evitar a convivência: os fatores extralinguísticos. Em nosso entendimento, esses fatores (por exemplo, sócio-históricos e demográficos) acabam por retornar à cena com a importância de regular a adequação das *línguas crioulas* ao protótipo estabelecido.

Para Thomason (1997, p. 73 apud MUFWENE, 2000, p. 65), a tentativa de definição das *línguas crioulas* a partir de características gramaticais é vaga, uma vez que não haveria características exclusivas ou universais em tais línguas. Segundo ela, esses hipotéticos traços crioulos somente seriam úteis quando vinculados aos fatores sociais da história de seu desenvolvimento.

Já Mufwene (2000, p. 66-67) afirma que o esforço de McWhorter em fornecer uma definição sincrônica às *línguas crioulas* é derrotado justamente pelas exceções apontadas pelo

próprio autor. Além disso, Mufwene afirma que a maioria dos *crioulos* do mundo não possui essa combinação defendida por McWhorther, apontando ela aparece também em algumas línguas não-crioulas. Mufwene (2009, p. 372) alerta ainda que, dado o modelo de McWhorther, poderia se falar em línguas que seriam mais ou menos *crioulas*, enquanto que não podemos falar de línguas que são mais ou menos germânicas, por exemplo. Assim, haveria a necessidade de um novo modelo que desse conta de explicar a evolução das línguas naturais – entre elas, as *línguas crioulas* –, uma vez que as línguas românicas, tal como os *crioulos*, seriam mutuamente ininteligíveis em relação ao latim vulgar, configurando-se também como subprodutos da mudança linguística (MUFWENE, 2015, p. 348).

Para Mufwene (2000, p. 71), o postulado de que as *línguas crioulas* podem ser destacadas gramaticalmente das outras línguas naturais está baseado justamente na assunção de que os *crioulos* são subprodutos do contato linguístico, enquanto as demais línguas naturais não o são. Mufwene (2001) não só assume que o contato entre as línguas naturais é algo comum na história da humanidade, mas também que fato se dá, na verdade, entre idioletos, até mesmo dentro de uma mesma língua (usada dentro de uma mesma comunidade linguística), trazendo, assim, o contato linguístico para o plano individual, ainda que sem perder de vista fatores sociais e históricos de escalas maiores.

É a partir desses postulados que Mufwene (2009, p. 387) afirma não existir uma só variedade de língua moderna que também não seja jovem (tanto quanto as *línguas crioulas*, na argumentação de McWhorther) e que também não existe uma única trajetória de evolução que todas as línguas do mundo devam ter seguido. Desse modo, argumenta o autor, uma língua com um inventário derivacional ou flexional mais rico não é necessariamente mais complexa do que uma língua que possa ter realizado o mesmo processo pela composição, ou então pelo uso de um conjunto finito de morfemas gramaticais livres para modificar vários paradigmas de morfemas lexicais, sujeito a restrições específicas da língua (MUFWENE, 2009, p. 388). Ou seja, segundo ele, seria difícil falar em complexidade gramatical, uma vez que existem diversas formas estruturais para passar uma informação gramatical, além do fato de as línguas poderem passar por processos evolutivos distintos. Segue-se disso que, para o autor, a evolução das estruturas dos *crioulos* e das outras “variedades de línguas de contato” estaria longe de refletir uma trajetória simples, direta e “(uni)linear” (MUFWENE, 2009, p. 395).

Para Mufwene (2007, p. 68), o modelo de transmissão interrompida é ineficiente, e seria preciso buscar uma explicação que não se dê através da aquisição imperfeita de línguas para explicar as diferenças estruturais entre as variedades coloniais crioulas e as não-crioulas das línguas europeias.

Mufwene (2009, p. 372) defende que uma definição mais neutra de reestruturação gramatical seja tomada nos estudos da Linguística, qual seja: literalmente a substituição de uma estrutura (ou um sistema) por outra. Nesse sentido, para ele, seria apenas um truísmo a caracterização de uma nova variedade de língua como “reestruturada”, já que ele parte do pressuposto que a evolução das *línguas crioulas* não se dá de maneira excepcional frente às demais línguas do mundo. Para ele, o processo de reestruturação que resultou em vernáculos socialmente desprivilegiados (estrutural e socialmente) tais como as *línguas crioulas* é resultado de acumulações que recombina características sempre divergentes durante a fase de aquisição da linguagem e da prática de grupos sociais segregados social ou geograficamente daquelas línguas estavam sendo apropriadas.

O autor parece ver o processo de aquisição da linguagem como um momento de apropriação de uma língua, contudo essa apropriação nunca se dá de maneira perfeita (reproduzindo identicamente a estrutura do *input*), nem pelos seus falantes nativos. Nessa perspectiva, a reconstrução de um sistema linguístico é um processo que se aplica tanto à aquisição L1, da língua materna, quanto à “aquisição” de L2, como nos casos extremos de situação de contato linguístico que culminarão na formação dos *crioulos*. Neste último caso, o autor adota a perspectiva segundo a qual as *línguas crioulas* são novas variedades de línguas europeias apropriadas por outras populações, em épocas nas quais os colonos europeus eram tipicamente minorias demográficas segregadas socialmente das populações de novos falantes (MUFWENE, 2009, p. 378-379)⁴⁵.

De acordo com Mufwene (2009, p. 380), mesmo os idioletos dos falantes nativos, sempre reivindicados como reflexos de uma “aquisição perfeita”, apresentam diferenças estruturais entre si, produzindo variações entre grupos sociais e comunidades linguísticas. Isso se dá porque os falantes nativos também não conseguem replicar com perfeição a língua falada em seu ambiente social, embora tal fato não impossibilite a comunicação com o restante das comunidades ou dos grupos sociais dos quais façam parte. Com isso, cada idioleto – que Mufwene parece assumir como correspondente à língua-I da teoria gerativa⁴⁶ – difere de outro, mas podem se encontrar sob o mesmo guarda-chuva de uma língua específica (por exemplo, o PE ou o PB).

É interessante notar a similaridade das ideias do autor com as de Hermann Paul; ao

⁴⁵ Nesses cenários, segundo Aboh (2015, P. 18), as línguas crioulas emergem justamente porque os grupos compostos pelos senhores escravagistas não são mais o modelo linguístico, mas sim os próprios grupos escravizados.

⁴⁶ No gerativismo, o conceito de *língua-I* corresponde ao conhecimento linguístico internalizado na mente/cérebro de cada indivíduo; já o de *língua-E* se refere à língua externa a esse âmbito individual (cf. GUIMARÃES, 20170).

mesmo tempo, algumas de suas ideias também podem ser postas em paralelo com alguns postulados gerativistas (como a que se refere à distância entre o *input* e a entidade linguística produto do processo de aquisição de uma língua materna) e outras com premissas do funcionalismo (como a noção de que há pressões no âmbito da comunicação que podem dar origem a novas estruturas linguísticas). Tal amálgama epistemológica poderia ser vista como possível fonte de incoerência ou incomensurabilidade teórica⁴⁷, contudo não nos parece que o autor está buscando, nesse momento, o estabelecimento de uma teoria da mudança linguística ou da evolução natural das línguas humanas; antes, está reunindo fatos e evidências que comporão a sua crítica às ideias tradicionalmente encontradas dentro da Linguística e da Crioulística, e por ele consideradas equivocadas.

Nesse sentido, Mufwene (2015, p. 360) propõe, então, a revisão da distinção entre a mudança linguística motivada externamente e aquela tida como motivada internamente. Para ele, as línguas não têm existência separada de seus falantes⁴⁸, e essa relação sugeriria que existem poucas mudanças estruturais que não são motivadas externamente. Para Mufwene, as únicas mudanças motivadas internamente seriam aquelas que se dão por consequência de outras mudanças que já tenham afetado o sistema – como rearranjos da língua. Segundo Mufwene, uma conclusão extrema de sua argumentação é que, já que as línguas não têm agência independente de seus falantes, todas as mudanças, na verdade, seriam motivadas externamente.

Para essas conclusões, o autor parte das seguintes premissas (MUFWENE, 2015, p. 360):

- 1) a aquisição de uma língua é naturalmente imperfeita, e pode introduzir novas variantes de formas ou regras no sistema de uma língua (através dos idioletos que a compõe⁴⁹);
- 2) as pressões para comunicar novas ideias ou nuances necessárias também podem

⁴⁷ A noção da *incomensurabilidade* entre os paradigmas científicos foi exposta originalmente por Kuhn ([1962] 2013), e está intrinsecamente relacionada tanto à *incompatibilidade* entre teorias distintas (que explicaria os conflitos existentes dentro da ciência em termos de mudanças de *ontologia*) quanto à inexistência de uma linguagem neutra que servisse de mediadora para a comparação de paradigmas rivais. Em consequência, haveria uma perda da capacidade de comunicação entre a comunidade científica – o que faria com que os recursos de persuasão (ou diálogo) não estivessem pautados somente por critérios lógicos ou racionais. Como os *paradigmas* seriam muito mais do que a teoria vinculada a eles, sendo também o que está em torno dela (conjunto de regras e escolhas, metodologias, práticas, conceituações etc.), haveria a impossibilidade de se traduzir uma teoria nos termos de outra. Seria preciso, assim, aprender a linguagem da teoria à qual está se pretendendo abordar. Nesse sentido, à incompatibilidade teórica se seguiria a incomensurabilidade, e a essa se seguiriam visões de mundo discrepantes, o que faria com que (para além da questão de mudanças de conceitos e ideias) os cientistas vivessem em mundos diferentes (ou, ao menos, enxergassem o mundo de forma distinta). Por sua vez, a noção de incomensurabilidade em Feyerabend ([1975] 2011) parece se ater, primordialmente, à questão da existência de linguagens diferentes entre as teorias de um campo de investigação científico, e à intraduzibilidade entre elas.

⁴⁸ Essa é uma visão similar da encontrada em Silva Neto (1950), relacionada ao seu estudo da história externa (social) do PB, inspirado pelas ideias de Schuchardt, conforme veremos em nosso terceiro capítulo.

⁴⁹ Assim como para Hermann Paul, para este autor, a única realidade imediata são os idioletos.

introduzir novas variantes, modificando significados ou estruturas já existentes;

3) existe uma dinâmica de acomodações mútuas entre idioletos, que pode, em alguns casos, compensar o equilíbrio de poder entre as variantes e, assim, produzir mudanças no sistema linguístico;

4) o conhecimento de uma outra língua pode influenciar o desempenho do falante, especialmente se essa outra língua for favorecida pela forma e/ou frequência que é utilizada, pelo número ou pelo prestígio de seus falantes ou pela predileção dos falantes da língua em mudança.

Faz-se fundamental ressaltar que Mufwene está rejeitando a ideia, tradicional na história da Linguística, que a língua seria um organismo, e se comportaria como tal. Na verdade, o autor não só a rejeita, como substitui essa metáfora por uma outra, a saber: a língua como espécie. As justificativas apresentadas por Mufwene para se pensar uma língua como espécie seriam: i) a assunção de que uma língua comunitária é, na verdade, uma extrapolação dos idioletos de seus falantes; ii) o fato que toda língua apresenta variação, em parte justamente por conta de seus idioletos não serem idênticos uns aos outros; e iii) a língua não evolui de maneira uniforme, já que alguns idioletos não participam de certas mudanças pelas quais ela passa, e mesmo aqueles idioletos que de fato participam desse processo não o fazem com a mesma velocidade, evoluindo, ao contrário, em velocidades diferentes (MUFWENE, 2002a, p. 7).

Para Mufwene (2007, p. 64), a distinção entre a mudança interna e a mudança motivada externamente está relacionada à ideologia da pureza da língua do século XIX, que, por sua vez, segundo o autor, está relacionada à ideia da pureza racial. Em consequência, não haveria lugar para os híbridos, caracterizados por serem produtos de raças distintas ou da mistura de línguas. Nesse sentido, os híbridos passaram a ser vistos como fenômenos distantes da normalidade, ou mesmo como anormais. Assim, para o autor, não é surpreendente que as línguas *pidgins* e *crioulas*, que então apareciam como supostos casos extremos de mudanças motivadas por fatores externos, tenham ganhado o rótulo da excepcionalidade ou da excrescência, justificado com a ideia de um desenvolvimento não natural.

Mufwene (2007, p. 64) ainda associa a distinção entre a “emergência incomum” das línguas *crioulas* e a “evolução natural” das línguas não-crioulas a uma percepção deturpada dos processos de colonização na história da humanidade. Segundo ele, os estudiosos parecem considerar a colonização como um fenômeno recente, correlacionado apenas à dispersão de povos europeus pelo mundo a partir das grandes navegações no século XV. Para o autor, tal compreensão acaba por negligenciar (ou minimizar), por exemplo, a importância, como fato

ecológico, do surgimento das línguas românicas a partir da agência do Império Romano, através da qual houve a disseminação da cultura romana (como os sistemas políticos, econômicos e militares de Roma, bem como a língua) com os movimentos populacionais e o contato linguístico.

É justamente em face dessas abordagens, tidas por Mufwene como equívocas, que o autor propõe que a explicação da diversificação das línguas em todo o globo como sendo motivada pelos movimentos populacionais e pelos contatos consequentes, ou seja, pelo contato linguístico, mesmo nos casos das chamadas supostas mudanças motivadas internamente. Segundo o autor, assumindo essa perspectiva, junto à da evolução da língua através do contato entre idioletos, a distinção entre mudança motivada por fatores internos ou por fatores externos se torna apenas de ordem sociológica (MUFWENE, 2007, p. 65).

Essa abordagem de Mufwene está relacionada à ideia de língua como um sistema complexo adaptativo, e enfoca a língua como prática (constantemente em fluxo, com correlações estruturais e extra-estruturais), e não como um sistema estático, dessa forma a aquisição se daria em parte por herança e em parte por recriação, mas, no fundo, sempre será uma “replicação imperfeita” de cada falante daquilo a que ele está exposto socialmente em termos de linguagem (MUFWENE, 2007, p. 65-66).

É essa perspectiva que permite Mufwene (2001) assumir que as *línguas crioulas* são línguas mistas, híbridas, mas ainda vinculadas geneticamente tanto às línguas lexificadoras quanto às línguas de substrato – segue-se, como argumento, para esse autor, o fato de os *crioulos* compartilharem mais material léxico com as suas línguas lexificadores (mais de 90% de seus vocabulários) do que o inglês com o alemão moderno ou então com o holandês; além disso, argumenta ele, suas características gramaticais não divergiriam mais do que entre as outras línguas citadas. Segundo Mufwene, não há nenhum critério para a medição da divergência estrutural global entre as línguas naturais (MUFWENE, 2015, p. 354). Para ele, pouco do que é encontrado nas estruturas linguísticas dos *crioulos* e dos *pidgins* é inventado, ou criado deliberadamente. Na verdade, tais estruturas refletiriam muito mais um processo de reciclagem e de exaptação de materiais (entre os quais estão inclusos padrões estruturais) de línguas faladas anteriormente por outros falantes.

As ideias de Mufwene parecem, assim, convergir com as de Aboh (2015, p. 5), para quem também todas as línguas naturais envolvem sistemas híbridos como regra, já que toda língua-I (no sentido que o gerativismo dá a este conceito) é derivada a partir da mistura de características dispostas nos dados linguísticos primários, que, por sua vez, é alimentado por expressões de línguas-I mutualmente distintas. Assim, *contato* é tomado aqui como a

coexistência e a competição entre sistemas linguísticos distintos (e, justamente por isso, são tomados como híbridos) na mente de um mesmo indivíduo. O contato se daria, então, entre léxicos diferentes e sistemas linguísticos tipologicamente distintos, não obstante tais diferenças possam variar em grau – o mesmo é afirmado por Mufwene (2002a).

Também para Aboh (2015, p. 5), tanto a aquisição de L1 quanto a aquisição de L2 envolvem contato, muito embora difiram qualitativamente, posto que, no caso da aquisição de L1, os idioletos e os dialetos participantes da situação de contato se constituem como variantes que estão relacionadas de maneira mais próxima a uma mesma língua específica. Por sua vez, em casos de bilinguismo e nas situações de aquisição de L2, os diferentes idioletos, dialetos ou variantes podem nem mesmo estar relacionados genética ou tipologicamente. Como consequência, no contexto da L1, os falantes acabam por desenvolver um sistema a partir de *inputs* concorrentes, e produzem um novo sistema gramatical que não irá divergir completamente dos sistemas pertencentes ao *input*; já nos contextos de L2, os falantes operam a partir de diferentes línguas que podem ter influência entre si, criando um novo sistema linguístico, com a possibilidade significativa de diferenciação das línguas-fonte.

É essa visão, para Aboh, que explicaria como os falantes desenvolvem sistematicamente gramáticas mentais híbridas, assumindo como hipótese que as línguas emergentes dispõem de recombinações de traços que não replicam fielmente nenhuma das línguas doadoras (ABOH, 2015, p. 11). É através desse modelo que tanto ele quanto Mufwene argumentam que as pessoas que estão adquirindo uma língua (seja ela L1 ou L2) produzem resultados diferentes como consequência da ecologia da situação de contato – ou seja, dos fatores, internos ou não, que possam participar desse processo. Assim, torna-se compreensível a posição desses autores de que os mesmos princípios estão presentes tanto na criação linguística quanto na mudança linguística, e que a formação de *línguas crioulas* não difere da mudança diacrônica tida supostamente como natural em oposição ao processo de *crioulização* (ABOH, 2015 p. 16). Aboh, por sua vez, difere a gramática interna do funcionamento da língua; já nas ideias de Mufwene, a língua parece ser adotada como algo mais fluído, anulando algumas distinções (ou revendo alguns limites) referentes à natureza social, funcional ou biológica das línguas naturais – daí, talvez, a sua utilização de diversas teorias, distintas epistemologicamente entre si.

Mufwene defende, assim, que a apropriação de uma língua se dá pela sua adaptação à nova ecologia de seus usuários, pois ela é influenciada pelos *hábitos comunicativos* anteriores de alguns de seus falantes e atende às novas necessidades comunicativas deles (MUFWENE, 2009, p. 379). Para ele, não existe uma história local ou regional única para a qual não se

possa propor interpretações alternativas dos mesmos fatos. Isso, segundo ele, tornaria necessário o estabelecimento de um debate honesto que pudesse esclarecer de melhor forma o significado de vários fatores ecológicos (i.e., demografias periodizadas, padrões de crescimento populacional, mudanças nas estruturas populacionais, identidades das línguas em contato, padrões de variação tipológica entre elas, etc.) (MUFWENE, 2009, p. 395).

3. Um meio termo chamado *semicrioulo*

A ideia de que a *crioulização* se constitui como um processo variável no que diz respeito aos seus resultados parece ter motivado o surgimento de mais um conceito dentro da Crioulística, não bastasse a imprecisão, ou falta de consenso, que ronda os conceitos de *pidgin* e de *crioulo*. O conceito em questão é o de *semicrioulo*, termo que visa a capturar as línguas cujas estruturas apresentam tanto características próximas das línguas lexificadoras quanto propriedades que podem ser aproximadas com as das *línguas crioulas*.

É dentro dessa perspectiva que Holm (2004) aborda línguas como o português vernáculo brasileiro (PVB), o inglês afro-americano e o africâner (falado na África do Sul). Segundo ele, ao mesmo tempo em que essas línguas estão próximas das línguas europeias das quais se originaram, elas permanecem resistentes a explicações sobre a sua gênese ou sua estrutura sincrônica. Com isso em vista, Holm lança a hipótese de que essas línguas foram parcialmente reestruturadas devido à natureza da transmissão de suas línguas-fontes dos falantes nativos para os não nativos. A reestruturação parcial difere das situações de *crioulização* extrema no sentido de que, nela, há uma retenção substancial da morfossintaxe das línguas-fontes, o que, segundo o autor, não ocorre nas situações nas quais as *línguas crioulas* são formadas – ou seja, trata-se de variedades que não só não foram pidginizadas completamente, como também preservam parte da estrutura gramatical das línguas de superestrato. Contudo, concomitantemente a esse processo, ocorreria também a introdução significativa de traços oriundos das línguas de substrato e das interlínguas desenvolvidas – nesse caso, salienta o autor, há similaridade com os casos de formação dos *crioulos*, mas não com “variedades não reestruturadas de além-mar daquelas línguas-fontes” (HOLM, 2011, p. 157-158).

Como citamos anteriormente, para Holm, como exemplo de um *semicrioulo*, gerado a partir da reestruturação parcial do PE (a língua-fonte), temos o PVB, dentro do qual há algumas simplificações gramaticais:

Muitas das mudanças a que o PVB se submeteu podem ser caracterizadas como reduções estruturais: morfologia reduzida na marcação de tempo e pessoa em verbos, de número em substantivos e outros elementos do SN, de caso nos pronomes. Algumas vezes, essas reduções significam a perda da complexidade sintática, como no caso de orações interrogativas, ou perda de itens funcionais, como pronomes reflexivos. Se compararmos as diferenças entre o PVB e variedades do português europeu, encontraremos muitas semelhanças com mudanças ocorridas em outras variedades parcialmente reestruturadas. Entretanto, as mudanças nos traços listados não aconteceram randomicamente nas variedades parcialmente reestruturadas, ao contrário, aquelas tornam tais variedades mais semelhantes às línguas de substrato com as quais estiveram em contato. Este é, obviamente, o resultado que a linguística de contato nos levaria a esperar (HOLM, 2011, p. 169).

Mesmo que os conceitos de *pidgin* e *língua crioula* não gozem de uma definição consensual, a contestação do conceito de *semicrioulo* tem movimentado considerável número de linguistas de distintas posições teóricas frente ao primeiro debate exposto em nossa primeira seção desse capítulo. Kaye (1990, p. 301 apud PARKVALL, 2003, p. 113), por exemplo, contesta tal conceito afirmando que não existe “pidginização parcial ou criouliização parcial...assim como não existe gravidez parcial”.

Por sua vez, Parkvall (2003, p. 113-114) opta pelo caminho da contestação da precisão de tal conceito, questionando ainda o enquadramento do PVB. O autor, porém, afirma não negar que o fato de o PVB ter conservado um número mais elevado de traços morfológicos do PE do que o português são-tomense, por exemplo; ou mesmo o fato de que algumas mudanças linguísticas observadas na língua portuguesa falada no Brasil derivarem do contato linguístico. Admite também que o PVB está enquadrado entre o português europeu padrão e um *crioulo* prototípico. Contudo, para o autor, o conceito de *semicrioulo* parece exigir uma distância tipológica entre a língua lexificadora e essa nova variedade linguística. Parkvall propõe que essa distância deve “constituir-se de mudanças que não se dão normalmente na evolução das línguas” (ou seja, mudanças que não teriam surgido não fosse o contato linguístico) – como vimos anteriormente, essa é uma posição rechaçada por Mufwene (2001) e Aboh (2015).

Dentro dessa perspectiva, embora Parkvall reconheça diferenças estruturais entre o PVB e a variedade europeia da qual foi derivado, o autor reconhece muito mais semelhanças:

Assim como o português europeu padrão, o PVB possui gênero gramatical, ao contrário do sranan e do são-tomense⁵⁰. Assim como o português europeu padrão, o PVB possui três tipos de conjugações verbais regulares, um afixo que marca o plural, uma distinção de voz, e muitos outros traços morfológicos que não existem nesses dois crioulos. Poderíamos também expandir essa enumeração adicionando outros

50 Sobre a categoria de gênero, Parkvall (2003, p. 116) afirma: “[...] uma categoria extremamente gramaticalizada como o gênero desaparece em todas as línguas consideradas como verdadeiros pidgins ou crioulos. O sistema de gênero pode passar por uma redução (é o caso das línguas românicas e da maioria das línguas germânicas), ou até perder-se completamente (como no inglês) sem pidginização, criouliização ou mesmo semi-criouliização”.

traços linguísticos, ou mais línguas crioulas, mas o resultado seria o mesmo: comparado com os crioulos, o PVB se afasta muito pouco da sua língua mãe para podermos reuni-lo aos crioulos de base lexical portuguesa (PARKVALL, 2003, p. 115).

Parkvall (2003, p. 116-117) complementa essa argumentação afirmando que “a distância tipológica entre o latim e o português europeu padrão é maior do que a distância entre o último e o PVB”⁵¹. Um aspecto importante destacado pelo autor na argumentação de Holm em seus estudos sobre a reestruturação parcial pela qual o PVB teria passado é que Holm compara a nova variedade da língua portuguesa no Novo Mundo com o português europeu padrão, quando, na verdade, a língua portuguesa no Brasil provém de variedades não padrão faladas no território lusitano – conforme defendem Silva Neto (1950) e Naro e Scherre (2007), cujas ideias são trazidas, respectivamente, em nossos capítulos três e quatro. Em nosso entendimento, a importância de tal destaque diz respeito justamente às características gramaticais das variedades que serviram de modelo para os falantes não nativos (não europeus) da língua portuguesa. Nesse sentido, o esperado é justamente que o PVB não esteja próximo do português padrão, uma vez que dele não é derivado.

Parkvall expõe ainda mais um argumento em sua contestação a definição de *semicrioulo* de Holm:

As línguas crioulas não se distinguem das não-crioulas através da presença de traços individuais, mas através da alta concentração e da combinação de certos traços. No entanto, muitos dos “traços crioulos” que aparecem no PVB são altamente variáveis, e outros, que deveriam estar presentes em uma língua que surge em contexto de contato linguístico onde há várias línguas mutuamente ininteligíveis (como ausência completa de gênero), não têm sido encontrados (PARKVALL, 2003, p. 118).

Para o autor, muitos linguistas argumentam a favor da hipótese da *semicrioulização* utilizam o conceito de *língua crioula* para denominar o resultado de qualquer tipo de contato linguístico. Em vista dessa confusão conceitual, Parkvall demonstra certa preocupação:

Lamentavelmente, parece que conceitos do tipo *semicrioulo* por definição são indefiníveis. Do ponto de vista tipológico, a passagem de uma língua que não é um crioulo via *semicrioulo* a crioulo não é nítida. Os extremos podem ser definidos em termos de protótipos (McWhorter 1998; McWhorter & Parkvall 1999), onde a

⁵¹ O autor ainda chama a atenção para o fato de que a definição de Holm de *semicrioulo* fazer referência somente a fatores linguísticos, salientando a possibilidade de invocação de fatores ligados à história social em defesa da classificação do PVB como um *semicrioulo*. Contudo, ressalta, para isso, seria necessário saber quais os dados sócio-históricos que poderiam garantir tal classificação ao PVB. Para ele, a troca de uma língua (ou várias) por outra por parte de um grande grupo de falantes não é suficiente, citando como exemplo o inglês americano, que, segundo um critério como esse, poderia ser considerado um *semicrioulo*, posto que “80% dos falantes dessa língua não são originários das Ilhas Britânicas”: “Em outras palavras, a passagem rápida de uma língua de uma minoria para um grupo maior nem sempre leva à transmissão interrompida”.

maioria das línguas se encontra entre os extremos ‘crioulo’ e ‘não-crioulo’. Contudo, seria inútil utilizar a etiqueta de semicrioulos para todas essas línguas. Nem o termo ‘crioulo’ nem ‘semicrioulo’ ganhariam sentido se pudessem aplicar-se na definição de um grupo de línguas grande demais, já que perderiam grande parte do seu significado. Mais cedo ou mais tarde, um empobrecimento da terminologia da crioulistica arrisca prejudicar os estudos das línguas de contato como tais. Assim como uma língua com marcadores de tempo, aspecto e modo que aparecem como partículas livres, ou uma variante linguística sem verbo copulativo, não são necessariamente crioulos, uma língua que perdeu parte da concordância de pessoa, gênero e número, não deveria ser classificada automaticamente como semicrioulo. Em analogia com o inglês vernáculo afro-americano e o espanhol não-padrão do Caribe, o PVB tem reduzido a sua morfologia se comparado com a sua língua-mãe europeia, mas a extensão desta redução não é nada atordoante (PARKVALL, 2003, p. 134-135).

É importante destacar aqui que a utilização pelo autor do termo *crioulo* se dá em função das características gramaticais oriundas de um processo de simplificação prévia drástica, ou seja, quando há uma transmissão interrompida (PARKVALL, 2003, p. 120).

Partindo de um outro quadro epistemológico, Mufwene (2007, p. 73) afirma que o maior problema com a hipótese da *semicrioulização* reside precisamente na dificuldade em determinar quais são características próprias das *línguas crioulas*, uma vez que, como expusemos anteriormente, ele assume que os processos relacionados à formação dos *crioulos* não são diferentes dos processos de mudanças observados nas línguas não crioulas – a própria tentativa de McWhorter (2005) de identificar tais características é questionada pelo autor.

O que parece aqui é que, para Mufwene, a hipótese de *semicrioulização* se mostra dependente da compreensão do próprio processo de *crioulização*, e, para ele, os processos de *crioulização* não são passíveis de serem identificados sem que haja o estabelecimento de uma combinação específica de “características crioulas” que auxiliem os linguistas a identificar tais línguas. A consequência da falta de determinação dessas características específicas é que não existiria, assim, uma medida exata a ser utilizada na identificação de uma reestruturação parcial.

Para Mufwene (2007, p. 73), a hipótese da *semicrioulização* se constitui como uma maneira inadequada de capturar a evolução diferencial das línguas coloniais europeias nas colônias de assentamento de plantações, onde há casos de algumas novas variedades que não diferem tanto de seus ancestrais coloniais não-crioulos do que outras. Segundo o autor, tal hipótese reflete uma má interpretação das maneiras pelas quais diferentes configurações ecológicas (i.e., proporções de falantes, mudança de força das variantes nas línguas de superestrato e de substrato, padrões de crescimento populacional, etc.) influenciam, de forma variável, os resultados dos contatos entre, em geral, as mesmas línguas.

Surge, então, a partir dos questionamentos de Mufwene, a necessidade de uma

perspectiva sócio-histórica. Para ele, na medida em que a identificação de variedades como as *línguas crioulas* podem ser correlacionadas a lugares onde os descendentes de africanos constituíam a maior parte da população, o termo *crioulo* parece pressupor alguma relação com o isolamento dos povos não-europeus, além do fator da miscigenação (se ela era limitada ou não). Para Mufwene, essas condições ecológicas específicas (junto a algumas outras) podem ajudar na explicação dos resultados diferenciais das estruturas das *línguas crioulas* (MUFWENE, 2007, p. 74).

Mufwene toma as *línguas crioulas* como produtos de contextos históricos nos quais a mudança entre línguas ocorreu cedo e a segregação foi institucionalizada em sequência, o que favoreceria uma influência significativa das línguas nativas faladas pelos africanos escravizados (MUFWENE, 2007, p. 84). Para ele, os *crioulos* emergiram como vernáculos distintos, com um alto grau de vitalidade, porque os escravizados africanos tinham que se adaptar muito cedo à nova ordem socioeconômica das colônias. A imposição dessa segregação socioeconômica teria criado uma ecologia na qual os escravizados socializavam mais entre si e seus vernáculos coloniais poderiam divergir estruturalmente.

Mufwene ainda chama a atenção para as línguas vernáculas crioulas de Cabo Verde (lexificadas pelo português) e o papiamento nas Antilhas Holandesas (com base no português, mas também influenciado pelo espanhol). Para ele, tais línguas sugerem que a indústria de *plantation* não se configura como um fator tão significativo como o crescimento populacional (incluindo taxa de reposição de população) e estrutura social (relacionada à segregação precoce) na identificação de um vernáculo colonial como uma *língua crioula*. Segundo Mufwene, essas considerações ajudam a explicar por que o Brasil, onde houve sistemas de plantações de cana-de-açúcar um século antes das colônias do Caribe, sem contudo dispor de uma estrutura populacional não tão segregada, não chegou a produzir um *crioulo* (MUFWENE, 2015, p. 349).

Para Mufwene (2007, p. 70), as variedades populares do PB, desenvolvidas a partir de variedades não padrão do PE, são aquelas que mais se aproximariam de uma caracterização como a dos *crioulos*. Contudo, ele ressalva que tentativas como a de Holm de classificá-las como *semicrioulo* acabam por ressaltar as origens metropolitanas da maioria das características estruturais de praticamente qualquer *língua crioula*, apesar de haver uma grande importância da influência do substrato na formação de novos sistemas.

Porém, para nós, a tentativa de Holm de fundamentar uma hipótese de reestruturação parcial da gramática de novas variedades de línguas europeias está buscando responder ao problema de explicar a existência de línguas, como o PB (em algumas de suas variedades),

que contêm em suas estruturas tanto propriedades tidas como típicas das *línguas crioulas* quanto propriedades que podem ser rastreadas nas línguas de superestrato, impedindo assim a completa ruptura tipológica entre essas línguas, posto que, para alguns linguistas (como Rougé (2013)), essa é a definição por essência do conceito de *língua crioula*.

Entretanto, em vista das discussões apresentadas nas seções correspondentes a esse capítulo, as abordagens de Mufwene (2001) e de Aboh (2015) nos parecem mais sedutoras, embora também polêmicas, por não atribuírem ao processo da emergência das *línguas crioulas* nenhuma exclusividade que o diferencie dos outros processos de mudança sofridos pelas línguas naturais, uma vez assumido que o contato linguístico é algo comum, senão a regra, na história da humanidade, no processo de aquisição de linguagem e em qualquer interação comunicativa em quaisquer comunidades linguísticas. Além disso, se assumirmos que, em termos epistemológicos, o contato linguístico não pode ser eleito como fator distintivo (no que se refere à qualidade e natureza estrutural) entre *línguas crioulas* e não crioulas, o mesmo vale para os fenômenos envolvidos em seu processo. Em vista disso, seria necessário, então, avançar um pouco mais na compreensão dos fatores ecológicos envolvidos na formação do PB, para além do fato de carimbá-lo com um ou outro rótulo.

Contudo, conforme procuraremos demonstrar em nosso próximo capítulo, os estudos que colocaram em foco a questão do contato linguístico ocorrido entre a língua portuguesa e as línguas africanas e ameríndias no processo de colonização dessa parte do Novo Mundo em busca de uma explicação para a gênese do PB (em oposição ao debate puramente ideológico exposto em nosso primeiro capítulo) acabam por herdar boa parte das concepções tradicionais sobre o fenômeno da mudança linguística – herdando também as críticas feitas a elas. A única exceção relevante (das obras aqui tomadas para análise) seria o estudo de Mussa (1991), que (infelizmente, a nosso ver) não encontrou repercussão no que toca à sua fundamentação teórica. No geral, os estudos relativos à origem e formação do PB replicaram (consciente ou inconscientemente) a metodologia e a epistemologia subjacentes às ideias de *transmissão interrompida*, *crioulização variável* ou *deriva linguística* – na maioria das vezes, de maneira teleológica, com vistas a uma explicação totalizante do PB.

CAPÍTULO III: O contato linguístico entra em cena: o século XX

Pelo fim do século XIX, a discussão a respeito do estatuto da língua falada no Brasil perante a língua portuguesa da antiga metrópole ganhava novos contornos: a questão do contato linguístico ocorrido entre a língua europeia e as línguas ameríndias e africanas

começava a ser ventilada. Embora tal aspecto da problemática relativa à língua do Brasil já tivesse recebido a atenção de estudiosos desde o início do referido século, foi perto da virada para o século XX que veio se desenhando um programa de pesquisa⁵² que visava à captura de tais elementos para o centro dos debates entorno da identidade da língua falada no país:

A relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas atraiu a atenção dos estudiosos pelo menos desde o início do século XIX. Primeiramente pressuposta, depois afirmada, em seguida matizada ou negada, ela foi objeto de um vivo debate, desenvolvido, sobretudo no século XX, em termos seja de “influência”, seja de “semicrioulização” ou ainda de “crioulização”. Geralmente, essa relação foi concebida unidirecionalmente, indo das línguas africanas para o português, encarando-se as primeiras quase exclusivamente em relação à língua portuguesa e, ademais, sob um ângulo pejorativo, como um fator potencialmente danoso, suscetível de trazer prejuízo à integridade da língua herdada desde a época dos descobrimentos no século XVI (BONVINI, 2013, p. 15).

Para Romero ([1888] 1977), por exemplo, apesar de a língua portuguesa falada no Brasil ainda não ter, à época, se configurado como um dialeto (embora a visse trilhando tal caminho⁵³), ela teria sido enriquecida por termos novos, originários de línguas indígenas e africanas, configurados da seguinte forma: i) *indigenismos*: relacionados, por exemplo, à nossa zoologia, botânica e geografia, costumes e indústrias – assim como alguns verbos formados de raízes tupis; e ii) *africanismos*: relacionados à cultura e alimentação, entre outros exemplos (ROMERO, 1977, p. 237).

Segundo o autor, seria incontestável que a língua portuguesa passou por certas alterações e recebeu acréscimos no novo continente (ROMERO, 1977, p. 234). Contudo, isso não a faria menos correta do que a língua de Portugal, uma vez que “não há uma língua típica, e no seu próprio desenvolvimento um mesmo idioma pode ser mais ou menos opulento”. Romero, então, acaba por discordar tanto dos puristas da língua quanto daqueles que ficavam do lado de Alencar: “Não se trata, pois, de elogiar ou vituperar a linguagem de Portugal ou a do Brasil. De resto um povo fala e traja como quer e os pedantes da língua se parecem com os pelintras da moda” (ROMERO, 1977, p. 235). Entretanto, para Romero, embora nossa língua

⁵² Sempre que nos referirmos ao conceito de *programa de pesquisa*, estaremos o utilizando em concordância com Lakatos (1979), correspondente a um conjunto de técnicas e postulados relacionados a uma determinada teoria.

⁵³ Para Romero, os séculos posteriores tornariam mais funda a distinção entre Brasil e Portugal, mas ainda não se podia falar ainda na existência de um dialeto: “É certo que tomando as coisas, agora no momento atual, em um excesso de rigor, a linguagem falada, e principalmente a escrita no Brasil, não constitui um *dialeto*, no sentido técnico do termo, se por este se entende uma subdivisão acentuadíssima da língua, com particularidades especiais, quer fonéticas, quer sintáticas, e com locuções peculiares e ininteligíveis para aqueles que falam outros dialetos do mesmo tronco. Mas não é este o caso”. Contudo, o autor faz a seguinte ressalva: “Não se diga também que pode um idioma enriquecer-se de novos termos e sofrer mudanças, mais ou menos rápidas, de um país para outro, sem dividir-se em formas dialetais. É o que se dá com o inglês na Inglaterra e o da Irlanda, com o francês da Bélgica e o de França: mas não é também esta a nossa posição” (ROMERO, 1977, p. 236).

caminhasse então para tornar-se um dialeto, ainda não haveria dialetos particulares nas províncias⁵⁴: “O que temos, por ora, e bem acentuado é o *jargão* das classes baixas e incultas, como, aliás, acontece em todas as nações” (ROMERO, 1977, p. 237).

Por sua vez, em relação às alterações fonéticas quando da comparação entre as línguas do Brasil e de Portugal, Romero cita as leis de Grimm: “Quando por esta lei se produzirem elas invariavelmente, o luso-brasileiro constituirá um dialeto do português europeu” (ROMERO, 1977, 240).

No processo de dialetação entre as duas línguas, a ser desdobrado com o tempo, haveria de alguma forma a participação do contato sociolinguístico ocorrido no Novo Mundo:

À língua portuguesa na América juntaram-se elementos tais, aos colonizadores uniram-se raças tão outras, tão distintas, que os *nossos brasileirismos* podem ser considerados, por assim dizer, os *protoplasmas* de um *futuro dialeto*, porque eles tendem a multiplicar-se e acentuar-se cada vez mais, ao ponto de modificarem a fisionomia geral da língua. Se, pois, é um exagero afirmar em absoluto que o *luso-brasileiro* é já desde agora um dialeto determinado; não o é menos negar que temos os elementos dessa transformação necessária e indispensável, quando não para outra coisa, ao menos para coibir a monomania de *ridículo purismo* de que se acham afetados certos pretensiosos do Rio de Janeiro (ROMERO, 1977, p. 236).⁷

Haveria, porém, uma diferença radicalíssima entre o português e o que ele chama de luso-brasileiro: a dos órgãos de fala, que não permitiria a confusão entre “a língua falada por lábios portugueses com ela mesma falada por brasileiros”: “Suponho que um português apodera-se de todos os idiotismos e singularidades gramaticais de nosso falar; ainda assim, quando abrir a boca e pronunciar as primeiras palavras, conhecereis logo que não é um dos nossos que fala” (ROMERO, 1977, p. 252). Para o autor, a alteração das línguas europeias na América tinha uma razão de ser: “explicação pela ação do meio e a ação étnica, além de outros móveis mais particulares e obscuros” (ROMERO, 1977, p. 253).

Em Romero (1977), encontramos não somente um exemplo das reflexões acerca do impacto do contato linguístico na língua portuguesa falada no Brasil e sobre âmbitos mais

⁵⁴ Romero assinala 3 acepções para o conceito de *dialeto*: i) sinônimo impróprio de *língua* e *idioma* em geral; ii) como *forma inferior* de uma língua; e iii) como uma *subdivisão* de um idioma, correspondendo a uma subdivisão de um povo. Em relação às duas acepções, argumenta: “No primeiro caso, é evidente que não se pode dizer que possuímos um *dialeto brasileiro* distinto do *dialeto português*; porquanto a língua é uma só no Brasil e em Portugal; temos um *dialeto comum*. No segundo caso, o termo é tomado em sentido impróprio, que não está na mente de todos, quando falam num *dialeto brasileiro*, e não devemos aceitar semelhante interpretação, que não assenta ao nosso falar, que não é uma deturpação”. Já no que diz respeito à terceira acepção, o autor afirma: “Na última hipótese, que é a verdadeira, se não temos já um *dialeto completamente acentuado*, marchamos para tê-lo. Os brasileiros constituem uma subdivisão, bem distinta, na *família lusitana*; são uma nacionalidade nova, a que se juntaram *outros elementos* que não existiam na velha metrópole, e vão formando um povo que se não pode mais confundir com o povo português” (ROMERO, 1977 p. 236). Nota-se, assim, que Romero reconhecia as diferenças linguísticas entre o PB e o PE, contudo não considera que elas seriam de grau tão relevante a ponto de colocar ambas línguas como essencialmente distintas uma das outras.

gerais do fenômeno da mudança linguística, mas também a ênfase na necessidade de se estudar as culturas africanas (dentro delas as línguas) então presentes no território brasileiro pelas circunstâncias históricas decorrentes da colonização portuguesa e do período escravagista. Isso fica claro em um forte trecho de texto da referida obra de Romero, no qual encontramos um alerta aos acadêmicos brasileiros:

É uma vergonha para a ciência no Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e religiões africanas. Quando vemos homens, como Bleek, refugiam-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligar uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido nesse sentido! É uma desgraça. Bem como os portugueses estanciamos dois séculos na Índia e nada ali descobriram de extraordinário para a ciência, deixando aos ingleses a glória da revelação do sânscrito e dos livros bramínicos, tal nós vamos levianamente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e mau grado sua ignorância, um objeto de ciência. Apressem-se os especialistas, visto que os pobres moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangas...vão morrendo. O melhor ensejo, pode-se dizer, está passado com a benéfica extinção do tráfico. Apressem-se, porém, senão terão de perdê-lo de todo (ROMERO, 1888, p. 10-11).

Seria, no entanto, Nina Rodrigues que levaria adiante o programa de pesquisa sugerido por Romero. Nesse sentido, é precisamente Nina Rodrigues a quem é atribuído o fato inaugural do estudo de línguas africanas presentes no Brasil a partir da sua transplantação do continente africano para a América através do tráfico negreiro, trazendo à tona, assim, a questão do contato linguístico ocorrido no Brasil e as suas consequências para a língua portuguesa aqui falada. Uma das principais obras de Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, na qual ele reflete sobre o tema, constitui-se, contudo, como um livro póstumo, em que os estudos referentes a ele datam de 1890 a 1905, tendo sido publicados somente em 1932 – em virtude disso, algumas suas ideias (sobretudo as relacionadas à questão da mestiçagem da sociedade brasileira) estão localizadas temporalmente entre o fim do século XIX e o início do XX, configurando-se como originárias muitas vezes.

Segundo Bonvini (2013: 15), é a primeira vez que o problema da influência de línguas africanas na língua falada no Brasil é “claramente enunciado”:

Cabe a Nina Rodrigues (*Os africanos no Brasil*, redigido entre 1890 e 1905, mas publicado somente em 1932) o mérito de tê-lo formulado de maneira precisa, mas também de tê-lo contextualizado em relação aos trabalhos científicos da época, particularmente os de Macedo Soares (1880-1886) e de João Ribeiro. Este último, em seu *Dicionário gramatical* (1897), no verbete *Elemento negro*, tinha-se já exprimido a respeito do assunto: *Sobre a denominação de Elemento Negro designamos toda espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por*

influência das línguas africanas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são superficiais como afirmam alguns estudiosos; ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma (RIBEIRO, 1987: 219) (BONVINI, 2013, p. 15).

Para Rodrigues (1932), dada a impossibilidade do conhecimento aprofundado da linguística africana, em relação às línguas trazidas junto do tráfico de seus falantes, restava então duas tarefas: a) saber quais as línguas africanas aqui desembarcadas; e b) a partir de estudos atuais sobre tais línguas na África, vislumbrar a influência que elas exerceram na língua portuguesa do Brasil. A contribuição do autor se concentra na primeira tarefa, embora admita certa dificuldade, visto que Rui Barbosa, então ministro da Fazenda do governo de Deodoro da Fonseca, determinou, no dia 14 de dezembro de 1890, a queima de documentos relativos ao processo escravista no país⁵⁵. Dessa forma, os livros de matrícula, de controle aduaneiro e de recolhimento de tributos relacionados ao período escravocrata e ao tráfico de pessoas africanas escravizadas foram perdidos:

Destruíu-as a preocupação, tão sentimental quanto improfícua, da atual geração brasileira, de apagar da nossa história os vestígios da escravidão, fazendo consumir pelo fogo documentos em que se continha aquela verdade histórica a que, a mais de um respeito, nenhum povo se pode furtar, nem é lícito procurar iludir. Se o fogo a que se mandou entregar o arquivo da escravidão não é capaz de cancelar a história impressa dessa instituição, mais impotente há de ser para esgotar o sangue africano que, nas veias do nosso povo, estará a atestar de contínuo, na sua emigração da terra natal, a instituição que a promoveu. Aliás, ações há que se compensam e as lutas da abolição podem bem ter resgatado o crime de ter aceitado e promovido a escravidão. Certamente no decreto que a ordenou não havia de estar essa intenção de uma piedosa, mas ingênua, mentira histórica. Esteve, porém, nos seus efeitos a destruição englobada de todos os documentos relativos à imigração da Raça Negra, que deviam existir nas repartições aduaneiras. Pelo menos na Alfândega deste Estado não existe mais nenhum. Ainda assim, a essa destruição escaparam aqueles manifestos que a imprensa do começo do século XIX registrou. Na Idade de Ouro, primeiro jornal publicado na Bahia, dava-se notícia exata do movimento comercial deste porto; aí figuram o número e nome das embarcações entradas, a sua procedência e carga e nesta se especificava sempre o número dos escravos importados da África, mencionando até o dos que haviam sucumbido na travessia. Posto abranja poucos anos, de 1812 a 1820, a estatística que com esses dados formulei é instrutiva e concludente (RODRIGUES, 1932, p. 38-39).

Dos dados restantes, dos quais ainda poderia fazer uso, Rodrigues conclui que há uma prevalência do tráfico de pessoas com procedência sudanesa, as quais teriam, em grande parte, se concentrado na Bahia, ao passo que em Pernambuco e no Rio de Janeiro havia a presença mais forte de escravizados da África Austral, do grupo bantu. Procura, assim, contrapor as

⁵⁵ Existem diversos relatos sobre os motivos da queima dos documentos relativos ao período escravocrata. É bastante difundida a versão de que Rui Barbosa teria ordenado a destruição dos documentos para apagar a memória da escravidão. Outra versão é a de que ele fez isso para evitar que os senhores escravistas reclamassem indenizações junto ao Estado, por conta da abolição – isso não teria impedido, porém, que as indenizações fossem postas em prática sob diversas formas (cf. DUARTE, SCOTTI & NETTO, 2015).

ideias de outros estudiosos do assunto, para os quais haveria uma concentração muito superior de falantes de línguas bantu por todo o território nacional, tais como João Ribeiro e Macedo Soares (RODRIGUES, 1932, p. 190-191):

Com esta ideia preconcebida de que fossem bantus todos os negros brasileiros, concorre para o exclusivismo apontado a circunstância de que os estudos dos portugueses sobre as línguas africanas e as modificações por elas produzidas na sua e nossa língua vernácula, tem versado todos sobre línguas bantus, desde a Arte da língua da Angola em 1697 do Jesuíta Pedro Dias até às obras recentes do Sr. Major Dias de Carvalho sobre a língua do Lunda (1890) (RODRIGUES, 1932, p. 191).

Para o autor, ao passo que havia, obviamente, a presença de inúmeras línguas africanas no território, foi adotada uma delas como língua geral entre os escravizados, pela necessidade de interação entre eles, além da aquisição da língua portuguesa na comunicação com os escravagistas: “Destarte, ao desembarcar no Brasil, o negro novo era obrigado a aprender o português para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos e a língua geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão” (RODRIGUES, 1932, p. 187-188). Uma vez que não dispunham de um ensino deliberado da língua portuguesa, Rodrigues afirma que a aquisição da língua geral se dava mais facilmente para essas pessoas, então vivendo juntas em condições desumanas. Por sua vez, as línguas maternas desses falantes também teriam sido impactadas, no que tange à sua sobrevivência, nesse processo: “Cessado o tráfico, as línguas africanas deviam, pois, ter perdido a sua pureza, substituídas por um patois, complexo, de formação local, pouco favorável ao estudo científico das línguas primitivas de que se compôs” (RODRIGUES, 1932, p. 188).

Em verdade, o autor ressaltará que não foi somente uma língua africana a ser adotada como língua geral, mas sim duas, sendo elas: o *nagô* ou *iorubá* na Bahia, o *quimbundo* ou *congolesa* no norte e no sul. E ressalta: “Como se vê, uma, língua sudanesa ou do grupo central; a outra, austral ou do grupo bantu” (RODRIGUES, 1932, p. 196).

Rodrigues parece dar mais ênfase à presença do iorubá na Bahia, ressaltando a sua importância. Contudo, também faz considerações sobre a sua sobrevivência naquele estado:

A língua nagô é, de fato, muito falada na Bahia, seja por quase todos os velhos africanos das diferentes nacionalidades, seja por grande número de crioulos e mulatos. Quando neste Estado se afirma de uma pessoa que esta fala língua da Costa, entende-se invariavelmente que se trata do nagô. Ela possui mesmo entre nós certa feição literária que eu suponho não ter tido nenhuma outra língua africana no Brasil, salvo talvez o hauçá escrito em caracteres árabes pelos negros musulmis. E que muitos negros que aprenderam a ler e a escrever corretamente esta língua em Lagos, nas escolas dos missionários, tem estado na Bahia e aqui o tem ensinado a negros baianos que já a falavam (RODRIGUES, 1932, p. 200).

A importância, o predomínio da língua nagô ou iorubana no Brasil foi de tal ordem que, apesar da preocupação exclusivista das línguas bantus, os que se tem dado ao trabalho de coligir termos africanos usados no Brasil não puderam deixar de fazer figurar ao lado dos termos bantus palavras desta língua em número equivalente. No Dicionário de vocábulos brasileiros de Beaurepaire Rohan, encontram-se numerosos termos iorubanos ao lado de termos bundas ou melhor bantus (RODRIGUES, 1932, p. 201).

Tão conhecido é o fato da importância da língua nagô na Bahia que se tem chegado mesmo ao exagero. Quando em 1899 estiveram nesta cidade os missionários católicos que percorriam o Brasil angariando donativos para a catequese africana, foram eles aconselhados a dirigir-se à população de cor da cidade em língua nagô. O sermão pregado na igreja da Sé no dia 4 de janeiro pelo padre Coquard teve completo insucesso, reunindo apenas alguns curiosos. O alvitre não podia ser mais infeliz e demonstra que, como em tudo o que se refere aos negros, quem o deu não tinha ideia exata da situação. Em primeiro lugar, era um erro supor que entre nós se mantinha na população crioula uma língua nagô tão pura que lhe permitisse entender o missionário; os que falam a língua antes e servem de um *patois*, abastardado do português e de outras línguas africanas. Em segundo lugar, aqueles que podiam compreender o sermão, isto é, os Africanos, são tão católicos como os seus irmãos da África e como eles reclamam ainda catequese e não iriam: espontaneamente assistir a prática cristã (RODRIGUES, 1932, p. 200-201).

Há, no pensamento de tal autor, a mesma visão problemática que perdurará em muitas hipóteses lançadas para a explicação sobre a origem e formação do PB: a de que os negros teriam “deturpado” a língua portuguesa, e nisso residiria a influência das línguas africanas na língua falada no Brasil.

Rodrigues defende que a influência das línguas africanas no PB teria ido além do empréstimo lexical:

Ora, não tem crédito a errônea suposição de que fosse quase nula a influência das línguas pretas no falar brasileiro, quando muito se limitando a legar ao português alguns termos Africanos.

Menos nessa riqueza de vocabulário do que nas construções sintáticas e modos de dizer, se deve buscar a origem de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole. Falecia-me autoridade para dizê-lo, mas esta sobeja ao filólogo João Ribeiro, que escreveu: “Sob a denominação de *Elemento negro* designamos toda a espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas faladas no Brasil. Essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos: ao contrário são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma” (João Ribeiro, Dicionário Gramatical, art. Elemento negro) (RODRIGUES, 1932, p. 191-192).

Relega tal fato a outro fator que também se fará presente em hipóteses posteriores, nos séculos XX e XXI. Ao comparar a situação dos negros nos EUA e no Brasil, Rodrigues afirma que a mestiçagem era o que as diferenciava, posto que ela se fazia muito mais presente no território brasileiro. Haveria, no Brasil, não só uma mestiçagem física e espiritual entre os diversos povos que aqui estiveram em contato, mas também essa mestiçagem se faria refletir

na língua. Contudo, via o autor tal questão pela ótica da ameaça: “[...] o mestiçamento não faz mais que retardar a eliminação do sangue branco” (RODRIGUES, 1932, p. 19).

Nesse sentido, a eliminação do “sangue branco” faria o país sucumbir à influência de povos culturalmente inferiores, incivilizados. É importante ressaltar que Nina Rodrigues se interessou pela questão racial pela via da Medicina Legal, inspirando-se, sobretudo, nos estudos de alguns criminalistas italianos, como Cesare Lombroso, um dos mais conhecidos teóricos do que ficou conhecido como racismo científico. Foi atrelado a essa perspectiva que Rodrigues publicou o seu primeiro livro, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), no qual o autor defende que indígenas e negros, sendo pertencentes a raças inferiores, deveriam receber diferente tratamento no Código Penal Brasileiro. Para o autor, a diferença entre as raças se pautava em sua constituição mental. O auge da humanidade, da civilização, seriam as raças europeias, brancas; indígenas e negros, por sua vez, representavam produtos de povos bárbaros, selvagens, e nesse sentido não poderiam ser condenados por não possuírem um código moral que somente se originaria com a evolução das raças. Seriam esses povos pertencentes a raças infantilizadas, que embora não fossem nem piores e nem melhores do que os brancos, não gozavam do acúmulo láureo da civilização (cf. RODRIGUES, 2015; SCHWARCZ, 2017).

Desde os anos 1840, circulava no Brasil, a partir do pensamento de Karl von Martius, a ideia (da qual Rodrigues parece tributário) segundo a qual a compreensão histórica do país se encontrava no estudo das relações entre os descendentes de indígenas, africanos e brancos. Havia nos âmbitos intelectual e político do século XIX um intenso debate sobre a questão racial brasileira, embora sob o mote do embranquecimento do país, uma vez que o mestiço era visto, na perspectiva das teorias evolucionistas racistas populares na Europa do referido século, como exemplos de degeneração, oriunda do cruzamento de espécies distintas (VIANA, 2017)⁵⁶. Segundo Viana (2007, p. 22), na Europa do fim do século XIX a mestiçagem era vista, então, como um fenômeno a ser evitado, e tal ideia não passou indiferente ao pensamento intelectual brasileiro:

Os intelectuais brasileiros dessa mesma época eram obrigados a lidar com um parte

⁵⁶ Como exemplo, Viana (2007, p. 21) cita: “O estudioso da biologia humana Paul Broca, por exemplo, defendia a ideia de que o mestiço, à semelhança da mula, não era fértil. Teóricos deterministas, como o conde de Gobineau (1816-1882), E. Renan (1823-1892) e H. Taine (1828-1893), lamentavam a seu turno a extrema fertilidade dessas populações, que julgavam ser responsável pela transmissão das características mais negativas das duas “raças” em contato. Gobineau, introdutor da noção de degeneração da “raça”, entendida como resultado final da mestiçagem, esteve no Rio de Janeiro como enviado francês por mais de um ano. Entre suas observações, registrou a impressão de que a população aqui encontrada era “totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito, e assustadoramente feia””.

dessa teoria e obliterar outra, conforme ressaltou Lilia Schwarcz. As ideias “racistas” vindas da Europa eram aqui absorvidas a partir de intensos debates, sobretudo no que concerne à questão da mestiçagem. De acordo com dados censitários de 1872, mais de 70% da população brasileira era composta por pessoas de cor livres; ainda que se deva questionar a ambiguidade das categorias de cor sobre as quais os censos se apoiavam, podemos admitir que os intelectuais nacionais envolvidos com a definição de novas representações para a nação tinham diante de si a tarefa de lidar com o suposto problema do negro e do mestiço, especialmente, especialmente quando confrontados com as teses da degeneração vindas do exterior (VIANA, 2007, p. 22).

Esse pensamento, como se mostrou, não deixará de influenciar as considerações linguísticas de Nina Rodrigues sobre a influência das línguas africanas sobre o PB. No que toca à questão da mestiçagem e da miscigenação, contudo, o “padrinho” intelectual de Nina Rodrigues (no que se refere ao seu projeto de estudo das culturas africanas), Silvio Romero, tinha uma perspectiva um pouco diferente, embora ainda calcada numa visão supremacista:

Silvio Romero, intelectual e crítico de renome nos debates culturais da segunda metade do século XIX, foi autor de uma extrema obra que contém as primeiras incursões mais sistemáticas sobre a história da literatura e do folclore no Brasil. Buscou com entusiasmo aplicar o ideário científico europeu à complexa realidade nacional, razão pela qual se afastou dos modelos teóricos puros e chegou a enxergar nos mestiços uma das condições de vitória do homem branco no país. Por constatar que inexistia no Brasil um grupo “racial” acabado e definido, Romero elegeu o mestiço como produto de uma “raça” em formação. Comungava, com suas particularidades, de um preceito difundido entre a elite do país na virada do século XIX, segundo o qual a miscigenação, cedo ou tarde, levaria o Brasil a se tornar um país mais branco, tanto cultural quanto fisicamente. Essa tese era reforçada pela realidade da imigração europeia e pela crença de que o crescimento natural do negro era mais lento, dados que, combinados, favoreceriam uma maior disseminação de caracteres físicos próximos ao europeu na população nacional, através do processo de miscigenação (VIANA, 2007, p. 23).

Se para Rodrigues a miscigenação e a mestiçagem eram sinal de degeneração, para Romero, inicialmente, segundo trecho acima, tais fatores pareciam ser vistos como redentores, garantidores de que o Brasil e a sua população não iria justamente degenerar-se. Na virada do século, porém, o pensamento de Romero passaria a assumir a perspectiva da inferioridade dos mestiços.

Segundo Viana (2007, p. 24), entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX, as reflexões acerca de tal questão, no Brasil, oscilava entre a inviabilidade social da mestiçagem e a originalidade brasileira garantida por ela: “Ora demonizada, ora alçada à condição de viabilizadora de um projeto de nação”⁵⁷.

No que concerne à relação entre mestiçagem e língua, o pensamento dos estudiosos

⁵⁷ Teria sido com Gilberto Freyre, em seu clássico *Casa grande & senzala* (1933), que a questão da mestiçagem brasileira ganhou aspectos positivos (não a serviço da ideia de embranquecimento do país), buscando valorizar as contribuições dos africanos, dos portugueses e dos indígenas na formação social do Brasil.

brasileiros parece, inicialmente, levar para a questão do contato linguístico a mesma oscilação entre ideias afirmadas no parágrafo anterior. Isso fica claro tanto na visão apocalíptica racial e cultural à qual Nina Rodrigues se inspirava, quanto na perspectiva similar de Serafim da Silva Neto de degeneração da língua portuguesa na boca de africanos e indígenas no território colonial (conforme será abordado mais adiante nesse capítulo), ou ainda na visão mais “permissiva” e “positiva” de Renato Mendonça, que saudará as contribuições das línguas africanas ao PB como um fator garantidor de uma identidade linguística (e também cultural) distinta da de Portugal, independentizante, assim. O que parece, na verdade, é que ainda na questão do contato linguístico, assim como no debate sobre as normas ao decorrer do século XIX, nas reflexões dos estudos brasileiros sobre o problema da língua portuguesa no Novo Mundo estava a tentativa de compreender o Brasil, o que o formava, do que ele é composto, quais os traços culturais (incluídos aí as questões relativas à raça e à língua) predominantes e quais os traços distintivos, próprios, brasileiros, por assim dizer.

Não surpreende, assim, que haja vários pontos-chave na historiografia dos estudos linguísticos concernentes à realidade linguística brasileira. Cada qual trazendo questões ou aspectos distintos para a reflexão: Pedra Branca (na década de 1820) chamando a atenção para a diferenciação linguística entre Brasil e Portugal a partir do nível fonológico e, sobretudo, léxico; o debate sobre a norma da língua portuguesa no Brasil (ao longo do século XIX), cujos pensamentos estão operando a partir de um projeto político-cultural para o país; Nina Rodrigues (entre o fim do século XIX e o começo do XX), seguindo o conselho de Romero, a se enveredar nos estudos da presença das línguas africanas no território brasileiro – e lançando mão da visão da mestiçagem como fator de degeneração racial e cultural; Renato Mendonça e Jacques Raimundo (1933) estudando de maneira programática a influência das línguas africanas no PB, lançando mão de traços linguísticos característicos dessa questão; Serafim da Silva Neto (1950) buscando compreender a realidade sociolinguística brasileira e postulando hipóteses como a da transmissão irregular e a da deriva linguística, dentro de uma perspectiva sociológica da formação do Brasil, para capturar o processo de dialeção da língua portuguesa em nosso território – conforme se verá mais adiante.

1. As contribuições das línguas africanas para a formação do PB segundo Renato Mendonça e Jacques Raimundo

Se Nina Rodrigues, embora faça também algumas reflexões sobre as contribuições das línguas africanas ao português do Brasil, se envereda mais pelo caminho da abordagem do

destino de tais línguas no território brasileiro, será com as obras de Renato Mendonça (*A influência africana no português do Brasil*) e de Jacques Raimundo (*O elemento afro-negro na língua portuguesa*), que datam do mesmo período (ambas de 1933), que a questão da influência dessas línguas sobre o PB será colocada de maneira explícita e explicativa para a formação da nossa língua. Segundo Mussa (1991), apesar de suas diferenças, ambas acabam por chegar à mesma conclusão: a de que quase todos os fenômenos característicos do PB se devem à influência principalmente de duas línguas africanas – a saber, o quimbundo e o iorubá.

Mendonça ([1933] 1948, p. 87-88) acaba por concordar com o inventário fornecido por Nina Rodrigues das línguas africanas que teriam sido faladas no território brasileiro desde o início do tráfico negreiro: nagô ou iorubá, quimbundo, gêge ou ewe, kanuri ou nifê, e guruncis. Concorda ainda que, dentre essas línguas, haveria aquelas que foram adotadas como línguas gerais entre os escravizados: o nagô ou iorubá na Bahia e o quimbundo no Norte e no Sul. Contudo, para o autor, será o quimbundo aquela língua que terá influenciado mais o português falado no Brasil, já que, segundo ele, os termos quimbundos seriam mais frequentes do que os do nagô – perspectiva essa já não presente em Rodrigues (1932).

Advogando pela “independência e cultural do idioma nacional” (MENDONÇA, 1948, p. 16), Mendonça defenderá a diferenciação entre as línguas do Brasil e de Portugal com base na tese de que “uma língua que se desenvolve em dois territórios separados, frequentemente se desdobra” (MENDONÇA, 1948, p. 105). Segundo Borges (2015, p. 108), na obra de Mendonça, a língua era “vista pela ótica das relações entre sociedade e cultura, ancoradas na noção de contato étnico e linguístico”. Nesse sentido, o PB se configuraria como um dialeto do PE, sofrendo um processo de evolução diferenciadora desse: “O ‘dialeto brasileiro’, também denominado ‘brasileiro’, ‘língua brasileira’, ‘português do Brasil’, ‘português brasileiro’ apresentaria subdialeto, ou seja, variedades (sociais (‘popular, culto’) e regionais (‘caipira’, ‘da cidade’))” (BORGES, 2015, p. 108). De acordo com Silva (2016, p. 117), o pensamento de Mendonça parece abraçar “a hipótese de que o português da América não seria mais uma língua românica autêntica, dadas as mudanças que teriam se processado longe do seu tronco original” - nota-se, então, que Mendonça admite para o conceito de *dialeto* um sentido contrário do trazido por Romero (1888), aqui é postulada uma relativa distância da língua de Portugal.

Tal diferenciação do chamado dialeto brasileiro seria tanto resultado das condições geográficas e climáticas do novo território, como também das contribuições indígena e africana – esses, para o autor, aspectos fundamentais e insuficientemente abordados. Para

Borges (2015, p. 108-109), instaura-se, assim, “uma perspectiva que considera o modo de constituição da história do povo como responsável pela mudança linguística”. A autora afirma que a “visão de língua” presente no pensamento de Mendonça estaria em harmonia com a hipótese da possibilidade de descrição e explicação da emergência e das mudanças concernentes ao PB “com recurso aos contatos étnicos e linguísticos, sendo a língua deles resultante um patrimônio da nação” (BORGES, 2015, p. 109). Sob a perspectiva de que o contato linguístico motivaria a mudança, Mendonça se envereda a mapeá-la “a partir de um conjunto de princípios e métodos descritivos que prevê a inserção do fato linguístico na perspectiva da evolução social” (BORGES, 2015, p. 112). Para Silva (2017, p. 88-89), segundo Mendonça, o caldeamento étnico entre três raças – branca, indígena e africana – teria como resultado também uma mestiçagem linguística – e, “em função dos aspectos geográficos e históricos, não teria surgido um único dialeto brasileiro, mas vários”.

Contudo, nos estudos de Mendonça, há o privilégio da consideração das línguas africanas como fator determinante para o destino da língua portuguesa no Brasil – que acaba por perpassar boa parte dos estudos concernentes ao tema, na verdade. Embora traga como elemento de discussão a existência da língua geral com base tupi, Mendonça a descarta como um fator influenciador por excelência nos desdobramentos do português no Brasil. Segundo ele, o indianismo de autores como Gonçalves Dias e José de Alencar teria influenciado a proeminência do elemento indígena na língua portuguesa no Brasil, em detrimento do elemento africano (MENDONÇA, 1948, p. 112-113). Conquanto não ignore a consideração de tal elemento, posto que a língua geral de base tupi, segundo seus dados, teria perdurado até o fim do século XVII nas regiões de SP e do RS, sob a força das bandeiras paulistas, Mendonça via certo exagero em sua consideração no debate da questão linguística considerada:

Os bandeirantes, exploradores da vastidão do Brasil, foram outros propagandistas insuperáveis do tupi, porque lhe marcaram um lugar invejável na toponímia brasileira. Seria estulto, portanto, menosprezar uma influência secular. A tendência, porém, a exagerar tal influência em detrimento de outras, não se compreende” (MENDONÇA, 1948, p. 114).

Há, aí, o entendimento de que à medida que a presença africana foi crescendo no país, a presença indígena foi diminuindo (BORGES, 2015, p. 112)⁵⁸. Nessa perspectiva, sobressaía-

⁵⁸ Entretanto, a filiação de Mendonça à Geografia Linguística, disciplina que seguia a investigação da variação linguística em um mesmo território, o impede de descartar por completo uma influência indígena na formação cultural de algumas regiões do país: “De acordo com Mendonça (1936: 122), a interpenetração linguística entre o português, o indígena e o negro poderia ser vista na geografia da língua portuguesa, dada a formação étnica de cada região[...]. Assim, a geografia da língua do Brasil revelaria a predominância de tipos étnicos específicos nas áreas linguísticas determinadas: a contribuição indígena na Amazônia e em Pernambuco; a participação do negro na formação de São Paulo, Alagoas e Minas Gerais; o elemento italiano em São Paulo e o alemão e espanhol no

se a influência negra na linguagem popular falada no Brasil⁵⁹, com base no contato linguístico ocorrido no território brasileiro: “Um contato prolongado de duas línguas sempre produz em ambos fenômenos de osmose” (MENDONÇA, 1948, p. 116).

Por conseguinte, a mestiçagem também marca presença em seu pensamento, não obstante como fator para afastar a hipótese de uma gênese crioula para o PB, embora sem descartar a existência de “dialetos crioulos” desenvolvidos no Brasil:

Língua e raça formam dois elementos que têm evolução paralela a ponto de serem muitas vezes confundidos. Como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialecto crioulo. Os factos são diferentes.
No Brasil, deve ter havido dialectos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram.
O *mina* foi uma língua de preto falada na Baía, até não há muito tempo, pelos africanos e seus descendentes. Sua existência efêmera já cessou.
Em certas cerimônias do culto gêge-yorubano, com certeza se falou obrigatoriamente o nagô até recentemente. Todavia, já nas “macumbas”, não se fala mais africano, ao que nos conste, havendo não obstante muitas palavras daquela origem no ritual (MENDONÇA, 1948, p. 115).

Como evidência dessa influência negra na linguagem popular, Mendonça (1948, p. 117-125) traz fenômenos fonéticos característicos, sobretudo dos dialetos do interior do país, colocando-os em paralelo com a língua de Portugal e com dialetos crioulos falados em outras de suas colônias, a saber:

- i. *vocalização*: a transformação do fonema linguopalatal *lh* para a semivogal *y* (i.e., mulher → *muyê*) – fenômeno presente nos dialetos crioulos de Cabo Verde, ilha de São Tomé, ilha do Príncipe e de Guiné (Mendonça ressalta: “Convém notar ainda que no campo da filologia românica, o mesmo fenômeno se reproduziu ou tende a produzir-se” – indicando o romeno, o francês, o espanhol e o italiano);
- ii. *assimilação*: o fonema *j* passa para o sibilante *z* (José → *Zozê*);
- iii. *dissimilação*: ocorre nos grupos consonânticos de elocução difícil (i.e., negro → *nego*; alegre → *alegue*);
- iv. *aférese*: está → *tá*; você → *ocê*; acabar → *cabá*;
- v. *apócope*: supressão de *l* e *r* finais (i.e., mel → *mé*; esquecer → *esquecê*) –

Mendonça afirma que a queda do *r* final também ocorre nos crioulos do Cabo Verde e nas ilhas de São Tomé, do Príncipe e do Ano Bom e indica que tal fenômeno também aconteceria em verbos franceses desde o século XVI, e que mesmo na linguagem culta do Brasil o *r* final

Rio Grande do Sul” (SILVA, 2016, p. 89).

⁵⁹ A facilidade de aclimação dos povos africanos, defendida pelo autor, também viria a explicar, de acordo com o seu pensamento, a participação maior desses na formação linguística e populacional do Brasil (SILVA, 2016, p. 89).

soaria levemente;

vi. *metátese*: transposição do *e* prostético da sílaba *es* pra *se* (i.e., *escuta* → *secuta*; *escola* → *secula*) – o autor indica que tal fenômeno também ocorreria em palavras portuguesas do PE;

vii. *rotacismo*: em razão da inexistência do *r* nas línguas bantu há a substituição do *r* forte português pela linguodental *l* ou seu abrandamento em *r* fraco (i.e., *rapaz* → *lapassi*; *carro* → *calo*) – tal fenômeno também ocorreria, segundo o autor, em Angola;

viii. *suarabácti*: epêntese que desfaz grupos consonantais por meio da articulação de uma vogal (i.e., *flor* → *fulô*; *Clemente* → *Quelemente*) – fenômeno presente no quimbundo e nas línguas bantu, de acordo com Mendonça;

ix. *redução*: os ditongos *ei* e *ou* são reduzidos (i.e., *louco* → *lôco*; *beijo* → *bêjo*) – também se faria presente nos crioulos de Cabo Verde, Guiné, ilhas de São Tomé, do Príncipe e de Ano Bom.

Na morfologia, por seu turno, os negros teriam deixado apenas vestígios, tais como:

i. concordâncias nominal (*as casa*) e de gênero (*as criança tavam quetu*);
 ii. *s* prostético agregado à palavra seguinte (*os óio* → pron. *u-zó-io* e aparece a palavra *zóio*);

iii. invariabilidade de gênero e número no constante ao pronome *ele* e formação de plural com a anteposição do artigo definido *os* (i.e., *osêle*);

iv. no dialeto de SP, o gerúndio perde o *d* nas desinências (i.e., *indo* → *ino*);

v. verbos africanos (i.e., *sambar*, *banzar*, *bongar*, *cochilar*, *aquilombar*, etc.) – Mendonça aponta que todos são da primeira conjugação;

vi. adjetivos nos dialetos de Pernambuco e Alagoas (i.e., *banguelo*, *caçula*, *capenga*, *fiota*, etc.); algumas locuções (i.e., *azeite-de-dendê*, *angú-de-negro*, etc.);

vii. expressões folclóricas (i.e., *virou-ogó*, *fulo-de-raiva*);

viii. derivados (i.e., *quitandeiro*, *quituteiro*, *maxixeiro*);

ix. tratamentos familiares alterados pela próclise (i.e., *iôio*, *sinhá*, *sinhô*, *nhá*, *nhô*);

x. linguagem infantil (i.e., *cacá*, *pipí*, *bumbum*, *mimi*, etc.)⁶⁰

Já na sintaxe, a influência africana seria menos sensível: sendo os de maior importância os fenômenos de decalque: “em que o negro traduziria suas ideias em português, partindo do seu modo de falar africano” – tal fenômeno, de acordo com o autor, não teria persistido, nem deixado vestígio. Como exemplo, traz relatos de frases soltas de uma pastoral de D. Correia Neri: “Por conta de quem camaná, F, não bate caliquaqua?” O Cambône responde: “Por conta

⁶⁰ Mantemos aqui as descrições e a nomenclatura utilizada pelo autor (MENDONÇA, [1933] 1948, p. 125-128).

de *ca-ussê* – e mais adiante: “Por conta de quem camaná, F., não tem café *cá* – tudo?” – aqui, para o autor, a partícula *ca* aparece como prefixo denotativo de alguma classe⁶¹. Na colocação pronominal também haveria uma participação (embora indireta): “O negro teria tornado acentuado o pronome átono, tê-lo-ia feito *tônico*. Desta forma, deixá-íamos de encarar este fenômeno como sintático para considerá-lo simplesmente fonético” (MENDONÇA, 1948, p. 128-129).

Porém, seria o nível lexical aquele mais afetado em tal processo de influência. Como evidências do vocabulário oriundo das línguas africanas presente no PB, Mendonça traz, por exemplo: *babalorixá*: pai de santo – iorubá; *bengala*: bastão pequeno – quimbundo; *caçula*: o filho mais moço – quimbundo; *fubá*: farinha de milho ou de arroz – quimbundo; *jongo*: dança dos negros nas fazendas – bantu; *mulambo*: trapo, roupa esfarrapada – quimbundo (MENDONÇA, 1948, p. 187-272).

Porém, segundo Silva (2016, p. 90), no pensamento de Mendonça também se faz presente algum destaque à teoria do conservadorismo relativo à configuração do PB. Assim, o autor compreendia que alguns dos aspectos característicos dos dialetos interioranos do país teriam como origem, na verdade, “vestígios do português camoniano do período do descobrimento”. Ainda, muitos dos ditos brasileirismos corresponderiam, na verdade, a arcaísmos portugueses: “Para ele, alguns fenômenos da sintaxe brasileira – censurados pelos estudos gramaticais – tinham sua origem no passado português, como o uso do pronome ‘ele’ como objeto, por exemplo”. Tal hipótese retornará com força nos estudos de Gladstone Chaves de Melo (1946) e de Serafim da Silva Neto (1950) – conforme traremos ainda neste capítulo.

Segundo Mussa (1991, p. 15), a obra de Jacques Raimundo segue a mesma trilha da obra de Mendonça (1933) ao estabelecer o “elemento negro” como a razão diferenciadora entre as línguas portuguesas faladas no Brasil e em Portugal, a partir do tráfico negreiro e das consequentes influências bantu e sudanesa (em especial as línguas kimbundu e iorubá), apesar de estabelecerem ainda a presença indígena em paralelo. Mussa (1991, p. 16-17) afirma que a consideração sobre o “elemento indígena” enfraquece a tese central de ambos os autores a respeito da contribuição primordial do “elemento negro”, uma vez que não fica clara a demarcação entre um e outro. Além disso, para o autor, Raimundo e Mendonça não estabelecem nenhuma relação entre aspectos das línguas africanas e os fenômenos destacados do português do Brasil: “Não há, em suma, o estabelecimento de uma causalidade, que faz a tese da influência permanecer uma hipótese sem demonstração”. Para ele, as referidas obras

⁶¹ Durante a etapa de Qualificação desta dissertação, o Prof. Dr. Juanito Avelar, então membro da banca, chamou a atenção para o fato de que, em seu entendimento, esse fenômeno não seria sintático, e sim fonológico.

desses autores se configuram como “apenas coletâneas de observações sobre as línguas da África e o português do Brasil, sem nexos entre si” (MUSSA, 1991, p. 17). Para nós, o argumento de Mussa se dá justamente pela sua posição nesse debate: para ele, de acordo com o que pretendemos demonstrar mais adiante nesse capítulo, não há como colocar a questão do contato linguístico de maneira causal, assim não seria possível falar de uma influência de uma língua sobre outra – não estabelecendo uma causalidade, que segundo a sua visão teórica é impossível de provar, os referidos autores não provam nenhuma influência das línguas africanas sobre o PB; ao contrário, do que compreendemos do argumento de Mussa, os dois autores parecem agir segundo aquilo que, dentro da Crioulística, é denominado, por alguns autores, como o “Princípio da Cafeteria”, que diz respeito a uma prática teórica comum na área, a saber: o exame de um número de línguas africanas de relevância variável até que o traço linguístico desejado apareça, e, isso ocorrendo, postula-se essa como a origem do traço na *língua crioula* (PARKVALL, 2012, p. 22).

Isso, porém, mesmo para Mussa, não diminui a importância dos estudos desses autores. O autor salienta que a grande contribuição de ambos está no fato de terem dado corpo ao debate, “despertando a reação de opiniões contrárias, que iriam permanecer por algum tempo como definitivas” (MUSSA, 1991, p. 17). Bonvini (2013, p. 17) demarca as obras de Mendonça e de Raimundo justamente como a inauguração do debate em torno da participação propriamente dita das línguas africanas no PB. Haveria nesses dois estudos diferenças profundas em relação aos estudos anteriores e a polêmica de um século antes:

No final dos anos 30, a questão da denominação da língua nacional já fora esvaziada. A nova política da educação, no domínio da língua, considerava língua portuguesa a denominação da língua falada no Brasil. Como nota Pinto, “dentre as consequências da nova política educacional, de convergência de esforços públicos e privados, que no campo da língua consistia na sustentação da ortodoxia, porém mediante a renovação das metas, dos métodos e dos processos, ressalta o esvaziamento definitivo, ao fim do período 20-45, da velha questão da língua brasileira” (1981: XXXIX). A formação gramatical e literária dos antigos defensores da denominação língua brasileira, que frequentemente apelavam para dados extralinguísticos a fim de explicar os fatos de língua, deu lugar à formação propriamente linguística, que começou nos anos 30. Os trabalhos com caráter científico produzidos pelos novos pesquisadores sublinhavam a unidade cultural e linguística luso-brasileira, sendo a língua concebida como o reflexo e a expressão da cultura (BONVINI, 2013, p. 17).

2. A vitória da língua portuguesa no Brasil segundo Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo

É, contudo, com Serafim da Silva Neto, através da sua clássica obra *Introdução aos*

estudos da língua portuguesa no Brasil (1950), que tal debate é exposto com alguns dos contornos que permanecerão até o posterior século XXI.

Para Silva (2016, p. 92), é possível observar, nessa obra, que Silva Neto apresenta uma série de características que a língua portuguesa falada no Brasil compartilharia com línguas outras, em especial em relação aos processos de mudança, tais como: a *koinetização* (que o autor traz como uma anulação, em território brasileiro, de diferenças dialetais próprias da metrópole), o aumento da velocidade de prazos evolutivos já latentes (no qual Silva Neto se vale tanto do conceito de *deriva* quanto do contato linguístico) e o *conservadorismo*. Segundo Silva, o autor vislumbra tais aspectos como “característicos das chamadas línguas transplantadas” – a impressão de maior velocidade em alguns processos evolutivos, porém, também se faria presente em *línguas crioulas*. Para Silva (2016, p. 95-96), é o conceito de deriva que vai permitir, ao longo da referida obra, a construção de um PB “como um braço da România”, configurando-se como apenas “mais um ramo de sua árvore genealógica”, ou seja, como uma língua oriunda do processo de deriva indo-europeia – evitando-se, assim, o distanciamento entre as línguas do Brasil e Portugal, a partir da apresentação de uma ideia de unidade tão cara ao autor.

Silva Neto dará especial atenção ao papel dos *aloglotas* (indivíduos que não tinham a língua portuguesa como língua materna) no desencadeamento da deriva linguística em velocidade ímpar. Seriam esses aloglotas os indígenas e os africanos, os primeiros aqui já presentes quando da invasão portuguesa no território do Novo Mundo, os últimos sequestrados em África e traficados para a nova colônia portuguesa a partir de meados do século XVI. Ambos, entretanto, seriam participantes de uma “aquisição precária” da língua portuguesa em solo brasileiro, e será esse fato o combustível para que os processos evolutivos próprios da família linguística indo-europeia (e do português lusitano) fossem aqui apressados. Contudo, a participação dos aloglotas se restringiria, para ele, somente em apressar tais processos evolutivos já latentes, descartando assim uma possível influência de substrato das línguas indígenas e africanas no PB.

Distinguindo a *história externa* da *história interna* da língua portuguesa como dois ramos nos estudos brasileiros (a primeira de cunho etnográfico-social e a segunda com cunho filológico-linguístico), o autor afirma que seus estudos na referida obra se situam no primeiro ramo, alertando para a necessidade de estudos sobre a situação linguística das regiões do país e ressaltando a importância da consideração da história social do Brasil na questão: “A matéria de história da língua portuguesa no Brasil há de investigar-se na etnografia e na evolução histórico-social do povo brasileiro” (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 14). Apontando

semelhanças com a história externa de outras línguas (como o português asiático e africano), ressalta, porém, as complexidades do caso brasileiro, por conta das peculiaridades da nossa formação étnica-social.

O que entra em cena de vez com o pensamento de Silva Neto, nos estudos referentes à origem e formação do PB, é a consideração da variação linguística existente no Brasil e dos processos de dialetação presentes nas diversas regiões de um país de tamanho continental, assim como a necessidade de uma interpretação da história brasileira o mais fidedigna possível:

[...] para Silva Neto (1950), um dos maiores erros cometidos pelos estudiosos que defendiam as teses indiófilas e negrófilas – e, por conseguinte, a existência da língua brasileira – teria sido considerar o português como um bloco uniforme. Para esse autor, ao contrário, haveria vários tipos de linguagem a serem considerados, com as suas respectivas razões históricas de existência. Assim, ao longo da IELPB⁶², encontramos vários movimentos do autor para situar o problema da variação linguística (SILVA, 2016, p. 129).

Para Silva (2016), uma das principais intenções de Silva Neto em sua obra:

era, além de fornecer mais elementos para a criação de uma mentalidade dialetológica, chegar a uma compreensão dos processos formadores da língua falada no Brasil. Para isso, Silva Neto busca a todo o momento reconstruir a realidade linguística do Brasil Colonial, falando de suas situações de contato linguístico, da demografia histórica, da dinâmica das classes sociais etc. Nesse sentido, um dos principais argumentos do autor é que, devido a questões de prestígio social – sobretudo com a chegada do Príncipe Regente ao Rio de Janeiro, em 1808 –, as cidades teriam mantido um padrão linguístico mais próximo da norma lusitana, libertando-se, com o passar do tempo, das marcas deixadas pelo contato linguístico do português com línguas africanas e indígenas, que teriam se perpetuado no interior (SILVA, 2016, p. 109-110).

Para Silva Neto, contrapondo-se à noção de língua como organismo vivo (da qual, para o autor, Alencar fez uso nas polêmicas retratadas no nosso primeiro capítulo), a língua segue o destino de seus falantes (“a vontade dos homens influi no destino das línguas que falam”):

Mas a verdade é que a língua, longe de ser um organismo, é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, *independente da vontade do homem*, porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 18).

Silva Neto se mostra bastante influenciado pelas ideias sociolinguísticas de

⁶² Tal sigla se refere à abreviação, utilizada pelo autor, do título da referida obra de Silva Neto, a saber: *Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa no Brasil*.

Schuchardt, ao qual é bastante elogioso⁶³, e das visões sociológicas de Thorstein Veblen e Gabriel de Tarde referentes à imitação cultural entre as classes sociais. Apesar disso, tal influência não o distanciará por completo de uma perspectiva conservadora de língua, sobretudo da língua portuguesa como ela se faz presente no país, como ficará perceptível mais adiante. Ao contrário da visão de Chaves de Melo, cuja sociolinguística estaria isenta do jogo de poder na sociedade – conforme analisa Pagotto (1998) –, no pensamento de Silva Neto essa relação se faz presente, embora a serviço de certo conservadorismo cultural (no qual está inclusa a noção europeia do século XIX de inferioridade racial, também presente nos estudos de Nina Rodrigues).

Na visão de Silva Neto, a teoria de Schuchardt sobre a mistura linguística a partir do contato (sobretudo em situações de bilinguismo) é mais abrangente do que a da influência de substrato – perspectiva que pode ser interpretada como presente no pensamento de Mendonça (1933), por exemplo. Isso porque nas ideias de Schuchardt, compreende Silva Neto, estaria presente um permanente jogo de contato e interação sociolinguística, “que explica a relativa falta de precisos limites dialetais; a massa linguística, dentro de um território, representa um tecido cujas gradações de colorido são imperceptíveis” (SILVA NETO, 1979, p. 28). Nesse sentido, para o autor brasileiro, as mudanças linguísticas oriundas de alguns centros (a cidade, densamente povoada) somente se irradiariam posteriormente para outras áreas (como a rural, mais isolada e de vida não fervilhante como nos centros urbanos) “à feição de ondas”. A compreensão de Silva Neto sobre a mudança linguística é que ela se dá então no contato e na interação linguística, os quais, para o autor, parecem obedecer a processos sociológicos, que irão retardar ou apressar as mudanças linguísticas: “A evolução linguística está intimamente ligada à evolução histórico-social: a rapidez ou a lentidão das transformações depende da estrutura da sociedade” (SILVA NETO, 1979, p. 30). Entre esses processos sociológicos é que estariam a imitação entre as classes sociais, a partir de tendências positivas ou negativas (tomando o autor a *pirâmide de Veblen*) – as primeiras correspondentes à imitação do estrato social superior, as segundas à busca pela diferenciação do estrato inferior.

Para o autor, a vida social oscilaria entre a imitação de elementos culturais antigos e a difusão das inovações: “Trata-se, para falar com Tarde, da *imitação-costume* e a *imitação-moda*, que operam em direções diferentes: enquanto a primeira tende a perpetuar e valorizar o

63 Segue como exemplo a seguinte passagem de texto:

“O linguista que mais profundamente estudou esse assunto foi Hugo Schuchardt, espírito eminentíssimo, que reunia a grande sagacidade uma erudição quase sem limites.

Desde cedo (1882) quando a Linguística ainda se debatia nas incertezas do darwinismo e do biologismo, compreendeu ele que a causa primária da influência de uma língua na outra era sempre de essência social, e nunca fisiológica” (SILVA NETO, 1979, p. 26).

antigo, a segunda forceja por coletivizar as inovações” (SILVA NETO, 1979, p. 30). Na teoria tardiana, segundo a compreensão de Silva Neto, o costume precederia à moda, que, por sua vez, se daria em menor quantidade do que o primeiro. Seria o equilíbrio entre essas duas forças (a *imitação-costume* e a *imitação-moda*) que explicaria “a relativa e aparente estabilidade” (SILVA NETO, 1979, p. 31).

Esse jogo de imitação social não estaria presente somente no contato e na interação entre adultos, mas também entre esses e as crianças, que, segundo a visão sociolinguística do autor, adquiria a língua do ambiente social a partir da imitação das pessoas ao redor: “Dessa maneira, cada geração readquire a língua, o que, naturalmente provoca descontinuidade na transmissão” (SILVA NETO, 1979, p. 28). Vê-se, através desse excerto, que no pensamento de Silva Neto também está presente a ideia de que o processo de aquisição da língua materna está ligada ao de mudança linguística, havendo nele perda e alterações de alguns elementos e criação de outros – tal ideia, conforme buscamos demonstrar em nosso segundo capítulo (cujo argumento também aprofundaremos no quarto), está presente tanto na teoria gerativa quanto nas críticas de Mufwene (2001) e Aboh (2015) às visões tradicionais na Crioulística (tidas por eles como problemáticas). Na nossa compreensão, o fato de haver a relação entre a aquisição de língua materna e o fenômeno da mudança linguística estabelece alguns problemas para a distinção entre as noções de *transmissão linguística regular* e *transmissão linguística irregular* (esta última adotada por Silva Neto, conforme apresentaremos mais adiante ainda nesse capítulo) – a primeira ligada à aquisição de L1, a segunda à de L2 –, enfraquecendo-a (isso ficará mais claro na primeira seção do nosso quarto capítulo, no qual buscamos analisar a utilização do conceito de *transmissão linguística irregular* por Lucchesi & Baxter, 2009).

É, porém, com essa relação dialética entre o social e a língua em mente que Silva Neto reconhece a diferenciação linguística entre Brasil e Portugal, uma vez que a língua corrente varia de acordo com os contextos extralinguísticos (“os lugares, as pessoas, as épocas e até as circunstâncias”) (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 19). Entretanto, isso se remeteria à língua falada, enquanto a língua escrita (ao que nos parece, numa visão de superioridade dessa última) apareceria como reflexo da civilização e mantenedora da unidade, não obstante reconheça a existência de um padrão culto brasileiro, diferente do de Portugal (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 19-20). Sobre isso, o autor ainda ressalta:

É inegável, porém, que constituímos uma estrutura linguística comum e que, em consequência, fazemos parte do mesmo domínio linguístico, aliás, ainda mais vasto, pois engloba territórios de África e de Ásia. As palavras fundamentais – nomes de partes do corpo, de parentesco, os numerais, os verbos que indicam ações essenciais à vida, as partículas – são todas de boa cepa lusitana. As flexões são idênticas:

morfemas de número (o-s); de gênero (o-a); de grau (-simo); as desinências pessoais e temporais dos verbos não diferem cá e lá. A estrutura da frase é fundamentalmente a mesma (NETO, [1950] 1976, p. 20).

De acordo com o pensamento do autor, o português literário do Brasil assumiu algumas particularidades – nada, porém, que abalasse a unidade da estrutura linguística entre os dois países (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 22). Na língua falada, contudo, haveria diferenças mais significativas: as variações se dariam segundo a classe social e o grau de instrução das pessoas, distinguindo-se, segundo Silva Neto, em quatro matizes – *tensa, familiar, vulgar e falas especiais*; os dois primeiros são a fala usual da classe média e recebe influência da linguagem culta; o segundo é alheio à escrita quase que completamente, constituindo-se como a fala de pessoas humildes, em sua maioria analfabeta, sendo essencialmente uma linguagem *transmitida* (aprendida de outiva, inconscientemente); o último trata de falas empregadas por indivíduos de uma mesma profissão ou atividade (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 25).

Para Silva Neto, nos dois primeiros séculos a língua portuguesa teria sofrido, no Brasil, algumas transformações que a distanciaram do português do continente europeu. Os desdobramentos históricos teriam feito com que o “linguajar”, falado inicialmente na costa do país, invadissem o interior a partir da expansão territorial das bandeiras e das entradas. Contudo, nos circuitos cultos brasileiros teria havido um “reatamento da tradição”, refundindo essa *koiné*, que sofreria, hoje, “a grande pressão exercida pela língua culta” (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 28).

Para ele, apesar da possibilidade de agrupamento dos *subdialetos* falados no país, haveria uma imensa *unidade* na totalidade dos *falares brasileiros*, perspectiva da qual decorre a sua famosa tese de *diversidade na unidade e unidade na diversidade*, com a qual pretendia defender a unidade linguística entre Brasil e Portugal, não ignorando, porém, o processo de dialetação da língua portuguesa ocorrido nas diferentes regiões brasileiras (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 28-29).

No que toca à questão do contato linguístico e da influência de línguas africanas e indígenas no destino da língua portuguesa no Brasil, o pensamento de Silva Neto se bifurca: haveria tanto a história da língua trazida pelos colonos portugueses, quanto a história dessa língua adquirida pelos indígenas e pelos africanos e seus descendentes. Essas duas histórias não necessariamente coincidiriam. Em relação à primeira, há, para o autor, que se considerar qual o estatuto dessa língua portuguesa desembarcada no Novo Mundo durante o processo de colonização. Haveria nesse desembarque uma heterogeneidade linguística, com colonos vindos das mais diversas partes de Portugal – falando diversos dialetos da língua portuguesa –,

com seus respectivos dialetos (SILVA NETO, 1976, p. 42). Postos em contato em meio à diversidade do ambiente, esses colonos teriam chegado a um denominador linguístico comum, uma *koiné*, “que não participava das mudanças operadas na metrópole e que, por isso mesmo, era muito conservador” (SILVA NETO, 1976, p. 115-116).

É, com força, esse argumento o ponto central da hipótese conservadora de Silva Neto para a gênese do PB. No que se refere à aquisição da língua portuguesa por indígenas e africanos e seus descendentes, o autor aponta semelhanças entre as variedades do português desempenhadas pelos indígenas⁶⁴ e pelos negros, fazendo um juízo de valor acerca de um suposto atraso no estágio de civilização e ressaltando a situação emergencial de aquisição da língua pelos dois grupos (SILVA NETO, 1976 p. 34-36). O resultado linguístico de tal aquisição (imperfeita) estaria correlacionado à inferioridade étnica e cultural de tais povos: “Se negros e índios falavam, nos primeiros tempos da colônia, um português deturpado, simplificando ao máximo em suas formas, era em virtude de condição social ínfima e de mínima cultura” (SILVA NETO, 1976, p. 91).

No tocante à situação linguística do indígena, Silva Neto põe-se a analisar os contextos circundantes da língua geral, com base tupi, formada a partir de uma relativa homogeneidade étnica e linguística entre os indígenas habitantes da costa do território invadido pelos portugueses quando da sua colonização do Novo Mundo. Segundo o autor, a língua geral era simples e apresentava material morfológico reduzido, e não possuía nem declinação nem conjugação: “Tinha todo o aspecto das línguas de necessidade, criadas para intercâmbio” – sendo usada pelos jesuítas como língua missionária (SILVA NETO, 1976, p. 50).

Nesse contexto, Silva Neto coloca como indispensável: a) determinar, *em face dos séculos e das condições histórico-sociais de cada região*, os progressos ou recuos que *língua geral* sofreu; e b) examinar e interpretar, social e geograficamente, os testemunhos relativos ao uso dessa língua geral, submetendo-os às necessárias crítica e hierarquização. Leva ele mesmo adiante essa tarefa, afirmando como grande a influência da língua geral no primeiro século da colonização, com a tentativa de incorporação do índio à sociedade colonial, visto que esse se fazia indispensável para a exploração daquela terra: “Era, então, natural que os conquistadores recém-chegados procurassem conhecê-la. Os jesuítas também, empenhados em criar uma cristandade, lançavam mão do poderoso meio de catequismo que é falar ao neófito em sua própria língua” (SILVA NETO, 1976, p. 51). Fornece também alguns testemunhos, como o do Padre Antônio Vieira, em vista de capturar a dinâmica histórica de tal língua:

⁶⁴ O autor chama atenção para o ensino de português aos filhos dos indígenas por parte dos jesuítas, o que teria levado a uma situação de relativo bilinguismo (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 31).

Em S. Paulo, onde a atividade dos índios foi aplicada num setor que lhes era grato – a penetração dos sertões – maior teria sido, também, a permanência da *língua geral*. Já no primeiro recenseamento do Brasil, feito em 1583 pelo Pe. Anchieta, havia 1.500 brancos para 1.000 índios e nenhum negro, enquanto na Bahia viviam 12.000 brancos e em Pernambuco 8.000. É certo que o Pe. Vieira nunca esteve no Planalto: mas é indiscutível que estava bem informado, em 1694, quando reconhecia “... as famílias dos portugueses, e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender à escola ...” (*Vozes saudosas*, 1736, págs. 161-2) (SILVA NETO, 1976, p. 51).

A respeito da morte do tupi, em S. Paulo, o viajante Hércules Florence, que por lá passou em 1828, dá-nos boa informação: ‘Em S. Paulo, há sessenta anos [1768], as senhoras conversavam nessa língua, que era a da amizade e intimidade doméstica. Ouvi-a ainda da boca de alguns velhos’ (*Viagens fluvial do Tietê ao Amazonas*, pág. 174) (SILVA NETO, 1976, p. 54-55).

Depreende Silva Neto que a língua geral era a língua comum, do cotidiano, com a língua do colonizador se restringindo ao uso e escrito e em determinadas ocasiões⁶⁵. Segundo o autor, até mesmo os negros recém-chegados no Brasil também compreendiam e falavam a língua geral, em detrimento da língua portuguesa dos colonizadores (SILVA NETO, 1976, p. 59).

A despeito disso, conclama o êxito e a sobrepujança da língua portuguesa: “[...] a vitória do português não se deveu à imposição violenta da classe dominante. Ela explica-se pelo seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização” (SILVA NETO, 1976, p. 61). O português seria a língua da administração, somente através da qual se entendiam os agentes do Estado. Era, ainda, a língua da escola: com livros de ficção e de ciência sendo escritos nela, enquanto a língua geral nunca veio ganhar a qualidade de língua escrita literária, sendo aprendida de outiva, uma vez que estava associada à classe mais baixa da sociedade colonial. Silva Neto argumenta, por fim, que era em português que o Brasil se comunicava com o resto do mundo.

No que se refere ao elemento africano e sua influência na sociedade colonial e no PB, Silva Neto ressalta que há que se levar em conta a intensidade do seu contato com os senhores brancos, a partir da qual, segundo o maior ou o menor grau, poderia se desembocar em um processo de aculturação dos escravizados, processo esse chamado por ele de “desafricanização” (SILVA NETO, 1976, p. 39-40). A partir disso, aponta para a existência de uma língua própria dos negros isolados nos engenhos, nas fazendas e nos quilombos (surgidos

⁶⁵ Como exemplo, cita o bandeirante Domingos Jorge Velho, ele mesmo resultado da mestiçagem entre indígenas e brancos, e que se exprimia mais à vontade na língua geral, contando até com intérprete (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 52).

no fim do século XVI); coloca tal língua em paralelo com o inglês da Carolina do Sul, que seria um inglês simplificado gramaticalmente (SILVA NETO, 1976, p. 41).

Silva Neto traz como testemunho de existência de uma *língua crioula* ou *semicrioula* no Brasil um trecho do mesmo Padre Antônio Vieira, para quem havia na língua portuguesa o avesso e o direito, este falado pelos portugueses e o primeiro pelos nativos, caracterizado por ser “uma meia língua” (SILVA NETO, 1976, p. 48-49). O autor ainda apresenta a seguinte definição de *língua crioula*: “falar de emergência, com caracteres definidos e vida própria, que consiste na deturpação e simplificação extrema de uma língua, quando imperfeitamente transmitida, e aprendida por gente de civilização inferior” (SILVA NETO, [1950], p. 48).

Tal qualidade de língua seria sentida no “falar de grandes massas que tiveram de aprender a língua dos senhores de modo imperfeito e muito rapidamente”, o que traria a condenação da língua portuguesa na boca desses aloglotas – temos aqui que a questão da aquisição (imperfeita) de segunda língua por aloglotas como o fator diferenciador principal. Para Silva Neto, um exemplo de tal aquisição imperfeita e seu resultado linguístico seria “sem dúvida” o dialeto caipira, estudado por Amadeu Amaral (1920), constituindo-se, então, como um remanescente de um primitivo *crioulo* falado no Brasil (SILVA NETO, 1976, p. 65). Segundo ele, “o grau desse falar crioulo varia de lugar para lugar”, sendo dependente da porcentagem demográfica de brancos e do *status* cultural: “Onde menor for o número de brancos, onde a população consistir, quase exclusivamente, de índios, negros, ou mestiços, maior será o grau de linguajar criouloizante” (SILVA NETO, 1976, p. 80-81) – essa perspectiva é similar a de Mufwene, exposta no primeiro capítulo dessa dissertação.

Dessa forma, Silva Neto desenha o que chama de dualidade linguística existente no processo de colonização do Brasil: “Portanto, dos princípios da colonização até 1808, e daí por diante com intensidade cada vez maior, se notava a dualidade linguística entre a nata social, viveiro de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendentes dos índios, negros e mestiços da colônia” (SILVA NETO, 1976, p. 80).

A gênese do PB obedeceria então à dinâmica de tais fatores:

Por onde se vê que é indispensável dar o justo relevo ao fato de que, *não havendo, propriamente, história da língua, mas história dos falantes*, o caráter de alguns falares brasileiros pode ter mudado com os séculos. A uma fase índia pode ter sucedido a africanização. E é positivamente certo que a branquização, tal como mancha de óleo, se foi alargando cada vez mais (SILVA NETO, 1976, p. 82).

À mestiçagem se seguiria a aculturação no processo de formação da sociedade brasileira, trazendo os seus deslocamentos sociais, com os desdobramentos linguísticos

resultantes: “Pouco a pouco, no contato com os brancos e ao sopro das luzes das escolas, negros, índios e mestiços de toda a espécie foram aperfeiçoando a sua linguagem” (SILVA NETO, 1976, p. 92).

Apesar de reconhecer a existência de elementos indígenas e negros na cultura brasileira, Silva Neto destaca que o elemento branco se sobressaía, já que também se destacava socialmente como “classe superior”, sendo acompanhada pela língua – que, para o autor, classifica o indivíduo no meio social. Na visão do autor, as sociedades se configuram como pirâmides, nas quais suas diversas camadas estariam dispostas umas sobre as outras, de forma que os grupos sociais mais baixos nesse escala procurariam assimilar (através da *imitação* e da *seleção*) as características da camada mais superior, que, por sua vez, evitaria as de camada inferior (SILVA NETO, 1976, p. 92). Essas tendências se distinguiriam entre *positivas* e *negativas*: as primeiras consistem na imitação do estrato mais alto da pirâmide social, já as segundas no evitamento dos comportamentos do estrato social inferior.

O comportamento das classes mais altas da sociedade estaria configurado pelas tendências negativas – apresentando “aspecto arcaizante e neologista” (SILVA NETO, 1976, p. 92-93). Em meio a essa perspectiva, Silva Neto faz a seguinte leitura da configuração social de parte da história do Brasil colonial:

Ora, nos dois primeiros séculos do Brasil colonial “os elementos oficiais e os colonos formariam uma casta superior, sendo que os nascidos em Portugal se considerariam acima dos que houvessem por berço a colônia. Estes últimos vinham em segunda linha, muito pouco considerados pelos reinóis da Europa, e eles aceitavam essa diminuição de conceito e de classe”, logo abaixo desse grupo estavam “o mestiço de índios que não admitiam fossem colocados no mesmo nível dos mulatos ou dos demais cruzados de brancos e negros; alegavam, antes, a ascendência paterna, a proteção que, oficialmente, Portugal lhes dispensava, ao promover os casamentos mistos entre europeus e autóctones” - em seguida vinham os mulatos e, depois deles “vinha uma indescritível mistura de inomináveis cruces: mulato-índio; índio-negro” - abaixo estavam “escravos vermelhos, e, ainda mais baixo a massa africana e sua linhagem racial” (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 93).

O autor apresenta a ascensão social do mestiço como um fator que “acarretava polimento e planificação na linguagem, uma vez que ela levava esse indivíduo à tentativa de imitar padrões linguísticos dos brancos, anulando assim características da sua própria língua” (SILVA NETO, 1976, p. 95).

Silva Neto traça como panorama linguístico do Brasil até o século XVIII a existência de quatro variedades de língua no território, a saber: i) *português*: falado, sobretudo, na costa do Brasil, principalmente pelos brancos e seus descendentes – que, com o tempo, foi apresentando traços outros dos do português lusitano, mas apresentava certa unidade, sendo as

particularidades regionais europeias anuladas pela interação entre os colonos, chegando-se a um meio termo; ii) *crioulo* ou *semicrioulo*: uma adaptação do português por parte dos mestiços, indígenas e negros, apresentando simplificação de formas e, talvez, traços relativos a interferências de outras línguas; iii) *língua geral*: usada pelos mamelucos e pelos brancos em suas relações com os gentios; iv) *falares episódicos africanos*: proporcionalmente menor que a língua geral, mas usada em quilombos ou entre negros novos, “ainda não devidamente aportuguesados” (NETO, [1950] 1976, p. 48-49).

Ademais, o autor postula três fases (com seus respectivos acontecimentos) para a história externa da língua portuguesa no Brasil, sendo elas:

I. *de 1532 a 1654* – ou seja, do início da colonização à expulsão dos holandeses: escasso número de brancos; utilização dos indígenas no desbravamentos dos sertões; contato inter-racial inicial e mestiçagem (com o surgimento do mameluco); fase de bilinguismo (“A *língua geral* era necessária a todos: aos mercadores nas suas viagens, aos aventureiros em suas expedições, sertão adentro, aos habitantes das vilas em suas relações com o gentio ...”); início da substituição da mão de obra escrava indígena pela africana;

II. *de 1654 a 1808*: desaparecimento do elemento indígena e crescimento da influência de brancos e negros; distinção de negros *ladinos*, conhecedores da língua portuguesa, e *boçais*, não conhecedores da língua dos senhores; irradiação de aspectos linguísticos próprios do português americano – sem, contudo, a perda do vínculo estrutural com o PE; nivelação linguística provocada pelos diferentes falares metropolitanos; difusão do português a partir das ações missionárias dos jesuítas; perda de espaço pela língua geral, assim como pelos “episódicos falares africanos”; predominância da língua portuguesa, por conta do seu prestígio; surgimento do quilombo dos Palmares; consolidação da elite colonial e dos mestiços (com sua ascensão social), assim como do “espírito branco”; tentativa de emancipação de Portugal (“no espírito e no sentimento literário”); período da Inconfidência mineira; início da formação de uma consciência de nacionalidade;

III. *de 1808 adiante*: chegada da Corte e transformação do RJ em capital do mundo português, com consequências para o mundo colonial, como o processo de urbanização e de incremento da cultura do Rio; emigração das elites rurais para as grandes cidade; acentuação da oposição entre os habitantes do litoral e os do interior; diferenciação entre os *falares urbanos* e os *falares rurais* (SILVA NETO, 1976, p. 67-90).

Para Silva Neto, havia certo exagero em relação à contribuição das línguas indígenas e africanas no PB. Contudo, para ele, não haveria, de maneira positiva, influência dessas línguas na língua do Brasil, mas sim “cicatrizes de tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por

causa da sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios”. Apoiado em seus documentos, o autor afirma que: “A linguagem dos negros crioulos e principalmente dos africanos estava muito longe do português dos brancos, mazombos ou reinóis, e até mesmo dos mestiços” (SILVA NETO, 1976, p. 98).

A elite brasileira não teria passado incólume à influência dos negros, dado o status social e cultural destes, por conta da convivência inter-racial. Distingue, então, a influência do negro no Brasil em: i) *ação urbana*: exercida nas cidades do litoral, pelas mucamas e negros de serviços domésticos (que também garantia uma maior convivência entre brancos e negros, tendo como resultado um maior nivelamento linguístico dos negros em relação aos brancos); e ii) *ação rural*: operada nos campos do interior, com a migração escrava “carreada para as fainas agrícolas” (na qual não houve uma influência unificadora).

O convívio inter-racial não teria trazido somente a corrupção do falar branco, mas também “o polimento da linguagem rústica” de negros e índios (SILVA NETO, 1976, p. 101)⁶⁶. Desse quadro resultaria uma certa disparidade linguística no território brasileiro: o *crioulo* oriundo da *aquisição imperfeita* da língua portuguesa pelos não europeus nas regiões rurais, sobretudo em lugares mais isolados; e “uma linguagem mais culta e aperfeiçoada” nas grandes cidades, “graças à escola e à influência da alta sociedade” (SILVA NETO, 1976, p. 113). Tal quadro ainda se refletiria na época de Silva Neto:

O Brasil ainda hoje representa um conjunto de duas épocas estratificadas. No “sertão” encontraremos um quadro arqueológico da nossa civilização colonial no que diz respeito a raça, economia, costumes, folclore, mística. Não será muito exagerado dizer que em algumas regiões achamos os séculos XVII e XVIII. Isto é o que Pinder chamaria, a “não-contemporaneidade do contemporâneo” (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 113-114).

Com esse pensamento, opõem-se a cidade e o campo, e a situação linguística de cada um desses lugares, como pode ser visto em Silva (2016):

[...] a oposição entre a cidade e o campo – ou entre litoral/interior – perpassa toda a IELPB como um eixo explicativo de vários fenômenos linguísticos. Ao que parece, o objetivo de Silva Neto era mostrar que esses dois espaços tinham histórias externas bastante distintas, e que, por isso, existiriam diferenças linguísticas entre eles. Como exemplo, podemos notar que, mais de uma vez, o filólogo pontua que o processo de escolarização havia começado bem cedo no Brasil, fornecendo grandes expoentes da cultura letrada – como o Padre Antônio Vieira, por exemplo. Assim, nas cidades haveria a disponibilidade de equipamentos culturais, de modo que ocorreria também uma espécie de planificação linguística. No campo, entretanto, haveria a preservação dos elementos coloniais na economia, nos costumes, nas crenças e, talvez, até mesmo

⁶⁶ Tal ideia pode ser colocada em paralelo com as hipóteses de *descrioulização* do PB de Gregory Guy (1981) e de atenuação dos efeitos da crioulação presente na hipótese de *transmissão linguística irregular* de Lucchesi e Baxter (2009), expostas mais adiante nesta dissertação.

na língua (SILVA, 2016, p. 129).

Sem embargo, a influência dos negros e índios não poderia ter sido grande nas cidades, dada a sua falta de prestígio no meio social, uma vez que, para o autor, tais grupos: “[...] não tinham prestígio literário porque a sua linguagem não os habilitava a isso, não dispunham de prestígio social, porque a sua cor, a sua origem e a sua situação econômica os ligava às classes mais humildes da população” (SILVANETO, 1976, p. 118). Para ele, a falta de prestígio ainda teria impedido que o *crioulo* se impusesse à sociedade brasileira: “todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela” (SILVA NETO, 1976, p. 118).

É nesse sentido que o autor parece considerar a configuração da língua como dependente da dinâmica social. Se nas cidades, a falta de prestígio teria impossibilitado a sobrevivência do *crioulo*; nas regiões rurais a situação ainda se haveria de compreender:

O tipo de linguagem depende, nas zonas rurais, da composição demográfica e da maior ou menor possibilidade de acesso à escola, quer dizer à língua escrita. É indispensável para isso buscar apoio na história regional e ver, por exemplo, se a localidade estudada é na origem uma aldeia índia ou se ela representa um antigo *quilombo* de negros. No caso afirmativo, se a ação da escola não contrabalançou nem expurgou o aprendizado imperfeito inicial, estamos diante de um dialeto *crioulo*, quer dizer uma simplificação extrema do português mal aprendido e imperfeitamente transmitido (SILVA NETO, 1976, p. 118-119).

Nesse cenário, o papel do aloglota parece essencial. No entanto, para o autor, seria indispensável a distinção entre a ação do aloglota (e as condições dos seu aprendizado da segunda língua) e a interferência entre dois sistemas linguísticos distintos:

Os resultados das investigações ficaram muito obscurecidos pela má colocação dos problemas, tão importantes e sedutores, da influência de uma língua noutra. Rigorosamente falando, uma língua não age sobre outra, visto que as línguas não têm existência fora dos homens que a falam: a interferência linguística é um dos aspectos da *aculturação*, isto é, dos fatos que decorrem do contato dos homens que possuem culturas (e portanto línguas) diferentes. Assim, como já vira o luminoso espírito de Schuchardt, duas línguas influenciam não à maneira de dois líquidos que se misturam, *mas como duas ações do mesmo indivíduo*. A interferência pressupõe, portanto, uma fase em que os indivíduos pertencem a duas culturas: são bilíngues. É nessa altura que os sistemas podem interpenetrar-se, daí saindo inovações que se difundem de áreas bilíngues e podem acabar generalizando-se por todo o território, se encontram condições sociais favoráveis (SILVA NETO, [1950] 1976, p. 114-115).

Em seu entendimento da questão, não bastaria a detecção de semelhanças entre fenômenos da língua falada no Brasil e outros das línguas indígenas ou africanas. Seria preciso, ainda, “demonstrar que não se trata de evoluções independentes, mas que há filiação

entre eles” (SILVA NETO, 1976, 91) – e descarta uma possível influência de substratos:

É que se torna indispensável colocar o problema no plano social e cultural. Não há, no negro ou no índio, nenhuma capacidade orgânica para aprender o português. Convém, a esse respeito, lembrar que toda criança, venha donde vier, é capaz de aprender qualquer língua. Assim não há dúvida de que nada impedirá a um pequenino banto, por exemplo, aprender francês, ou inglês, uma vez que conviva, desde a puerícia, entre pessoas que tenham essas línguas como maternas (NETO, 1976, p. 91).

Assim o contato e repetida interação que há pouco descrevemos entre o português de brancos, índios e mestiços, não implica, de nenhum modo, na aceitação de traços fonéticos, morfológicos ou sintáticos de línguas índias ou africanas. Pelo contrário, há que provar-se, com uma série de exigências rigorosas, qualquer hipótese que explique por meio de substratos ou adstratos, traços fonéticos, morfológicos ou sintáticos do português do Brasil (NETO, 1976, p. 117).

Fazendo referência ao conceito de *deriva* de Sapir⁶⁷, Silva Neto aponta para a existência de uma deriva indo-europeia, de simplificação das flexões, que, no contato com os aloglotas, sofreriam uma simplificação mais brusca e extrema – ou seja, as mudanças concernentes a essa deriva teriam sido apressadas. Para Silva Neto, na constituição do PB haveria desde o século XVI duas *derivas*: a) uma *deriva* bastante conservadora, que se desenvolveu muito lentamente; e b) uma *deriva* sobre a qual as condições sociais do período colonial agiriam. A primeira se referiria às variedades da língua portuguesa trazidas pelos colonos portugueses (oriundos de diversas localidades de Portugal), que não teriam participado das mudanças linguísticas sofridas na língua em solo lusitano; por sua vez, a segunda seria encontrada justamente no resultado linguístico derivado de uma aquisição imperfeita da língua do colonizador por parte de indígenas, mas, sobretudo, pelos africanos (SILVA NETO, 1976, p. 115-116).

É através do conceito de *deriva* que Silva Neto pretende explicar as diferenciações entre as modalidades da língua portuguesa do Brasil e de Portugal, e ainda autor de uma unidade linguística entre os dois países – fazendo, não obstante, uma ressalva: “[...] Tanto de um lado como de outro há diferença de lugar para lugar e de classe social para classe social. Temos, portanto, os falares do português de Portugal e os falares do português do Brasil” (SILVA NETO, 1976, p. 133). Assim, as línguas portuguesas de Brasil e de Portugal seriam, em certa medida, variedades de uma língua comum, parte do mesmo domínio linguístico, conforme assinala Silva (2016):

Para entendermos o conceito de língua comum, é fundamental a compreensão do que

67 Voltaremos a este conceito em nosso quarto capítulo, uma vez que, no século XXI, ele se mantém como argumento para a explicação da origem e formação do PB, a partir de sua utilização por Naro & Scherre (2007).

Serafim da Silva Neto entendia por domínio linguístico. De acordo com esse filólogo, uma vez que Portugal expandiu-se largamente para além do seu território, transplantando a sua língua, foi-se formando um domínio, capitaneado por essa metrópole, entendido como uma espécie de domínio comum. Nesse sentido, o autor argumentava em favor da existência de um domínio linguístico português, que englobaria a fala portuguesa da Europa, da América, da África e da Ásia. Esse domínio linguístico seria caracterizado pelos seguintes aspectos: semelhanças entre as palavras fundamentais (partes do corpo, por exemplo); semelhanças flexionais (morfemas de número e de gênero), semelhanças entre desinências pessoais e temporais. Não obstante todas essas semelhanças, a estrutura comum poderia variar. Deste modo, embora Brasil e Portugal fizessem parte de um mesmo domínio linguístico, eles difeririam em alguns pontos do padrão culto, apresentando duas variedades da língua comum: a europeia e a americana (SILVA, 2016, p. 130-131).

O pensamento de Silva Neto se contrapõe aos expostos anteriormente, trazendo elementos importantes para a reflexão sobre a questão linguística do Brasil, tais como documentos históricos, testemunhos e dados sócio-históricos, que mesmo servindo de base para a visão por vezes preconceituosa do autor, mostraram-se essenciais para um refinamento teórico para as hipóteses sobre a origem e formação do PB. Nesse sentido, tal pensamento encontrará eco na base de hipóteses posteriores, tanto ainda no século XX quanto no século XXI (que será tema do nosso próximo capítulo).

Algumas ideias e hipóteses levantadas por Silva Neto, na verdade, encontram-se também em Chaves de Melo ([1946] 1975)⁶⁸, a saber: a unidade da língua portuguesa no território brasileiro e entre Portugal e Brasil; a vitória da língua portuguesa em detrimento das outras línguas aqui faladas à época da colonização; a origem crioula do dialeto caipira; e a alegação de que certos aspectos do PB encontram como origem o português arcaico.

No tocante à unidade linguística ao longo do território nacional, o autor ressalta a existência das ondas linguísticas oriundas da metrópole, de um meio social mais culto, da atuação das escolas e da língua escrita e da interação com pessoas instruídas como elementos unificadores passíveis de terem promovido certa equalização linguística no Brasil (CHAVES DE MELO, 1975, p. 18).

Contudo, embora reconheça que as línguas sejam *factos humanos*, participando, assim, da variabilidade e da instabilidade presentes no mundo social e sofrendo a influência de agentes (que são, na verdade, quem dariam vida a aspectos linguísticos diferentes), Chaves de Melo (1975, p. 29-32) ressalta que, entre as forças unificadoras, estaria um elemento de coesão, que é o *gênio* da língua, seu *espírito*, sua *forma*. Para ele, a língua se enquadra na

68 Paralelo também pode ser estabelecido com ideias similares presente em Elia (1961), quais sejam: i) o reconhecimento da variabilidade no processo de dialetização da língua portuguesa no Brasil; ii) a manutenção do vínculo do Brasil com a cultura europeia como uma explicação para a suposta proximidade com a língua de Portugal; iii) a ideia de língua como fenômeno social; e iv) a diferenciação entre as línguas do Brasil e de Portugal a partir de uma distinção de ordem estilística.

conceituação genérica de “variabilidade na unidade”. Levadas até as últimas consequências, as diferenciações linguísticas seriam atestadas até mesmo na existência de línguas individuais – o que faria com que uma absoluta unidade da língua fosse abstração. Contudo, salienta, não seria possível edificar a Linguística apenas baseada nas execuções individuais dos falantes.

Para Chaves de Melo, haveria uma relação da unidade da cultura com a unidade da língua, e cita como exemplo o desmoronamento do mundo romano e a consequente diferenciação linguística do latim nas línguas românicas, assumindo que a língua seria “o termômetro mais sensível da vitalidade e das oscilações de uma cultura”. A cultura brasileira, para ele, é entendida como europeia, de origem portuguesa, seja na religião, na arquitetura e na culinária ou mesmo na literatura. Dentro da sua perspectiva, os elementos portugueses teriam prevalecido aos elementos indígenas e africanos, “dando a nota mais sensível de europeísmo à nossa cultura”. O Brasil, segundo o autor, seria o mais europeu dos países americanos, o que, em sua interpretação, seria atestado pela própria história de formação do país⁶⁹. Esse cenário estaria refletido na unidade linguística entre Brasil e Portugal, ou seja: “Não seria normal que o Brasil tivesse conservado a cultura luso-europeia e criasse, paralelamente, uma língua própria”. Para Melo, “a unidade de cultura provoca e sustenta a unidade de língua” (CHAVES DE MELO, 1975, p. 35-38).

Tais elementos, para ele, não significam um engessamento da língua trazida de Portugal, transformando-a em imune a determinadas condições históricas que aqui se desenvolveram:

Pois bem: o português, transplantado, sofreu um rude abalo. Passou por vicissitudes mil, decorrentes das condições históricas, sociais e geográficas da formação brasileira, sofreu com a concorrência do tupi, foi altamente deturpado na boca de índios e mamelucos, e na boca dos pretos, ficou ilhado em muitos pontos no território nacional, que se imunizaram do bafejo civilizador. Mesmo depois que reagiu e se adaptou às novas condições de vida, mesmo depois que foi tonificado pelas injeções de sangue novo, as levas de emigrantes lusos que, sucessivas, buscavam a Colônia, mesmo depois que se pode acastelar na língua escrita, teve de ser usado por um povo que já tinha outra afetividade que não a portuguesa, outro espírito nacional, outra maneira de sentir e interpretar a vida (CHAVES DE MELO, 1975, p. 18).

Contudo, embora tenha “reagido” e tomado a predominância no território brasileiro, a língua portuguesa aqui desembarcada junto com os colonos europeus não teria saído ilesa do contato linguístico. Claro, é importante ressaltar que não só algumas ideias são comuns entre Silva Neto (1950) e Chaves de Melo. Também um grau de preconceito linguístico, senão

⁶⁹ Para ele, a situação teria mudado um pouco com a troca da influência europeia pelo intercâmbio cultural com os outros países americanos, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Contudo, isso não teria causado um impacto tão poderoso a ponto de o Brasil deixar de ser “europeu”.

étnico-racial, os une. Isso pode ser exemplificado a partir da consideração dessa “vitória da língua portuguesa” frente, por exemplo, ao elemento indígena na figura da língua geral de base tupi: “Depois, o português reagiu e, língua incomparavelmente mais evolvida e mais rica do que o tupi, instrumento que era de uma cultura consideravelmente superior, rápido desterrou a língua indígena, que hoje é falada apenas por reduzidas populações localizadas na Amazônia” (CHAVES DE MELO, 1975, p. 43).

Esse preconceito também pode ser capturado através da ideia de que os negros (africanos e brasileiros) e os indígenas deturparam a língua portuguesa. Nesse sentido, tanto para Serafim da Silva Neto quanto para Gladstone Chaves de Melo, essas duas parcelas da população do território colonial brasileiro eram vistas como ameaças lamentáveis à superior cultura (incluída a língua) europeia. A ameaça linguística pode ser exemplificada através da ideia, de Chaves de Melo, segundo a qual a presença e a inserção dos negros na sociedade brasileira constituíram forças de resistência para a ação niveladora das ondas linguísticas portuguesas nas camadas populares, “explicando-se assim a redução de flexões que se nota no linguajar plebeu...e no falar descuidado de muita gente boa” CHAVES DE MELO, 1975, p. 77-78). Ora, para ele, o falar descuidado não seria um bom falar, um falar civilizado, um falar europeu, cuja a cultura é muito superior à horda plebeia.

Contudo, Chaves de Melo não nega que o tupi possa ter deixado algumas marcas sonoras, mórficas e sintáticas no português do Brasil. Para ele, um exemplo de influência tupi (assim como também africana) mais intensa poderia ser encontrado no *dialeto caipira*: “Tenho para mim como certo que os antigos hábitos linguísticos tupis, de par com os africanos, impressos no português, determinaram a formação do dialeto caipira, tão bem estudado por Amadeu Amaral”. O autor, na verdade, vai ainda mais longe em sua afirmação, e diz considerar o dialeto caipira “como um dialeto de tipo crioulo”, dando como exemplos a redução de flexões do mecanismo gramatical português e os fenômenos de deslocamento e aglutinação de fonemas (CHAVES DE MELO, 1975, p. 69-70).

O autor atribui tais “deformações” da língua portuguesa do Brasil muito mais à influência africana do que à tupi⁷⁰, e afirma que o dialeto caipira, com a alfabetização, com a intensa migração interna, com a influência do rádio e com o fator civilizatório foi perdendo terreno, ficando cada vez mais restrito à sua área geográfica própria, “embora seja fácil averiguar que seu influxo se irradiou muito por todo o sertão brasileiro” (CHAVES DE

70 Para Chaves de Melo (1975, p. 75), a questão de uma influência na língua portuguesa no Brasil teria se dado em paralelo à miscigenação racial e ao importante papel social desempenhado pelos negros na formação histórica do país, dessa forma “ao africano muito mais que ao índio se deve a tendência à simplificação das flexões e certas deturpações fonéticas extra-românicas que se notam na fala popular brasileira”.

MELO, 1975, p. 70-71).

É importante notar aqui que Chaves de Melo, embora dê algum destaque para a influência africana, ao falar de uma possível *crioulização* no interior do Brasil está colocando não apenas o elemento negro na conta, mas também o indígena, ambos teriam participado da formação desse dialeto crioulo. Segundo ele, um dialeto crioulo do tipo tupi-quimbundo teria se constituído no planalto central paulistano⁷¹. Posteriormente, esse dialeto teria sido intensamente lusitanizado, dando origem ao *dialeto caipira* – o que, talvez, possa ser entendido como um fenômeno de *descrioulização*. Para o autor, por conta da campanha das Bandeiras e dos movimentos de população delas advindos, o dialeto caipira teve sua área geográfica expandida (sendo influenciado por outros falares), tendo atingido o rio São Francisco e chegando até os sertões do Nordeste – o que poderia explicar “a notável unidade relativa da nossa linguagem popular do interior” (CHAVES DE MELO, 1975, p. 77).

As “deturpações” da língua portuguesa promovidas pelos elementos negro e indígena no Brasil teriam se dado através do processo de sua aquisição como segunda língua:

“Estamos ante um fenômeno de importância capital: a adoção de nova língua por um grupo humano. Esta aquisição não será perfeita, nem igual em todos os indivíduos. Na primeira geração, a que se “converteu”, se constituem defeitos de aprendizagem. A segunda geração aprende já muito melhor o novo idioma do grupo, mas adquire também, não raro, os defeitos da primeira, e assim por diante. A *tradição* da segunda língua neste novo meio é *imperfeita*, fato que pode determinar profundas modificações nessa língua implantada” (CHAVES DE MELO, 1975, p. 51).

Essa é uma hipótese que pode ser posta em paralelo com a da *transmissão linguística irregular* (LUCCHESI & BAXTER, 2009) – analisada mais detidamente em nosso quarto capítulo –, segundo a qual a formação da variedade popular do PB seria explicada através da ruptura linguística ocorrida no processo de aquisição do PE como segunda língua por falantes não nativos adultos, em condições adversas a um razoável acesso a modelos satisfatórios da língua-alvo. Contudo, se para Lucchesi e Baxter (2009) isso seria evidência para a formação de uma nova variedade histórica da língua portuguesa no território brasileiro, para Chaves de Melo tal fato não representa sequer uma ameaça para a unidade linguística entre PE e PB. Disso, cabe perguntar: por que essas diferentes conclusões a partir de um mesmo ponto de partida? Chaves de Melo parece apontar como motivo justamente as forças unificadoras, a partir de dois fatores: i) o que chama de “ondas linguísticas”, ou seja, as levas de emigrantes

⁷¹ O autor aponta também a existência de um dialeto crioulo entre os indígenas e descendentes tupi, “possivelmente não muito diverso dos crioulos africanos”, afirmando ainda: “Os dois tipos linguísticos se terão fundido ou confundido em alguns pontos do território nacional, em certos lugares terá predominado o crioulo nagô, em outros terá prevalecido o crioulo banto, e em algum, na Amazônia, por exemplo, terá influído mais poderosamente o crioulo tupi” (CHAVES DE MELO, 1975, p. 77).

que chegaram ao Brasil da Metrópole; e ii) a forte ação unificadora da língua escrita (CHAVES DE MELO p. 51).

Num quadro geral sobre a questão influência africana na língua portuguesa no Brasil, no pensamento de Chaves de Melo, destacam-se os seguintes elementos: i) para o autor, seria preciso distinguir e delimitar a influência africana no PB da influência de línguas africanas no PE (sobretudo no vocabulário); ii) a influência africana no PB teria sido mais profunda, embora menos extensa, que a influência tupi (a primeira teria sido mais *vertical*; ao passo que a segunda teria sido mais *horizontal*: “o negro escravo terá atingido mais facilmente e mais intensamente a fonética e a morfologia da língua do que o índio, que por sua vez nos legou um vocabulário muito mais considerável e numeroso”); a convivência maior entre negros e brancos explicaria, para Chaves de Melo, tal influência maior, assim como a integração do negro à sociedade branca e a dizimação e desterramento dos indígenas; iii) a existência de dialetos crioulos (um de tipo iorubá, outro de tipo banto) entre os africanos seriam a origem da influência em nossos falares populares, que teriam se afastado bastante do padrão, até que fossem de novo dele aproximando-se em virtude do ambiente fortemente lusitanizado (no qual as ondas linguísticas portuguesas devem ter tido um papel de ação retificadora e planificadora) – contudo, ressalta o autor: “[...] algumas deformações iniciais persistiram e constituem, no meu entender, o mais importante fundo dialetal da nossa fala popular” (CHAVES DE MELO, 1975, p. 73-76)⁷².

Para o autor (1975, p. 75), no entanto, não deve ser levada no sentido de se exagerar a influência do negro “no nosso linguajar plebeu”. Segundo ele, muitos dos traços linguísticos apresentados frequentemente por africanos seriam, na verdade, portugueses, tendo sido imitados por negros e mulatos, que buscavam a ascensão social, o que determinaria um nivelamento linguístico com os brancos portugueses – pensamento similar é encontrado em Silva Neto, a partir da influência das ideias do sociólogo Gabriel de Tarde, como expusemos anteriormente nessa seção.

Trata-se da hipótese conservadora, segundo a qual as variedades populares do PB teriam como base (ou mesmo *seriam*, no pensamento de Chaves de Melo) o português arcaico em seu período final (ou seja, a língua do século XV, que teria sido falada pelos colonizadores até meados do século XVII), “deformado, ou se quiserem, transformado em certo aspecto da morfologia e em alguns da fonética pela atuação dos índios e dos negros” (CHAVES DE

⁷² Para o autor, a influência africana na sintaxe da língua *normal* e *culta* do Brasil teria sido “imperceptível”; ao contrário, já na sintaxe popular, teriam ficado vestígios, dentre os quais o mais importante é a redução de flexões, que alterou o tipo de concordância (CHAVES DE MELO, 1975, p. 87).

MELO, 1975, p. 91)⁷³.

Haveria, então, para a formação do PB:

Um fundo-comum constituído pela língua arcaica, estabelecido por grande continente de portugueses vindos de várias regiões de Portugal indistintamente, com predomínio dos do Norte, e um *superestrato* constituído por alterações desse fundo português, determinado pelo grande número de silvícolas e principalmente africanos que entraram a falar a língua românica. Porém, é fácil verificar que, no que diz à estrutura da língua, a força do *estrato* foi muito maior que a do *superestrato* (CHAVES DE MELO, 1975, p. 91 – grifos do autor).

Para o autor (1975, p. 105-106), existiriam poucas evoluções orgânicas do PB, que seria constituído, sobretudo, por arcaísmos ou por influências tupis e africanas. Segue-se como exemplo que, para ele, a pronúncia brasileira seria, sim, distinta da portuguesa (i.e., entoação), contudo estaria muito mais próxima da pronúncia portuguesa do século XVI do que da atual (CHAVES DE MELO, 1975, p. 119-121). Frente a tais análises, Chaves de Melo, conclui que o “problema da língua brasileira” seria um problema político e sentimental, e não propriamente linguístico (CHAVES DE MELO, 1975, p. 129).

3. Um tempero a mais nessa salada epistemológica: as compreensões de Guy, Tarallo, Mussa e Pagotto sobre a polêmica em torno da origem do PB

Se, por um lado, Silva Neto (1950) e Chaves de Melo (1945) abordam uma possível *crioulização* em uma das variantes do PB com vistas a responder ao problema da dialeção da língua portuguesa no Brasil, concluindo com a “vitória” da língua portuguesa, é, contudo, em Guy (1981) que a origem e formação do PB será explicitamente alegada como derivando de uma *crioulização*.

No que se refere à periodização proposta por Guimarães (1996), Guy está inscrito em outro período histórico dos estudos brasileiros acerca de nosso tema, o da institucionalização da Linguística nas universidades brasileiras. Situado já na década de 1980, o estudo de Guy está enquadrado também dentro de uma perspectiva sociolinguística, não carregando, porém, os problemas expostos em relação às visões de Chaves de Melo (1946) e Silva Neto (1950), cuja ideologia ainda se fazia sentir fortemente em suas análises sobre a questão.

Para este autor (GUY, 1981, p. 309), a ligação do Brasil com o histórico e a instituição da escravidão faria do país um candidato preeminente à *crioulização* de sua língua. Nesse

⁷³ Nota-se que a hipótese conservadora, no pensamento do autor, não é excludente em relação à possibilidade de uma *transmissão linguística irregular*, para usar o conceito mais corrente atualmente na literatura especializada da Linguística brasileira, ter ocorrido em solo brasileiro.

sentido, Guy defende que o relevante não seria se a língua aqui foi crioualizada, mas sim como poderia ter se evitado a *crioulização* nesse território, dado o contexto colonial, uma vez que o Brasil teria sido “a capital de escravidão do mundo por pelo menos dois séculos”, recebendo cerca de 38% dos escravizados sequestrados em África (GUY, 1981, p. 309 – tradução nossa). Para ele, do ponto de vista sócio-histórico, o ônus da prova não recai sobre aqueles que defendem a *hipótese da crioualização*, mas sim sobre aqueles que defendem uma hipótese de evolução natural para o português brasileiro popular (GUY, 1981, p. 313).

Para Guy, o cenário de colonização do território brasileiro se configura como um dos maiores movimentos populacionais de todos os tempos. Assim, ele considera impossível que, em tal contexto, a língua das pessoas envolvidas, assim como seus descendentes, não tenha sofrido nenhum impacto, dado que a proporção, nessa parte do Novo Mundo, entre europeus e escravizados favorecia esses últimos – numa relação 3:1 –, e que esses grupos se encontravam segregados socialmente, muito embora os europeus ainda se constituíssem como o grupo social dominante nessa situação colonial (GUY, 1981, p. 310). De acordo com o autor, o cenário sócio-histórico, então, favoreceria a ocorrência de *crioulização*. Para ele, apesar da sempre constante referência à miscigenação e à integração étnica-social do Brasil, a grande parte da interação linguística dos escravos se dava entre eles mesmos, assim como os brancos conversavam mais entre os seus. Com isso, o autor vê como possível a coexistência, no país, no período colonial, entre um *crioulo* e uma variedade padrão da língua portuguesa – não obstante a possível influência entre essas duas variedades linguísticas, embora uma total unificação linguística fosse impossível (GUY, 1981, p. 310).

Na verdade, Guy (1981, p. 310-311) postula a existência de um contínuo pós-crioulo (*post-creole continuum*), cujo basileto (a variedade “pura” do *crioulo*) absorvia traços da variedade padrão da língua portuguesa, enquanto uns indivíduos poderiam até mesmo dominar essa última, e outros ficariam em faixas intermediárias.

É esse contínuo que existiria ainda hoje, embora com encolhida distância. Aqui, está a hipótese central de Guy para o que ele chama de português popular brasileiro (em inglês, *Popular Brazilian Portuguese* - PBP): o PPB foi crioualizado – o que poderia ser observado em suas variedades populares através de algumas evidências linguísticas, próprias dos *crioulos* (nas quais o fenômeno variável da concordância tem um papel essencial para a sua argumentação), e, posteriormente, ao longo do tempo, descrioulizado, tendo a língua portuguesa, a partir da variedade padrão falada no país, como língua-alvo – o que explicaria a proximidade estrutural entre o PPB e a língua portuguesa em geral, posto que essa acabou por contribuir com a maior parte com o léxico, a fonologia, a morfologia e a sintaxe do PBP

(GUY, 1981, p. 313-314). Mesmo assim, afirma Guy, o que importaria é que alguns traços linguísticos encontrados no PPB não são característicos da língua portuguesa, ao contrário, poderiam ser explicados com maior plausibilidade com base em uma história crioula (GUY, 1981, p. 314).

Se, a primeiro momento, Guy ressalta as diferenças entre a variedade popular do português do Brasil e a língua portuguesa padrão, num outro plano, não ignora que diferenças existem também entre o PPB e algumas *línguas crioulas* típicas, como as do Caribe, que teriam estruturas mais divergentes da de seus superestratos do que o PBP em relação ao seu (GUY, 1981, p. 314). Essas diferenças seriam devidas a taxas diferenciais de *descrioulização*, ou a circunstâncias sociais ligeiramente diferentes que prevaleceram na gênese das *línguas crioulas* envolvidas (e em seus pidgins precursores) – isso poderia ser explicado pela diferença no acesso à língua de superestrato, o que, por sua vez, teria relação com a proporção entre negros e brancos na população, e suas relações sociais; no Haiti e na Jamaica, os negros formavam 90% da população desde os primeiros tempos da colonização até os dias de hoje, dessa forma o acesso ao superestrato (respectivamente, o francês e o inglês) foi muito limitado, retardando o processo de *descrioulização*; já os *crioulos* Sranan e Saramacan, falados no Suriname, não teriam se descrioulizado, e apresentam forte influência das línguas africanas, posto que seus povos falantes não estavam em contato com os europeus (GUY, 1981, 315).

É importante notar aqui que *descrioulização* parece representar, para Guy, necessariamente uma língua de superestrato europeia influenciando sobre o *crioulo*, e não apenas uma complexificação da sua estrutura gramatical ou ainda a gênese de uma gramática própria a ser desenvolvida no curso do tempo (de forma tão natural como qualquer outra língua humana, conforme assumido por Mufwene, como exposto em nosso capítulo segundo).

É justamente sobre esse ponto que incidirão as críticas de Tarallo ([1993a] 1996). Adotando aspectos da teoria da variação e da mudança e também da teoria gerativa⁷⁴, esse autor questionará, a partir da análise de fatores sintáticos em mudança no PB, o alegado processo de *descrioulização* da língua portuguesa do Brasil por Guy.

Tarallo analisa os seguintes fatores: i) o processo de relativização; ii) a realização do sujeito e do objeto anafóricos; e iv) a topicalização. Para ele, tais processos teriam sido alterados no PB por conta das perdas na morfologia verbal e no sistema pronominal, ou seja,

⁷⁴ Vale ressaltar que Tarallo foi proponente de uma tentativa de uma compatibilização entre a sociolinguística variacionista e a teoria gerativa. Tal tentativa encontra um primeiro esboço em Tarallo (1986), e responde pelo nome de *sociolinguística paramétrica*, tendo sido criticada por Borges Neto (2004), em um dos episódios mais polêmicos da linguística brasileira, sob o argumento de *incomensurabilidade* (cf. KUHN, 2013; FEYERABEND, 2011).

seriam resultado de “processos de mudança historicamente motivados”, atestados na história do português e das línguas românicas em geral⁷⁵. Para Tarallo, esse processo teria maior peso nas mudanças linguísticas sofridas pelo PB do que a hipótese de Guy (1981) (TARALLO, [1993a] 1996, p. 37).

Ainda que essas mudanças sejam atestadas em outras línguas românicas, Tarallo parece admitir que o contato linguístico ocorrido nesta parte do Novo Mundo teria dado origem a um processo de variação dialetal, e não a uma *língua crioula*. Para ele, isso corresponderia a uma especificação da gramática do PB em relação ao PE, a partir do seu contato com outros povos e outras línguas, “uma situação que não leva necessariamente à *crioulização*” (TARALLO, [1993a] 1996, p. 59). Essa variação dialetal poderia ser verificada nas mudanças sintáticas analisadas, o que atestaria não uma reaproximação entre as gramáticas do PB e do PE, mas sim uma diferenciação cada vez maior, com duas línguas seguindo, ambas, caminhos evolutivos distintos.

Assim, embora não descarte por completo uma possível origem crioula para o PB, Tarallo acaba por descartar a *hipótese de descrioulização* de Guy⁷⁶. Como Guy, ele toma necessariamente o processo de *descrioulização* como a influência da língua de superestrato sobre uma *língua crioula*, com a aproximação entre essas duas gramáticas, com direção à última. Entretanto, levando adiante as críticas feitas por Mufwene e Aboh no nosso primeiro capítulo a respeito da distinção entre os processos evolutivos das *línguas crioulas* e das outras línguas naturais, outros questionamentos poderiam ser feitos, tais como: por que, necessariamente, o processo de *descrioulização* teria que rumar a língua resultado do contato linguístico para próximo da estrutura da língua de superestrato (assumidamente aqui uma língua europeia)? Isso não seria tomar, logo de princípio, que o contato linguístico permaneceu sob um mesmo contexto durante todo o período colonial? Por que Tarallo necessariamente

⁷⁵ Pagotto (2007) chama a atenção para a metodologia aplicada por Tarallo e suas consequências. Isso porque Tarallo usou como corpus textos escritos. Para Pagotto, a manifestação de forma gradual de uma determinada característica não significa estritamente a propagação dessa característica na língua como um todo; nos textos, o aparecimento da mudança pode significar simplesmente o “espelhamento gradual da forma inovadora, a partir de um processo profundo de dialeção anterior”. Seria necessária então a separação entre o processo de dialeção por contato linguístico do surgimento dessas mudanças em textos escritos – segue-se, como exemplo, para o autor, a questão do objeto nulo no PB, que se encontra já intrínseco à gramática da língua, mas que somente aos poucos vai sendo incorporado na escrita.

⁷⁶ Contudo, mesmo não desconsiderando por completo uma suposta origem do PB a partir de uma crioulização, Tarallo parece minimizar essa possibilidade. Isso porque, ao analisar semelhanças estruturais entre o PB e o *Tok Pisin* (falado na Papua-Nova Guiné), o autor rechaça a hipótese de crioulização para o PB, pois as mudanças que essa língua teria sofrido teriam se dado mais demoradamente do que naquela. Tarallo parece assumir, assim, que as mudanças oriundas de crioulização são abruptas, em contraponto às mudanças de mudanças evolutivas naturais. Conforme, pretendemos ter demonstrado em nosso segundo capítulo, a partir das ideias de Mufwene, tal afirmação tem seus problemas. Além disso, toma o *Tok Pisin* como língua crioula, enquanto alguns linguistas como Bickerton (1984) afirmam que se trata de um *pidgin expandido*.

toma o processo de *descrioulização* proposto por Guy como uma reaproximação ao PE? Até quando o PE foi falado como língua de superestrato no Brasil? A *descrioulização* proposta por Guy não parece mais uma reaproximação da variedade padrão da língua portuguesa *falada no Brasil* (não seria esse um detalhe importante?)? A variedade padrão da língua portuguesa no Brasil estava tão isolado assim das situações de contato linguístico a ponto de permanecer idêntica ao PE? A incorporação de traços linguísticos de uma língua de superestrato necessariamente implica em uma replicação perfeita desses traços, tal e qual se encontram ali, nas línguas que estão emergindo do contato?

Pagotto (2007) admite o processo de *descrioulização* negado por Tarallo. Contudo, a *descrioulização*, para ele, não se daria em direção ao PE, mas em direção a uma gramática própria do PB, anulando, assim, “traços mais extremados da ruptura gramatical”. Para ele, a *descrioulização* envolveria não a aproximação com o PE, mas com “marcas morfológicas ainda presentes na fala urbana mais elitizada”. Segundo o autor, o movimento de Tarallo em relação à relativa negação do processo de *crioulização* vem acoplado ao movimento de negação de um processo de dialeção da língua portuguesa no Brasil pelo contato interlinguístico. Nesse sentido, a negação da *crioulização* se transforma em sinônimo da adoção de uma explicação pela deriva, que acaba também por se tornar sinônimo do abandono relativo (ou diminuição do papel) do fator do contato linguístico⁷⁷.

No que tange à sua própria compreensão da origem e formação do PB, Pagotto não descarta a formação de pidgins, seja em relação ao contato linguístico da língua portuguesa com a língua geral, seja no contato daquela com línguas africanas: a aquisição do português se daria na passagem (admitindo uma *descrioulização*) deste pidgin para algo mais próximo à língua dominante⁷⁸ (próximo, porém não idêntico) – o que resultaria num quadro de variação, ao mesmo tempo em que se seria fixada uma gramática distinta tanto da do pidgin original quanto da da língua dominante (uma gramática própria, por assim dizer)⁷⁹.

⁷⁷ O mesmo movimento pode ser associado a Naro e Scherre (2007), conforme pretendemos demonstrar em nosso quarto capítulo.

⁷⁸ Pagotto (2007) indica sua preferência pelo termo *pidginização* para retratar o que teria acontecido no contato linguístico no Brasil – justificada por ele como uma postura cautelosa exprimida por esse termo, levando em conta tanto as modificações profundas quanto a transitoriedade de tais mudanças com a vida efêmera dos *pidgins*. Aqui, o autor parece desconsiderar a existência de *pidgins expandidos*, como o próprio Tok Pisin, mencionado anteriormente, que (tomando a noção clássica de vida cíclica dos crioulos) não teria se desdobrado em uma língua crioula, mas também não teria deixado de ser falado, ao contrário, teve suas funções comunicativas expandidas ao longo do tempo. Para o autor, o termo *crioulização* retrataria outra situação, na qual a língua dominante passa por transformações radicais – assim, acaba por descartar o PB como língua crioula (no sentido estrito do termo – originado de uma única língua crioula), mas não rechaça que uma quebra estrutural possa ter acontecido. Uma ruptura estrutural a partir de uma *crioulização* que não resultará em língua crioula também é hipotetizada por Lucchesi (2009), a partir do conceito de *transmissão linguística irregular* – o qual será exposto no próximo capítulo.

⁷⁹ O autor parece estabelecer, assim, uma aproximação com o que Silva Neto (1950) denomina como

Pagotto (2007) defende que, sem o contato linguístico, o PB não teria a configuração que tem hoje, e que o papel do contato linguístico há que ser considerado e permanecer em cena – o que, é claro, não é sinônimo de *pidginização* ou de *crioulização*. O autor alerta para a tendência que tem havido, nos estudos relativos ao PB, de tratá-lo sob uma única hipótese⁸⁰; há diversos processos de colonização que teriam se desenrolado no Brasil, o que impactaria nas situações de contato linguístico aqui ocorridas. Dessa forma, alerta o autor, “nossa história linguística não pode ser contada a partir de uma única matriz” - não haveria espaço para um pensamento radical, do tipo oito ou oitenta, pois os processos de mudança pelos quais o PB passou podem ter se dado sob vários fatores, distintos em algumas das vezes.

Segundo o autor, haveria na questão uma visão teleológica na relação entre passado e presente, com a predominância de uma visão que toma o quadro atual em certos centros urbanos e projeta uma linha evolutiva desde o século XVI, no início da invasão portuguesa no Novo Mundo, em território antes ameríndio. O quadro atual, então, constituir-se-ia como o pico do avanço alcançado, pressupondo uma linha sucessiva de avanços no curso do tempo. Pagotto propõe que a história do PB seja vista como “um caleidoscópio de avanços e recuos, de rupturas radicais e de acomodações que, no século XX, vão produzir uma síntese no português urbano de notável unidade quanto ao seu núcleo gramatical”. A partir dessa perspectiva, tanto os processos de ruptura, quanto os de mudança gradual poderiam ter se desenrolado no território brasileiro, convivendo ambos na formação do PB.

Isso o leva ao questionamento de que, talvez, uma abordagem mais interessante fosse postular gramáticas em contato e em competição. Essa é uma visão similar a de Mufwene e Aboh, como exposto no segundo capítulo desse estudo. Além disso, Pagotto⁸¹ parece não desconsiderar a possibilidade de que tanto um processo de ruptura quanto um processo de mudança gradual possam produzir os mesmos efeitos em uma língua, dadas certas condições sócio-históricas – ainda que pareça distinguir qualitativamente esses dois processos.

Encontra-se em Mussa (1991), entretanto, o programa de pesquisa⁸² cujos questionamentos e preocupações mais se aproximam da epistemologia e da metodologia apresentadas em Mufwene (2001) e em Aboh (2015), tomados como direcionamentos teórico-metodológicos pela nossa pesquisa. O estudo do autor, assim como o de Guy (1981), também

semicrioulo, conforme exposto anteriormente nesse capítulo.

⁸⁰ Para Pagotto (2007), a captura da história externa da língua portuguesa no Brasil em fases, tal como elaborada por Silva Neto (1950), revelaria o desejo de explicar o PB através de um único molde – muitas histórias linguísticas e muitas fases foram vividas ao longo do território brasileiro, defende o autor.

⁸¹ Tal afirmação se deu através de comunicação pessoal.

⁸² Ressalta-se desde já que boa parte das bases teóricas de Mussa (1991) parece se encontrar na teoria gerativa. Embora, o autor faça muitas outras referências a noções presentes em outras teorias (como a sociolinguística variacionista), é através desse espelho que, cremos, seus argumentos devem ser entendidos.

está situado já no período de instauração e fortalecimento da Linguística no Brasil, inicialmente marcada pela difusão da perspectiva estruturalista (sobretudo sob pensamento de Saussure, que diminuía a importância da observação de fatos diacrônicos da língua – cf. SAUSSURE, [1916] 2006) nos estudos linguísticos brasileiros. Com Mussa (1991), fica, então, clara a retomada dos estudos diacrônicos na Linguística moderna brasileira⁸³, de tal forma, que as bases epistemológicas encontradas em seu pensamento são outras.

Mussa (1991, p. 62-69) distingue língua *lato sensu* (caracterizada por ele como “um juízo de cunho histórico-cultural de um grupo de falantes que se autorreconhecessem membros de uma comunidade linguística”) de língua *stricto sensu* (que seria “o conhecimento particular da linguagem possuído por um dado indivíduo que o capacita a produzir e a entender enunciados de fala”). Ou seja, parece que, para o autor, o que ele chama de língua *lato sensu* seria uma abstração; enquanto que a assim chamada língua *strictu sensu* seria a única que gozaria de uma realidade empírica de fato. Essa última surge no indivíduo “como resultado da observação direta do uso da linguagem por outros indivíduos”, que não necessariamente coincide, estando ela diretamente relacionada à questão da mudança linguística:

Se se postula o axioma da história da língua, ou seja, se se toma como evidência empírica o fato de que as línguas “mudam”, tem-se em consequência que há diferentes línguas *strictu sensu* – o que vai, por sua vez, implicar a existência de diferentes “realizações” da aquisição. Mais ainda: que o outro “momento” da história da língua – além do período vital do indivíduo – é a fase de aquisição da linguagem (MUSSA, 1991, p. 69).

Para o autor, a noção de língua *lato sensu* seria de natureza sócio-histórica e psico-semiológica. A aparente unidade apresentada por uma entidade como, por exemplo, o PB se daria por esses fatores de ordem sócio-histórica e psico-semiológica, que condicionariam “um maior grau de coesão entre as diversas línguas *stricto sensu* dos falantes”, que, assim, irão se reconhecer como falantes de PB quanto maior forem “a proximidade sócio-histórica e a necessidade psico-semiológica” (MUSSA, 1991, p. 70-71). Assim, para ele, a história – “ou seja, mutação formal de qualquer espécie” – estaria também ela situada no âmbito da língua *stricto sensu*, dando-se através da interação entre os falantes, “seja durante a fase da aquisição, seja posteriormente”. Nesse sentido, para o autor, consequentemente os fatos presentes em uma determinada língua *stricto sensu* têm de ter existido previamente, tendo se dado no uso da linguagem, ao menos como possibilidade interpretativa, no momento da aquisição de uma língua por um indivíduo (MUSSA, 1991, p. 72).

⁸³ Ressalva-se que a tese de doutorado de Gregory Guy (1981) foi defendida na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Mussa observa que a história da língua *lato sensu* não seria somente o produto das mudanças no nível *stricto sensu* – “que responderão por sua forma” –, mas também se deve a mudanças no âmbito histórico-social, que, indiretamente, poderiam condicionar “o grau de coesão entre a competência adquirida de um falante e a dos falantes que circunscreveram e produziram os atos de fala que são, em última análise, os dados empíricos sobre os quais essa competência adquirida se funda” (MUSSA, 1991, p. 72). Todos esses fatores fariam com que a pesquisa diacrônica encontrasse alguns limites:

[...] ao tentar estabelecer que fatores são causas da mudança e quais não são, por vezes excluindo terminantemente uns e incluindo outros, o diacronista cai na impossibilidade de responder satisfatoriamente à questão: por que o fenômeno *a* ocorreu na língua X e não na Y e por que ocorreu em X no tempo t^1 e não em t^2 ?” impossibilidade de se responder a questão, dada que de uma situação hipotética é impossível prever se haverá, de fato, mudança (MUSSA, 1991, p. 74).

Para Mussa, não haveria a possibilidade de formular o conceito de mudança de forma causal para a língua *stricto sensu*⁸⁴, e vai mais além: “o processo de aquisição da linguagem não pode sequer ser considerado um processo de mudança; ao contrário, é um processo de gênese” (MUSSA, 1991, p. 74-75). Por sua vez, no que diz respeito à língua *latu sensu*,

só seria cabível propor que as causas dos fatos históricos a ela relativos são a mortalidade humana e a não necessária identidade entre dos seres humanos. Como é da natureza descontínua da língua *lato sensu* ser formada por diferentes entidades discretas (línguas *stricto sensu*), que surgem e findam uma única vez no curso do tempo, não é também pertinente apontar qualquer causa para o seu desenvolvimento histórico, a não ser a referida causa formal atinente às línguas *stricto sensu*” (MUSSA, 1991, p. 75).

Haveria, contudo, a possibilidade de determinar quais as condições (que, segundo o autor, abrangem todas as situações concretas e particulares) que tornam possível a não internalização de gramáticas idênticas por indivíduos distintos, sendo elas: a uma relativa *indeterminação* em cada unidade linguística superficial em relação à sua possível interpretação profunda; e um grau relativo de *variação*, interindividual, entre os atos de fala, entre as formas superficiais que são geradas pela competência (MUSSA, 1991, p. 75-76)⁸⁵. A

84 Sobre isso, Mussa (1991, p. 124) ainda afirma: “Se se entende que explicar é definir *causas*, devemos deduzir que não há explicação possível em linguística histórica. Aliás é bem possível que esse tipo de capacidade explicativa seja vedada às disciplinas históricas em geral. O que de fato se faz em história é, primeiramente, uma busca de todas as fontes de informação existentes com a competente avaliação heurística e, numa segunda etapa, uma tentativa de reconstituir cronologicamente os fatos, buscando estabelecer entre eles relações de coerência e plausibilidade. Assim, quando um arqueólogo se depara com os mesmos estilos de estatutária em pontos diferentes do planeta, pode concluir que um mesmo povo migrou numa certa época de um dos pontos ao outro. Da mesma maneira, um linguista que observe em estágios sucessivos mas não imediatos de uma língua os fonemas /a/ e /aj/ pode concluir que houve um estágio intermediário [a :]”.

85 Aqui, a terminologia utilizada pelo autor parece ter alguma relação com as noções de *Estrutura Profunda*

base teórica do autor se situa naquilo a que ele considera conquistas acumuladas das teorias das mudanças no curso do tempo sobre o conhecimento linguístico, e que seriam base de uma teoria não causalística e não teleológica da história das línguas. Em Mussa (1991, p. 94-98), essas conquistas seriam o reconhecimento:

a) da *variação* linguística na estrutura superficial, dentro da qual só se haver referência à língua *lato sensu*, mas não em referência a diferenças estilísticas, e sim como resultado de diferenças na gramática particular internalizada por cada indivíduo – a variação seria uma consequência da natureza da linguagem, “cujo nível de descrição é a língua *stricto sensu*”;

b) da *indeterminação* nas formas superficiais da língua, dado que as estruturas profundas podem possuir duas ou mais descrições (regras optativas); do *grau de opacidade* tolerável para as formas de superfície, a partir do qual a determinação das regras e a fixação de parâmetros gramaticais por outros falantes podem se tornar muito difíceis;

c) da *não existência de causas* eficientes ou finais na mudança linguística, mas somente de condições gerais e particulares, presentes no período de aquisição de cada língua *strictu sensu*, donde decorre as mudanças linguísticas;

d) da *não direcionalidade* formal da mudança, segundo a qual não seria possível a predição do estágio seguinte da língua;

e) da *não arbitrariedade* das mudanças, visto que não seria qualquer mudança que uma língua *strictu sensu* pode sofrer – “há um número limitado de gramáticas internalizáveis” (através do processo de aquisição);

f) da existência de *fatores condicionantes* (i.e., sociais, estilísticos, pragmáticos, funcionais, “substratais”, etc.), que podem aumentar a intensidade da variação superficial, assim como podem ainda fixar os limites possíveis à gênese de uma língua *strictu sensu*;

g) da *estratificação da competência* tanto no nível estrutural, não marcado (a “gramática num sentido estrito”), quanto em outros níveis dependentes dele e que com ele contrastam, “que se podem denominar expressivos, adaptativos, ou marcados”⁸⁶.

Todos esses fatores parecem levar o autor a questionar as relações genéticas entre as

(EP) e *Estrutura Superficial* (ES), que fizeram parte da teoria gerativa, quando trabalhada sob o modelo da Gramática Gerativa Transformacional (GGT). Tais noções faziam parte da concepção da *arquitetura da gramática*. Nesse modelo, a EP corresponderia ao locus de onde todo o significado da frase é extraído, e se constituiria como o aspecto interno da linguagem (em cada indivíduo); por sua vez, a ES seria onde as frases apareceriam em sua forma final, e corresponderia ao locus de onde toda a estrutura morfológica é extraída. Ao longo do seu desenvolvimento, o gerativismo passou por algumas reformulações, adotando mais recentemente o Programa Minimalista, no qual as noções de EP e de ES são abandonadas (GUIMARÃES, 2017, p. 117-207).

⁸⁶ Sobre isso, observa Mussa (1991, p. 98): “Muitas das diferenças que se encontram entre gramáticas residem precisamente no fato de que um dado aspecto é estrutural em umas e adaptativas em outras. Muitos dos processos históricos consistem na mudança do *status* interno de um dado aspecto, como ficou exemplificado na mudança da ordem subjacente SOV para SVO”.

línguas, nas quais estão incluídos a ramificação das línguas naturais em outras e os processos de contato linguístico e de *crioulização*. Para ele, o que parecia ser característico do fenômeno da ramificação de línguas – “a existências de correspondência fonéticas óbvias e regulares” – também seria típico de outros fenômenos históricos como a crioulização e o contato de línguas. Os efeitos linguísticos desses últimos em relação ao processo de diversificação das línguas naturais constituiriam, para o autor, o mesmo fenômeno: “Os processos são em essência os mesmos para qualquer espécie de relação fonológica entre morfemas que derivam de um mesmo étimo, seja na ramificação, na crioulização ou no contato” (MUSSA, 1991, p. 106).

A partir dessa compreensão, Mussa questiona a hipótese da deriva segundo o qual os processos de mudança já estão embutidos dentro do sistema da língua e podem ser encontrados ao longo da história, entre os membros da sua família linguística:

Se com esses fatos em mente passamos a pensar no conceito de deriva, particularmente no que se refere à sua suposta primazia explicativa sobre o de “crioulização” (que por ora prefiro não discutir) verificamos que ele se torna inviável. Como se pode perceber, o conceito de deriva parte do de relação genética e se formula assim: dado um grupo de línguas geneticamente relacionados, é possível encontrar propriedades históricas comuns a todas elas. A pergunta que fica por fazer é: de que tipo são tais propriedades?” (MUSSA, 1991, p. 107).

Mussa parece ir tomar o caminho que, posteriormente, tomarão Mufwene (2001) e Aboh (2015) ao afirmar que não existem essas propriedades características de tal processo. A compreensão (e a crítica) do autor fica mais clara no seguinte trecho:

Se já não há mais sentido para aquela mística teoria da deriva que supunha serem as línguas organismos vivos, com rumos evolutivos quase que sentenciados por um destino superior e imponderável, uma das soluções para os derivistas seria postular uma direção “interna”, que estaria prefigurada num sistema comum à família linguística. Como ficou demonstrado (cf. 2.2.3), os proponentes da causalidade interna ou da direção prefigurada não respondem a algumas questões fundamentais da linguística diacrônica. Restaria aos derivistas pressupor que as famílias de línguas possuísem processos evolutivos característicos e inconfundíveis – o que se sabe falso, já que todo processo histórico é formalmente universal – ou que, pelo menos, o fenômeno da diversificação de línguas a partir de uma língua ancestral procedesse de uma maneira diferente dos fenômenos de crioulização ou contato. Infelizmente, como ficou demonstrado, tal fato não ocorre, o que parece refutar a teoria derivista (MUSSA, p. 1991, p. 107-108).

Assim, para o autor (MUSSA, 1991, p. 108), não há lugar para tal hipótese, e nem mesmo seria conveniente se falar em “precipitação das derivas” de uma forma apriorística, em oposição excludente às hipóteses de *crioulização* ou à de influência de substrato – em verdade, para ele, as mesmas problematizações valeriam para essas últimas hipóteses. Assim como

Mufwene (2001) e Aboh (2015), Mussa (1991, p. 109-110) afirma que a suposição comumente encontrada na literatura crioulista de que as *línguas crioulas*⁸⁷ são entidades linguísticas distintas não encontra respaldo nem teórico e nem empírico: não há processos distintos na gênese linguística das mudanças por evolução natural da língua (o desenvolvimento das línguas a partir da dialeção e da fragmentação, de característica gradual e sem a pressuposição da *deriva*) ou por *crioulização*.

Nessa distinção, Mussa identifica a diferenciação entre a transmissão e aquisição linguística por crianças e por adultos: para o autor, ambos são processos da mesma natureza. Embora envolva alguns problemas relativos ao *período crítico* da aquisição da linguagem, isso não impediria um domínio satisfatório da língua-alvo. Essa competência, para Mussa, estará relacionada a diversos fatores, tal como interesse, necessidade, grau de contato e capacidade intelectual. Em relação a diferenças entre a aquisição de uma segunda língua e o processo de pidginização, por sua vez, o autor salienta que em ambas os agentes são os adultos:

Se a proficiência desses falantes não nativos não chega a ser satisfatória é porque fatores externos que influenciam o grau de proficiência do aprendizado são de uma natureza em regra diferente da dos que ocorrem em outras situações. São de fato bastante diversas as condições de aprendizado entre um jovem bem alimentado que se propõe a estudar inglês, com professores especializados, munido de material didático, sabendo que aquela segunda língua lhe poderá abrir melhores oportunidades no mercado de trabalho e um outro jovem, expatriado, agredido física e moralmente, obrigado a aprender inglês para receber as ordens de um feitor em uma colônia inglesa (MUSSA, 1991, p. 112).

Na primeira situação, ter-se-ia uma aquisição quase perfeita; já na segunda, haveria o domínio de um léxico bastante restrito da língua inglesa, sem correção gramatical, pois aqueles que circundam o indivíduo também não são falantes nativos do inglês. Dentro dessa perspectiva, assim como nas outras línguas naturais, a gênese das *línguas crioulas* se daria no âmbito da língua *strictu sensu*, com os fatores relativos à sua competência sendo os mesmos entre os indivíduos, dando-se no curso de vida do falante, em meio às regras adaptativas: “A diferença que se costuma propor é que os *crioulos* surgem a partir de pidgins⁸⁸, línguas consideravelmente simplificadas, diferentes das línguas naturais, portanto constituindo uma base não apropriada ou menos comum à formação de uma língua natural” (MUSSA, 1991, p. 110-111).

O autor, entretanto, não nega que o processo de pidginização seja caracterizável, mas

⁸⁷ Para as línguas crioulas, o autor fornece a definição que segue: “língua natural *lato sensu* aprendida por crianças em fase de aquisição de linguagem, tendo em meio aos seus modelos de uso da língua o desempenho de uma grande massa de falantes não nativos” (MUSSA, 1991, p. 123-124).

⁸⁸ O autor traz a seguinte definição para o conceito de *pidgin*: “língua natural *lato sensu* aprendida por uma grande massa de falantes adultos” (MUSSA, 1991, p. 123-124).

sim que seja formalizável⁸⁹:

Não há uma *forma* pidgin, que difira da de outras línguas naturais. Os falantes de pidgins reconhecem itens lexicais, são capazes de identificar neles uma forma fonológica, têm regras sintáticas que lhes permitem atribuir papéis temáticos aos constituintes e descrições estruturais às sentenças etc. Se existem realmente diferenças entre os pidgins e as línguas naturais, certamente são em menor número que as semelhanças e, fundamentalmente, não retiram das formas fonéticas a possibilidade de serem interpretadas segundo os princípios das línguas naturais. Há um certo exagero nessa maneira de encarar os pidgins, como se sua restrição “funcional” implicasse uma natureza diversa. Ocorre aí uma confusão entre *natureza* e *situação*. O fato de os pidgins serem usados apenas em determinados contextos não tem necessariamente qualquer reflexo sobre a sua constituição formal. O aparelho digestivo de um indivíduo que só se alimenta de sopas não é *em natureza* diferente do de outro indivíduo (MUSSA, 1991, p. 112-113 – grifos do autor).

Para Mussa (p. 117-122), a dicotomia evolução natural/*crioulização* como processos diacrônicos distintos se sustentaria sob os seguintes pressupostos – para os quais apresenta os respectivos contrapontos:

i) os processos históricos relacionados a uma *língua crioula* e sua língua-base são de natureza distinta dos que ocorrem nas mudanças naturais: sendo que, na verdade, todos os fenômenos supostamente característicos das *línguas crioulas* seriam atestados em outras línguas, não crioulas;

ii) as *línguas crioulas* são entidades linguísticas especiais e específicas: tal formulação não seria coerente, pois nem todos os *crioulos* apresentam os mesmos aspectos linguísticos, além do que seus possíveis universais também são encontrados em línguas não crioulas⁹⁰;

⁸⁹ O autor demonstra discordância em relação a Naro (1973; 1978 apud MUSSA, 1991, p. 113-114), que assume que os *pidgins* são invenções mais ou menos conscientes dos adultos, que simplificariam sua língua para estabelecer comunicação. Para Mussa, haveria nessa proposta a suposição de que o fenômeno de *pidginização* seria raro na história da humanidade, só ocorrendo em situações excepcionais, tal como a expansão marítima portuguesa. Para ele, tal ideia (“de que um sentimento de superioridade atribuído aos europeus levou a essa atitude “pidginizante””) não é coerente, citando como exemplo a expansão romana: “Com efeito, os romanos também teriam tido esse suposto sentimento de superioridade atribuído aos europeus dos séculos XV e XVI, mas nem por isso se acham registros de que “simplificavam propositadamente o latim para falar aos povos dominados. Ao mesmo tempo, a expansão da língua latina só foi possível porque adultos a aprendiam como segunda língua – e provavelmente em situação social não muito diferente das que ocorreram no colonialismo europeu moderno – sendo raro encontrar que se refira às línguas românicas como crioulos latinos. Por outro lado, *pidgins* e *crioulos* reconhecidos, que não têm por base uma língua europeia ou qualquer língua de dominação política, como a Língua Geral do Brasil e o *lingala* e o *Kituba* da África, surgiram sem estarem envolvidos num processo similar”. Segundo Mussa, esses casos demonstrariam que não há relação entre fenômenos históricos específicos e a *pidginização*, e ainda que a gênese de línguas *pidgins* é um processo corriqueiro na história da humanidade. Afirmando ainda: “Aliás, é o conceito de pidgin que não se reveste de consistência interna, sendo um rótulo particular para um processo cronologicamente localizado de um fenômeno universal: a aquisição de línguas não nativas por adultos. Não há razão *formal* para se chamar de pidgin ao *lingala* ou ao *Tok pisin* e não ao latim vulgar ou ao inglês que se aprende na escola. Em tudo isso se pode perceber que as diferenças são de grau e não de qualidade”. Mussa também questiona em Naro a ideia de que os crioulos apresentam regras diacrônicas formalmente distintas das que ocorrem nas línguas naturais por terem contextos negativos.

⁹⁰ Para Mussa (1991, p. 119), as semelhanças compartilhadas entre as línguas crioulas provêm das semelhanças entre as *condições* (e não *causas*) nas quais se dá a aquisição dessa língua, seja na fase da *pidginização* (com os adultos aprendendo uma segunda língua), seja na fase da aquisição da língua materna pelas crianças: “Por

iii) os crioulos são originados de uma situação de aquisição típica e inconfundível: contudo, nem todas as línguas crioulas têm origem em um pidgin⁹¹;

iv) as línguas crioulas são línguas mistas, com aspectos da língua-base e das línguas de substrato: quando o que ocorreria é que a miscigenação ou a transferência de traços linguísticos entre línguas não seria uma característica exclusiva dos *crioulos*, além do fato da possibilidade dessas línguas apresentarem aspectos linguísticos que não estão postos em suas línguas ancestrais.

Diante de tais problematizações, no que toca à questão da origem e formação do PB, Mussa (1991, p. 108-109) afirma não ser adequado “estabelecer como método de investigação dos problemas do português do Brasil o confronto comparativo deste com *crioulos* portugueses ou línguas românicas e indo-europeias”, dado que a evolução da língua, com os traços linguísticos correspondentes, pode acontecer tanto pela via da evolução natural, como através de uma *pidnização/crioulização*.

Diante desse impasse, para o autor, a polaridade explicativa para o processo evolutivo do PB “será sempre um embate sem fim discutir se o português do Brasil é ou não um crioulo”. Isso porque:

Se se entender que por crioulo deve-se denominar uma entidade linguística particular com base numa das quatro suposições examinadas, a única conclusão plausível é a de que não só o português do Brasil como qualquer crioulo são línguas naturais. Se, por outro lado, se tenta caracterizar como crioulo uma língua que teve em sua história uma massa de falantes que a aprenderam como segunda língua, não é preciso discutir questões linguísticas para afirmar que o português do Brasil é um crioulo” (MUSSA, 1991, p. 122-123).

Mussa (1991, p. 123) avalia que rótulo “crioulo” não faz sentido, uma vez que não pode ser definido em termos unicamente linguísticos, só tendo então valor histórico: “qual seja

exemplo, não é absurdo assumir que regras morfológicas de atribuição de caso ou de concordância são via de regra mais opaca para um aprendiz de língua estrangeira que a ordem subjacente dos constituintes. Logo, nada mais óbvio que a realização das regras de caso e de concordância sejam negligenciadas quando se trata de uma grande massa de falantes não nativos, coagidos de uma forma mais ou menos violenta, com um contato relativamente pouco profundo com a língua que aprendem, e sejam fixadas as posições dos constituintes nas sentenças. A preferência por certos étimos na formação de morfemas das línguas crioulas, como a marca aspectual IRREAL ou FUTURO tomada aos verbos que significam ‘ir’, é com certeza motivada por universais semânticos, mas não é exclusiva e não necessariamente ocorre em *todos* os crioulos (por exemplo, o crioulo de Cabo Verde: cuja marca de IRREAL é ‘a’, de ‘há-de’).”

⁹¹ Sobre isso, Mussa (1991, p. 120-121) afirma: “Na verdade, a existência desse pidgin ancestral estruturado e coerente é muito difícil de provar para uma série de línguas crioulas, particularmente as do Caribe. Uma outra saída seria propor que o caráter supostamente “reduzido” do pidgin daria uma especificidade qualquer às línguas crioulas. De novo, é necessário que se raciocine com vagar. Não seria lúcido imaginar que os falantes de pidgin falassem menos que as pessoas normais, só comunicando o estritamente necessário em situações notavelmente especiais. Também não há por que pensar que os falantes pidgin seriam incapazes de expressar determinados conteúdos aos seus filhos ou que certas noções gramaticais indispensáveis às línguas naturais estariam ausentes no pidgin”.

o de língua em cuja diacronia se encontra o fato *social* de ter sido adquirida como segunda língua por uma massa considerável de falantes adultos no mesmo tempo e lugar” (MUSSA, 1991, p. 123). Esse fato social, é claro, pode ter impactos linguísticos, mas isso estaria relacionado “ao grau e não à forma das mudanças históricas”. Segue-se disso que, para o autor, a antinomia evolução natural/crioulização só teria sentido se colocada sobre uma base puramente social, “não resolvendo na verdade nenhum dos problemas propriamente linguísticos do português do Brasil”.

A impossibilidade de propor causas para o processo evolutivos nas línguas naturais implica que a única possibilidade seja estabelecer condições sob as quais as evoluções acontecem. Nesse sentido, a tentativa de explicar deveria ser substituída pela de reconstituir. Assim, afirma Mussa, os problemas reais envolvidos na questão da formação do PB se tornariam mais fáceis de serem estabelecidos: “O trabalho na verdade se resume a recuperar no que for possível a trajetória da língua portuguesa que de antemão sabemos ter estado numa situação linguística particular” (MUSSA, 1991, p. 125-126).

Tal programa de pesquisa teria as seguintes preocupações:

Do ponto de vista externo, interessa saber como se deu a interação linguística entre ao menos quatro grandes estratos (se assim se puder chamar) sociais: português, indígena, africano e brasileiro não indígena. Na perspectiva interna, interessa saber de que forma a sintaxe, o léxico e a fonologia do português europeu foram adquiridos pela população de falantes não nativos, o que define o panorama de usos da linguagem que serviu de base para a gênese das gramáticas do estrato brasileiro não indígena – o de falantes nativos do português do Brasil (MUSSA, 1991, p. 126).

Para o autor, os problemas históricos reais relativos ao PB são: a difusão ou rejeição dos aspectos do PE e as inovações do PB, “com a respectiva determinação, se souber, dos estratos⁹², épocas e regiões em que se deu a inovação, a difusão ou a rejeição de cada traço linguístico em particular, uma vez que qualquer resposta específica para um problema não é extensível *a priori* aos outros” (MUSSA, 1991, p. 127).

O interesse de Mussa é investigar o processo de assimilação linguística do escravizado negro durante o período colonial, através de tanto de uma perspectiva interna, quanto de uma perspectiva externa. O nível de análise em seu estudo é o fonológico⁹³. No que se refere aos componentes do estrato social dos escravizados negros no Brasil colônia estudados por Mussa,

⁹² Quanto a isso, parte das questões externas (históricas) relevantes é saber que línguas africanas foram trazidas para o Brasil durante o período de sequestro escravagista. Para isso, as fontes externas utilizadas pelo autor são: as informações disponíveis a respeito do tráfico de escravizados negros, da distribuição e da classificação das línguas africanas e da evolução na demografia da população brasileira (MUSSA, 1991, p. 135).

⁹³ O autor analisa um amplo leque de processos fonológicos e suas implicações sintáticas (concordância nominal de número e concordância verbal, que aparecem muitas vezes ou como relacionadas a uma crioulização ou a uma evolução natural, dadas as mudanças fonológicas).

entre eles estão: os africanos (também classificados segundo a proficiência do português – *ladinos*, que tinham algum domínio da língua, e *boçais*, que não tinham); e os *crioulos* (brasileiros não indígenas)⁹⁴. Para o autor, é plausível pressupor uma adaptação da fonologia portuguesa por parte dos africanos não proficientes na língua portuguesa. Essa adaptação estaria relacionada às línguas nativas desses falantes, e poderia, na verdade, ser observada empiricamente em todos indivíduos que aprendem uma outra língua, estrangeira (MUSSA, 1991, p. 127). Do ponto de vista externo, esse processo de domínio da língua portuguesa é reflexo da interação dos escravizados africanos com os escravizados crioulos e com a camada livre da sociedade colonial. A investigação de tal processo poderia detectar o grau e o tipo de interação, a origem estratal, temporal ou regional dos fenômenos da fonologia histórica do PB (MUSSA, 1991, p. 127-128).

Mussa (1991, p. 130) analisa a relação entre componente estratal e as informações demográficas de cada século, em vista de “observar a evolução cronológica das variáveis de cada estrato” para resolver os problemas de difusão ou rejeição dos traços linguísticos portugueses e os de inovação brasileira (tanto autônomos, quanto sob influência dos estratos africanos). É a análise da rejeição, difusão ou inovação desses traços linguísticos que, para Mussa, fornecerá a base de interpretação da interação sociolinguística entre os estratos e, como consequência, do processo de assimilação entre eles⁹⁵.

Em nossa compreensão, a abordagem teórica do autor se faz muito interessante, dadas as problematizações que ele apresenta a ideias comumente aceitas (e muito difundidas) na Crioulística, que são muito coerentes com os postulados de Mufwene (2001) e Aboh (2015) – expostos em nosso segundo capítulo. É um tanto surpreendente que a literatura especializada no Brasil não tenha se debruçado sobre esses aspectos da discussão, e que os únicos elementos do estudo de Mussa (1991) que encontraram difusão numerosa sejam as suas quantificações demográficas sobre os estratos que compunham a sociedade desta parte do Novo Mundo durante o período colonial e os números e a origem dos escravizados africanos desembarcados aqui ao longo do tráfico escravagista. Talvez, essa relativa desconsideração esteja ligada à circulação da pesquisa do autor, por se tratar ela de uma dissertação de mestrado em uma época em que a digitalização desses trabalhos não era tão viável como hoje, sendo o texto

⁹⁴ Em suas análises, Mussa ainda levará em conta a camada livre da população branca no Brasil (MUSSA, 1991, p. 128).

⁹⁵ O autor ressalta que o sistema brasileiro não é o simples resultado da soma ou a média dos estratos. Sua intenção é recuperar de forma mais compreensível a variação das formas de superfície através dos séculos e dos estratos, assim como avaliar a média de opacidade e de indeterminação dessas formas e estabelecer os caminhos possíveis da evolução diacrônica (“ou seja, as gramáticas internalizáveis a partir desse quadro – tudo isso controlado pelos percentuais demográficos de cada estrato em jogo”) (MUSSA, 1991, p. 130).

manuscrito de difícil acesso.

Para nós, a ideia de Mussa (1991, p. 148) segundo a qual “a história das línguas humanas é essencialmente uma história demográfica” abre novos leques de possibilidades para a investigação da questão linguística/histórica do PB. Tal pensamento, em nosso entender, pode ser colocado em paralelo com o de Pagotto (2007;2019), para quem a compreensão do período histórico é essencial para a compreensão da evolução do PB.

CAPÍTULO IV: O estado atual da arte: o debate sobre o estatuto do PB no século XXI

Nos estudos sobre a configuração e evolução do PB, há diversas pesquisas interessantes sob outras perspectivas teóricas e programas de pesquisas, tais como Lobato (2005), que aborda questões relativas à influência das línguas ameríndias no PB, Petter (2009) – que investiga similaridades entre fenômenos do PB e das variedades da língua portuguesa faladas na África –, Avelar & Galves (2014) – que, sob uma abordagem mentalista, observam

possíveis influências das línguas africanas no português do Brasil –, Castro (2009) – que investiga a continuidade da língua portuguesa no Brasil e a participação das línguas africanas em sua gramática a partir de similaridades estruturais –, entre tantas outras que poderíamos citar quase que infindavelmente. Contudo, parecem ser as hipóteses da *transmissão linguística irregular* e da *deriva* aquelas que herdam boa parte das discussões (assim como as polêmicas e os problemas) dos estudos crioulistico; além de serem também essas hipóteses aquelas que gozam de maior difusão na literatura linguística brasileira. Com isso em mente, neste capítulo, abordaremos essas duas hipóteses, apontando as críticas possíveis frente ao conteúdo exposto em nosso primeiro capítulo e ao longo dessa dissertação, além de também tomar como exemplo o caso do dialeto caipira para refletir sobre a importância de uma compreensão histórica mais aprofundada na base das hipóteses linguísticas sobre a origem e formação do PB, com vistas a sinalizar que a complexidade de nossa história linguística pode estar intrinsecamente à complexidade de nossa história política e social, fazendo com que hipóteses teleológicas, que tentem explicar a gênese do PB a partir de um único prisma, sejam problemáticas.

1. O conceito de transmissão linguística irregular

O conceito de *transmissão linguística irregular* é a base do programa de pesquisa que, a partir do estudo de comunidades afro-brasileiras rurais isoladas, tenta explicar o processo formador do PB, levando em conta o contato linguístico existente entre os colonizadores portugueses e aloglotos africanos e seus descendentes.

Lucchesi (2009, p. 27) vê através de tal conceito a oportunidade de dar um devido tratamento à contribuição dos povos indígenas e africanos na formação da cultura brasileira e da língua aqui falada, em oposição a outros programas de pesquisas com outros vieses ideológicos e teóricos:

No plano linguístico, a contribuição dos segmentos indígenas e africanos para a formação da realidade linguística brasileira tem sido menosprezada, ora por razões ideológicas, determinadas por uma visão de “superioridade cultural” do colonizador europeu, ora por opções teóricas imanentistas, que circunscrevem à lógica interna do sistema linguístico as motivações para as suas mudanças. Os obstáculos ideológicos e teóricos se somam às dificuldades de realizar pesquisas de campo que possam recolher evidências empíricas consistentes da ocorrência no português brasileiro de processos de variação e mudança efetivamente induzidos pelo contato entre línguas, de modo que subsiste a lacuna acerca do real papel dos segmentos indígenes e afro-brasileiros na história linguística do país (LUCCHESI, 2009, p. 27).

O autor ressalta as semelhanças do passado colonial do Brasil com processos históricos de outras regiões do continente americano, tais como o sul dos EUA e o Caribe, que levaram ao desenvolvimento de *línguas crioulas*, que seriam resultado do contato massivo, radical e abrupto desencadeado pelo sequestro e escravização de cerca de dez milhões de africanos, sequestrados em suas terras e trazidos para o continente americano pelos colonizadores europeus, entre os séculos XVI e XIX. As situações de contato linguístico ocorrido no Brasil seriam semelhantes às desses lugares já que cerca de 40% de pessoas africanas escravizadas durante esse período foram traficadas para essa parte do Novo Mundo. Esse autor ressalta, porém, que não há registro de que tal tipo de língua tenha emergido em território brasileiro, fazendo menção apenas às línguas secretas encontradas por alguns pesquisados em certas regiões do país (LUCCHESI, p. 27-28). Contudo, para ele, tal fato não impossibilitou que o contato linguístico influísse sobre a língua falada no Brasil, elegendo como principal contribuinte as línguas africanas aqui desembarcadas junto com os escravizados africanos:

[...] se a crioulação do português no Brasil foi, na melhor das hipóteses, um fenômeno historicamente efêmero e localizado, não se pode pensar seriamente que a língua portuguesa não foi diretamente afetada pelo contato do português com as línguas africanas de uma forma bem ampla e representativa, até porque os afrodescendentes se integraram em todos os segmentos sociais e nos mais diferentes ramos da atividade econômica, em todas as regiões do país; concentrando-se, porém, na base da pirâmide social, em função das adversidades históricas que tiveram de enfrentar (LUCCHESI, 2009, p. 28).

Para o autor, a questão do contato linguístico se torna importante na medida em que até meados do século XIX, os portugueses e seus descendentes diretos configurariam apenas cerca de um terço da população do território brasileiro, sendo o restante da população justamente composto por indígenas e africanos, estando estes últimos em clara predominância. As condições adversas de sobrevivência, de sub-humanidade, teriam impactado na maneira pela qual se deu a aquisição da língua portuguesa, como segunda língua, de por parte desses aloglotas, falantes de diversas outras línguas com outras estruturas gramaticais e, para o autor, ininteligíveis entre si. Contudo, apesar de tal situação se configurar como propícia para a emergência de uma *língua crioula*, a inserção dos descendentes dos africanos na sociedade colonial teria impedido, em parte, a violência segregacionista característica da gênese desse tipo de língua (LUCCHESI, 2009, 28-29).

Para Lucchesi (2009, p. 29), as variedades do PB faladas por dois terços dos brasileiros teriam passado por um processo de *transmissão linguística irregular*, em que a aquisição de língua materna pelos posteriores descendentes de escravizados teria tido como modelo o

resultado do contato linguístico de seus pais com os seus colonizadores em meio àquelas situações sub-humanas que caracterizaram o período colonial, que teriam feito com que a estrutura gramatical da língua-alvo (o português europeu) sofresse algum tipo de simplificação.

É com esse entendimento que o autor se envereda a tentar recuperar a importância do contato linguístico para o contexto de gênese do PB e sua diferenciação do PE, criticando a sua ausência em hipóteses como a da *deriva linguística* (objeto de análise de nossa próxima seção), que não se encontram baseadas nas relações históricas e nas condições de uso e de transmissão que a circundariam, na compreensão do autor:

Em sua versão mais extremada, a posição que tem mobilizado seus mais valiosos esforços para refutar a relevância do contato entre línguas na formação das variedades atuais do português brasileiro chega até a negar a própria realidade dos fatos, questionando diferenças qualitativas notáveis entre os processos de variação e mudança que afetaram a língua portuguesa no Brasil e os que têm se sucedido em Portugal, com base na interpretação equivocada dos testemunhos históricos do português arcaico e de dados fragmentados da pesquisa dialetal portuguesa (LUCCHESI, 2009, p. 29-30).

Lucchesi atribui isso que considera de “equivoco” a uma visão hegemônica do formalismo linguístico que, desde Saussure, orienta-se pela perspectiva de língua como um sistema fechado em si mesmo – ironicamente os alvos de sua crítica, os pesquisadores filiados à hipótese da *deriva linguística* para a explicação da gênese do PB, são Anthony Naro e Marta Scherre, nomes icônicos da pesquisa sociolinguística brasileira, mesma perspectiva teórica do autor. Nesse sentido, as pesquisas diacrônicas relativas à língua do Brasil se restringiriam ao estudo da variedade falada por apenas um terço da população brasileira, perdendo de vista uma *polarização sociolinguística* existente no solo nacional,

[...] que marca a formação histórica da realidade linguística brasileira, apartando a fala de uma elite que sempre teve os olhos voltados para a Europa, em busca de seus modelos culturais e linguísticos, da fala da grande maioria da população que, no cadinho de sua pluralidade étnica, cultural e linguística, forjou os elementos definidores da originalidade cultural e linguística do Brasil [...] (LUCCHESI, 2009, p. 30).

Dessa forma, filiando-se à formulação de Mattos e Silva (2004) de que “o português são dois”, o autor compreende que a história da língua no Brasil seria também bifurcada – entendimento esse que também se fazia presente nos estudos de Silva Neto ([1950] 1976), conforme exposto no capítulo anterior. Com essa perspectiva, o programa de pesquisa no qual Lucchesi se insere visa a “resgatar a história linguística da grande maioria da população

brasileira”, que mesmo sendo protagonistas do que foi herdado como riqueza e patrimônio cultural no Brasil, argumenta o autor, seguem discriminados e marginalizados, em vista de um “mecanismo poderosíssimo de dominação política e ideológica da maioria da população por parte de uma minoria que envida todos os esforços para legitimar como única voz digna aquela que se submeta aos ditames da língua da ex-metrópole” (LUCCHESI, 2009, p. 30). O autor parece, assim, associar a hipótese da deriva a uma visão ideológica social e linguística orientada pelos ânimos do estrato dominante da sociedade brasileira, enquanto a sua estaria filiada àquela mais próxima tanto da realidade linguística do país, quanto ao lado dos oprimidos, fazendo-lhes justiça através do resgate da sua contribuição e legado linguístico para o Brasil, o que podemos capturar a partir da seguinte afirmação: “este livro se integra nas efetivas ações afirmativas de reparação histórica, contribuindo para resgatar a legitimidade da fala popular brasileira em seu caráter pluriétnico” (LUCCHESI, 2009, p. 31).

Tal resgate acontece, segundo o autor, através da compreensão do cenário polarizado no qual o PB se formou, em que o contato linguístico teria afetado diretamente “a formação dos padrões coletivos de fala da maioria da população do país (o que se denomina aqui norma popular) e só indiretamente a fala das classes economicamente privilegiadas, tradicionalmente chamada de norma culta” (LUCCHESI, 2009, p. 31). Com efeito, no entendimento do autor, a diferenciação entorno de normas linguísticas estratificadas socialmente se faria sentir em um fenômeno linguístico específico, característico de variedades populares do PB:

E os mecanismos gramaticais em que os efeitos do contato linguístico são mais notáveis são exatamente os mecanismos da concordância nominal e verbal, de modo que a falta de concordância constitui a grande fronteira sociolinguística da sociedade brasileira. É sobre ela que incide, em sua forma mais virulenta, o preconceito linguístico. E é ela que é tomada como o parâmetro definidor das capacidades profissionais, intelectuais e políticas de cada indivíduo (LUCCHESI, 2009, p. 31).

O objeto desse resgate do patrimônio linguístico e histórico brasileiro é o *português afro-brasileiro*, que o autor define da seguinte forma:

O conceito de português afro-brasileiro fundamenta-se, não em parâmetros étnicos, mas em parâmetros sócio-históricos. Não se reconhece no Brasil uma fronteira linguística determinada por fatores étnicos, como ocorre, por exemplo, nos EUA, onde o chamado *Black English* constitui uma variedade específica do inglês empregada pelos afro-americanos. Mas o português afro-brasileiro não é o português empregado pelos afro-brasileiros em geral. Estima-se, por exemplo, que aproximadamente 85% da população da cidade do Salvador seja constituída por afrodescendentes. Entretanto, pode-se dizer que muito provavelmente nenhum deles é falante do português afro-brasileiro, no sentido em que esse termo é empregado aqui. Se o afrodescendente tem curso universitário e é filho de pais também de nível superior, ele certamente será um falante da **norma culta brasileira**. Entretanto, infelizmente, a maioria dos afrodescendentes ainda se situa na base da pirâmide

social, sendo geralmente falantes da **norma popular urbana**, ou **rurbana** (LUCCHESI, 2009, p. 31-32 – grifos do autor).

O português afro-brasileiro seria, então, segundo o autor, uma variedade configurada a partir dos padrões linguísticos encontrados em comunidades rurais que são compostas majoritariamente por descendentes diretos de africanos escravizados. Tais comunidades estão localizadas em áreas isoladas do interior do Brasil, tendo ainda hoje como principal atividade a agricultura de subsistência e tendo como sua origem antigos quilombos de escravizados que fugiram das condições desumanas impostas pelos senhores escravagistas. Posto isso, para o autor, o português afro-brasileiro se diferenciaria de outras variedades do português popular rural brasileiro, distanciando por vezes da *norma popular rural do português brasileiro*, “não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira)” (LUCCHESI, 2009, p. 32) – há, aqui, o estabelecimento de um contínuo dentro do PB, que já se configura como uma variedade dentro do contínuo (uma *nova variedade histórica*) da língua portuguesa, gerada também dentro de outra série contínua, a da *transmissão linguística irregular*.

Segundo dados obtidos pelo autor, haveria, no Brasil, cerca de 800 comunidades rurais afro-brasileiras em regiões isoladas do país (das quais quase um terço estariam situadas no Estado da Bahia), configurando 1% do total da população brasileira e 20% dos brasileiros que vivem em zonas rurais do território brasileiro. A relevância do estudo de tais comunidades, de acordo com Lucchesi, se justifica pelo fato de a concentração em massa da população brasileira em grandes centros urbanos ser um fenômeno recente, oriunda do enorme êxodo das zonas rurais ocorrido a partir de meados século XX, já que até o início do referido século, 80% da população do país ainda vivia fora das zonas urbanas. Esse deslocamento teria tido grande impacto na configuração do PB, transformando “em variação diastrática o que antes era variação diatópica” (LUCCHESI, 2009, p. 32).

Aqui, mais uma vez, a perspectiva do autor não parece se distanciar muito daquela trazida por Silva Neto ([1950] 1976), uma vez que considera que a zona rural seria mais refratária à normatização linguística, que seria característica dos centros urbanos. Com isso, as variedades urbanas e rurais se encontrariam opostas, posto que se fariam presentes em regiões distintas do território brasileiro: a *norma culta* se formando e ficando em grande parte restrita aos centros urbanos, em sua maioria localizados em faixas do litoral do país; por sua vez, o *português popular brasileiro* teria se constituído no interior do Brasil, “onde se instalaram os engenhos, as plantações de fumo, algodão e mandioca, e onde avançavam a atividade da

mineração e a pecuária” (LUCCHESI, 2009, p. 32-33). É nesta área dominada por esta última variedade do PB que estaria concentrada grande parte do estrato social marginalizado no Brasil, como os africanos, os indígenas e os mestiços, além de capatazes, senhores, trabalhadores livres e colonos pobres de origem europeia.

É justamente aí, para ele, que entra a importância da compreensão do papel do contato linguístico na sócio-história do país e o conceito de *transmissão linguística irregular* como o modelo pelo qual tal compreensão seria possível, uma vez que essa disposição populacional e divisão sociolinguística brasileira teria levado à formação de variedades outras da língua portuguesa, alteradas por uma aquisição imperfeita do português europeu como segunda língua em uma situação social de opressão e dominação. O posterior êxodo rural só teria espalhado alguns dos fenômenos característicos da variante rural do PB para algumas das suas outras modalidades, incluindo aqui algumas das variedades urbanas – fazendo com que os efeitos do contato linguístico sejam sentidos em todo o PB. Por outro lado, no entendimento do autor, também consoante ao de Silva Neto, a integração desse indivíduo do meio rural às zonas urbanas também trouxe ao seu comportamento linguístico a assimilação de normas urbanas que gozam de maior prestígio, “dando origem ao indivíduo **rurbano**, marcado por seu caráter híbrido” (LUCCHESI, 2009, p. 33 – grifo do autor). Por conta disso, o Brasil presenciaria um *nivelamento linguístico*, com a incorporação dos padrões cultos (ou “semicultos”) pelos outros estratos da sociedade, a partir de alguns processos históricos baseados em projetos oriundos da tentativa de imprimir um projeto de desenvolvimento para o país, tais como: a ampliação da malha rodoviária, a expansão do sistema de educação pública e a poderosa ação dos meios de comunicação de massa brasileiros.

Nesse sentido, a pesquisa junto às comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, tais como a de Helvécia – situada no extremo sul do Estado da Bahia –, se justificaria pelo fato de elas se constituírem em um espaço no qual os reflexos gramaticais do contato linguístico estariam mais latentes, já que, por conta de condições históricas, tais áreas teriam permanecido em relativo isolamento até recentemente (LUCCHESI, 2009, p. 33). Assim, essas comunidades se configurariam como verdadeiros “sítios arqueológicos da história sociolinguística do Brasil” (LUCCHESI, 2009, p. 73), trazendo um acesso mais facilitado a fósseis linguístico-estruturais que fariam sentir em si os efeitos do contato linguístico a partir da transmissão linguística irregular, conceito que se faria essencial para a compreensão da gênese do PB e os resultados linguísticos de uma situação de contato linguístico em condições históricas como as que aqui se deram – é nesse sentido que postulamos que a hipótese da transmissão linguística irregular postulada aqui goza de uma heurística teleológica, acabando

por tentar explicar não somente a formação de dialetos estruturalmente distintos em comunidades isoladas constituídas por descendentes mais diretos dos escravizados, mas também a formação de todo o PB.

Há, contudo, certa contradição na formulação de tal conceito, uma vez que, segundo Lucchesi (2003, p. 272-273), ele visaria à captura dos processos de contato linguístico massivo e prolongado nos quais as línguas das classes dominantes se transformam num modelo ou numa referência para os demais segmentos da sociedade, sendo que nesses processos poderia se ter como resultados tanto línguas *pidgins* e *crioulas* (que seriam línguas historicamente novas, segundo o autor) quanto a “simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato”. Contudo, em outro trecho do mesmo texto, encontramos o seguinte:

Através do conceito de *transmissão linguística irregular*, pretende-se delinear os parâmetros sócio-históricos e linguísticos que possam servir de base para uma visão sistemática dos processos históricos de mudanças induzidas pelo contato entre línguas que não resultam na formação de *pidgins* e *crioulos típicos*” (LUCCHESI, 2003, p. 272 – grifo do autor).

Tal contradição, presente no texto, pode ser resolvida quando se interpreta que o que Lucchesi, ao longo da sua argumentação, parece pretender, na verdade, é alargar o modelo de contato linguístico com base na existência de uma ruptura entre a língua-alvo (o modelo a ser adquirido pela primeira geração de falantes não nativos, em situação de opressão, da língua do grupo dominante) e o resultado linguístico dessa situação a contextos históricos que não produziram línguas *pidgins* ou *crioulas* prototípicas. Em certo sentido, o mesmo poderia ser dito do conceito de *semicrioulo* de Holm – apresentado em nosso segundo capítulo.

É através desse conceito, e com esse objetivo, que o autor tentará abordar a origem e formação do PB, a partir do contato entre a língua portuguesa e as africanas que aqui se fizeram presentes, trazidas com os seus falantes nos navios negreiros. O descarte de uma possível participação das línguas ameríndias nessa conta tem como base dados demográficos, cuja análise impossibilitaria a visualização de tais línguas como relevantes para o cômputo dos fatores motores na gênese da língua portuguesa falada no Brasil. Tal formulação se encontra esquematizada (e justificada) em Mattos e Silva (2004), a partir da sua análise dos dados demográficos da história do país. Para a autora, as informações da demografia brasileira histórica demonstrariam que, ao fim do século XVI os escravos corresponderiam a 42% da população, e a mais de 50% em 1818, quatro anos antes da Independência do Brasil:

Diante desses dados demográficos, pode-se admitir que o forte candidato para a difusão do que tenho designado de português geral brasileiro, antecedente histórico do atualmente designado de vernáculo ou português popular, variante sociolinguística mais generalizada no Brasil, seriam africanos e afrodescendentes, e não os indígenas autóctones, já que o português brasileiro culto, próprio hoje, em geral, aos de escolarização mais alta, será o descendente do português europeu ou mais europeizado, das elites e dos segmentos mais altos da sociedade colonial (MATTOS E SILVA, 2004, p. 102).

Para Lucchesi (2003, p. 272), em meio à colonização do Novo Mundo, línguas estrangeiras como o espanhol, o inglês e o português entraram em um contato profundo com um número extensivo de falantes de línguas indígenas e africanas, ao longo de vários séculos. Esse processo histórico teria originado variedades populares dessas línguas estrangeiras, que exibiriam diversas características estruturais justamente resultantes de processos de mudança induzidos pelo contato linguístico. Tais características seriam encontradas também em línguas *pidgins* e *crioulas*, aproximando as novas variedades linguísticas destes outros tipos de línguas. Contudo, essas novas variedades não se constituiriam como *pidgins* e *crioulos* típicos⁹⁶.

O que parece haver de “irregular”, nesse caso, é que os aloglotas (aqui, os africanos e seus descendentes) teriam de adquirir a língua dos colonizadores portugueses em condições adversas e inumanas, o que se distancia – e muito – das situações normais de transmissão linguística, entendidas pelo autor como sinônimo da transmissão linguística de pais para seus filhos – tal formulação, como se verá em nossa próxima seção, é bastante criticada por Naro e Scherre (2003; 2007), principais opositores da hipótese de *transmissão linguística irregular* para a explicação da gênese do PB.

Para Lucchesi e Baxter (2009, p. 101), em situações de dominação como essas ocorridas na colonização do Novo Mundo, a língua do grupo dominante (chamada língua de superstrato ou língua-alvo) se imporia, fazendo com que os falantes das outras línguas, em sua grande maioria adultos, fossem forçados a adquiri-la, mesmo “em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização”, tal como característico de um contexto de escravidão. Em virtude dessa aquisição em situações impróprias, originariam-se variedades de segunda língua divergentes da língua-alvo. As diferenças entre tais variedades e as línguas de superestrato se concentrariam principalmente em uma simplificação estrutural das primeiras, sendo as variedades desdobradas de tal contexto de contato linguístico “mais ou menos defectivas consoante as especificidades de cada contexto histórico”. Será essa língua que irá fornecer os modelos linguísticos para a aquisição de língua materna para os

96 Lucchesi (2003, p. 272) cita, em paralelo, justamente o conceito de *semicrioulo* de Holm (1991; 2000).

descendentes desses (outrora) aloglotas, posto que essas pessoas, sendo elas socialmente dominadas, “vão abandonando as suas línguas nativas”.

Lucchesi e Baxter (2009, p. 109-110) afirmam ser característica essencial de um tipo de situação de contato linguístico que resulta em *pidginização* uma redução da gama das funções da comunicação verbal, mencionando que “nos casos mais dramáticos, as funções sociais da língua ficam reduzidas às funções de comando e de comunicação básica”. No mesmo sentido, em tal situação ocorreria também uma perda de estrutura gramatical da língua-alvo, que atingiria estruturas mais abstratas que tenham menor funcionalidade comunicativa e com carga semântica mais tênue ou então menos transparente, o que viria a comprometer, em graus distintos: “as marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto, e as relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação, bem como os processos de ligação anafórica e de movimento no âmbito da sentença”. Segundo os autores, em meio a tal processo de *pidginização*, os aloglotas produziram tanto estruturas gramaticalmente reduzidas, quanto aproximações da língua de superstrato, operando transferências funcionais a partir da gramática de suas línguas maternas, além de produzirem também inovações originais por meio de gramaticalizações internas.

De acordo com os autores (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 109-110), apoiados em alguns estudos da Crioulística, as línguas *pidgins* apresentariam como tendências estruturais morfossintáticas⁹⁷:

- (i) a ausência de morfologia flexional;
- (ii) a tendência para a ordem SVO;
- (iii) uma ordem invariável para as orações afirmativas, imperativas e interrogativas;
- (iv) os qualificadores sentenciais externos;
- (v) um sistema pronominal reduzido ao mínimo de formas;
- (vi) o uso menos frequente de preposições;
- (vii) a ausência de regras de movimento, apagamento e relativização nos processos de derivação da sentença;
- (viii) a forma bimorfêmica analítica assumida pelas palavras interrogativas

⁹⁷ Os autores ressaltam que essas seriam tendências características de línguas *pidgins* estáveis, que teriam se desenvolvido tanto gramatical quanto funcionalmente sem chegar à condição de língua nativa da maioria dos seus falantes, como teria ocorrido com o *Tok Pisin*, em Papua-Nova Guiné (BICKERTON, 1984), assim como com outros *pidgins* da Oceania, ao longo dos últimos duzentos anos, e mais recentemente na expansão de alguns *pidgins* África. A partir disso, reforçam a importância da consideração de fatores extralinguísticos perante a questão: “A possibilidade de esse processo ocorrer independentemente da nativização reforça a visão do caráter social do processo de reestruturação gramatical, num contraponto à visão daqueles que consideram que o processo de criouliização (a nativização da língua segunda surgida na situação de contato) é crucial para a recomposição da estrutura gramatical da nova variedade linguística” (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 110-111).

(constituintes WH).

É então desse modelo de *pidginização* clássica que Lucchesi (2003) e Lucchesi e Baxter (2009) se aproximam, tentando, contudo, expandi-lo com vistas a abarcar processos históricos de colonização que não legaram ao universo linguístico *pidgins* e *crioulos* típicos.

Para os autores, a aquisição de uma segunda língua em uma situação de contato linguístico desse tipo seria bem diferente da aquisição de língua materna (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 111). Contudo, ao contrário do que se poderia imaginar, no nosso entendimento, a formulação do conceito de *transmissão linguística irregular* não parece se aplicar a nenhum desses processos de aquisição, mas sim à qualidade dos dados linguísticos oriundos de um deles, conforme nos parece ser afirmado no seguinte trecho:

Tal processo de nativização da língua dominante ocorre de maneira irregular no sentido de que os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provêm praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos das outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais. Tal processo diferencia-se da situação de transmissão geracional normal das línguas humanas, em que as crianças dispõem de dados linguísticos mais completos fornecidos pela língua materna dos seus pais. Dessa forma, o processo de transmissão linguística irregular pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 101).

Nesse sentido, o processo de aquisição só importa justamente por conta dos dados linguísticos disponíveis nessa etapa de *nativização* de uma língua cujos dados se distanciam da língua-alvo (no caso do território brasileiro colonial, o PE) por conta de uma primeira aquisição em contextos impróprios. O que nos parece, então, estar sendo argumentado é que o *input* é de qualidade outra, não completa como o seria na língua-alvo, quando a transmissão linguística se dá em contextos propícios, não oriundos de uma situação de opressão.

Ora, posto dessa forma, fosse outra a qualidade dos dados, não se poderia falar em *transmissão linguística irregular*. Para nós, em termos epistemológicos, isso é diferente de propor que a transmissão linguística é irregular precisamente porque ela se dá em contextos não próprios para uma aquisição que propicie uma exposição adequada ao *input* (de qualidade inquestionável?) da língua-alvo, de forma que os dados linguísticos entre ambas (a língua-alvo e a língua resultante) mais convirjam do que se distanciem. O que está em jogo parece ser mais a qualidade dos dados de *input* do que o processo que os formou. É exatamente por isso que irá se falar em *nativização*, que tomará esse modelo “defectivo”, oriundo da tentativa de adquirir uma segunda língua, em uma língua materna de uma nova geração de falantes,

recolocando aquele resultado linguístico de volta ao processo evolutivo das línguas naturais. É essa língua que se constituirá como uma *língua crioula* ou, então, simplesmente em uma “nova variedade histórica” da língua dos invasores coloniais.

Se assumirmos essa perspectiva sobre natureza do conceito de transmissão linguística irregular, teremos então que tratar da qualidade dos dados linguísticos em todos os tipos de aquisição existentes, uma vez que pode haver aqui, no exposto pelos autores, uma superestimação da qualidade do *input* naquilo que eles entendem por “transmissão linguística regular”. Há, por exemplo, que se passar pelo *argumento da pobreza de estímulo*, um dos principais argumentos da teoria gerativista, da qual os autores se aproximam, por vezes, ao assumirem, por exemplo, a posição de Roberts (1997 apud LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 119) de que as *línguas crioulas* teriam como tendência apresentar parâmetros de valores não marcados⁹⁸, mesmo no caso de as línguas lexificadoras apresentarem esses mesmos parâmetros marcados em sua configuração.

O argumento da pobreza de estímulo está baseado na ausência de certas informações no *input* ao qual as crianças estão expostas durante a fase de aquisição de sua língua materna; essas informações seriam necessárias para que esses jovens falantes pudessem inferir certos padrões da língua que estão adquirindo, ou seja, os dados linguísticos desse *input* não forneceriam todas as informações necessárias para que elas atinjam a competência linguística (no que se refere à estrutura da língua) dos falantes que as circundam; disso decorre que, para a teoria gerativa, a postulação de uma Gramática Universal inata seja plausível em termos tanto teóricos quanto empíricos – somente através dela as crianças conseguiriam extrapolar os exemplos do *input* e chegar a uma competência satisfatória da língua à qual estão adquirindo (cf. GUIMARÃES, 2017, p. 280-349).

Em nosso entendimento, tal argumento coloca em xeque a qualidade dos dados linguísticos como condição necessária para uma aquisição satisfatória de uma língua-alvo já na fase de aquisição de língua materna. Por sua vez, como procuramos demonstrar em nosso segundo capítulo, Mufwene (2001) e Aboh (2015) também problematizam a qualidade dos dados linguísticos do *input* com vista em questionar a distinção entre uma “transmissão linguística irregular” e uma “transmissão linguística regular” em uma teoria da mudança (ou evolução) linguística: tanto em um processo, quanto no outro os dados linguísticos não apresentam certas informações sobre a estrutura da língua – para usar a terminologia de

⁹⁸ Para Roberts (1999 apud LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 104), os mecanismos gramaticais que se caracterizam por serem mais abstratos e sem valor referencial geralmente seriam eliminados, assim como os falantes adultos apresentariam uma maior dificuldade para adquirir mecanismos gramaticais da língua-alvo que podem estar ausentes em sua língua materna, tendo dificuldades também para fixar os parâmetros da segunda língua distintos daqueles da sua língua nativa.

Lucchesi e Baxter, em ambos processos os modelos seriam “defectivos”.

Porém, Lucchesi (2003, p. 273) tentará justificar a necessidade de aplicação desse novo conceito/processo a partir do contato linguístico existente em tais situações, que teria como características: i) o contato entre línguas, muitas vezes, tipologicamente distintas e ininteligíveis entre si; ii) a aquisição de uma segunda língua por uma grande população de adultos em uma situação de emergência, oriunda de relações comerciais e/ou de sujeição; iii) a origem de uma nova variedade dessa língua-alvo, formada em meio a essa situação característica, que apresenta forte redução/simplificação em sua estrutura gramatical, visto que somente aqueles itens linguísticos essenciais que seriam estritamente necessários para o preenchimento das funções comunicativas básicas seriam mantidos (LUCCHESI, 2003, p. 273).

Tal redução deve-se: (i) ao acesso difícil dos falantes aloglotas aos modelos da língua alvo, sobretudo em situações nas quais o número de falantes nativos dessa língua-alvo é muito inferior ao número dos aloglotas; (ii) ao fato de que a maioria dos falantes aloglotas são adultos, o que impediria o acesso aos dispositivos da faculdade da linguagem, que atuariam de forma natural no processo de aquisição de uma língua materna; (iii) à ausência de uma ação normatizadora, ou seja, uma norma ideal que orientasse e restringisse o processo de aquisição da segunda língua, posto que esse processo teria como objetivo fundamental a comunicação emergencial com os falantes da língua alvo (LUCCHESI, 2003, p. 273).

Segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 102), esse tipo característico de contato linguístico, massivo e abrupto, teria então como resultado “a coletivização de um conjunto reduzido de itens lexicais que cada falante das outras línguas manipula com base na sua competência linguística nativa, o jargão”. Os autores assumem o termo *jargão* com um estágio pré-pidgin, correspondente apenas a itens lexicais, e aparentemente desprovidos de estrutura gramatical⁹⁹.

A manutenção da situação de contato linguístico no eixo do tempo traria tanto a expansão funcional desse *jargão* em relação à sua posterior conversão em modelo para a aquisição de língua materna para a geração descendente de aloglotas (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 102-103). É, com efeito, esse *jargão* que contém os dados linguísticos que serão “salvos” de sua defectividade através de uma regeneração gramatical a partir da nativização.

Os autores defendem que a expansão funcional do *pidgin* aconteceria pela razão de que as suas limitações estruturais não atenderiam às novas demandas de situações comunicativas

⁹⁹ Para uma crítica a esse ciclo de vida do processo de pidginização, cf. a nota de rodapé 1.

em meio às suas novas redes de socialização. Assim, seria preciso a incrementação estrutural, gerada por um processo dialético “entre a expansão funcional e a expansão gramatical, em função do desenvolvimento de uma rede de relações sociais e linguísticas que vão dar forma a uma nova comunidade de fala” (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 103).

Trata-se, então, de um modelo de *crioulização* baseado em uma ruptura estrutural, com posterior recomposição gramatical, mesmo no caso de um resultado que não se aproxime do que convencionalmente na Crioulística é denominado línguas *pidgin* e *crioula*. Tal movimento epistemológico nos parece ter sido feito para tentar explicar a diferenciação entre as variedades da língua portuguesa do Brasil e de Portugal levando em consideração o contato linguístico como o seu principal fator condicionador, a partir de dados oriundos de comunidades rurais isoladas de afrodescendentes, muitas vezes surgidas em quilombos. É interessante notar que quando essa aproximação não é feita (entre o PB e as *línguas crioulas*, por exemplo), o papel do contato linguístico fica diminuído perante a explicação para o processo evolutivo das duas línguas, a europeia e a americana – conforme veremos, por exemplo, na hipótese de *deriva linguística*, proposta por Naro & Scherre (2007), a ser abordada em nossa próxima seção. Mesmo em Silva Neto (1976), cujo pensamento advogava a vitória da língua portuguesa em solo brasileiro, o contato linguístico – assim como um processo de transmissão linguística defectiva ou “aquisição precária” – se fazia presente, e o seu resultado era justamente a aproximação entre algumas variedades do PB (como o dialeto caipira) a *línguas crioulas*, a partir do conceito de *semicrioulo*, enquanto outras seriam explicadas pelo conceito de *deriva*.

Nesse sentido, para o contato linguístico ser entendido como um fator relevante à gênese do PB nos estudos desses autores, há certa necessidade, por parte deles, de assumir que houve um processo de *crioulização*, dada a quantidade de aloglotas, no caso dos africanos, que para cá vieram traficados. Sem assumirem a *crioulização*, o contato linguístico, para eles, parece perder a importância, justamente porque entendem que é por meio dele que se dá tanto a simplificação gramatical, como a sua posterior reestruturação. Ou seja, o contato linguístico importa tanto no seu início, quanto no seu desdobramento histórico.

Lucchesi chama a atenção para o fato de que dentro desse modelo há um leque variado de possibilidades:

Não obstante a importância dessa formalização esquemática para a compreensão do processo, as análises não podem perder de vista a sua grande variabilidade decorrente da combinação de todas as variáveis sociais envolvidas. Nesse sentido, até mesmo a ordem linear dos processos de erosão e reestruturação gramatical que figura em sua formalização não corresponde à realidade do processo em si, pois desenvolvimentos

recentes na pesquisa sobre a aquisição de segunda língua (ASL) têm demonstrado que, em situações adversas, os falantes adultos tendem a desenvolver estágios aproximativos da LA, denominados interlíngua, que não se caracterizam apenas por um processo de simplificação dessa língua, mas sobretudo pela criação ou desenvolvimento de um meio básico de comunicação verbal, no qual ocorrem transferências de dispositivos funcionais das línguas nativas dos adquirentes, bem como processos de reanálise dos mecanismos gramaticais da LA (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 103-104).

Para os autores (2009, p. 104), isso não implica que a simplificação não seja uma característica essencial da aquisição de segunda língua em tais contextos de contato linguístico. Para Lucchesi (2003, p. 273-274), será a facilidade ou a dificuldade do acesso aos modelos da língua alvo o que irá governar o destino da reestruturação gramatical da nova variedade oriunda de uma situação de contato desse tipo: para a formação de uma nova entidade linguística (línguas *pidgins* e *crioulas* típicas), o contexto de difícil acesso dos aloglotos aos modelos da língua-alvo se manteria durante todo o tempo da situação histórica – o que resultaria em um processo de reestruturação original da gramática e através da transferência de traços linguísticos das línguas dos aloglotos (*influência de substrato*); por outro lado, um acesso mais facilitado aos modelos da língua-alvo por parte dos aloglotos e de seus descendentes impediria a influência de substrato e de reestruturação original de gramática, posto que esses modelos da língua-alvo tendem a gozar de maior prestígio na sociedade estratificada, estabelecendo-se então um “ideal normativo”:

O resultado desse processo, então, pode não ser a formação de um sistema linguístico distinto da língua alvo (ou uma língua crioula), mas uma nova variedade dessa língua que, contudo, apresenta certas características decorrentes de mudanças linguísticas ocorridas a partir da socialização/nativização dessa língua alvo entre os segmentos de falantes das outras línguas e seus descendentes (LUCCHESI, 2003, p. 273-274).

É dessa forma, então, que o autor pretende resolver a contradição de se assumir um modelo de ruptura (quicá de *crioulização*, visto o seu apego a um modelo de ruptura entre as línguas) para uma situação histórica que teve como produto uma entidade linguística não crioula. Assume-se, por consequência, um modelo cujo mote poderia ser o seguinte: *crioulizado sim, mas não crioulo*. Com isso, se resolveria uma dupla questão: o fato de o PB apresentar características postas como próprias das *línguas crioulas*; e o problema dessa mesma língua não se enquadrar como um *crioulo* típico, segundo a definição que se dá a esse conceito. As características crioulas seriam oriundas do processo de transmissão linguística irregular, a não ruptura genética completa (proposta por alguns crioulistas como a definição estrita do conceito de *língua crioula*) entre o PB e o PE se explicaria por ter sido a língua portuguesa ainda o modelo linguístico a ser perseguido pelos falantes brasileiros, com acesso

facilitado ao longo do desenvolvimento sociopolítico do Brasil, em oposição ao acesso “precário” dos escravizados à língua dos colonizadores num primeiro momento.

Em vista disso, a solução encontrada é propor um meio termo, o mesmo podendo ser afirmado da postulação do conceito de *semicrioulo*. A partir dessa lógica, o conceito de *transmissão linguística irregular* estabelece-se, assim, como um continuum, cujo direcionamento e resultado seriam dependentes da dinâmica de fatores de natureza extralinguística (“níveis diferenciados de socialização/nativização de uma língua segunda, adquirida massivamente, de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos”): num extremo, estaria a *crioulização* típica (a ruptura genética em sua completude); noutro, a formação de novas variedades históricas da língua-alvo, distintas desta, mas ainda relacionadas geneticamente¹⁰⁰. Para o autor, a formulação de tal conceito com tais características se justificaria por ele conseguir capturar uma quantidade maior de situações de contato linguístico do que os modelos clássicos de crioulização:

[...] os processos históricos de contato entre línguas são altamente variáveis em termos de seus parâmetros sociodemográficos e etno-linguísticos. Desse modo, pode-se pensar que, durante o período de expansão funcional/gramatical da nova variedade linguística, seja na pidginização, seja na crioulização — e mesmo depois, no chamado continuum post-crioulo (WINFORD, 2003) —, os processos de incorporação de dispositivos gramaticais das outras línguas e de reestruturação original da gramática sofrem uma concorrência dos modelos da língua do superstrato que é mais ou menos intensa e determinante, conforme cada caso histórico particular (SIEGEL, 2008, p. 53-56). Daí a importância de se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de transmissão linguística irregular, e não nos termos estritos das situações típicas de pidginização e/ou crioulização (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 106-107).

Em Lucchesi (2003, p. 275), o que parece justificar a colocação desses dois processos em um mesmo eixo de socialização/nativização de uma língua-alvo é o fato de que em ambos há a necessidade de recomposição gramatical de estruturas linguísticas que foram perdidas inicialmente durante a situação de contato, perda essa originada de uma aquisição precária por parte de uma comunidade de falantes adultos. Tal recomposição seria maior ou menor a depender da intensidade do processo de erosão gramatical ocorrido, que seria, na visão do

¹⁰⁰ Lucchesi e Baxter (2009, p. 109) apontam ainda para a existência de uma gradualidade mesmo nos processos de crioulização típica, citando como exemplo os estudos dos crioulistas Derek Bickerton e Philip Baker: “A noção da crioulização variável foi proposta de maneira explícita por Baker (1982) e Bickerton (1984), que afirmaram que a crioulização a partir de situações de contato com maior acesso aos modelos da LA deram origem a crioulos gramaticalmente mais próximos da LA. Baker baseou-se em estudos dos crioulos das Ilhas Maurício e de Reunião. Na Ilha de Reunião, Baker atribuiu a presença no crioulo de elementos de morfologia flexional do verbo ao fato de a proporção de escravos para europeus ter sido relativamente baixa durante as primeiras décadas da colônia. Essa situação contrasta com o que aconteceu na Ilha Maurício, onde, depois de um breve período em que os colonos prevaleceram em número, a população escrava aumentou rapidamente, até atingir uma ampla maioria. Nesse caso, desenvolveu-se um sistema verbal muito diferente daquele da LA, com uma estrutura morfológica analítica constituída de partículas temporais e aspectuais independentes”.

autor, o que determina inicialmente o processo de *transmissão linguística irregular* (“do que depende a ocorrência, ou não, de uma reestruturação original da gramática”). Disso, resultaria ou uma língua crioula típica, ou então uma *nova variedade histórica*.

Em resumo, quanto maior o acesso aos modelos da língua-alvo, menor a erosão gramatical e, por conseguinte, a reestruturação gramatical. Nesse sentido, os processos de *transmissão linguística irregular* que conduzem à formação de *pidgins* e *crioulos* ocorreriam, segundo essa perspectiva, em contextos sócio-históricos que combinariam os seguintes parâmetros: (i) acesso mais restrito à língua alvo na fase inicial do contato linguístico; e (ii) pouca influência da língua alvo nas fases posteriores de reestruturação gramatical. Em (i), há uma maior erosão gramatical (na estrutura morfológica), favorecendo uma maior alteração nos parâmetros sintáticos; já (ii) desencadeia um processo mais autônomo de recomposição gramatical, com um possível número maior de processos de gramaticalização (LUCCHESI, 2003, p. 276). Já sobre os processos de formação de novas variedades históricas, Lucchesi afirma:

Nos estágios iniciais do contato entre línguas, a erosão gramatical ocorre num grau menor, e muito variável, do que resulta, não a eliminação, mas uma variação, maior ou menor, conforme o caso, no uso dos morfemas flexionais e dos elementos gramaticais; o que não impede necessariamente que ocorram opacidades nos estímulos-gatilhos que conduzam a alterações na marcação dos valores dos parâmetros sintáticos. Nos estágios seguintes, mantém-se o quadro de variação estruturada que caracteriza os padrões coletivos de uso linguístico, e, nos casos em que cabe uma recomposição da gramática, a tendência predominante seria a de uma re-introdução decorrente da influência da língua alvo. Os processos de reestruturação gramatical seriam raros e periféricos (LUCCHESI, 2003, p. 277).

O nível de acesso à língua-alvo seria, dessa forma, condicionado por fatores socioculturais e demográficos, e continuaria a ser determinante nas fases posteriores da expansão funcional e gramatical da nova variedade linguística formada na situação de contato linguístico (“seja no plano da rede de relações sociais, seja no plano da aquisição da língua materna nas gerações seguintes”), já que a dificuldade desse acesso abriria margem para a interferência de substrato (LUCCHESI, 2003, p. 275)¹⁰¹.

Lucchesi (2003, p. 275) afirma que o processo de reestruturação gramatical teria,

¹⁰¹ Lucchesi (2003, p. 275) ressalta, porém, que o fenômeno de interferência de substrato esbarraria em dois problemas significativos: i) *problema histórico-demográfico*: a enorme heterogeneidade linguística dos substratos a serem considerados na colonização do Novo Mundo, com a utilização da mão de obra escravizada africana; ii) *problema histórico-cultural*: os substratos enfrentaram um forte estigma que toda a herança cultural africana sofreu, não gozando de prestígio na sociedade. E conclui: “Portanto, para analisar os casos em que foi mais intenso o processo de transmissão linguística irregular, sendo maior o processo de recomposição gramatical da língua alvo, tendo a me inclinar menos para as soluções do substrato do que para a reestruturação original da gramática”.

então, uma dupla face:

- (i) simplificação dos dispositivos morfossintáticos, sobretudo em suas fases iniciais;
- (ii) incremento (ou recomposição) da estrutura gramatical erodida, nas fases seguintes.

Já o processo de transmissão linguística irregular se configuraria sob as seguintes características fundamentais:

- (i) perda, ou variação no uso, de morfologia flexional e palavras gramaticais;
- (ii) alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados, que não implicam, entre outras coisas, movimentos aparentes na estruturação da sentença;
- (iii) gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura linguística.

A definição de tais características seria crucial, para o autor, para uma avaliação mais precisa dos resultados linguísticos dos processos históricos de contato entre línguas que não tiveram como consequência a formação de uma língua crioula típica, “mas que nem por isso deixaram de desencadear processos significativos de variação e mudança na estrutura linguística das variedades da língua alvo que surgiram nesse tipo de situação” (LUCCHESI, 2003, p. 275-276).

Contudo, de acordo com o autor, essas características não seriam exclusivas do processo de *transmissão linguística irregular*: “O que caracteriza tais processos é a quantidade e a intensidade de tais mudanças, ocorridas num lapso tão curto de tempo, e o grau de alteração produzido na língua lexificadora” (LUCCHESI, 2003, p. 276). De fato, há um interessante debate sobre a natureza dos fenômenos linguísticos constantes do processo de crioulação desencadeado por um contato linguístico. Tem havido algum consenso na literatura que tais fenômenos não são próprios e exclusivos das línguas crioulas, mas se fariam presentes ao longo de toda a história da evolução das línguas naturais. Para alguns, como Lucchesi (2003) e Lucchesi e Baxter (2009), o que diferenciaria o processo de mudança linguística que resulta em línguas crioulas daquele encontrado comumente na evolução das línguas como um todo não são os fenômenos linguísticos a serem encontrados, mas a velocidade e a intensidade pelas quais esse processo se dá a partir do contato linguístico – tal posição também é passível de crítica, conforme vimos em nosso primeiro capítulo, a partir da exposição de outras teorias de mudança linguística como as de Mufwene (2001) e Aboh (2016). Interessantemente, o mesmo argumento servirá para o conceito de *deriva* proposto por Naro e Scherre (presente também já em sua formulação por Silva Neto, conforme observamos em nosso terceiro capítulo): os fenômenos existentes no PB são aqueles que já vieram embutidos de Portugal, e aqui prosperaram desencadeados (ou apressados) pelo contato

linguístico.

A dinâmica do processo de transmissão linguística irregular se configuraria da seguinte forma¹⁰²:

[...] ao longo de todo o processo de transmissão linguística irregular, surgem, no plano heterogêneo da fala, os embriões de processos potenciais de gramaticalização. Na maioria dos casos, essas formas e estruturas sucumbem diante da influência da língua alvo, mas elas podem também se manter em variação estruturada com as variantes da língua alvo por longos períodos. Por outro lado, no que se refere à alteração dos valores dos parâmetros sintáticos, pode-se pensar também numa situação de variação em que convivem na comunidade de fala duas ou mais gramáticas, em função da marcação diferenciada dos valores de seus parâmetros sintáticos. As alterações nas frequências de uso em cada parâmetro refletiriam, então, a expansão de um determinado valor, fosse ele menos crioulizante (no caso dos valores marcados da língua alvo), fosse mais crioulizante, no caso da expansão de um valor não marcado de um parâmetro que apresenta um valor forte na língua alvo (LUCCHESI, 2003, p. 277).

Dessa forma, tal processo poderia ter como resultado os seguintes cenários: (i) eliminação de alguns dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua-alvo; (ii) manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua-alvo; (iii) alteração nas frequências de uso em relação à marcação de determinados parâmetros sintáticos; (iv) recomposição de estrutura gramatical da língua-alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala; e (v) manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variável ternária, com a variante da língua-alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero.

Para Lucchesi (2003, p. 278) todos esses cenários estariam presentes na realidade atual da língua portuguesa no Brasil:

[...] há um conjunto de estruturas do português brasileiro (PB) que podem ser relacionadas historicamente ao massivo contato entre línguas que marca os primeiros séculos da história sociolinguística do Brasil. Entretanto, entre essas estruturas, há aquelas que lograram um grau maior de generalização, atingindo inclusive a chamada norma culta; e outras que se restringem ao chamado português popular do Brasil (PPB). Entre essas últimas, estão as estruturas mais marcadamente crioulizantes, que ficam circunscritas às variedades rurais mais refratárias, ao longo de toda história, à influência normatizadora dos círculos institucionais urbanos. Essa diferença no grau de difusão das estruturas provenientes de mudanças induzidas pelo contato entre línguas pode ser explicada pela forma particular através da qual os diversos segmentos sociais interagiram ao longo da história do Brasil, podendo-se argumentar de forma mais consistente em favor da presença de estruturas linguísticas provenientes do contato entre línguas mesmo entre as classes médias urbanas no

102 Segundo Lucchesi (2003, p. 277-278), os resultados do processo de transmissão linguística irregular podem variar de acordo com o item gramatical considerado (havendo itens que tenderiam a ser mais afetados do que outros) e a intensidade do contato linguístico.

Brasil atual (cf. Lucchesi, 1994, 1996, 1998, 2000 e 2001; Mattos e Silva, 1987 e 2001) (LUCCHESI, 2003, p. 278).

Seguem-se como exemplos, para o autor: a eliminação das marcas morfológicas da 2ª pessoa da flexão verbal, que ocorre na maioria das regiões brasileiras; que a utilização do pronome *você* eliminou a morfologia da 2ª pessoa (mesmo onde ocorre o *tu* a concordância verbal não se faz presente), contrastando com o PE:

(1) PE: *Vais à praia conosco?*

(2) PB: *Você vai à praia com a gente?*

(3) PPB: *Tu vai à praia com a gente?* (LUCCHESI, 2003, p. 278-279)¹⁰³.

Também apareceria a eliminação de outros dispositivos gramaticais da língua-alvo – no caso, o *português standard* (PS) –, que no uso linguístico fica restrita a variedades do PPB – i.e., eliminação de certas marcas flexionais do subjuntivo:

(4) PPB: *Talvez Maria vai na feira.*

PS: *Talvez Maria vá à feira.*

(5) PPB: *Ele quer que eu trabalho o dia todo.*

PS: *Ele quer que eu trabalhe o dia todo* (LUCCHESI, 2003, p. 279).

Além disso, de acordo com os estudos do autor, a presença vs. ausência das marcas de plural no SN e a das marcas de pessoa e número no SV seriam bastante variáveis nas variedades do PB: as variedades do PPB apresentariam um nível de variação muito mais elevado do que se observaria no comportamento linguístico das classes médias e altas:

(6) PPB: *Na roça, os filho mais velho ajuda os pais.*

PS: *Na roça, os filhos mais velhos ajudam os pais* (LUCCHESI, 2003, p. 279).

Segundo o autor, a variação na concordância verbo-nominal atinge todas as seis pessoas do verbo em algumas comunidades rurais afro-brasileiras, o que, para ele, indicaria que o nível de erosão da morfologia verbal provocada pelo processo de *transmissão linguística irregular* pode ter sido profundo em determinados contextos sócio-históricos do Brasil, sobretudo nas localidades de elevada concentração de pessoas escravizadas. Citando os

103 A numeração utilizada pelo autor em seus exemplos se encontra refletida aqui.

seus estudos de uma comunidade afro-brasileira do extremo sul do Estado da Bahia (Baxter & Lucchesi, 1993 e 1995), traz um exemplo de variação na concordância verbal com a 1ª pessoa do singular, o que não seria comum no PB:

(7) *Eu trabalha na roça desde menino.*

PS: *Eu trabalho na roça desde menino* (LUCCHESI, 2003, p. 279).

Lucchesi ainda afirma que a redução do sujeito nulo e a perda do movimento do verbo, sobretudo, nas orações interrogativas, poderiam ser vistas como “casos de expansão de uma gramática crioulezante no espaço do PB em constraste com o PE”, em que a marcação de valores fortes para esses parâmetros sintáticos estaria amplamente difundida, trazendo os seguintes exemplos:

(7) PB: *Nós não vamos aceitar esta proposta.*

PE: *Não vamos aceitar esta proposta.*

(8) PB: *Você vai pra onde?*

PE: *Pra onde vais?* (LUCCHESI, 2003, p. 279-280)

Com vistas a enquadrar tais características de determinadas variantes do PB com o seu modelo de transmissão linguística irregular, Lucchesi busca nos estudos de Roberts (1997; 1999) a interpretação dos fenômenos do sujeito nulo e do movimento de constituintes na sentença. Para Roberts, tais fenômenos constituiriam parâmetros não marcados da Gramática Universal (GU), havendo tendência de sua perda em processos de crioulezização, nos quais haveria uma predominância de tais parâmetros por conta da pobreza do *in put* no processo de nativização de um código de comunicação emergencial (como no caso de um *pidgin*). O processo de restrição da possibilidade do sujeito nulo estaria ligado ao enfraquecimento da morfologia verbal, oriundo da *transmissão linguística irregular*.

Para Lucchesi, a relação entre a crioulezização e o “enfraquecimento do licenciamento do sujeito nulo” encontraria evidências bastante fortes nos crioulos da costa ocidental da África, que se originaram a partir do português (língua de sujeito nulo). Segundo ele, esses crioulos eliminaram a morfologia de número e pessoa do verbo, “eliminando ou restringindo fortemente, no caso do crioulo caboverdiano, que apresenta o nível de crioulezização mais leve (cf. Baptista, 1995 e 1999), a possibilidade de sujeito nulo”. Também cita como exemplo o crioulo da Guiné-Bissau, que apresentaria um nível mais radical de crioulezização que o crioulo

anteriormente citado: “‘a sentença simples compreende um sujeito obrigatoriamente presente e um predicado (Kihm, 1994: 21)’, desenvolvendo-se, inclusive, nesse crioulo estruturas com sujeitos expletivos análogas as que se encontram no inglês” – que seria uma língua marcada de forma negativa para o parâmetro do sujeito nulo. Traz como exemplo o seguinte:

(10) Crioulo: *i na cubi*.

Inglês: *it's raining*.

Português: *está chovendo* (LUCCHESI, 2003, p. 280 – grifos do autor).

Lucchesi estabelece assim um paralelo entre as línguas crioulas de base portuguesa e o PB, no que toca a algumas de suas variedades: “o incremento no PB do preenchimento do sujeito pronominal pode ser historicamente associado ao processo de transmissão linguística irregular” (LUCCHESI, 2003, p. 280). Tal fenômeno de mudança, argumentamos, também ocorreu no francês, sendo assim também poderia ser utilizado como evidência para a hipótese da *deriva linguística*, seja no sentido que Sapir dá a este conceito, seja no de Scherre & Naro (2007). Nota-se aqui os ecos da tentativa de elencar uma diferenciação de fenômenos exclusivos a estes dois processos, visão criticada por Mufwene (2001).

O autor ressalta, entretanto, que alguns dispositivos gramaticais não foram fortemente afetados pela *transmissão linguística irregular*, ou que então foram recompostos sob a influência da língua-alvo, citando como exemplo a morfologia nominal do gênero, que embora tenha sido conservada ou reintroduzida na maioria das variedades do PB, encontraria em comunidades rurais isoladas como Helvécia-BA a seguinte configuração:

(11) *Luísa é primeiro filha* (LUCCHESI, 2003, p. 281).

O autor afirma que para se determinar a influência dos processos de *transmissão linguística irregular* no universo sociolinguístico brasileiro (vasto e diverso), seria preciso considerar alguns fatores:

[...] por um lado, o item da estrutura linguística que está sendo focalizado, a sua função mais ou menos abstrata, sua transparência semântica, e o valor mais ou menos marcado do parâmetro sintático em jogo; e, por outro lado, a comunidade de fala em que esse item é analisado, o que implica considerar, além de sua constituição sócio-histórica e composição demográfica, o grau de contato linguístico por que essa comunidade passou, a sua exposição aos modelos linguísticos difundidos institucionalmente, etc (LUCCHESI, 2003, p. 281).

Ademais, além do fato de que a diversidade estrutural do PB pode estar relacionada ao contato linguístico ocorrido no processo colonial, haveria ainda “um aspecto básico” da *transmissão linguística irregular* que seria essencial para a compreensão do desenvolvimento histórico da língua falada no Brasil:

O ponto de partida de todo o processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas é a perda de morfologia flexional na aquisição inicial da língua alvo por parte dos falantes das outras línguas. Essa característica está na base da formação de todas as línguas pidgins e crioulas, e muitas das propriedades dessas línguas decorrem de mudanças desencadeadas por esse “fato inaugural”. Nem todas as línguas crioulas apresentam sistemas de partículas de tempo, modo e aspecto, nem todas possuem verbos seriais, ou ordem SVO, ou ausência de sujeito nulo referencial, mas todas as línguas pidgins e crioulas exibem algum nível de perda de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal em relação à língua alvo. Essa é uma das poucas assertivas absolutamente consensuais entre os crioulistas [...] (LUCCHESI, 2003, p. 281-282)¹⁰⁴.

Ou seja, seria esse fenômeno que inauguraria as mudanças linguísticas a serem encontradas nas línguas *pidgin* e *crioulas*. É por esse viés que Lucchesi acaba por privilegiar tais fenômenos como característicos dos resultados de um processo de *transmissão linguística irregular*. Esses fenômenos ocorreriam em maior ou em menor grau: nas situações de formação de línguas crioulas típicas, a perda tenderia a ser total; já em casos de uma transmissão linguística irregular do tipo leve¹⁰⁵ o resultado seria a formação de um quadro de variação “mais ou menos intenso, conforme cada caso” (LUCCHESI, 2003, p. 282).

Segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 122-123), as variedades populares do PB teriam passado justamente pelo processo de transmissão linguística mais leve, compreendendo este as seguintes etapas: (i) *fase inicial*: na qual houve uma variação, mais ou menos intensa, no uso dos mecanismos gramaticais e uma eliminação mais rara desses mecanismos, além da opacidade relativa nos “estímulos-gatilhos” que possibilitam a aquisição de valores diferenciados nos parâmetros sintáticos; (ii) *fases seguintes*: manutenção do quadro de variação, no qual se poderia observar a concorrência entre as formas gramaticais que foram reintroduzidas a partir da influência da língua-alvo, assim como possíveis processos de gramaticalização que emergiram na heterogeneidade da fala, além também da variação nas

¹⁰⁴ Para reforçar a relação de tais fenômenos com o processo de formação de línguas crioulas, Lucchesi (2003, p. 282) traz a seguinte citação de Goodman (1971: 253): “Um traço que é virtualmente universal entre essas línguas geralmente classificadas como pidgins e crioulas é a drástica redução da complexidade morfológica e irregularidade”.

¹⁰⁵ A noção de *transmissão linguística irregular do tipo leve* é colocada, pelos autores, como análoga ao conceito de *reestruturação parcial* de Holm (2004), e consequentemente ao conceito de *semicrioulo*. Por conta disso, postulamos que as críticas expostas por Parkvall (2003) e Mufwene (2007), expostas em nosso primeiro capítulo, podem ser aplicadas aqui também.

frequências de uso dos parâmetros sintáticos.

O contínuo de *transmissão linguística irregular* é caracterizado ainda a partir de uma demografia que estabelece mais um contínuo para a hipótese em questão no que diz respeito às comunidades rurais brasileiras: onde for maior o número de afrodescendentes, “maior será o grau de interferência da transmissão linguística irregular na formação daquele dialeto” – embora isso não signifique necessariamente um processo mais intenso –, configurando-se, assim, o *português afro-brasileiro*; por seu turno, onde o número de afrodescendentes (ou mesmo indígenes, a depender da região) for menor, e for maior a proporção de mestiços e brancos, menos se fará sentir os efeitos da *transmissão linguística irregular*, pois essas populações teriam sido menos afetadas por ela (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p. 81-82).

Para nós, esse infundável estabelecimento de contínuos na argumentação dos autores para pensar a realidade linguística brasileira tem por base o conceito de crioulação variável esticado ao máximo: as situações de contato linguístico variam segundo o contexto histórico, e se o PB em si não é homogêneo, também não o seria o português rural brasileiro, ou mesmo o português afro-brasileiro. Isso acontece porque os autores, no fim das contas, estão buscando olhar para o problema do contato linguístico pelas lentes de um modelo cuja natureza intrínseca está relacionada à ideia de ruptura estrutural, ou mesmo genética, entre as línguas presentes e os produtos de um contato linguístico. No fundo, aqui, não se está procurando compreender como os contextos de contato entre línguas ocorridos no Novo Mundo (como se deram e como podem variar entre si), mas sim enquadrá-los em um modelo já pronto – cujos problemas se encontram discutidos em nosso segundo capítulo –, colocando-os bem próximos aos cenários dos quais resultaram em línguas *pidgins* e *crioulas*, quase que como sinônimos, não fossem algumas ressalvas; ainda que poucas línguas tidas indiscutivelmente como *crioulas* entre os crioulistas tenham se originado nessa parte do globo.

A variedade encontrada em Helvécia-BA seria uma daquelas mais afetadas pelo processo de *transmissão linguística irregular* em condições análogas à crioulação, assim como, em contraponto, o fator da miscigenação ocorrida no Brasil atenuaria os efeitos desse processo em algumas regiões no país, garantindo um maior acesso à língua-alvo – o que não ocorreria nos casos típicos de crioulação. Ou seja, ao mesmo tempo em que o isolamento de algumas comunidades rurais afrodescendentes favoreceu um cenário de transmissão linguística irregular mais extremo, análogo ao processo de crioulação típica, a miscigenação teria atuado contra a possibilidade de formação de uma *língua crioula* no território brasileiro (LUCCHESI & BAXTER, p. 62-67). A miscigenação é tomada pelo autor como um fator

garantidor de maior acesso à língua-alvo, o que poderia ser contestado pelo racismo e pela relativa segregação racial e social imperativos no Brasil mesmo nos espaços urbanos, nos quais a população habitante das periferias e das favelas é configurada em sua maior parte por negros – o que importaria, nessa questão, é a circulação e a interação social dessas pessoas (em que espaço se dão) e não necessariamente a miscigenação racial.

2. O conceito de deriva linguística aplicado ao PB

Buscando compreender o conceito de *transmissão linguística irregular*, Naro e Scherre (2003) argumentam que tal entendimento só seria possível se se visualizasse o que seria um processo normal de aquisição de uma língua. Para isso, tomam como parâmetro o modelo gerativista:

Durante a fase de inspiração gerativa dos estudos diacrônicos reinou o modelo geracional, de acordo com o qual a fala dos pais seria a entrada para o processo de aquisição dos seus filhos. Esta fala seria ‘degenerada’, isto é, cheia de erros de *performance*, falsos começos e outros desvios da plena gramaticalidade, e ainda esparsa, i. é., sem evidências suficientes para possibilitar a fixação de uma gramática completa a partir do sistema linguístico dos próprios pais ou também para fundamentar uma análise completa deste sistema linguístico. As crianças supririam essas supostas deficiências nos dados usados na construção das suas gramáticas através do uso da faculdade da linguagem, um dispositivo mental inato contendo as estruturas linguísticas universais. As gramáticas da nova geração, por sua vez, poderiam não corresponder exatamente às gramáticas da geração anterior, justamente por causa da natureza insuficiente das amostras de fala disponíveis às crianças. A mudança linguística seria constituída por quaisquer diferenças por ventura existentes entre as gramáticas das duas gerações (NARO & SCHERRE, 2003, p. 285).

Não obstante, com base em estudos sociolinguísticos, os autores apontam alguns problemas em tal modelo, quais sejam: (i) a fala dos pais seria quase irrelevante para a aquisição de uma língua, que se daria principalmente na fase de socialização entre as próprias crianças¹⁰⁶; e (ii) a fala cotidiana não seria caótica, mas sim obedeceria a padrões ideais de gramaticalidade¹⁰⁷ (NARO & SCHERRE, 2003, p. 285).

Naro e Scherre (2003, p. 286) concluem, então, que a *transmissão linguística regular* seria aquela que se daria entre as crianças, a partir da fase de socialização, com base em uma amostra de fala suscetível de uma análise ordenada; por sua vez, a *transmissão linguística*

¹⁰⁶ Os autores chamam a atenção para a situação de uma família de imigrantes, em que os filhos adquirem a língua da comunidade dominante, comunicando-se com os pais nessa nova língua (NARO & SCHERRE, 2003, p. 285).

¹⁰⁷ Citam como exemplo os dados do português falado no banco de dados de Programa de Estudos Sobre o Uso da Língua (PEUL), dentro do qual a taxa de desvios da gramaticalidade intuída não ultrapassaria a faixa de 10% a 15%, podendo chegar a menos que 2% (NARO & SCHERRE, 2003, p. 285).

irregular teria que se dar entre adultos e/ou com base em fala não suscetível de uma análise ordenada, “talvez por ser caótica, ou por ser em quantidade insuficiente, ou ainda por outras razões”. Nesse sentido, ressaltam que “a criação de um sistema linguístico por adultos, é o que se conhece como ‘pidginização’”, assumindo como definição de *pidgin* a clássica noção de redução gramatical a itens lexicais da língua do grupo dominante, com possibilidade de uma expansão a partir do aumento dos contextos de interações comunicativas, além de poder ser transmitido a uma geração de descendentes dos falantes originais:

Podemos imaginar que, se as condições sociais e comunicativas forem propícias, essas crianças poderiam se valer do *pidgin* para a base do processo de aquisição de sua primeira língua. Nesse caso, a condição para a ‘transmissão linguística irregular’ não seria mais preenchida, já que os agentes do processo de aquisição são crianças e não mais adultos, e o novo sistema linguístico é tradicionalmente chamado de ‘língua crioula’ e não de ‘pidgin’. As estruturas linguísticas universais armazenadas na faculdade da linguagem, não disponíveis aos adultos participantes da *pidginização*, poderiam entrar em ação nesse momento para criar uma nova estruturação, diferente da estrutura (ou do caos) do *pidgin*. A confirmação da possibilidade da existência de diferenças linguísticas significativas entre a fase *pidgin* estabilizada e a fase crioula inicial, possivelmente devido ao uso da faculdade da linguagem durante o processo de aquisição do crioulo, exige pesquisa empírica, e não existe, hoje em dia, uma opinião uniforme a esse respeito entre os especialistas. Todavia, considerando que a crioulação realmente ocorre através da nativização de um *pidgin*, e não através da expansão funcional do próprio *pidgin*, as circunstâncias linguísticas enfrentadas pela geração anterior, quaisquer que tenham sido, se tornam irrelevantes para a evolução posterior, no sentido de que a gramática crioula que se estabelece é a gramática de uma língua natural, diferente da gramática de uma outra língua natural só, e unicamente só, por sua história (NARO & SCHERRE, 2003, p. 286).

Para os autores, a aquisição de uma segunda língua por adultos ocorrida numa situação de educação formal em sala de aula ou então através de mecanismos informais durante o curso normal da vida cotidiana também se constituiria como *transmissão linguística irregular*, justamente pelo fato de seus agentes serem adultos. A diferença recairia na existência de uma norma que se constitui como alvo consciente (*norma* aqui se referiria ao fato de certas estruturas serem usuais, comuns, naturais e normais, enquanto outras não). Haveria, dessa forma, uma sujeição do falante à correção explícita, podendo ele fazer tentativas conscientes de alcançar tal norma. Esse fato não ocorreria em um caso típico de *pidginização* (tomado por eles como sinônimo do processo de *transmissão linguística irregular*), dentro do qual a única restrição importante seria uma comunicação efetiva. Ao longo do tempo, porém, os *pidgins* tenderiam a se estabilizar, desenvolvendo também suas normas informais, que seriam distintas das normas originais: “De fato, temos manuais, e até gramáticas, que se propõem a caracterizar e ensinar diversos *pidgins*, como o da Nova Guiné. A norma informal, e na maior parte das vezes não codificada, corresponde à estabilização do *pidgin*” (NARO & SCHERRE,

2003, p. 286-287).

Nesse sentido, de acordo com a perspectiva dos autores, a configuração de fatores extralinguísticos, sobretudo a atuação de uma *norma* (“e a premência da comunicação, agindo em sentido contrário”), acabaria por assumir traços mais determinantes que o próprio processo de *transmissão linguística irregular*, em relação à diferença na transmissão de estruturas da língua:

A força da norma, ou a de outros fatores sociais que possam conduzir à uniformidade, pode variar muito de lugar para lugar, de momento para momento e, de maneira geral, com o contexto social, favorecendo, ou desfavorecendo, a admissão de estruturas novas na língua transmitida. O que distingue o tipo mais radical de ‘transmissão linguística irregular’, presente na pidginização e caracterizado por maiores diferenças em relação ao modelo do dominador, é a existência de maiores graus de liberdade propiciada pela situação social (NARO & SCHERRE, 2003, p. 287).

Embora reconheçam que o que Lucchesi (2003) postula como *transmissão linguística irregular* seria “um processo amplamente atestado na história da humanidade” (citando como exemplos os períodos da expansão comercial europeia e a colonização de diversas partes do mundo posterior), Naro e Scherre (2003, p. 287) problematizam o termo “irregular”, compreendendo nele uma conotação negativa, uma vez que “dá a impressão falsa de se tratar de um fenômeno anormal, errático, imprevisível”. Como saída, propõem como um termo/conceito mais apropriado – para capturar esse processo de aquisição de uma nova língua por uma dada comunidade de adultos –, o que chamarão de *nativização*, “já que, em algumas circunstâncias, o que costuma acontecer de fato é que uma língua vinda de fora se torna a língua nativa da comunidade, que perde parcial ou totalmente a plena funcionalidade de suas línguas maternas anteriores”. Assim, em nossa compreensão, embora os autores procurem criticar a noção de uma *transmissão linguística irregular*, ainda acabam por operar a manutenção de que os processos de *nativização* (em seu termo) e de aquisição de língua materna carregam diferenças distintivas qualitativamente no que se refere aos fenômenos de mudança linguística subjacentes a eles.

Entretanto, os autores salientam que, em algumas situações de contato linguístico, os próprios falantes da língua dominante poderiam mudar as formas linguísticas em questão, com vista a facilitar a comunicação. Dessa forma, muitas vezes, eles simplificariam a estrutura gramatical da sua língua, escapando à norma. Assim, essa fala, dos próprios falantes da língua dominante, já teria contida em si a “erosão gramatical” verificada em línguas *pidgins* e *crioulas*, o que faria que a simplificação verificada em tais línguas não tivesse como origem as

comunidades adultas em processo de aquisição: “[...] os dados primários por elas recebidos podem apresentar-se variavelmente desprovidos de marcas morfológicas que pressupostamente ocorrem em abundância nas línguas lexificadoras, presentes sem dúvida nas modalidades escritas ou idealizadas destas línguas” (NARO & SCHERRE, 2003, p. 288). Essa teoria de redução gramatical tem duas versões, uma conhecida como *baby talk* e a outra conhecida como *foreigner talk*, de acordo com as quais, respectivamente, os *pidgins* evoluem a partir da fala simplificada, semelhantes à de bebês, produzida pelos não-europeus, ou então pelos europeus, na situação de contato linguístico (MUFWENE, 2015, p. 348).

Além disso, os autores postulam também como possível que tais mudanças na estrutura dessas línguas possam ter como origem o “uso mais ou menos consciente de estratégias independentes de simplificação”, citando como exemplo o seguinte caso: “expressar cada elemento semântico através de um único elemento fonético”. Ainda, o que também poderia estar por trás das mudanças supracitadas seria outra a tentativa dos falantes da classe opressora “de imitar a fala, real ou imaginada, do grupo social dominado”. Em todo caso, o resultado linguístico seria o mesmo: o enfraquecimento da norma original (NARO & SCHERRE, 2003, p. 288). Em virtude do destaque que dão para a origem portuguesa dos fenômenos considerados por muitos autores – sobretudo Lucchesi (2003) e Lucchesi e Baxter (2009) –, com base na *hipótese da deriva*, é estranho notar que os autores lancem mão das referidas teorias, que têm por base o contato linguístico. Para nós, isso só pode ser compreendido como uma tentativa de minar a hipótese da *transmissão linguística irregular* em (quase) todos os seus argumentos.

Em outro texto (NARO & SCHERRE, 2007, p. 26-29), os autores alertam para a existência de um sistema comunicativo em Portugal, anterior aos primeiros contatos dos portugueses no Brasil, denominado como *língua de preto* (renomeado pelos autores de *língua de reconhecimento*, para retirar uma possível imprecisão e a carga pejorativa do termo), e, segundo eles, amplamente documentado historicamente. De acordo com eles, esse sistema tinha traços variantes pidginizantes, que incluíam o uso variável de flexões verbais e nominais, e teria como origem o contato dos portugueses com os árabes. Além disso, além de citarem ainda as *línguas gerais* faladas em território brasileiro, chamam a atenção para a falta de documentação histórica do domínio dos africanos da língua portuguesa e de registros das línguas africanas aqui faladas, salientando ainda que não há traço etnolinguístico no PB ligado aos afro-descendentes, ao contrário dos EUA, com o *Black English* (AAVE- African American Vernacular English), notoriamente estudado por Labov (1972) (NARO & SCHERRE, 2007, p. 26-29). Toda essa argumentação, segundo o que veremos mais adiante, tem como objetivo

afastar a estrita necessidade do estabelecimento de um processo específico de *pidginização* no território colonial português no Novo Mundo.

No que toca ao tema de origem e formação do PB, os autores admitem a existência da heterogeneidade linguística no Brasil em sua colonização, além da descontinuidade linguística, com o português substituindo as demais línguas maternas dos aloglotos e de seus descendentes; admitem também a *transmissão linguística irregular* (ou *nativização*), em vista da aquisição por parte de uma grande comunidade de adultos; reconhecendo ainda, como outra fonte da transmissão linguística irregular, a possibilidade da existência de um estágio de caos verbal, por conta das línguas estruturalmente diversificadas nesse contexto histórico. Porém, afirmam não haver evidências da existência de um *pidgin*, posto que não teria havido no território colonial “a formação de um pequeno número de grandes blocos étnicos-linguísticos, com línguas mutuamente inteligíveis dentro de cada bloco, o que teria favorecido a sobrevivência de interferências estruturais, como no início da fase *pidgin* no Havaí” (NARO & SCHERRE, 2003, p. 289).

Para eles, as perguntas relevantes a serem feitas, no que se refere ao caso do PB, diriam respeito aos fatores sociais que poderiam ter atuado durante o processo de transmissão linguística:

No caso do Brasil, as condições sociais foram propícias a uma fase de *pidginização* da língua portuguesa? Se houve um *pidgin* de base lexical portuguesa, quais eram seus elementos estruturais formadores? Houve simplificação por parte dos falantes do português? Quais eram as variações presentes nos dialetos dos colonos europeus? A situação extralinguística permitiu a estabilização de interferências estruturais de outras línguas? Se for o caso, quais seriam estas línguas? Deu-se a *crioulização* (ou a *nativização*) na base da fala *pidginizada*? Entrou em cena a faculdade da linguagem? Algum universal chegou a dominar um estágio caótico ou influenciou durante a aquisição? (NARO & SCHERRE, 2003, p. 289).

Em seu entendimento, não haveria como responder com segurança a essas perguntas, uma vez que falta documentação histórica adequada. Contudo, eles acabam por desacreditar a existência de um *pidgin* de base lexical portuguesa, dado que já existia a *língua geral*, que atendia as necessidades comunicativas. Ao negarem a possibilidade de ter existido um *pidgin* no Brasil, os autores miram uma das bases de um modelo de quebra ou ruptura gramatical como o de *transmissão linguística irregular*, calcado na existência de um *pidgin* (ou mais de um, a depender das circunstâncias sócio-históricas) no território brasileiro – mesmo que as resultantes (variáveis) linguísticas estejam estabelecidas em uma série infinita de contínuos, o que dificulta a compreensão de qual função tal *pidgin* possa ter exercido nesse modelo de ruptura estrutural. Contudo, conforme procuraremos demonstrar mais adiante nessa seção, tal

recusa por parte de Naro e Scherre diz respeito estritamente à existência de um *pidgin* de base lexical portuguesa – cuja vida traria, esse sim, argumento favorável à hipótese de *transmissão linguística irregular*, uma vez que ela prevê a íntima relação entre a língua-alvo (com o acesso a ela diminuído) e a língua dominante em uma situação de contato linguístico como a dada em uma colonização.

Segundo eles, a ausência de uma *pidginização* estabilizada impediria que a maioria das perguntas supracitadas tivesse alguma relevância. Entretanto, afirmam que, mesmo na possibilidade de um *pidgin* ter existido, a diversidade linguística presente nesse contexto histórico (com línguas estruturalmente bastante distintas) desfavoreceria a estabilidade de quaisquer efeitos estruturais de uma língua em particular.

Em virtude da falta de documentação histórica sobre a situação linguística durante o processo de colonização do Brasil, Naro e Scherre afirmam que as evidências se resumiriam aos dados do PB atual, que poderiam ser comparados com o estágio atestado nos documentos anteriores à época da invasão do território do Novo Mundo:

Esses documentos, naturalmente, atestam a variedade padrão, sem variações dialetais ou populares, mas faz-se necessário levar em conta que, pelo menos até meados do século XVI, a norma codificada não estava tão bem estabelecida em Portugal como no período seguinte, às vezes considerado clássico. Por essa razão, podemos tentar surpreender indícios de variações populares ou dialetos nos documentos escritos anteriores ao período clássico. Um outro caminho para tentar suprir a ausência de documentação histórica seria através de um estudo do conjunto de variações dialetais atuais (NARO & SCHERRE, 2003, p. 290).

Naro e Scherre (2007) buscam, então, apresentar evidências morfossintáticas e fonológicas para a sua *hipótese da deriva linguística*, segundo a qual traços estruturais do PB referentes a essas duas características têm como origem a herança de variantes linguísticas românicas e portuguesas arcaicas e clássicas¹⁰⁸, em oposição à alegação de que tais traços teriam sofrido modificações na língua portuguesa falada no Brasil exclusivamente a partir da influência das línguas africanas trazidas para o Brasil junto com os diversos povos escravizados da África durante o período das grandes navegações e das consequentes colonizações europeias no Novo Mundo.

Para isso, os autores tomam o conceito de *deriva*, originalmente formulado em Sapir ([1921] 2013) – conforme exposto em nosso segundo capítulo –, com vistas a demonstrar essas correlações históricas. De acordo com eles, essas seriam as raízes de tais processos, e

108 Mussa (1991, p. 224-225) tece críticas a essa hipótese, pois identifica que há vários traços distintos que seriam característicos do português popular do Brasil. Em sua visão, haveria tanto conservação quanto inovação na língua. Ao que parece, tal fator tornaria questionável a caracterização do sistema linguístico brasileiro frente a um ou outro processo.

não o contato linguístico por excelência. Nesse contexto, o uso do conceito sapiriano de *deriva* se dá em função da existência dos mesmos fenômenos alegados como característicos do PB (em oposição ao PE) em línguas românicas e em dialetos portugueses de algumas regiões de Portugal, cujos falantes teriam participado do processo de colonização do Brasil. Sapir (2013) originalmente utiliza-se do conceito de *deriva* com vistas à explicação do processo de ramificação das línguas na história da humanidade. Mussa (1991) faz observações que consideramos relevantes sobre esse conceito:

É curioso notar que o que se costuma chamar “*deriva*” das línguas pode advir precisamente desse princípio da não arbitrariedade das mudanças. Com efeito, é bastante plausível que línguas de uma mesma família tenham desenvolvimentos semelhantes, já que há um número limitados de “caminhos” possíveis à mutação. Todavia, não há qualquer caráter necessário nesses desenvolvimentos. O conceito de *deriva* talvez só tenha sido formulado porque se enfatizou excessivamente o conjunto comum dos processos históricos, não se dando conta de uma quantidade ponderável de processos que não se documentam de uma maneira homogênea (MUSSA, 1991, p. 97).

No entendimento do autor, como visto em nosso capítulo segundo, não há processos característicos pelos quais uma língua pode mudar. Nesse sentido, os fenômenos correspondentes a uma mudança linguística podem se dar pela *deriva*, pela evolução natural da língua ou ainda pelo processo de crioulização. A preexistência de um mesmo traço linguístico em outras línguas oriundas da mesma ramificação (da mesma família) não é prova excludente dos outros processos. Talvez, o conceito de *deriva linguística* corresponda mais, de forma mais coerente, a processos evolutivos como os detectados por Duarte (1996, p. 107-125), segunda a qual a mudança no parâmetro *pro-drop* (correspondente à possibilidade de realização do sujeito nulo) no PB está correlacionada à redução ou simplificação nos paradigmas flexionais da língua portuguesa falada no Brasil – ou seja, tratar-se-ia de um rearranjo do próprio sistema da língua.

É importante salientar aqui que dentro da hipótese de *transmissão linguística irregular* a realização do sujeito estaria também relacionada a alterações variáveis na concordância verbal, decorrentes diretas do contato – às quais é dado maior enfoque dentro da referida hipótese. Naro e Scherre (2007) identificam a questão da concordância nominal variável no PB como o traço considerado crioulo em Coelho (1880) e Guy (1989), mas salientam a preexistência dessa variação no português na Europa: “Tal estado de coisas se torna bastante plausível, dada a *deriva* secular das línguas românicas, e indo-europeias de maneira geral, em direção à uniformização morfológica, com a sobrevivência apenas das formas ‘irregulares’ mais salientes” (2007, p. 32 – ênfase dos autores). Aqui, os autores estão reagindo não só à

hipótese de *transmissão linguística irregular*, mas também a Guy, que, segundo eles, está subscrito na ideia de *i* clássica, que implicaria na reestruturação de formas no nível morfológico e sintático da língua, ou seja, uma ruptura linguística que é seguida da criação de novas estruturas linguísticas (2007, p. 36).

Sobre o fenômeno da queda do -s final, apoiados em alguns estudos de outros pesquisadores, os autores afirmam:

Na história das línguas românicas em geral, temos muitas evidências de queda ou enfraquecimento do -s final. Já nos dialetos itálicos pré-românticos, encontramos frequente omissão do -s final e, nas inscrições latinas primitivas, encontra-se o -s omitido livremente. Na época clássica, porém, e continuando até o século II, o -s reaparece, para então desaparecer de novo (Grandgent, 1962: 190). Mesmo no latim clássico o -s era apagado sob certas circunstâncias, embora Cícero, tachasse essa pronúncia de “subrusticum” (Sturtevant, 1940: 161). Desses fatos conclui-se que o -s final dificilmente era pronunciado na língua popular de qualquer fase da história do latim. Grandgent (1962: 91), entretanto, é de opinião de que o -s deve ter sido reforçado na Gália, Espanha e outras regiões devido a “primitivos hábitos linguísticos dos indígenas” e assim se salvou em certas regiões. Como quer que seja, mesmo na România Ocidental, constataram-se, desde o início, oscilações na realização de -s, que cai sob determinadas circunstâncias em sardo e sobretudo em francês, onde se criou toda uma nova sistemática de marcação de plurais na língua falada” (NARO & SCHERRE, 2007, p. 34 – grifos dos autores).

Além disso, os autores também ressaltam a distribuição geográfica desse fenômeno no Brasil, a partir de vários estudos sociolinguísticos:

[...] pode-se inferir que as variáveis sociais mais importantes para o entendimento das diferenças do comportamento da concordância nominal são o grau de escolarização e/ou o contraste rural-urbano, e não a procedência geográfica por cidade, estado ou região. Se a origem do português do Brasil se devesse à existência de um pidgin ou de um crioulo de base lexical portuguesa e gramática africana, seria de se esperar que as áreas geográficas que apresentavam maior concentração de escravos em meados do século XIX evidenciassem diferença de comportamento no que toca à concordância nominal e verbal, fato não constatado pelos diversos trabalhos existentes (NARO & SCHERRE, 2007, p. 46).

Os autores apontam dois traços do PB que se destacam frente a outras variantes da língua portuguesa: (i) menor frequência de uso das concordâncias variáveis de número (verbo/sujeito, entre os elementos do SN, predicativo/sujeito); e (ii) maior frequência de uso de pronomes na função de sujeito. Afirmam que o primeiro fato é comum entre *pidgins* e *crioulos*, já o segundo não (ressaltando que, no Haiti, o crioulo francês dispensa o uso de pronomes sujeitos, já o francês exige sua presença) (NARO & SCHERRE, 2003, p. 290).

Segundo eles, a presença crescente do sujeito não se dá em virtude da compensação das perdas das marcas correspondentes no verbo: “Concluimos que a desinência verbal realmente usada influi de forma robusta na possibilidade de realização do sujeito preenchido,

mas o faz em sentido contrário ao que seria esperado se a presença do sujeito explícito fosse motivada pela fraqueza oposicional do paradigma”. Citam como exemplo um estudo feito com amostra de fala de 17 analfabetos no RJ: a tendência seria a de se usar o pronome sujeito quando existe marca de plural no verbo - “marcas levam a marcas”, “zeros levam a zeros”; dados corroborados pela análise do corpus “Censo”, gravado na década de 1980, com 64 falantes alfabetizados (NARO & SCHERRE, 2003, p. 290-291).

Em síntese, qualquer que tenha sido a causa diacrônica do uso mais frequente de pronomes de sujeito, apenas a concordância variável é candidata a ter tido origem no processo de ‘transmissão linguística irregular’, visto que o sujeito explícito categórico não é característica comum nos sistemas pidgins ou crioulo, não costuma aparecer nas listas de suas propriedades definidoras mais básicas, ou prototípicas, e não apresenta correlação com a ausência de concordância verbal. Além disso, o tipo não marcado nas línguas do mundo parece ser justamente o sujeito nulo. Já que os pidgins e as línguas crioulas são considerados os menos marcados, no sentido de características universais, seria de se esperar o sujeito nulo, e não o sujeito realizado, como consequência de processo ‘transmissão linguística irregular’. Por essas razões, a redução no uso do sujeito nulo no Brasil não pode ser vista como um caso de expansão de uma gramática criouliizante. Além do mais, neste aspecto em particular, o que se observa hoje é um distanciamento cada vez maior do que é denominado língua-alvo que, no caso específico, é o português europeu, com predominância de sujeito nulo (NARO & SCHERRE, 2003, p. 292).

A argumentação teria como base o seguinte questionamento: até que ponto a frequência de ocorrência do sujeito em PB pode ser um processo independente, desvinculado do fenômeno de variação na concordância? Estando esses fenômenos vinculados, ficaria então demonstrada, para os autores, a força de atuação de uma deriva na configuração da língua falada no Brasil – aqui, ao que parece, *deriva* assume um outro sentido, o de (co)dependência e rearranjo do sistema, embora os autores deem destaque (até mesmo como definição para esse conceito) para o fato dos fenômenos em questão serem atestados em estágios anteriores do PE.

Segundo seus estudos, as restrições variáveis que controlam o contexto em que tal variação ocorria e ocorre são as mesmas: sujeitos próximos ao verbo determinam o uso mais frequente da marca de plural no verbo correspondente; sujeitos distantes ou pospostos têm o efeito contrário; sujeitos humanos favorecem mais a concordância do que sujeitos não humanos; ocorrências de verbos que possuem uma forma plural diferente da forma singular têm incidências mais altas do uso do plural; sendo as restrições iguais, os dois casos de variação são qualitativamente iguais e exibem um grau igual de sistematicidade, com a única diferença da frequência, sendo o fenômeno mais atestado hoje em dia no Brasil nas variedades faladas:

Entretanto, o que encontramos nos documentos é apenas uma fraca infiltração da fala

na escrita. Não temos como saber qual teria sido a frequência média na língua falada antiga de Portugal. Mas, por mais baixa que tenha sido, tendo em vista os fortes resultados obtidos com o número reduzido de dados encontrados na documentação existente, seria puro obscurantismo insistir que a variação antiga teria sido menos sistemática, ou qualitativamente diferente da variação moderna (NARO & SCHERRE, 2003, p. 293).

Dessa forma, o fato de o processo de variação da concordância nos textos antigos se demonstrar controlado pelos mesmos fatores que se fazem atuantes no presente no Brasil indicaria, na compreensão dos autores, também que a *deriva* estaria se desenrolando, ou seja, que se trata mesmo de uma característica intrínseca à língua portuguesa. Não importaria aqui a diferença de frequência, mas sim o fato de que o controle se dá estrutural e linguisticamente da mesma forma. Tal análise parece ter como base a *doutrina uniformitarista*, trazida por Labov ([1972] 2008, p. 192) sob a seguinte definição: “a afirmação de que os mesmos mecanismos que operaram para produzir as mudanças em larga escala do passado podem ser observados em ação nas mudanças que presentemente ocorrem à nossa volta”.

Como maneira de fortalecer a sua argumentação sobre o controle estrutural linguístico no fenômeno em questão, os autores trazem em seus estudos alguns levantamentos empíricos e quantitativos, dentre os quais tomamos como exemplo a taxa de concordância verbo/sujeito em função da saliência fonológica na oposição singular/plural em oito textos medievais portugueses em comparação à mesma taxa, controlada pelos mesmos fatores, referente à fala de falantes analfabetos e alfabetizados no Rio de Janeiro. Nesse levantamento, os resultados entre as taxas mencionadas, considerando o seu peso relativo¹⁰⁹, se mostram estatisticamente próximos, demonstrando que as marcas de plural, tanto em textos portugueses antigos quanto na fala do PB atual, ocorrem com menos frequência quando usadas no mesmo contexto de formas verbais menos salientes, ou seja, onde as diferenças na oposição singular/plural são menos perceptíveis (cf. NARO & SCHERRE, 2007, p. 58-64).

Em decorrência disso, os autores rechaçam a ideia de que teria ocorrido uma “reestruturação radical” no Brasil – nota-se, com este termo, que estão argumentando principalmente contra a ideia de uma *crioulização típica* –, “uma vez que as estruturas usadas não mudaram”: “A mudança foi basicamente na frequência global de uso dos tipos disponíveis” (NARO & SCHERRE, 2007, p. 65).

De acordo com os autores, mesmo o português popular moderno ou contemporâneo de Portugal apresentaria o fenômeno de concordância variável, porém com menor frequência que

¹⁰⁹ Dentro da sociolinguística variacionista, chama-se *peso relativo* o cálculo referente ao efeito que um determinado fator selecionado exerce sobre as variantes que configuram um fenômeno variável (cf. GUY & ZILLES, 2007).

a apresentada pelo PB (NARO & SCHERRE, 2003, p. 293-294). Estabelecem, assim, a ligação entre esses fatos e a hipótese de uma *deriva linguística* como explicação para os fenômenos que seriam característicos do PB:

A variação na concordância representa uma deriva latente, de longo prazo, documentada até mesmo antes da fase clássica do latim e das línguas europeias que o precederam. Esta variação não transbordou em Portugal, por razões que ainda estão por se explicar, tendo em vista a mudança radical de ritmo que lá se processou a partir de meados do século XVIII e que faz com que o português europeu não seja mais sentido auditivamente como uma língua românica (NARO & SCHERRE, 2003, p. 294).

Embora reconheçam também que, para além do fenômeno da concordância variável, muitas outras características das variedades populares do PB podem ser postas em paralelo com línguas *pidgins* e *crioulas*, defendem que estas não apresentam nenhum traço exclusivo.

Sua hipótese para a origem e formação do PB seria, então, que “todas as estruturas alegadas como brasileiras têm sua existência confirmada em dialetos rurais ou não padrão de Portugal”¹¹⁰, descartando-se assim a hipótese de *transmissão linguística irregular*:

O processo de ‘transmissão linguística irregular’ não desencadeou aqui processos novos de variação e mudança, mas apenas ampliou fenômenos já (e ainda) existentes por lá. Em outras palavras, pelo menos em relação aos exemplos arrolados, não se verifica a existência de estruturas novas ou próprias do português brasileiro que teriam resultado de processos de ‘transmissão linguística irregular’, mas sim de estruturas previamente existentes cuja frequência e distribuição foram aumentadas durante tal processo, passando de um estágio de variação de pequenas proporções para a variação maciça, sem dúvida devido à falta quase total de uma norma estável e geralmente aceita durante o período da aquisição do português como primeira língua no Brasil. Ainda não existe um conjunto de estruturas do português brasileiro que possa ser relacionado historicamente ao contato entre línguas que marca os primeiros séculos da história sociolinguística do Brasil. O que pode ser relacionado à história sociolinguística do Brasil é o espriamento de estruturas e variações, e não a sua criação (NARO & SCHERRE, 2003, p. 295-296).

Nesse sentido, a explicação pela *deriva* para as supostas peculiaridades do PB seria suficiente, como consequência o fator do contato linguístico ocorrido no Brasil é enfraquecido, senão quase plenamente descartado, embora haja algum tipo de ressalva como a que se segue: “[...] o impulso moto do desenvolvimento do português no Brasil veio já embutido na deriva

¹¹⁰ Como exemplos trazem: i) primeira pessoa realizada variavelmente com a forma verbal de terceira pessoa (“Eu na quinta-feira *apanhou* 2 kilos de pólvres” – ALVES, 1993: 190); ii) concordância variável de gênero (“só tem as raízes enterrado na carne” – MIRA, 1954: 150); iii) supressão variável de preposição (“O Senhor Prior vem todos os interros” – MARQUES, 1968: 60); iv) redução ampla de modos e tempos verbais, inclusive do subjuntivo: “O modo conjuntivo ouvi-o muito raramente...O infinitivo pessoal é empregue pelo conjuntivo presente: “Os rapazes são uns impostores e uns belhacos; ñ se fiar neles” (ALVES, 1993: 183, 190); v) uso do indicativo onde se espera o subjuntivo – Pe. Antônio Vieira (“É possível que os peixes *ajudam* à salvação dos homens, e os homens *lançam* ao mar os ministros da salvação?” - LAPA, 1991: 153) (NARO E SCHERRE, 2003, p. 294-295)

secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes, é que as condições, aqui, se mostrariam mais propícias devido a *CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS*” (NARO & SCHERRE, 2007, p. 48 – grifo dos autores).

Fica, no entanto, a dúvida sobre o que é, de fato, essa “confluência de motivos” afirmada pelos autores. Segundo Naro e Scherre (2007, p. 47), no Brasil, a *deriva linguística* teria encontrado outras forças motrizes que reforçaram e expandiram a “direção original”, para eles uma dessas forças seria justamente a *pidginização*, que influía através da língua geral tupi e da “língua de reconhecimento” europeia, que teria sido revivificada no Brasil no contato com os indígenas. Com *pidginização*, os autores estão explicitamente assumindo parte dos pensamentos de Serafim da Silva Neto e de Nina Rodrigues, admitindo as respectivas afirmações sobre a possibilidade de existência de um *pidgin* com base tupi (ou ainda na língua geral paulista, na visão de Rodrigues) ou nas línguas africanas (como o iorubá e o quimbundo, ou as línguas gerais com base nelas). Fazendo referência à descoberta da comunidade de Cafundó¹¹¹, e a língua secreta (e sua natureza) lá presente, Naro & Scherre (2007, p. 30-32), recusam a existência de um *pidgin* ou *crioulo* de base portuguesa:

Projetando para o passado o que ocorre com o Cafundó, é fácil entender por que a literatura não contém alusão a um *pidgin* ou *crioulo* de base portuguesa – provavelmente não haveria. Parece mais verossímil que os brasileiros de origem africana falassem variantes locais do português popular do Brasil, da época, ou um *pidgin* de base africana que, com o decorrer do tempo, caiu em desuso, exceto para os casos de comunicação secreta. Essa abordagem tem a vantagem de explicar a pesada influência lexical das línguas africanas no português popular do Brasil (NARO & SCHERRE, 2007, p. 31).

Para os autores, a existência de um *pidgin* ou de uma *língua crioula* de base lexical portuguesa era dispensável (e justificada) justamente pela existência de outras “línguas gerais”, cuja base não era europeia. Tais línguas, para eles, já preencheriam as necessidades comunicativas da população da colônia, ressaltando, porém:

Mas não podemos deixar de suspeitar que a *pidginização* em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia (e antes, tanto no caso da “língua de preto” da Europa e, provavelmente, das línguas gerais tupi e africanas), tenha exercido influência no desenvolvimento do português brasileiro (NARO & SCHERRE, 2007, p. 32).

¹¹¹ Em Vogt e Fry (2013, p. 143-156), a língua secreta (denominada *cupópia*) de Cafundó, comunidade rural negra localizada no município de Salto de Pirapora, interior do Estado de São Paulo, é retratada como configurada por palavras de origem africano, com estruturas emprestadas junto à língua portuguesa. Segundo os autores, a *cupópia* tem uso no cotidiano da comunidade, sendo composta por 115 substantivos, 15 verbos, 8 adjetivos e 2 advérbios; a maior parte das palavras provém provavelmente do quimbundo (língua da família banto, falada em especial em Angola).

Acabam por trazer, assim, o contato linguístico somado de volta à conta, ainda que secundarizado, ressaltando, ao fim, que uma hipótese de *deriva linguística* não implica que o PE e o PB “trilharam os mesmos caminhos linguísticos ao longo de 500 anos de jornada”, reconhecendo, dessa forma, tanto semelhanças quanto diferenças entre ambas as línguas (NARO & SCHERRE, 2003, p. 296). No fundo, a sua argumentação poderia ser resumida segundo um postulado cujo mote siga as seguintes ideias: não há evidências empíricas para se falar na existência de uma *língua crioula* no Brasil, e os fenômenos ditos característicos crioulos no PB já se encontram presentes em períodos históricos relativamente muito anteriores da língua portuguesa, assim a *hipótese da deriva* se apresenta como aquela mais adequada aos fatos empíricos para a explicação sobre a gênese e o estatuto da língua por aqui falada. Tal hipótese ainda ganharia como forte evidência o fato de ser detectado nesses períodos distantes da língua portuguesa o controle estrutural da língua, seguindo o “princípio uniformitarista”, obedecendo às mesmas restrições entre um momento e outro. Essa última parte da argumentação traz uma consistência interna à *hipótese da deriva*. Contudo, há o fato de que o fenômeno de perda (completa ou parcial) das estruturas de concordância ainda se faz presente naquelas línguas atestas consensualmente como *crioulas*, cuja conceituação Naro e Scherre não problematizam. Para Mufwene (p. 28-30), Sapir parece entender o conceito de *deriva* como uma tendência que emergia da evolução dos idioletos. Pelo que compreendemos do pensamento de Naro e Scherre, seu uso do conceito de *deriva*, por sua vez, se dá no sentido da existência de uma tendência presente na evolução das línguas de uma mesma família (especificamente, em sua argumentação, as românicas). Em comparação, os caminhos tomados pela *deriva* em ambas conceituações são distintos: na primeira, a língua toma uma direção em um dado momento histórico; na segunda, já está posta em uma tendência existente nas línguas. Trata-se de dois conceitos distintos, afinal, em que as heurísticas trazem implicações distintas. Nas duas conceituações, contudo, leva-se adiante a ideia de que o desenvolvimento dessas línguas pode ser posto de lado perante os casos regulares de *deriva* (seja qual for o sentido que se dê ao conceito), uma vez que ambos preveem a sobressalência da estrutura da língua, em oposição ao contato linguístico.

3. À sombra da História: transmissão linguística irregular e deriva linguística são de fato hipóteses excludentes?

Nesta seção, procuraremos fazer um breve exercício de reflexão, tomando o caso do dialeto caipira em São Paulo para sinalizar algumas problematizações possíveis, em razão de

todas as questões teóricas levantadas até aqui.

Como vimos ao longo dessa pesquisa, na literatura linguística brasileira, a hipótese de que o PB teria sofrido um processo de *crioulização* (ou algo próximo a isso) diz respeito, na verdade, a algumas de suas variedades, cujo os rótulos são os mais variados, mas se referem sobretudo a algumas variantes populares, entre as quais está o *dialeto caipira* – tido expressamente por Gladstone Chaves de Melo ([1946] 1975) e Serafim da Silva Neto ([1950] 1976), por exemplo, como um crioulo.

Sobre este dialeto, disse Amadeu Amaral (1920):

Tivemos, até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás, um dialeto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo. É de todos sabido que o nosso falar caipira – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível - dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência (AMARAL, 1920, p. 11).

Tal dialeto, segundo o autor, teria criado a fama de que os paulistas teriam corrompido a língua, tendo “feios vícios de linguagem” (grifo do autor). Amaral busca em sua monografia caracterizar da forma mais completa possível esse dialeto, descrevendo-o no tocante à sua originalidade dentre diversos níveis linguísticos de análise. Situado em um momento histórico dos estudos linguísticos no Brasil no qual havia cada vez mais interesse pela geografia linguística e pela dialetologia, Amaral, ao estudar o dialeto caipira em São Paulo, parece estar preocupado em compreender o processo de dialetação da língua portuguesa no território brasileiro:

Fala-se muito num " dialecto brasileiro", expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialectação, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões. O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferente matiz dialectal — o Litoral, o chamado " Norte ", o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro. (AMARAL, 1920, p. 14).

Entre os itens elencados como característicos do referido dialeto, estão alguns daqueles traços por sempre alegados como correspondentes à evidência da *crioulização*. Entre eles se encontram os famigerados fenômenos de ausência na concordância de gênero e de número:

O adjectivo e o particípio passado deixam, frequentemente, de sofrer a flexão genérica, sobretudo se não aparecem contíguos aos substantivos: *essas coisarada*

BUNITO, *as criança távum* QUÊTO, *as criação ficârum* FESTIADO (AMARAL, 1920, p. 51 – grifos do autor).

Como sinal de pluralidade, desaparece: *os pau, os nó, os ermão, os pape, as frô(r), os urubu* (AMARAL, 1920, p. 52 – grifos do autor).

Além dessas características, Amaral aponta ainda no dialeto caipira traços correspondentes à redução no paradigma da flexão verbal da língua portuguesa, ao uso do verbo *ter* com sentido de *haver*, às orações relativas com cópias pronominais e à dupla negação – também alegados, por alguns crioulistas como crioulos. Ademais, atesta no caipira empréstimos lexicais oriundos de línguas indígenas e africanas, além de vocábulos arcaicos do português.

Em verdade, em nenhum momento do seu texto Amaral correlaciona tal dialeto a qualquer coisa parecida com o processo de *crioulização* – o que será feito posteriormente através dos estudos dos autores supracitados. Contudo, parece distinguir e reconhecer a coexistência de uma “fala” dos negros no mesmo espaço geográfico em que o dialeto caipira está presente:

Um facto que merece menção, apesar de pertencer mais ao linguajar dos pretos boçais¹¹² do que propriamente ao dialecto caipira: a invariabilidade genérica do pronome *êle*, junta à invariabilidade numerai. Quando se trata de indicar pluralidade, o pronome *êle* se pospõe ao artigo def. *os*, e tanto pode referir-se ao gênero masculino, como ao feminino: *osêle, zele foro zimbora* — eles (ou elas) foram-se embora (AMARAL, 1920, p. 56).

Ao mesmo tempo, o autor parece identificar em um dos traços mencionados anteriormente uma origem na própria língua portuguesa:

O emprego de duas negativas — ninguém não, nem não, etc, assim contíguas, — vulgar na sintaxe portuguesa quinhentista, mas hoje desusado na língua popular de Portugal, e na língua culta tanto lá como cá, — é obrigatório no falar caipira: *Nem eu num disse — Ninguém num viu — Ninhum num fica* (AMARAL, 1920, p. 65 – grifos do autor).

Desses dois cenários, podemos levantar os seguintes questionamentos: Qual teria sido a participação dos escravizados africanos e seus descendentes na formação do dialeto caipira em São Paulo? E em que sentido poderíamos falar em *crioulização* ou *deriva* (dado o último excerto) em tal formação? A convivência entre esses dois fatores (uma possível *crioulização* na língua usada por alguns escravizados e descendentes e a presença de traços arcaicos no sistema linguístico) não seria impeditiva de que algumas generalizações acerca da natureza do

¹¹² Ressaltamos aqui que o termo *boçal*, no período colonial, referia-se aos escravizados que não dominavam a língua dos senhores escravagistas.

PB e/ou algumas das suas variantes, especificamente aqui o dialeto caipira, fossem feitas (isso se considerarmos que, sim, os fenômenos de mudança subjacentes ao processo de *crioulização* e ao de evolução natural das línguas são de fato distintos entre si)? Qual a participação (e sua natureza) da *língua geral paulista* na formação do dialeto caipira?

Concordamos com Mufwene (2000, p. 71-72) em relação à impossibilidade da distinção entre mudança linguística "motivada internamente" e aquela que é "motivada externamente". Para o autor, essa fórmula explicativa deveria ser abandonada, e somente faria sentido a distinção entre *línguas crioulas* e não crioulos a partir de critérios sócio-históricos. Em virtude disso, em relação ao debate sobre o estatuto do PB, haveria, então, a necessidade de uma maior compreensão do desenvolvimento e da dinâmica social da formação do Brasil, sobretudo em períodos essenciais para o entendimento de certas questões relacionadas à formação da nossa língua como parece ser o período colonial e as primeiras décadas do século XX.

As perguntas realizadas anteriormente dizem respeito justamente à necessidade dessa compreensão histórica por novas perspectivas, que busquem compreender a realidade dinâmica e variada da história de nossa país. Em nosso entendimento, em relação ao dialeto caipira, por exemplo, o apelo à História se faz essencial para uma compreensão mais ampla e abrangente, conforme afirma Candido ([1964] 2010, p. 22): “[...] o recurso à História daria a terceira dimensão que explica tantos aspectos da realidade observada em dado momento, e cuja ausência pode comprometer as interpretações”.

Em seu clássico estudo sobre a cultura caipira, Candido (2010) busca compreender “as unidades mínimas de vida econômica e social, em que as relações encontram um primeiro ponto de referência”, tomando como objeto de análise pequenos agrupamentos em Bofete, interior do Estado de São Paulo, e em municípios vizinhos (CANDIDO, 2010, p. 25).

Pertencente ao mundo rural, a *cultura rústica* de São Paulo (correspondente ao universo das culturas tradicionais do homem do campo) está relacionada à incorporação de diversos tipos étnicos. Assim, concordando com etnógrafo paulista Cornélio Pires, Candido indica a existência de diversos tipos de caipira: o branco, o caboclo (mestiço do branco e do indígena), o preto e o mulato (mestiço do branco e do negro) (CANDIDO, 2010, p. 27). Haveria, porém, certa homogeneidade cultural entre eles:

Como sabemos, nas sociedades rústicas¹¹³, menos embora que nas primitivas, é acentuada a homogeneidade dos indivíduos, principalmente se nos colocarmos do ponto de vista dos padrões ideais. Daí a possibilidade de conhecermos o passado pela tradição de alguns informantes escolhidos, e o presente pela análise de pequenos agrupamentos (CANDIDO, 2010, p. 23).

Segundo o autor (CANDIDO, 2010, p. 43), a cultura caipira seria um legado do período do bandeirantismo, e pode ser entendida como uma variedade subcultural portuguesa. O bandeirismo, para Candido, pode ser compreendido como amplo processo de “invasão ecológica” e também como determinado tipo de sociabilidade, “com suas formas próprias de ocupação do solo e determinação de relações intergrupais e intragrupais”. Nesse ajustamento de um grupo social ao meio, teria ocorrido a fusão entre a herança portuguesa e ameríndia (CANDIDO, 2010, p. 44). Nesse sentido, afirma o autor:

A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura (CANDIDO, 2010, p. 45).

Os desdobramentos históricos trouxeram aos descendentes bandeirantes a sedentarização e um certo isolamento social e geográfico, com a população rural raramente indo ao comércio e consumindo o que produzia. Permanecia assim independente (pela autossuficiência dos povoamentos), mas também alheia às mudanças sociais; ao mesmo tempo, estabelecia-se uma forte identidade local¹¹⁴ – o que talvez se fizesse presente em alguns fatores elencados pelo autor como característicos da cultura caipira em festas religiosas e mutirões em lavouras: a cooperação entre os vizinhos, a consciência de grupo, a divisão do trabalho e a coordenação de atividades. Na visão do autor, a homogeneidade também favorecia tanto o isolamento cultural quanto a estabilização das formas sociais, em oposição às diferenças, nas quais o contato trazia a troca de elementos heterogêneos entre os grupos - p.

¹¹³ O termo *rústico* é tomado pelo autor no seguinte sentido: “O termo *rústico* é empregado aqui não como equivalente de *rural*, ou de *rude*, *tosco*, embora os englobe. Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação de traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígene” (CANDIDO, 2010, p. 25).

¹¹⁴ Isso pode ser exemplificado pelo seguinte trecho de texto do autor: “Mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por segundo elemento, o *sentimento de localidade* existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. - “O que é bairro?” - perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que vem se expondo aqui: - “Bairro é uma espécie de naçãozinha.” - Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras” (CANDIDO, 2010, p. 79).

(CANDIDO, 2010, 97-98). Como exemplo de tal isolamento, Candido cita justamente a situação geográfica de Bofete à época de seus estudos: ainda sobre o isolamento, agora geográfico: “O povoado mais próximo dos meus informantes de Bofete, Tatuí, distava entre sete e doze léguas das suas moradias, indo eles, raramente, abastecer-se lá de sal” (CANDIDO, 2010, p. 49).

O autor descreve para o mundo caipira uma economia fechada, centrada nas atividades de subsistência, baseada no trabalho isolado ou na cooperação ocasional entre os indivíduos, o que exprimiria a sua forma retrógrada de ajustagem ao meio. Teria sido a forma de ocupação territorial o que favoreceu tal situação:

Foi o povoamento disperso que favoreceu a manutenção duma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo. O deslocamento incessante do bandeirismo prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante, nas atividades de coleta, caça e pesca, do descendente caipira, a partir do século XVIII. As técnicas rudimentares, a cultura improvisada do nômade encontraram condições para sobreviver (CANDIDO, 2010, p. 54).

O isolamento geográfico e social inicial teria sido atenuado com o tempo, com o surgimento de capelas, que acabavam por atrair mais casas, passando a freguesias que já continham o esboço de um núcleo populacional, dando origem às cidades paulistas: “O povoado subia a vila, chegando afinal a cidade. Nestes casos, a população rural ia-se ampliando na periferia, onde apareciam novos bairros, que passavam a vila, e assim sucessivamente, sertão adentro” (CANDIDO, 2010, p. 90-91). Para o autor, com esse aumento da densidade demográfica, havia um deslocamento dos limites dos bairros, que acabavam por perder suas funções. Segundo ele, a evolução social paulista trouxe o desenvolvimento de novas formas associação entre a população e de mudanças culturais, questionando-se: “Cabe pois a pergunta: como se comportou a cultura caipira ante os fatores de perturbação representados pelo latifúndio produtivo comercializado, o desenvolvimento urbano, o escravo, o imigrante?” (CANDIDO, 2010, p. 107).

A essa evolução segue-se também um incremento populacional e, posteriormente, um relativo êxodo rural na região estudada pelo autor. Segue-se como exemplo que Bofete tem sua população aumentada até a década de 1920, na qual chega a 10.443 habitantes; por volta de 1950, contudo, há um decréscimo populacional, quando o município contava com 6.039; o mesmo acontece com outros municípios cercanos, excetuando-se Botucatu e Itapetininga. Por sua vez, São Manuel, município cafeeiro vizinho de Botucatu, passa de aproximadamente 5.000 habitantes, em 1886, para cerca de 40.000 em 1920, caindo, no entanto, para quase

30.000 por volta de 1950 (CANDIDO, 2010, p. 114-116). O motivo da flutuação demográfica teria sido a introdução da cultura do cultivo e venda de café, que num momento de prosperidade das fazendas atraiu mais gente para a região e, com a sua crise, acabou por promover o êxodo rural¹¹⁵. Como efeito, estabeleceram-se diferentes composições étnicas nas cidades do interior paulista:

Se procurarmos devassar a realidade humana sugerida pelos gráficos e números, veremos que a dualidade, ou ambivalência, se manifesta na composição demográfica. Com efeito, o café trouxe a Bofete mais estrangeiros, em números absolutos, do que a todos os outros municípios de origem histórica semelhante (Piramboia, Porangaba, Pereiras, Angatuba, Guareí). Em número relativos, mais do que a eles, e ainda, do que a Botucatu, Itapetininga e Tatuí. Supera-o apenas Conchas, estação ferroviária logo desenvolvida em centro de comércio, onde a influência do imigrante e descendentes é decisiva, aparecendo inclusive no fato do seu prefeito ser, no atual quinquênio (1950-55), sírio de nascimento. No outro extremo, temos Guareí, núcleo compacto de caboclos de velha cepa, onde o estrangeiro é raridade. Bofete se situa entre ambos não apenas geograficamente, mas também cultural e etnicamente (CANDIDO, 2010, p. 117).

Havia, assim, em Bofete, segundo Candido, uma relativa situação de confronto a partir dessa composição étnica, estrutural e social: “a monocultura e a pequena policultura, o latifúndio e o sítio, o imigrante e o caboclo, o presente e o passado, mostrando ao pesquisado, ou ao simples curioso, a vitalidade da velha cultura cabocla como recurso de ajustamento ecológico e social” (CANDIDO, 2010, p. 118).

A introdução do café na economia da região configurava a passagem duma economia de (semi)subsistência para uma economia capitalista, o que trazia aspectos de crise social e cultural:

Em toda conjuntura de crise podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultura e das formas sociais que, oriundas de período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos são formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste do seu funcionamento. Todo equilíbrio social – essencialmente dinâmico – supõe estes dois aspectos. Diz-se todavia que há mudança quando, nas variações de equilíbrio, os fatores de alteração avultam, até motivarem recomposição de estrutura. A situação de crise define-se, do seu lado, por tensões ainda não resolvidas, ou resolvidas parcialmente, entre os

¹¹⁵ Sobre o êxodo rural, o autor traz dados muito interessantes: “Uma pesquisa recente mostra que 48,92% das famílias vindas para a capital provêm de áreas rurais, e que sua ocupação principal tornou-se o trabalho na indústria. Dentre 6.692 pais de alunos dos grupos escolares da cidade de São Paulo, 39,20% se ocupavam de agricultura antes da migração; e destes 93,82% “mudaram de atividade, passando a exercer as mais variadas funções, mas, principalmente, as de operário industrial, pedreiro, comerciante, carpinteiro, motorista, funcionário público, mascate, comerciário, mecânico e tintureiro. Dos que se dedicavam à atividade agrícola 34,65% tornaram-se operários industriais; 10,56% tornaram-se pedreiros; 4,46%, comerciantes; 2,82%, carpinteiros; e 2,66%, motoristas” (CANDIDO, 2010, p. 216).

fatores de persistência e os de alteração, podendo originar reorganização ou desorganização mais ou menos profundas da estrutura (CANDIDO, 2010, p. 186).

Representava assim uma ameaça à cultura tradicional caipira. Em Bofete, porém, a crise do café não teria feito o município menos isolado, ou mesmo incorporar o ritmo da vida moderna; ao contrário, houve o refortalecimento da agricultura de semissubsistência e sua população teria se “acaipirado”, incluídos aqui os imigrantes. Para Candido (2010, p. 186-187), a manutenção (ou persistência) dos padrões tradicionais não deve ser entendida como um “fenômeno de demora”, mas ainda “como recurso de ajuste a uma nova situação, podendo haver a rejeição das normas e práticas anteriores ou a sua redefinição e incorporação”. Nesse cenário, postula o autor a existência de três tipos de indivíduos: i) o caipira que buscava se adaptar ao máximo às novas condições; ii) o caipira resistente, apegado à vida tradicional, e que procurava conciliá-la com as exigências da nova situação; iii) o caipira incapaz de se adaptar às novas práticas (CANDIDO, 2010, p. 194). Nesse sentido, para o autor, a presença de novos valores culturais pode encontrar nos indivíduos e grupos sociais três soluções: a) a rejeição, com os valores antigos sendo mantidos na íntegra; b) a aceitação em bloco, com a rejeição dos valores antigos; c) a combinação entre valores antigos e novos de forma variável: “É o que se observa nos contatos culturais, decorrendo, na mesma ordem, as seguintes consequências: enquistamento; desorganização; aculturação” (CANDIDO, 2010, p. 232). A orientação de tais processos seria dependente de fatores como o tamanho do grupo, a duração e intensidade do contato e a *utilidade* dos novos traços. Em todo caso, salienta Candido as consequências para a vida caipira:

[...] o caipira desprende-se do meio, considerado como integração total dos elementos naturais, reajustando-se a *meios parciais*, desarticulados, e não mais fundidos na unidade ecológica dantes característica do seu equilíbrio. A um ajustamento total, sucede uma pluralidade de ajustamentos (CANDIDO, 2010, p. 203-204).

[...] todas as vezes que surge, por difusão da cultura urbana, a possibilidade de adotar os seus traços, o caipira tende a aceitá-los, como elemento de prestígio. Este, agora, não é mais definido em função da estrutura fechada do grupo de vizinhança; mas da estrutura geral da sociedade, que leva à superação da vida comunitária inicial” → considerações válidas para a cultura material, mas em relação às crenças e aos sentimentos o processo seria mais complexo, diferenciando-se do exposto (CANDIDO, 2010, p. 210).

Candido vê o caipira condenado à urbanização tendo sido urbanizado mesmo no caso em que não há migração para os centros urbanos. Em meio a essas condições socioculturais, estava então o denominado *dialeto caipira*, cuja existência poderia ou não configurar um

crioulo e cuja sobrevivência, já alertava Amadeu Amaral, se encontrava em risco por conta das transformações no mundo social que o cercava:

Ao tempo em que o célebre falar paulista reinava sem contraste sensível, o caipirismo não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana. De algumas décadas para cá tudo entrou a transformar-se. A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos factores da nossa diferenciação dialectal. Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida colectiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem de coisas. A população cresceu e mesclou-se de novos elementos. Construíram-se vias de comunicação por toda a parte, intensificou-se o comércio, os pequenos centros populosos que viviam isolados passaram a trocar entre si relações de toda a espécie, e a província entrou por sua vez em contado permanente com a civilização exterior. A instrução, limitadíssima, tomou extraordinário incremento. Era impossível que o dialecto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social (AMARAL, 1920, p. 12).

Sobre os fatores relativos à sua formação, apoiados ainda nos estudo de Candido (2010), é que pretendemos refletir sobre a possibilidade de determinar o estatuto de uma língua (ou dialeto), no debate sobre se houve ou não criouliização, a partir do exame de dados históricos, dada a impossibilidade de fazê-lo somente com base em fatos linguísticos no caso da língua portuguesa no Brasil e suas variantes aqui faladas.

Desde muito tempo, na Crioulística, tem-se a compreensão da importância do acesso a dados demográficos. Muitas vezes, dados de natureza demográfica auxiliam na interpretação das condições sócio-históricas em uma dada situação de contato linguístico; por vezes, porém, há que complementá-la com dados da dinâmica e das interações social e política. No tocante à região estudada por Candido, afirma o autor:

Às vésperas de ser elevada a vila e município, a freguesia do Rio Bonito possuía 2.928 habitantes, dos quais 70 escravos, sobre os respectivamente 6.693 e 847 que compunham a população total do município de Botucatu, a que pertencia, produtor de algodão e cereais. O número e a porcentagem dos escravos da freguesia (cuja área incluía a do atual município de Piramboia) não denotavam latifúndio produtivo, de cana ou gado (o café ia-se desenvolvendo aos poucos, apenas em Itapetininga). Notemos que enquanto Rio Bonito tinha mais de 1/3 da população total do município de Botucatu, os seus escravos representam 1/12 dos que nele viviam; e nós sabemos que escravo e grande lavoura era inseparáveis. O que nele dominava era a agricultura de subsistência (CANDIDO, 2010, p. 112-113).

Vê-se, assim, que na região de Rio Bonito e Botucatu uma economia de subsistência teria impedido que as taxas demográficas relativas aos escravizados fossem maiores – situação bastante distante da demonstrada por um dos censos realizados ao longo do período colonial: em 1872, por exemplo, havia 4,2 milhões de negros e mestiços livres, 3,8 milhões de brancos

e 1,5 milhão de escravizados em todo o império (MATTOS, 2013, p. 46). Na região do Vale do Paraíba (paulista e fluminense) a situação também era outra:

Um estudo recente mostra que em 1829, no município cafeeiro de Bananal, localizado no Vale do Paraíba paulista, os africanos constituíam 78% da população escrava total; e um censo de 1850 mostra proporções semelhantes de africanos nos municípios de grande lavoura do Vale do Paraíba fluminense. A porcentagem de africanos na população escrava adulta desses municípios ficava mais alta ainda (SLENES, 2011, p. 80)¹¹⁶.

Em decorrência, na região paulista citada, a participação dos escravizados e seus descendentes na formação do dialeto caipira não poderia ter se dado de forma significativa. Mesmo que se considerasse como relevante para tal questão linguística a presença dos escravizados, há que se atentar ainda para diversos dados do período colonial. Segue-se, como exemplo, o fato de que, ao fim do período colonial, por toda a parte do território brasileiro, a maioria das propriedades nas quais havia a presença de escravizados era composta por pequenos senhores (incluindo ex-escravos) (MATTOS, 2013, p. 43). Em Minas Gerais, por exemplo, considerada em um determinado período histórico colonial a maior capitania escravagista do país, em 1819 havia 632.000 habitantes, dos quais 168.500 eram escravizados – trata-se da maior concentração cativa da Colônia (15% do total). Contudo, entre 1831 e 1840, cerca de 2/3 dos proprietários possuíam plantéis que não ultrapassavam a quantidade de cinco cativos (FRAGOSO & FLORETINO, 1998, p. 63). Essa lógica escravagista era distinta das situações de *plantation*, na qual o sistema agrícola estava baseado na monocultura de exportação em grandes latifúndios com a utilização de numerosa de mão de obra escravizada¹¹⁷ – contexto (ou mesmo requisito), para muitos crioulistas (entre eles, Mufwene), propício para o surgimento de uma língua crioula, sobretudo em situações de segregação racial. O cenário em Minas Gerais, porém, era um outro:

Estes mesmos proprietários detinham a maior parte dos escravos, sendo que, se agregarmos os senhores de plantéis de um a dez cativos, eles chegavam a deter quase a metade do total da escravaria (Libby, 1988:106). Tal perfil de posse denota que, ao lado do trabalho de cativos, coexistia o trabalho livre de base familiar” (FRAGOSO & FLORENTINO, 1998, p. 63).

Ainda segundo os autores, entre 1831 e 1840, cerca de 2/3 de uma amostragem de

¹¹⁶ Já em Campinas-SP, em 1829, havia 4.800 cativos, mais do que o número de habitantes livres, e em 1872, havia cerca de 14 mil escravizados – a maior população cativa entre todos os municípios paulistas (em sua maioria crioula, nascida no Brasil; ao contrário de 1801, época na qual os africanos representavam 70,1% dos escravizados acima de 15 anos) (SLENES, 2011, p. 78-79).

¹¹⁷ Essa argumentação é inspirada em Pagotto (2018), que através do estudo da economia interna da Colônia, defende um modelo de interferência pelo contato linguístico de longa duração, em oposição ao modelo de ruptura e regeneração das estruturas linguísticas.

propriedades da província mineira não possuía escravos, estando baseada no trabalho familiar (em unidades produtivas de base camponesa) (FRAGOSO & FLORENTINO, 1998, p. 64-65). O cenário em São Paulo não era muito diferente: entre 1798 e 1828, cerca de 3/4 dos domicílios paulistas não tinham escravos; em 1804, em comparação, 70% dos proprietários tinham até 5 escravos (apenas 1/4 da população cativa da amostragem) – também na região paulista o elemento camponês se faz expressivo (FRAGOSO & FLORENTINO, 1998, p. 65). Ademais, em 1872, no Rio de Janeiro e ainda em Minas Gerais, o número de negros e mestiços livres era maior do que o de escravizados, assim como era superior ao da população branca recenseada – o que apresentaria uma tendência maior à lavoura de roça como estratégia de sobrevivência do que à concentração da propriedade escrava (MATTOS, 2013)¹¹⁸.

Tais cenários nos levam a questionar em que sentido teria sido possível uma *transmissão linguística irregular* massiva que desse origem a um processo de *crioulização* da língua-alvo, no caso a língua portuguesa. O grande problema de tal hipótese reside em tomar o contato linguístico como sinônimo de uma ruptura entre as línguas, ainda que se postule para o PB, como vimos anteriormente, uma *transmissão linguística irregular do tipo leve*. Os dados trazidos parecem pressupor a possibilidade de um maior acesso à língua portuguesa do que aquela admitida pela referida hipótese. Não parece ter havido, em certas regiões brasileiras (ao contrário da de Helvécia), um isolamento social e geográfico massivo que pudesse dar suporte a esse processo, assumindo-se o seu resultado como a língua de uma dada comunidade linguística, a dos escravizados de uma propriedade ou área. A grande parte das propriedades, como vimos, contava com números pequenos de cativos, o que faria com que o contato linguístico “massivo” fosse relativizado, distribuído em pequenas porções ao longo do território colonial. Ademais, o próprio argumento da mestiçagem usado como garantidor de um maior acesso ao modelo de língua posterior à quebra linguística inicial pode implicar também uma maior interação social entre brancos e negros, um contato linguístico um pouco mais intenso do que o admitido¹¹⁹. Posto isso, é de questionar em que sentido uma quebra na transmissão linguística seria possível.

É de se ressaltar ainda que os navios negreiros continuaram a operar fortemente ainda

118 Além disso, há outros estudos históricos sobre o século XIX que mostram que os escravizados pelos senhores escravistas com propriedades pequenas receberam mais alforria do que aqueles que foram escravizados por grandes fazendeiros (cf. SLENES, 2011).

119 Não queremos com isso atenuar os horríveis processos subjacentes ao escravagismo, mas o que queremos pontuar é que discriminação racial (o *racismo*, para chamá-la pelo nome correto) não é sinônimo de segregação racial ou social entre brancos e negros. Que os brancos considerem os negros uma “raça” inferior não os tira do contato social com estes outros, ainda no contexto colonial. Que não queiram conviver não significa que, de fato, não tenham convivido, e ainda convivam.

no século XIX, conforme apontam João Fragoso e Manolo Florentino em seus estudos sobre a importação do Rio de Janeiro na situação colonial:

Temos ainda o enorme incremento das entradas de africanos através do porto carioca. De 1796 a 1830 registra-se o atracamento de 1.579 negreiros, cujas entradas crescem a uma média anual de cerca de 5%. Traduzidas em escravos, desde 1790 elas significam a importação de 706.870 escravos. Aceitando-se que o Brasil tenha importado 3.600.000 africanos entre os séculos XVI e XIX, os 41 anos de importações cariocas representam 1/5 dos desembarques de 300 anos!” (FRAGOSO & FLORENTINO, 1998, p. 42).

A situação de contato linguístico, no contexto colonial, parece ter sido recorrentemente recriada a cada atracagem de um navio negreiro. Ora, seria de se esperar que esses escravizados não encontrassem a mesma situação linguística dos primeiros sequestrados em África, uma vez que, naqueles cenários em que o novo grupo de cativos viria para conviver e ser explorado junto a um grupo mais antigo, haveria um relação entre escravizados adaptados ou em adaptação e aqueles que tinham acabado de chegar:

No jogo dialético entre a adaptação e a inadaptção ou entre ressocialização e resistência do recém-chegado, fica claro que um papel importante era representado pelos escravos antigos, pois o novo escravo que o senhor procurava integrar na sociedade e na cultura dominante, também se integraria ao grupo de escravos pelas ligações econômicas, afetivas e religiosas. As duas partes que se articulavam na conquista da nova identidade pelo escravo recém-chegado eram: a adaptação à sociedade dominante e a adaptação à comunidade de irmãos de escravidão (MATTOSO, 2016, p. 130).

Para Slenes (2011), os escravizados no Sudeste do Brasil teriam desenvolvido uma variante da “consciência dupla”, que corresponderia à capacidade de circulação escrava (de forma ladina) entre tradições culturais e estratégias identitárias distintas – segundo o autor, Paul Gilroy (apud SLENES, 2011, p. 63) considera justamente essa a marca de todo o “Atlântico negro”. Adiciona-se a isso, informações trazidas por Aboh, segundo o qual a maioria dos povos africanos escravizados (e no geral) era multilíngues, e em alguns casos oriundos da mesma área geográfica. Ademais, para Aboh, a capacidade do ser humano referente à aquisição de línguas permaneceria estável mesmo sob uma situação de pressão, tal como nos contextos de exploração e de escravismo em períodos coloniais. Em verdade, para ele, o multilinguismo poderia ser estendido a todos os falantes em fase de aquisição, dado que eles são expostos a variedades bastante heterogêneas de *in put*, aprendendo diversos multissistemas que permitem a comunicação em uma comunidade. Em virtude disso, propõe o autor, o perfil dos aprendizes africanos deve ser levado em consideração para a explicação da

diferenciação do PB em relação ao PE¹²⁰.

Num cenário como esse, no qual o período colonial obedece a diversos fatores sócio-históricos, complexos e não homogêneos, o modelo explicativo de Mussa (1991) – que, para nós, é bastante similar ao de Mufwene (2001) e Aboh (2015) – para a formação do PB parece ser o mais adequado, capaz de fornecer interpretações mais condizentes à realidade informada por tais dados e informações, uma vez que o que o autor considera digno de análise é a gênese de uma língua em um indivíduo, processo cognitivo que se dá da mesma forma tanto na *crioulização*, quanto na aquisição de linguagem ou *evolução natural* das línguas. O que definiria a adequação do PB (ou então do dialeto caipira) ao rótulo *crioulo* seriam os fatos sócio-históricos. Dada a impossibilidade de propor causas para o processo evolutivos nas línguas naturais, a única possibilidade, para o autor, seria estabelecer as condições sob as quais as evoluções linguísticas ocorreram, levando-se em conta as condições de vida do indivíduo, que criará o seu idioleto em meio a elas.

No que toca à questão do dialeto caipira, ao lado da problematização da suposta participação dos escravizados africanos em sua formação em algumas regiões (afastando assim a generalização das explicações e homogeneização dessa entidade linguística), é preciso então levar em conta a presença de outros elementos étnicos-culturais, cuja participação pode ser de maior relevância em determinados contextos. Entre esses elementos, estão tanto a presença indígena quanto a da língua geral paulista, falada no território de São Paulo até meados do século XVIII¹²¹ (cf. RODRIGUES, 2016):

Na verdade, os índios tupis de São Paulo foram extinguindo-se como povo independente e culturalmente diverso, sobretudo por efeito da escravização intensiva, e sua língua passou a reproduzir-se essencialmente como idioma dos mestiços, isto é, dos mamelucos, ainda quando já não mais havia a interferência direta dos indígenas nas famílias: a situação linguística das famílias de portugueses casados com mamelucas devia então ser basicamente a mesma das famílias constituídas por mamelucos e mamelucas: falava-se correntemente a língua originalmente indígena e apenas o marido e, a partir de certa idade, os filhos homens eram bilíngues em português (com domínio pleno desta língua se eram portugueses, com domínio provavelmente restrito em diferentes graus quando eram mamelucos). Nessa situação, a língua que falavam os paulistas já não mais servia a uma sociedade e a uma cultura indígenas, mas à sociedade e à cultura dos mamelucos, cada vez mais distanciados daquelas e mais chegados à cultura portuguesa. Essa progressiva mudança nas condições da língua, somada ao bilinguismo (de parte) dos homens, deve ter acarretado modificações em vários aspectos desta. Tal língua, generalizada na população paulista de meados do século XVII a meados do século XVIII, é que se chamou, em São Paulo, de língua geral paulista (RODRIGUES, 1996, p. 123-124).

120 Tais informações foram recolhidas por nós em uma comunicação oral do autor no evento “The Africa-Brazil continuum: Lectures in honor of Margarida Peter”, ocorrido na Universidade de São Paulo (USP), entre os dias 21 e 23 de novembro de 2018.

121 Na verdade, de acordo com Rodrigues (1996, p. 8), a língua geral paulista foi levada pelos bandeirantes a Minas Gerais, ao sul de Goiás, ao Mato Grosso e ao norte do Paraná.

Bessa Freire (2004, p. 56-58) assume como designação para o termo *língua geral* “aquela categoria de línguas faladas na América do Sul, nos séculos XVI e XVII, em condições especiais de contato entre europeus e povos indígenas”, citando o caso da *língua geral paulista* (LGP) e da *língua geral amazônica* (LGA), que vieram a desenvolver no Brasil como línguas “supraétnicas”, válidas para todas as etnias indígenas compulsoriamente integradas ao sistema colonial¹²².

Faraco (2016, p. 124) afirma que a *língua geral* não era a língua indígena original, mas sim o resultado de um processo de evolução linguística “na boca de aloglotos e bilíngues”¹²³. Tem-se aí, mais uma vez, mais um produto do contato linguístico, e, conseqüentemente, o estabelecimento de mais um rótulo. Para alguns crioulistas (tal como Mufwene¹²⁴), as línguas gerais apresentariam algumas similaridades com as línguas crioulas; Rodrigues (1996, p. 10-11), por sua vez, estabelece algumas distinções no que se refere às condições do contato linguístico, para ele específicas desse contexto e distintivas daqueles que resultam em *pidgins* e *crioulos*. Como características sociolinguísticas das línguas gerais no Novo Mundo¹²⁵, o autor traz:

a) a sua origem a partir de homens europeus e mulheres indígenas de povos de cultura e línguas tupi-guarani;

b) inicialmente, havia o convívio dos casais mistos com as comunidades indígenas, o que posteriormente foi tornando-se menos intenso e frequente, até deixar de existir por completo devido ao genocídio das populações indígenas e ao estabelecimento de povoados somente de mestiços e europeus;

c) o bilinguismo parcial das comunidades das línguas gerais com as línguas europeias envolvidas no contexto linguístico da região, com o monolinguismo na língua geral da maioria e uma minoria bilíngue;

d) não houve quebra na transmissão dessas línguas, ou seja, não houve mudança de língua (*language shift*) por parte dos descendentes mestiços dos europeus e das mulheres tupi-

122 Por conta disso, seriam também essas línguas passíveis de mudança (cf. BESSA FREIRE, 2004).

123 Complementa o autor: Processo evolutivo semelhante ocorreu com a língua tupi (tupinambá) no processo de ocupação da Amazônia a partir de meados do século XVII, dando origem à chamada *língua geral amazônica*, que sobrevive ainda hoje no chamado *nheengatu*” (FARACO, 2016, p. 124).

124 Tal argumentação também foi colhida por nós em uma comunicação oral do autor no evento “The Africa-Brazil continuum: Lectures in honor of Margarida Peter”, ocorrido na Universidade de São Paulo (USP), entre os dias 21 e 23 de novembro de 2018.

125 Estão aqui incluídas a *língua geral amazônica* (posteriormente também denominada *nheengatu*, ainda falada em parte da região), a *língua geral paulista* (falada com vigor na região de São Paulo até meados do século XVIII) e o *guarani crioulo* (falado em parte do atual estado do Paraná, mas sobretudo no Paraguai) – cf. RODRIGUES, 1996.

guarani: os primeiros pais europeus teriam aprendido o tupi-guarani como segunda língua, tornando-se bilíngues; por sua vez, as mães indígenas também podem ter aprendido a língua europeia como segunda língua; já os filhos desses casais permaneceram monolíngues na língua geral, ou aprenderam a língua europeia como segunda língua;

e) as línguas gerais se tornaram o veículo linguístico de contato nas regiões onde prevaleciam, com os europeus e seus descendentes mestiços usando-as no contato com outros povos indígenas, que engrossavam o número de falantes de tais línguas na condição de bilíngues, podendo até mesmo (alguns) passar pelo processo de mudança de língua, transformando-se em falantes nativos e contribuindo para a dialetação das línguas gerais;

f) as línguas gerais permaneceram ágrafas durante boa parte de sua existência, mesmo alguns documentos tendo sido produzido por jesuítas e por leigos.

Nobre (2011, p. 93) discorda da interpretação de Rodrigues no que se refere ao postulado correspondente ao item d), a saber: a não quebra geracional na transmissão das línguas gerais brasileiras no decorrer do tempo. Para Nobre, o “contexto sem interrupção na transmissão linguística entre gerações” somente se aplicaria à *língua geral paulista*; já sobre a *língua geral amazônica*, o autor afirma:

[...] observamos que esta última, provavelmente, se encontra em um contexto linguístico distinto, ou seja, um **contexto com interrupção de transmissão linguística entre gerações**, que se delineou quando os jesuítas iniciaram a catequização sistemática das centenas de povos tapuias, falantes de centenas de línguas diferentes, na Amazônia Colonial em 1653, impondo sobre essa grande diversidade linguística a língua tupinambá, formando um contexto linguístico propenso à pidginização/crioulização dessa língua, que – depois de crioulizada e de passar a ser chamada, também, de língua geral –, veio a ser o antecedente histórico do atual nheengatu, já tão marcado pelas influências posteriores que sofreu da língua portuguesa, após a expulsão definitiva dos jesuítas dos domínios portugueses em 1760, e após a integração do Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil em 1823 (NOBRE, 2011, p. 93-94 – grifo do autor).

Em todo caso, é em virtude dessa não quebra na transmissão linguística geracional da língua geral paulista, junto à relativa situação de bilinguismo produzido nesse contexto, que se abre a possibilidade para uma participação da LGP na formação do dialeto caipira naqueles contextos sócio-históricos e demográficos cujos dados, como os trazidos ao longo dessa seção, mostrem-se mais adequado para tal hipótese, mais do que para a hipótese de uma participação definitiva de escravizados negros e seus descendentes. Considera Faraco (2016, p. 142) que São Paulo se constituía como um caldeirão linguístico, tendo “a vitória da língua portuguesa” só se dando perto do fim do século XVIII, “quando as relações exógenas (com a região aurífera e, por ela, com a Bahia e o Nordeste) passaram a prevalecer sobre as relações

endógenas”.

Em que sentido poderíamos falar, então, de *transmissão linguística irregular* na formação do dialeto caipira, para afirmá-lo *crioulo*? A não interrupção na transmissão linguística no referido contexto faz com que a situação linguística aqui seja distinta da pressuposta em tal hipótese, a forte mestiçagem ocorrida entre brancos e indígenas na região e o relativo bilinguismo posterior parecem atestar contra um cenário de segregação racial capaz de dar espaço para a *crioulização*. Contudo, os escravizados africanos e brasileiros negros e os imigrantes europeus introduzidos nas regiões paulistas posteriormente redefiniram a sua demografia e complexificam a hipótese da sua participação na constituição do dialeto caipira.

Como exposto por Candido (2010), as comunidades rurais do interior de São Paulo permaneceram em relativo isolamento geográfico e social até meados do século XX, a depender dos municípios considerados. É de se supor, nesse contexto, que a língua ali falada (como resultado do contato linguístico ocorrido na região, com os respectivos elementos linguísticos e étnicos) tenha tido uma sobrevida um pouco mais longa, com um impacto mais significativo na formação da entidade linguística considerada. Sobre a introdução de novos falantes nessas regiões (em algumas, é bom ressaltar, eles não se tornam demograficamente relevantes, como visto na análise de Candido sobre a cultura caipira), imaginamos que tenham encontrado um contexto sociolinguístico distinto daqueles referentes aos primeiros períodos coloniais, no que faz significativo os dados relativos aos números de cativos e ao tamanho das propriedades rurais ali situadas.

Ao mesmo tempo, falar na hipótese da *deriva linguística* como o fator atuante na formação do dialeto caipira, para nós, não parece relevante, mesmo com o aspecto conservador da cultura caipira, cuja população, inicialmente, tinha pouca mobilidade geográfica e social. Tal fator, na verdade, poderia também ter atuado na manutenção da língua geral por mais tempo do que em outros lugares do estado paulista, ou ainda na sobrevivência do dialeto caipira, como resultado possível do contato entre o português europeu (ou mesmo já transformado pela sua transplantação para cá) e a língua geral, por exemplo. Essa hipótese, da *deriva*, ainda que venha a postular, ao fim, uma “confluência de motivos”, acaba por desconsiderar o contato social e linguístico intenso e íntimo entre a língua portuguesa e as línguas indígenas e as línguas gerais em São Paulo e as populações a elas correspondentes, o que gerou uma forte mestiçagem já nos primeiros séculos do processo colonizador português desta parte do Novo Mundo e uma situação de bilinguismo de duração considerável.

CONCLUSÃO

As hipóteses da *transmissão linguística irregular* e da *deriva linguística* foram analisadas em nossa pesquisa não como aquelas que estejam mais condizentes com a realidade estrutural do PB e a sua história de origem e formação, mas sim como aquelas que gozam de uma considerável polarização entre si, desfrutando de um grande prestígio junto à comunidade científica da Linguística brasileira. Sobretudo, foram analisadas como aquelas que trazem em sua epistemologia a herança das discussões a respeito das *línguas crioulas* e os processos de mudança linguística a elas subjacentes. Especificamente, acabam por herdar uma distinção considerada por nós como problemática, a saber: a postulação de que os processos de mudança linguística (e os seus resultados efetivos) das *línguas crioulas* são distintos daqueles oriundos da *evolução natural* da língua. Como procuramos demonstrar em nosso texto, essa distinção é bastante contestável, tanto empiricamente, como pela análise histórica do desenvolvimento da humanidade e das comunidades linguísticas.

O contato linguístico é muito mais comum do que o admitido em nossa literatura. No fundo, ao assumirmos a perspectiva de Mussa (1991), Mufwene (2001) e Aboh (2015), o que se tem é o contato entre diversas línguas individuais (os *idioletos*) em qualquer contexto de interação linguística, que não irão coincidir com o *input*, dada a natureza heterogênea deste, e uma vez que se trata sempre da criação de uma nova entidade linguística em um organismo específico. Que essas línguas venham a convergir sob o rótulo de português brasileiro, por exemplo, aí sim pode-se falar numa “confluência de motivos” (históricos e sociológicos). E é somente nesse sentido que o postulado de Serafim da Silva Neto sobre a presença da língua portuguesa no Brasil (diversidade na unidade e unidade na diversidade) faz sentido.

Para nós, as referidas hipóteses para a explicação da formação e origem do PB se mostram problematizáveis. Não queremos com isso apagar as importantes contribuições trazidas por elas, mas sim contestar o movimento teleológico nelas subjacente. Sob elas, existe uma importante contribuição empírica, relacionada aos dados trazidos seja na comunidade rural afrodescendente de Helvécia-BA, seja nos textos antigos da língua portuguesa. Contudo, tais dados não são garantidores de uma explicação para todo o PB e para as suas variantes. Se os fatores sócio-históricos do Brasil se mostram complexos, complexa também será a sua história sociolinguística.

A confusão conceitual na Crioulística sobre os seus conceitos-chave é, para nós, demonstrativa da impossibilidade de se desconsiderar fatores extralinguísticos nos estudos referentes ao contato linguístico. Ao contrário, os dados históricos (sociais e demográficos, por

exemplo) se mostram essenciais para a compreensão dos resultados possíveis de uma situação de contato. Ademais, na nossa compreensão, os problemas epistemológicos crioulisticos acabam por estabelecer o problema da indeterminação da origem dos traços linguísticos relacionados à mudança linguística nesse contexto sem o auxílio de um entendimento sócio-histórico, ou seja, sem se levar em consideração fatores extralinguísticos.

Foi justamente nesse sentido que tomamos para uma breve consideração a história da formação do dialeto caipira no Estado de São Paulo, que ao longo dos estudos referentes à história da língua portuguesa no Brasil foi considerado um *dialeto crioulo*. Não pretendemos, com isso, fechar questão sobre essa entidade linguística. O que, na verdade, buscamos foi demonstrar que a situação colonial e histórica nessa região era mais complexa do que as situações pressupostas pela hipótese da *deriva* e da *transmissão linguística irregular*. Acreditamos que tais fatores não podem ser postos de lado, uma vez que esclarecem muito sobre a nossa constituição étnica e formação social e as condições sociolinguísticas a elas subjacentes. Eles poderiam, assim, levar-nos a uma compreensão mais ampla do estatuto do PB, individual, social e regionalmente. Mais do que isso, poderiam nos levar a uma compreensão mais adequada do nosso processo de dialetação interna, no território brasileiro, e sobretudo à compreensão da nossa diferenciação linguística de Portugal.

Isso nos faria avançar num tema inicialmente marcado pelas polêmicas relativas às questões normativas da língua portuguesa, como nos debates retratados no nosso primeiro capítulo. No fundo, a questão ideológica sempre se impôs como um pano de fundo no debate, não só sobre a independência linguística do Brasil em relação à antiga metrópole, mas também na discussão sobre uma suposta origem crioula ou em seu rechaçamento. O rótulo *língua crioula* parece ser bem marcado historicamente (muito mais do que em suas características estruturais, como vimos), sempre se mostrando relacionado a um componente racial: geralmente ele se encontra associado aos contextos históricos nos quais houve escravização de africanos. Para outras situações, os resultados linguísticos acabam sempre por receber outros rótulos, como o de *língua geral*. É justamente por isso que considerava Guy que o ônus da prova, em relação ao PB como oriundo de uma *crioulização*, encontrava-se do outro lado, daqueles que não concordavam com tal hipótese. Ele estava se apoiando fundamentalmente em dados demográficos, que afirmam o Brasil como o grande receptor dos sequestrados e escravizados africanos no Novo Mundo. Contudo, sua presença em algumas regiões brasileiras não foi significativa em boa parte do período colonial, ao mesmo tempo em que noutras regiões brasileiras (como da costa do Piauí) não houve a presença de uma língua geral. A compreensão da sócio-história e da história sociolinguística brasileira faz-se, assim, imperativa

frente à questão da origem e formação do PB, e a toda essa querela, no fundo, de natureza histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOH, E. O. **Population factors, multilingualism and the emergence of grammar**. In CUTLER, C.; VRZI, Z.; ANGERMEYER, P. (Eds.) *Language Contact in Africa and the African Diaspora in the Americas: In honor of John V. Singler* (Creole Language Library; Vol. 53). Amsterdam: John Benjamins, 2017, p. 23-48.

_____. **The emergency of hybrid grammars**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

ABOH, E. O.; DEGRAFF, M. **A Null Theory of Creole Formation Based on Universal Grammar**. In: ROBERTS, I. (Ed.) *The Oxford Handbook of Universal Grammar*, Oxford: Oxford University Press, 2015.

ALKMIN, T. **Um texto inaugural o Visconde da Pedra Branca e o português do Brasil**. In: COLL, M.; JOHNEN, T. (Eds.) *¿Lenguas independientes? Sobre el lenguaje como un proceso dinámico*. *Stockholm Review of Latin American Studies*, nº. 8, 2012, p. 21-33.

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920.

ARENS, K. **On rereading Herman Paul’s Prinzipien der Sprachgeschichte**. In: *Multiple perspectives on the historical dimensions of language*, Texas: University of Texas, 1996, vol.: Munster; Nodus publications, p. 105-114.

AUER, P.; MURRAY, R. W. **Introduction**. In: AUER, P.; MURRAY, R. W. (eds.). *Hermann Paul’s ‘Principles of Language History’ revisited: translations and reflections*. Berlin: De Gruyter, 2015.

AVELAR, J.; GALVES, C. **O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro**. *Linguística*, vol.30, n.2, 2014, pp.241-288.

BASSO, R. M.; GONÇALVES, R. T. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

BESSA FREIRE, J. R. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

BICKERTON, D. **The language bioprogram hypothesis**. *The Brain and Behavioral Sciences* 7, 2, 1984, p. 173-221.

BONVINI, E. **Línguas africanas e português falado no Brasil**. In: *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. Margarida Petter & José Luiz Fiorin (org.). 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15-62.

BORGES, P. S. **Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes e métodos de estudo no Brasil (sec. XIX-XXI)**. Dissertação de Mestrado: USP, 2015.

BORGES NETO, J. B. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAMPBELL, L. **American Indian Languages**. The Historical Linguistics of Native America. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CASTRO, Y. P. **O português do Brasil, uma intromissão nessa história**. In: GALVES, C.; GARMES, H.; PINHEIRO, F. R. (orgs.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009, pp. 175-183.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CHAVES DE MELO, G. **A Língua no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

COELHO, F. A. **Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, na Asia e America**. Lisboa: Casa da Sociedade da Geographia, 1881.

COELHO, O. F. **Os nomes da língua**: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX. Revista IEB, n. 47, setembro de 2008, p. 139-160.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.; PUECH, C. **Uma história das ideias linguísticas**. Contexto: São Paulo, 2017.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

_____. **Teoria da Linguagem e Linguística Geral**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Presença/EDUSP, 1979.

DUARTE, E. P.; SCOTTI, G.; NETTO, M. C. **Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas**. Universitas JUS, v. 26, n. 2, p. 23-39, 2015.

DUARTE, M. E. L. **Do pronome nulo ao pronome pleno**: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.) *Português Brasileiro – uma Viagem Diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 107-125.

ELIA, S. **O problema da língua brasileira**. Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional do Livro, 1961.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FEYERABEND, P. K. **Contra o método**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico,**

sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GROLLA, E.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. **Para Conhecer Aquisição da Linguagem.** São Paulo: Contexto, 2014.

GUIMARÃES, E. **Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramaticalização brasileira.** In: Língua e cidadania: o português do Brasil. Eduardo Guimarães & Eni Puccinelli Orlandi (orgs.). Campinas-SP: Pontes, 1996, p. 127-138.

GUIMARÃES, M. **Os fundamentos da teoria linguística de Chomsky.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

GUY, G. R. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese:** aspects of phonology, syntax and language history. Tese de doutorado. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 1981.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa:** instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOLM, J. **O português do Brasil e o português europeu.** In RASO, T.; MELO, H.; ALTENHOFEN (Org.). Os contatos linguísticos no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 157-172.

_____. **Languages in contact:** the partial restructuring of vernaculars. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. **Pidgins and creoles.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

KUHN, T. S. **As estruturas das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **A tensão essencial.** São Paulo, Editora Unesp, 2011.

_____. **The road since structures.** Chicago: University of Chicago Press, 2000.

KOERNER, E. F. K. **Hermann Paul and general linguistic theory.** In: Language Sciences 30, 2008, p. 102–132

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Language in the Inner City.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKATOS, I. **O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica.** In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (ed.) A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 109-243.

LEITE, M. Q. **Purismo:** do preconceito ao conceito. Revista da ANPOLL, n.º 3, 1997, p. 175-191.

LOBATO, L. M. P. **Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do**

Brasil. Revista de Estudos da Linguagem, vol. 14, n.º 2, 2006, p. 11-47.

LUCCHESI, D. **O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil.** In: Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história. Cláudia Roncarati & Jussara Abraçado (org.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 272-284.

LUCCHESI, D. **Introdução.** In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 27-37.

LUCCHESI, D. **História do contato entre línguas no Brasil.** In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-73.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. **A transmissão linguística irregular.** In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica.** São Paulo: Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

MASTERMAN, M. **A natureza do paradigma.** In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (eds.) A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 72-108.

MATTOS, H. **Das cores do silêncio.** Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MCWHORTER, J. H. **Defining Creole.** Oxford: Oxford University. Press, 2005.

MENDONÇA, R. **O português do Brasil: origens – evolução – tendências.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. Editora, 1936.

_____. **A influência africana no português do Brasil.** Porto: Livraria Figueirinhas, 3ª edição, 1948.

MUFWENE, S. S. **The Emergence of Creoles and Language Change.** In: BONVILLAIN, N. (Ed.) The handbook of linguistic anthropology, Routledge, 2015, p. 348-365.

_____. **Restructuring, hybridization, and complexity in language evolution.** In: ABOH, E. O.; SMITH, N. (Eds.) Complex Processes in New Languages. Amsterdam: John Benjamins. 2009, p. 367-401.

_____. **Population movements and contacts in language evolution.** Journal of Language Contact, THEMA 1, 2007, p. 63-91.

_____. **Analogs anywhere: The flow of highway traffic and language evolution.** In: MUFWENE, S. S.; NEUVEL, S. (Eds.) Contemporary Linguistics 3, 2002a, p. 39-57.

_____. **The ecology of language evolution.** Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

_____. **Creolization is a social, not a structural, process.** In: NEUMANN-HOLZSCHUH, I; SCHNEIDER, E. W. Degrees of restructuring in Creole languages, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000, p. 65-84.

MUSSA, A. B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1991.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate.** In: Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história. Cláudia Roncarati & Jussara Abraçado (org.) - Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 285-302.

NOBRE, W. C. A. **Introdução à história das línguas gerais no Brasil:** processos distintos de formação no período colonial. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2011.

NOLL, V. **O português brasileiro:** formação e contrastes. São Paulo: Globo, 2008.

PAGOTTO, E. G. **Ebulição e sedentarização linguística, o lugar da economia de subsistência na formação do Português Brasileiro.** Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/23264/13123>. Acessado em: 28/02/2019.

_____. **As (re)(re)descobertas do Brasil:** variação linguística, sujeito e discurso. Línguas e Instrumentos Linguísticos, nº. 36, jul-dez, 2015, p. 9-19.

_____. **Crioulo sim, crioulo não: uma agenda de problemas.** In: CASTILHO, A. T.; LOPES, R. E. V.; MORAIS, M. A. T.; CYRINO, S. M. L. (Org.). Português Brasileiro: Descrição, História e Aquisição. 1a.ed. Campinas: Pontes, 2007, v. 1, p. 461-482.

_____. **Gramatização e Normatização: entre o discurso polêmico e o científico.** In: História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. ORLANDI, E. (org.). Campinas-SP: Pontes; Cáceres-MT: Unemat Editora, 2001, p. 39-57.

_____. **Norma e Condescendência: Ciência e Pureza.** In: Línguas e instrumentos linguísticos. Campinas-SP: Pontes Editores, Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, n. 2, jul.-dez. 1998, p. 49-68.

PAIXÃO DE SOUZA, M. C. **Schuchardt Contra os Neogramáticos.** Campinas: RG Editora, 2010.

PARKVALL, M. **Da África para o Atlântico.** Campinas: Editora Unicamp, 2012.

PARKVALL, M.; LÓPEZ, L. A. **Português vernáculo brasileiro e a hipótese da semi-crioulização**. Revista da ABRALIN, vol. II, nº. 1, julho de 2003, p. 111-152.

PAUL, H. **Princípios fundamentais da história da língua**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

PETTER, M. M. T. **O continuum afro-brasileiro do português**. In: GALVES, C.; GARMES, H.; PINHEIRO, F. R. (orgs.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009, pp. 159-173.

PICKERING, W. A. **A influência dos Princípios Fundamentais da História da Língua de Hermann Paul no capítulo VII (sobre a deriva) de A Linguagem de Edward Sapir**. Sínteses, v. 15, 2010. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/issue/view/131/showToc>

PINTO, E. P. **O português do Brasil – textos críticos e teóricos – 1-1820-1920 – Fontes para a teoria e a história**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

RAIMUNDO, J. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

ROBERTS, I. **Diachronic Syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

RODRIGUES, M. F. **Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX**. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19431/14023>. Acessado em: 06/12/2018.

RODRIGUES, A. D. **As línguas gerais sul-americanas**. PAPIA – Revista de crioulos de base ibérica, v. 4, p. 6-18.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

ROMERO, S. **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4506.e/>. Acessado em: 22/02/2019.

SAPIR, E. **A linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, W. S. **Linguística histórica no Brasil (1950-1990): estudo historiográfico das continuidades e discontinuidades no tratamento da variação e da mudança linguística do português brasileiro**. Dissertação de Mestrado: USP, 2016.

SILVA NETO, S. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1976.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

TARALLO, F. **Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro**: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.) **Português Brasileiro – uma Viagem Diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 35-68.

_____. **Zelig**: um camaleão-linguista. São Paulo: D.E.L.T.A., 1986, vol. 2, n. 1: 127-144.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. **Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics**. Berkeley: University of California Press, 1988.

VAREJÃO, F. O. A. **o português do brasil: revisitando a história**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, 2009, n. 39, p. 119-137.

VIANA, L. **O idioma da mestiçagem**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

VOGT, C.; FRY, P. **Cafundó**: a África no Brasil. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.